



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

KLÉBIA ENISLAINE DO NASCIMENTO E SILVA

**COLABORAÇÃO INTRATURNO NA CONSTRUÇÃO DOS ENUNCIADOS DA NORMA
ORAL DO PORTUGUÊS POPULAR DA CIDADE DE FORTALEZA**

FORTALEZA

2013

KLÉBIA ENISLAINE DO NASCIMENTO E SILVA

COLABORAÇÃO INTRATURNO NA CONSTRUÇÃO DOS ENUNCIADOS DA NORMA
ORAL DO PORTUGUÊS POPULAR DA CIDADE DE FORTALEZA

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira

FORTALEZA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- S58c Silva, Klébia Enislaine do Nascimento e.
Colaboração intraturno na construção dos enunciados da norma oral do português popular da cidade de Fortaleza / Klébia Enislaine do Nascimento e Silva. – 2013.
240 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Tese(doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2013.
Área de Concentração: Linguística.
Orientação: Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira.
- 1.Gramática funcional do discurso. 2.Análise da conversação – Fortaleza(CE). 3.Análise do diálogo. 4.Funcionalismo(Linguística). 5.Língua portuguesa – Português falado – Fortaleza(CE). 6.Interação social – Fortaleza(CE). I.Título.


KLÉBIA ENISLAINE DO NASCIMENTO E SILVA

COLABORAÇÃO INTRATURNO NA CONSTRUÇÃO DOS ENUNCIADOS DA
NORMA ORAL DO PORTUGUÊS POPULAR DA CIDADE DE FORTALEZA

Tese apresentada ao Curso de Doutorado
em Linguística do Programa de Pós-
Graduação em Linguística, da
Universidade Federal do Ceará, como
parte dos requisitos para obtenção do
título de Doutor em Linguística. Área de
concentração: Linguística

Aprovada em: 08/04/2013.

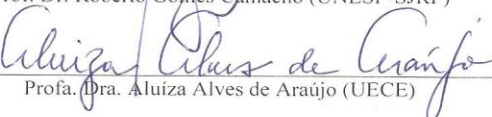
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dra. Márcia Teixeira Nogueira (Orientadora - UFC)



Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho (UNESP-SJRP)



Prof.ª. Dra. Aluiza Alves de Araújo (UECE)



Prof.ª. Dra. Maria Elias Soares (UFC)



Prof.ª. Dra. Hebe Macedo de Carvalho (UFC)

A Deus, pela graça de ter me permitido concluir este trabalho. À minha família, pelo amor e incentivo. Aos professores Márcia Teixeira Nogueira e Lachlan Mackenzie, pelas contribuições e pelos ensinamentos.

AGRADECIMENTOS

- ❖ Primeiramente, a Deus por ter me iluminado e me fortalecido durante a realização deste trabalho.
- ❖ À minha orientadora Márcia Teixeira Nogueira, pela amizade e atenção dedicadas a mim durante toda a minha vida acadêmica, incluindo estes quatro anos de desenvolvimento desta Tese.
- ❖ À minha mãe, Maria do Nascimento, por me mostrar que o esforço é o melhor caminho para se alcançar um objetivo.
- ❖ Ao meu esposo, Lauro Antônio Carvalho Alves, pelo amor e companheirismo de todos os dias.
- ❖ À Universidade Federal do Ceará (UFC), pelo despertar acadêmico e pela excelência do ensino no país.
- ❖ Ao professor Lachlan Mackenzie, pela atenção e contribuição dadas a mim, principalmente durante o estágio de doutorado sanduíche, em Lisboa.
- ❖ Ao Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), pelos relevantes aprendizados.
- ❖ A todas as Bancas Examinadoras desta Tese, pelas contribuições dadas a esta pesquisa.
- ❖ A todos os professores da Pós-Graduação em Linguística da UFC, pelas discussões teóricas e pela ampliação dos horizontes.
- ❖ À coordenação e aos secretários do PPGL, pelas informações e pelo apoio.
- ❖ À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo apoio financeiro no país e pela bolsa concedida durante o estágio no exterior, pelo Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE).
- ❖ À Profa. Aluiza Alves de Araújo, por ter me cedido o *corpus* NORPOFOR (Norma Oral do Português Popular de Fortaleza).
- ❖ Às minhas amigas Nadja Paulino Pessoa, Izabel Larissa Lucena, Ana Keyla Carmos Lopes, Paula Perpétua Barros Maciel e Núbia Lúcio de Alencar, pelo apoio durante todo o desenvolvimento do trabalho.

“Vá firme na direção das suas metas, porque o pensamento cria, o desejo atrai e a fé realiza”.
(L. TREVISAN)

RESUMO

SILVA, Klébia Enislaine do Nascimento. **Colaboração intraturno na construção dos enunciados da norma oral do português popular da cidade de Fortaleza.** Tese (Doutorado em Linguística – Área de concentração: Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística. UFC. Fortaleza – Ce.

O presente estudo visa a analisar a colaboração intraturno do ouvinte na construção dos enunciados, mais precisamente, as intervenções feitas pelo ouvinte para auxiliar a construção dos enunciados do falante, em uma microinteração intraturno, em diálogos entre informante e documentador (*DID*) e em diálogos entre dois informantes (*D2*), na norma oral do português popular da cidade de Fortaleza (NORPOFOR). Para isso, assumimos, em nossa análise, a orientação do paradigma funcional, em que a língua é considerada um instrumento de interação social entre os seres humanos e usada com a intenção de estabelecer interações comunicativas, devendo ser estudada dentro do uso real (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Procuramos discutir o papel discursivo da colaboração intraturno com base nas ideias apresentadas por Hengeveld; Mackenzie (2008), na obra *Functional Discourse Grammar*, principalmente no que diz respeito às operações do Componente Gramatical e ao Componente Contextual da língua, que são responsáveis pelas operações de formulação e codificação dos enunciados e pelas informações contextuais compartilhadas na interação; e trabalhamos com alguns pressupostos e conceitos operacionais da Análise da Conversação, principalmente os discutidos por Hilgert (2002), para a análise dos diálogos. Nossa pesquisa utiliza 30 inquéritos do NORPOFOR (10 inquéritos do tipo DID; e 20, do tipo D2, para podermos fazer uma aproximação entre esses dois tipos de inquéritos em termos de duração em minutos de transcrição deles) e analisa a colaboração intraturno considerando, de um modo integrado, os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos que a caracterizam nessas duas situações de comunicação. A pesquisa traz resultados inéditos sobre o processo de colaboração intraturno do ouvinte, evidenciando como ele se comporta durante a posse do turno do falante. Os resultados da análise dos dados revelaram que, em ambos os inquéritos, a colaboração é, em geral, expressa por um *sintagma nominal* ou por uma *palavra* com a função pragmática primordial de *designar termos*, incidindo na operação de *codificação* dos elementos do *Move* que corresponde ao turno do falante (*Move Turno*). A análise também evidenciou que, além dessa função pragmática, a colaboração intraturno pode desempenhar a função de orientação argumentativa e incidir no processo de *formulação* dos enunciados, interferindo na construção da argumentação do turno. Essa função ocorreu, principalmente, nos diálogos entre dois

informantes, em que o documentador quase não participa para colaborar e cabe aos informantes atuarem no coprocessamento dos enunciados. Isso evidencia que o ouvinte, em uma situação comunicativa mais informal, colabora com expressões mais marcadas axiologicamente, refletindo um juízo de valor em suas colaborações. Vale ressaltar que, nos inquéritos do tipo *DID*, o participante que colabora com maior frequência é o documentador, o que pode evidenciar uma maior preocupação dele na clareza dos enunciados produzidos pelo informante, uma vez que é a fala deste que será analisada.

Palavras-chave: Colaboração; funcionalismo; diálogos; turno.

ABSTRACT

SILVA, Klébia Enislaine do Nascimento. The **intraturn** collaboration in the construction of the **statements of** oral norm of popular Portuguese of city of Fortaleza. Thesis (Doctorate in Linguistics – Area of concentration: Linguistics. Post graduate Program in Linguistics. UFC. Fortaleza – CE.

This study aims to analyze the collaboration intraturn the listener in the construction of statements, more precisely, the interventions made by the listener to support the construction of the statements of the speaker, in a intraturn microinteraction in dialogues between informant and documenter (DID) and dialogues between two informants (D2), in the oral norm of popular Portuguese of city of Fortaleza (NORPOFOR). For this, we assume in our analysis, the orientation of the functional paradigm, in which the language is considered an instrument of social interaction between human beings, used with the intent of establishing communicative interactions, must be studied into the real use (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). We seek to discuss the discursive function of intraturn collaboration based on ideas presented by Hengeveld, Mackenzie (2008), in the work *Functional Discourse Grammar*, especially with regard to the operations of Grammatical Component and Contextual Component of language, which are responsible for the operations of formulation and coding of statements and contextual information shared by the interaction, and we work with some assumptions and operational concepts of Conversational Analysis, mainly those discussed by Hilgert (2002), for the analysis of dialogues. Our research uses 30 inquiries of NORPOFOR (10 inquiries of the type DID; and 20, D2, so we can make a connection between these two types of inquiries in terms of duration in minutes of their transcript) and it analyzes the intraturn collaboration considering, in an integrated way, the syntactic aspects, semantic and pragmatic which characterize the collaboration these two situations of communication. The research brings new results about the process of intraturn collaboration of the listener, showing how it behaves during the tenure of the speaker's turn. The analysis of data revealed that, in both inquiries, collaboration is usually expressed by a *syntagm* or *word* with primary pragmatic function of designating terms, focusing on the codification of the elements of *Move* that corresponds to the speaker's turn (*Move Turn*). The analysis also revealed that, beyond this pragmatic function, the intraturn collaboration can perform the function of argumentative orientation, focusing on the formulation of statements and

interfering with the construction of the argument of turn. This function was mainly in dialogues between two informants, whose documenter hardly participates to collaborate and it rests what information act in coprocessing of statements. This shows that the listener in a communicative situation more informal, he collaborates with expressions axiologically more marked, reflecting a value judgment on their collaborations. It is noteworthy that, in inquiries of type *DID*, the participant who collaborates most frequently is the documenter, which may show a greater preoccupation him in the clarity of the statements made by the informant, because this is the speech that will be analyzed.

Keywords: Collaboration; functionalism; dialogues; turn.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo de interação verbal da Gramática Funcional.....	33
Figura 2: Modelo de integração dos componentes na GDF.....	37
Figura 3: Modelo do Supercomponente Contextual.....	39
Figura 4: Tradução do modelo de GDF do ouvinte.....	42
Figura 5: Representação da arquitetura em camadas da GDF.....	43
Figura 6: Organização do Nível Interpessoal segundo a GDF.....	45
Figura 7: Organização do nível representacional segundo a GDF.....	51
Figura 8: Organização do Nível Morfossintático segundo a GDF.....	54
Figura 9: Organização do Nível Fonológico segundo a GDF.....	55
Figura 10: <i>Continuum</i> oralidade para a escrituralidade.....	61
Figura 11 - Manifestação da colaboração por <i>Move</i>	94
Figura 12: Graus de aceitação/não aceitação da colaboração.....	99
Figura 13: Processo de colaboração intraturno com base no modelo da GDF do ouvinte.....	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Nível em que ocorre a ruptura do turno, nos DID.....	131
Gráfico 2: Iniciativa da colaboração, nos DID.....	138
Gráfico 3: Natureza morfossintática da colaboração, nos DID.....	140
Gráfico 4: Natureza sintático-semântica da colaboração, nos DID.....	149
Gráfico 5: Relação sintático-semântica da colaboração com o segmento anterior, nos DID.....	151
Gráfico 6: Operação em que recai o escopo da colaboração, nos DID, segundo a GDF.....	153
Gráfico 7: Aceitação e não aceitação da colaboração, nos DID.....	158
Gráfico 8: Nível de aceitação/não aceitação da colaboração, nos DID.....	171
Gráfico 9: Marcas de aceitação/não aceitação no <i>Move</i> de reação, nos DID.....	174
Gráfico 10: Maior colaborador, nos DID.....	175
Gráfico 11: Nível em que ocorre a ruptura do turno, nos D2.....	179
Gráfico 12: Iniciativa da colaboração, nos D2.....	190
Gráfico 13: Natureza morfossintática da colaboração, nos D2.....	193
Gráfico 14: Natureza sintático-semântica da colaboração, nos D2.....	203
Gráfico 15: Operação em que recai o escopo da colaboração, nos D2, segundo a GDF.....	204
Gráfico 16: Nível de aceitação/não aceitação da colaboração, nos D2.....	210
Gráfico 17 : Marcas de aceitação/não aceitação no <i>Move</i> de reação, nos D2	211
Gráfico 18: Maior colaborador, nos D2.....	212

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Local de ruptura nos DID quando a colaboração é intraoracional.....	134
Tabela 2: Sinalização da ruptura do turno.....	136
Tabela 3: Tipo de ilocução da colaboração, nos DID.....	145
Tabela 4: Funções informacional-estruturais da colaboração, nos DID.....	147
Tabela 5: Funções pragmáticas da colaboração, nos DID.....	155
Tabela 6: Cruzamento das variáveis: aceitação/não aceitação + forma + função discursiva da colaboração, nos DID.....	159
Tabela 7: Local de ruptura nos D2 quando a colaboração é intraoracional.....	183
Tabela 8: Relação colaborador com local de ruptura entre nome e modificador, nos D2.....	185
Tabela 9: Sinalização da ruptura do turno, nos D2.....	187
Tabela 10: Sinalização da ruptura, nos DID e D2.....	188
Tabela 11: Iniciativa da colaboração, nos DID e D2.....	191
Tabela 12: Tipo de ilocução da colaboração, nos D2.....	199
Tabela 13: Funções informacional-estruturais da colaboração, nos DID e nos D2.....	202
Tabela 14: Participante com colaboração mais aceita, nos DID e D2.....	207
Tabela 15: Cruzamento das variáveis: aceitação/não-aceitação + forma + função discursiva da colaboração, no DID.....	208

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Modelo de representação da oração na GF.....	35
Quadro 2: Condições de produção da fala e da escrita.....	59
Quadro 3: Modelo do desenvolvimento das ideias etnometodológicas.....	78
Quadro 4 – Distribuição dos informantes no NORPOFOR.....	106
Quadro 5: Distribuição dos inquéritos DID analisados.....	110
Quadro 6: Distribuição dos inquéritos D2 analisados.....	110
Quadro 7: Ficha de análise das ocorrências.....	124
Quadro 8: Proposta de reformulação da escala aceitação - não aceitação (HILGERT, 2002) e da forma de aceitação - não aceitação da colaboração.....	163

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A - Atos Discursivos
Cl- Cláusula
C1- Conteúdo Comunicado
DID - Diálogo entre informante e documentador
D2 - Diálogo entre dois informantes
Doc. - Documentador
ECs (e) - Estados-de-coisa
Le - Expressão linguística
F - Falante
GDF - Gramática Discursivo-Funcional
GF - Gramática Funcional
ILL - Ilocução
ILTEC - Instituto de Linguística Teórica e Computacional
Inf. - Informante
Inf 1. - Informante 1
Inf. 2 - Informante 2
x - Indivíduo
l - Lugar
M - *Move* (Movimento)
NI - Nível Interpessoal
NR - Nível Representacional
NM - Nível Morfossintático
NF - Nível Fonológico
O - Ouvinte
(P1)_S - Participante (falante)
(P2)_A - Participante (ouvinte)
f - Propriedade configuracional
S – Sílabas
SPSS – *Statistical Package for Social Science*
R₁- Subato Referencial
t- Tempo
U – enunciado
X_p – sintagma
X_w-palavra

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	20
2 FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO.....	29
2.1 Noções gerais sobre o paradigma funcionalista.....	29
2.2 A gramática funcional.....	31
2.3 A Gramática Discursivo-Funcional (GDF).....	35
2.4 Níveis de organização da GDF.....	43
2.4.1 Nível Interpessoal.....	44
2.4.2 Nível Representacional.....	49
2.4.3 Nível Morfossintático.....	53
2.4.4 Nível Fonológico.....	55
2.5 Síntese do capítulo.....	57
3 FALA E CONVERSAÇÃO.....	58
3.1 A Fala.....	58
3.2 Características interacionais e organizacionais da conversação.....	62
3.3 Algumas considerações sobre diálogos DID e D2.....	68
3.4 A Análise da Conversação e sua contribuição à pesquisa sobre colaboração.....	75
3.5 Análise da Conversação e Gramática Discursivo-Funcional: termos comuns e concepções distintas.....	79
3.6 Síntese do Capítulo.....	82
4 A COLABORAÇÃO.....	84
4.1 A colaboração no turno.....	84
4.2 A colaboração no <i>Move</i>	92
4.3 A aceitação ou não da colaboração.....	98
4.4 Síntese do capítulo.....	103
5 METODOLOGIA.....	105
5.1 Características do NORPOFOR.....	105
5.2 Constituição e delimitação da amostra textual da pesquisa.....	108
5.3 Procedimentos metodológicos.....	111
5.4 Categorias de análise.....	112
5.4.1 Aspectos relativos ao <i>Move</i> 1 (antes da colaboração do ouvinte).....	113
5.4.2 Aspectos relativos ao <i>Move</i> 2 (colaboração do ouvinte).....	115

5.4.3 Aspectos relativos ao <i>Move 3</i> (aceitação ou não da colaboração).....	122
5.4.4 Aspectos contextuais do processo colaborativo completo.....	123
5.5 Síntese do capítulo.....	125
6 ANÁLISE DA COLABORAÇÃO DO OUVINTE INTRATURNO NOS DIÁLOGOS ENTRE INFORMANTE E DOCUMENTADOR, NO NORPOFOR.....	127
6.1 Proposta de reformulação do modelo de Giomi, da GDF voltada ao ouvinte...	127
6.2 Aspectos relativos ao <i>Move 1</i>	130
6.2.1 Nível em que recai a ruptura do turno.....	130
6.2.1.1 Natureza do local de ruptura quando intraoracional.....	133
6.2.2 Sinalização da ruptura do turno no contexto de colaboração.....	135
6.3 Aspectos relativos à colaboração propriamente dita (<i>Move 2</i>).....	137
6.3.1 Solicitação da colaboração do ouvinte.....	138
6.3.2 Natureza morfossintática da colaboração.....	140
6.3.3 Tipo de Ilocução da colaboração.....	145
6.3.4 Funções informacional-estruturais da colaboração.....	147
6.3.5 Natureza sintático-semântica da colaboração.....	149
6.3.6 Operação em que recai o escopo da colaboração do ouvinte, nos DID, segundo a GDF.....	153
6.3.7 Funções pragmáticas das colaborações.....	155
6.4 Aspectos relativos ao <i>Move 3</i> (após a colaboração do ouvinte).....	157
6.4.1 Aceitação/não aceitação da colaboração intraturno.....	157
6.4.2 Nível de aceitação/não aceitação da colaboração intraturno.....	161
6.4.2.1 Proposta de reformulação da escala dos níveis de aceitação/ não aceitação da colaboração, de Hilgert (2002).....	162
6.4.2.2. Nível de aceitação/ não aceitação da colaboração, nos DID.....	170
6.5 Aspectos relativos ao processo colaborativo completo.....	175
6.6 Síntese do capítulo.....	176
7 ANÁLISE DA COLABORAÇÃO DO OUVINTE INTRATURNO, NOS DIÁLOGOS ENTRE DOIS INFORMANTES, NO NORPOFOR.....	178
7.1 Aspectos relativos ao <i>Move 1</i>	179
7.1.1 Nível em que recai a ruptura do turno.....	179
7.1.1.1 Natureza do local de ruptura quando intraoracional.....	182
7.1.2 Sinalização da ruptura do turno no contexto de colaboração.....	186

7.2 Aspectos relativos à colaboração propriamente dita (<i>Move 2</i>).....	189
7.2.1 Solicitação da colaboração do ouvinte.....	189
7.2.2 Natureza morfossintática da colaboração.....	193
7.2.3 Tipo de Ilocução (ILL) da colaboração.....	198
7.2.4 Funções informacional-estruturais e natureza sintático-semântica da colaboração.....	201
7.2.5 Operação em que recai o escopo da colaboração do ouvinte, nos D2, segundo a GDF.....	203
7.2.6 Funções pragmáticas das colaborações, nos D2.....	205
7.3 Aspectos relativos ao <i>Move 3</i> (após a colaboração do ouvinte).....	206
7.3.1 Aceitação/não aceitação da colaboração intraturno e nível de aceitação/não-aceitação, nos D2.....	206
7.3.2 Nível de Aceitação/não aceitação da colaboração intraturno.....	210
7.4 Aspectos contextuais do processo colaborativo completo.....	212
7.5 Síntese do capítulo.....	214
8 CONCLUSÃO.....	217
REFERÊNCIAS.....	225
ANEXOS.....	233
ANEXO I: NORMAS DE TRANSCRIÇÃO UTILIZADAS NO <i>CORPUS</i>	234
ANEXO II: RESUMO DO MANUAL DO SPSS.....	236
APÊNDICE.....	238
APÊNDICE I: MODELO DE FICHA DE OCORRÊNCIAS DAS COLABORAÇÕES.....	239

1 INTRODUÇÃO

“Os sujeitos envolvidos na comunicação não são lugares vazios e sim casas cheias – de valores, de crenças, de projetos, de aspirações, de desejos, de sentimentos. A comunicação entre os homens distingue-se nesse aspecto, entre outros, das relações entre máquinas, na telecomunicação ou na informática.”

(BARROS, 2002, p. 17)

Muito se tem falado sobre as escolhas do falante para construir seu enunciado, mas pouco se lê ou se ouve falar da colaboração do ouvinte em tais enunciados. A maioria dos estudos sobre interação traz o primeiro como *foco* de suas análises, deixando o segundo como mero espectador ou sujeito “passivo” em termos de determinação do enunciado final construído por seu interlocutor na interação. Mesmo que o ouvinte ajude a construir o sentido de tais enunciados, sua participação como colaborador desse processo de construção não é muito estudada. O ouvinte é visto, muitas vezes, como o interlocutor a quem se destina a mensagem, ou aquele que tem função de decodificá-la. No entanto, no processo conversacional, o ouvinte participa colaborando com a construção do enunciado e orientando o falante sobre como está sendo interpretada a mensagem e compreendida a intenção com que foi formulada.

A colaboração é definida como o auxílio dado pelo ouvinte na construção do enunciado do falante, ou seja, são intervenções que o ouvinte faz no turno do falante. Essas não são caracterizadas como tomadas de turno, mas falas momentâneas dentro dos limites do turno do falante. (HILGERT, 2002).

Sabendo-se que os papéis de falante e ouvinte se alternam na interação, concebemos como *falante* o participante que inicia o turno e que, antes de concluir seu turno, pode ser interrompido por outro participante (o *ouvinte*). Este é o participante que está escutando o enunciado do falante e que interrompe esse enunciado para dar sua contribuição, podendo ser ela solicitada ou não, aceita ou não. Assim, a colaboração ocorre no momento da ruptura do turno.

A noção de colaboração não deve ser confundida com o *princípio da cooperação*¹ de Grice (1975), posto que *cooperação* diz respeito a um acordo entre os participantes para que a conversação ocorra, podendo ser considerada como uma regra inerente a toda conversação; já a *colaboração* não ocorre, necessariamente, em toda conversação, ela tem uma natureza substantiva e advém da necessidade de identificar ou nomear um referente, ou seja, desempenha uma função mais específica que a de cooperar, ocorrendo por demandas conversacionais, quando é necessário estabelecer/aclarar tópicos discursivos.

Leech (1983) afirma que alguns atos podem interferir no decorrer de uma interação verbal, tais como: a) *atos competitivos*: ordens, perguntas; b) *de convivência*: ofertas, convites, agradecimentos, felicitações, cumprimentos; c) *conflitivos*: ameaças, acusações, repreensões; d) *colaborativos*: afirmação, relatos, anúncios. Acreditamos que alguns desses atos se sobreponham e formem um ato maior, a colaboração. É dentro desse contexto de cooperação, que temos a compreensão do processo colaborativo que nos interessa aqui.

A partir de leituras e reflexões sobre esse assunto e, mais especificamente, da leitura de um artigo de Hilgert (2002) sobre a colaboração do ouvinte no enunciado do falante, surgiram algumas inquietações que motivaram esta tese, tais como: a) buscar observar como a colaboração ocorre em contextos situacionais específicos (entrevista e conversação); b) observar quais aspectos favorecem a interferência do ouvinte para colaborar; c) analisar a reação do falante em relação à colaboração do ouvinte, etc. Saber como o ouvinte se manifesta durante o turno do falante permite evidenciar as atitudes assumidas pelos interlocutores, assim como os propósitos comunicativos destes no momento de interação.

Temos conhecimento de três estudos de referência sobre colaboração. O primeiro foi um estudo de Gülich (1986), em língua francesa, no qual esse pesquisador buscou observar como alunos e professores interagem na aula de língua francesa, colaborando um no turno do outro, em segunda língua.

O segundo estudo é de Hilgert (2002), que descreve a colaboração no português brasileiro. Esse estudioso buscou analisar o processo colaborativo em três inquéritos do tipo *D2 (Diálogo entre dois informantes)* tendo como *corpus* o projeto NURC (Norma Urbana Oral Culta), sob uma perspectiva teórica da Análise da Conversação Etnometodológica. A leitura desse último estudo motivou bastante nossa pesquisa.

¹ Grice (1975, p. 86) define o *Princípio da Cooperação* como o ato de, numa conversação, fazer “a sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado”.

O terceiro estudo é o de Galvão (2008), que buscou discutir como alunos e professores interagem na aula de graduação, em língua portuguesa. Nele, analisa-se a colaboração de professores e alunos em três aulas de língua materna. Esse estudo, tal como o anterior, segue uma orientação etnometodológica.

Nossa pesquisa se diferencia desses três estudos, tanto por questões metodológicas, como por questões teóricas. Do primeiro, por nossa análise buscar a colaboração em contextos em que os interlocutores interagem em sua língua materna e não ter o propósito de aferir o nível de conhecimentos desses em uma segunda língua. Do segundo e do terceiro, por nossa pesquisa ter um caráter integrado de análise funcionalista dos dados e lidar com um número maior de ocorrências, o que pode evidenciar outras construções e características não observadas nos estudos de Hilgert (2002) e de Galvão (2008).

Diferentemente de Gülich (1986) e Galvão (2008), que analisaram a colaboração em um contexto situacional específico de uma aula, em nossa análise, utilizamos um *corpus* fora desse contexto e estamos lidando com um *corpus* de língua popular, em que os informantes não têm nível superior de escolarização. Isso pode, por exemplo, evidenciar se a colaboração intraturno ocorre com maior ou menor frequência a depender do grau de escolaridade dos falantes envolvidos nas interações.

Nosso estudo investiga a colaboração em inquéritos do tipo *DID*² (diálogo entre informante e documentador) e *D2* (diálogo entre dois informantes) no NORPOFOR, Norma Oral do Português Popular da Cidade de Fortaleza. A escolha deste *corpus* foi motivada, principalmente, por este ser um espaço com alto grau de interatividade, além de ser um *corpus* ainda pouco investigado. Esse *corpus* transcreve as interações entre falantes sem nível superior, residentes em Fortaleza. Em outras palavras, ele representa o modo como essas pessoas utilizam a língua para interagir socialmente em três tipos de situação bastante comuns (conversação, entrevista e elocução formal). Neste *corpus*, podemos visualizar algumas expressões, marcas linguísticas, etc., que constituem a colaboração no falar popular do fortalezense.

Mais que abordar a colaboração no nível textual, como um processo de formulação textual, como concebe a maioria dos estudiosos nesse assunto (HILGERT, 2002; GÜLICH, 1986, *et alli.*), objetivamos, com a presente pesquisa, analisar os aspectos

² Os termos *DID* (diálogo entre informante e documentador) e *D2* (diálogo entre dois informantes) foram utilizados, primeiramente, nos estudos do Projeto da Norma Linguística Urbana Culta (NURC), criado em 1969 com o objetivo inicial de documentar o uso do português culto falado em cinco capitais brasileiras: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

sintáticos, semânticos e pragmáticos que restringem e favorecem o uso da colaboração em uma microinteração, dentro dos limites de um único turno³.

Mesmo cientes de que a ideia de microinteração intraturno tem sido discutida de forma não uniforme na literatura sobre o assunto, seguimos a proposta de Hilgert (2002) e consideramos que, quando o ouvinte toma a palavra para dar seu auxílio na construção do enunciado do falante, essa fala momentânea não constitui uma troca de turno. A colaboração ocorre justamente quando o turno do outro não foi concluído (*turno interrompido*)⁴, caracterizando-se pela hesitação do falante para concluir seu turno. Assim, o ouvinte colabora para auxiliá-lo em sua construção, não sendo essa colaboração considerada, necessariamente, uma tentativa de “assalto de turno”.

Sabemos que nem sempre o que estamos denominando *colaboração* é um processo colaborativo positivo, mas, a partir do momento em que se interfere na fala do outro, seja essa interferência autorizada ou não pelo falante, há uma colaboração na construção desse enunciado, podendo ela ser aceita ou não. Vale lembrar que, nesse processo colaborativo, o ouvinte só interrompe o turno quando solicitado pelo falante ou quando este dá pistas de que necessita de ajuda, quando, por exemplo, o falante tem dificuldades em concluir seu enunciado e expressa sua hesitação com pausas e prolongamentos, demonstrando que necessita de ajuda em sua busca pela expressão desejada.

Ao delimitarmos a pesquisa, formulamos uma questão central:

Como se dá a colaboração do ouvinte no enunciado do falante numa situação de microinteração, em contexto intraturno, em inquéritos do tipo *DID e D2*, na Norma Oral do Português Popular de Fortaleza considerando-se, aspectos sociocognitivos e, de modo integrado, aspectos morfossintáticos, semânticos e discursivos?

Essa questão central se desdobra nas seguintes questões específicas:

³ A definição de “turno” assumida neste trabalho é a de Marcuschi (1991, p. 18) “aquilo que um falante faz ou diz enquanto tem a palavra, incluindo aí a possibilidade do silêncio”. Vale ressaltar que as sobreposições, interrupções do ouvinte durante o turno do falante, no que concerne à colaboração, objeto de nossa pesquisa, não caracterizam mudança de turno, mas uma microinteração intraturno (HILGERT, 2002).

⁴ Expressão utilizada em Hilgert (2002, p. 94).

- I- Que tipos de colaboração do ouvinte na construção do enunciado do falante ocorrem numa microinteração intraturno, em inquéritos do tipo *DID* e *D2*, na norma oral do português popular de Fortaleza?
- II- Que tipo de colaboração usada pelo ouvinte é mais aceite pelo falante e integrado a seu enunciado nos inquéritos analisados e por que razão?
- III- Qual a natureza formal da colaboração nos diálogos entre um informante e um documentador e nos diálogos entre dois informantes, no *corpus* da pesquisa e que relação essa natureza formal tem com as funções exercidas?
- IV- Em que *foco* recai a colaboração do ouvinte nas situações comunicativas observadas, no conteúdo do enunciado do ouvinte ou na expressão dele?
- V- Que funções discursivas podem ser atribuídas às colaborações usadas pelo ouvinte na construção do enunciado do falante no *corpus* analisado?
- VI- Qual o estatuto informacional veiculado pela colaboração, em cada tipo de inquérito?
- VII- Que aspectos contextuais interferem na recorrência da colaboração intraturno, nos inquéritos analisados?

Observamos a colaboração como estratégia textual-discursiva, em que as funções e os usos de tal recurso poderão variar devido às condições de produção e à situação comunicativa. Ao explicarmos como isso ocorre, podemos contribuir para o uso dessa estratégia, uma vez que analisamos como se desenvolve o processo de colaboração do ouvinte na construção do enunciado do falante, isto é, como em uma conversação os participantes contribuem entre si para a construção dos enunciados.

Verificamos os tipos de colaboração intraturno que ocorrem nos inquéritos analisados e identificamos o tipo de colaboração usado pelo ouvinte que é mais aceite pelo falante e integrado a seu enunciado nesses inquéritos (discutindo explicações de base funcional para essa aceitação).

Analisamos a natureza formal das colaborações encontradas no *corpus* e o *foco* delas (conteúdo do enunciado, expressão do enunciado) e, com base nisso, propomos uma tipologia das funções textual-discursivas (propósitos/efeitos de sentido) para os tipos de colaboração usados pelo ouvinte na construção do enunciado do falante, nos inquéritos *DID* e *D2*, na Norma Oral do Português Popular de Fortaleza.

Discutimos o papel discursivo da colaboração na fala com base no Componente Contextual da Gramática Discursivo-Funcional, observando que os usos de tal recurso

poderão variar devido aos aspectos contextuais que os permeiam. E verificamos a interrelação entre turno e *Move*, segmento inteiro de discurso relevante no processo de interação, observando o estatuto informacional da colaboração no *corpus* da pesquisa.

Tomando-se como *foco* essa colaboração, podemos caracterizar como o ouvinte se comporta durante a posse de turno pelo falante. Esta investigação pode, posteriormente, alavancar estudos que comparem as estratégias utilizadas pelo ouvinte para colaborar no turno de falantes com diferentes graus de escolaridade ou estudos comparativos em relação ao falar popular da região nordeste, entre outros. Ressaltamos que não temos registro de trabalhos que investiguem a colaboração intraturno do ouvinte em português popular. Dessa forma, o nosso trabalho é pioneiro na investigação desse fenômeno nesse *corpus*.

A análise da colaboração do ouvinte no enunciado do falante, na Norma Oral do Português Popular de Fortaleza, que propomos neste estudo, assume uma perspectiva textual-interativa, isto é, busca uma verificação da utilização da expressão linguística da colaboração em situações concretas, observando o linguístico dentro do interacional (JUBRAN, 1999).

Assumimos o caráter de análise funcionalista no tratamento dos dados, pois tal paradigma tem como objetivo principal analisar como os indivíduos se comunicam utilizando a linguagem, voltando-se, assim, para a análise da expressão linguística no uso. Buscamos, dessa forma, discutir o papel discursivo da colaboração intraturno com base nas ideias apresentadas por Hengeveld; Mackenzie (2008), na obra *Functional Discourse Grammar* (GDF), principalmente no que diz respeito ao Componente Contextual da língua, que interfere no Componente Gramatical, auxiliando as operações de formulação e codificação dos enunciados. Estes autores assumem, nessa obra, como objeto de análise, o Ato Discursivo, o que permite o tratamento dos parâmetros referentes à colaboração, já que esta focaliza unidades linguísticas que, muitas vezes, são maiores ou menores que a oração.

Dentro desse paradigma, seguimos a ideia de que o processo de produção do discurso parte da intenção para a articulação. Assim, o falante decide, primeiramente, o seu propósito comunicativo para, em seguida, fazer a seleção da informação desejada e codificá-la gramatical e fonologicamente e, só então, articulá-la.

Ao abordarmos a colaboração do ouvinte para auxiliar a construção do enunciado do falante no contexto em que ela é utilizada, concebemos, tal como Gouveia (1996), que a comunicação linguística não existe fora da interação social e que as marcas linguísticas de colaboração devem ser estabelecidas em um determinado contexto. Assim, tentamos observar, em nossa análise, todos os componentes que, segundo Hilgert (1989), baseado nas ideias de

Motsch; Pasch⁵ (1987), constituem uma atividade linguística (AL): a enunciação (e); a intenção do locutor/autor em atingir o seu objetivo (int); as condições necessárias para que tal objetivo seja alcançado (cond) e as consequências decorrentes de lograr-se tal objetivo (cons).

Investigamos o processo colaborativo da fala na Norma Oral do Português Popular de Fortaleza, analisando como a colaboração é estabelecida na comunicação. Acreditamos que é o contexto (situacional e cotexto) que determina ou especifica o significado dos elementos linguísticos, como sugere Silva-Corvalán (1995). Dessa forma, Há a necessidade de recorrermos à Pragmática, para observarmos que as escolhas por determinados itens são condicionadas pelo contexto do discurso.

Assim, tentamos fazer uma análise que dê conta do nível de atuação em que ocorre a colaboração, dos aspectos de formulação e codificação desta, descritos na GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) e na GDF do Ouvinte (HENGEVELD, 1987; GIOMI, NO PRELO), bem como descrever os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos que a colaboração do ouvinte apresenta na interação comunicativa.

É relevante esclarecer que a opção por abrigar no paradigma funcionalista este trabalho foi motivada, principalmente, pela escolha do tema e do objetivo de analisar os propósitos comunicativos e as intenções do enunciador em situações concretas de uso das marcas linguísticas de colaboração como auxílio à construção do enunciado do Falante, já que, nesta corrente, assume-se que todos os elementos envolvidos no contexto situacional exercem grande influência sobre a estrutura linguística. Isso não significa que o paradigma funcionalista seja melhor que o paradigma formalista. Assumimos, com Dillinger (1991), que ambos podem ser vistos como complementares, uma vez que um prioriza a análise da forma, e outro, apesar de integrar forma e função, dá prioridade à análise da função.

No que concerne à organização da tese, esta se divide em quatro partes: I – *Introdução*, II- *Fundamentação teórica*, III- *Análise da colaboração intraturno no NORPOFOR* e IV - *Conclusão*.

A primeira parte, como vimos, comporta o capítulo de *Introdução* e traz algumas linhas gerais sobre nossa pesquisa, sobre o seu surgimento, a escolha do objeto de análise, do *corpus* NORPOFOR e da teoria de base.

A segunda parte está subdividida em três capítulos: Capítulo 2 – *Funcionalismo Linguístico*, no qual fazemos uma revisão teórica de caráter amplo do paradigma funcional, mais precisamente, do modelo da Gramática Discursivo-Funcional e da GDF do ouvinte, que

⁵ MOTSCH, W.; PASCH, R. illokutive Handlungen. In: MOTSCH, W. (org) – **Satz, text, sprachliche handlung**. Berlim (Oriental) , Akademie-Verlag, Studia Grammatica XXV, 1987, p. 11-79.

servirão de embasamento teórico para nosso estudo; Capítulo 3 – *Fala e conversação*, no qual se insere uma discussão sobre as características da conversação com base na Análise da Conversação, correlacionando-as ao objeto de nossa pesquisa, a colaboração do ouvinte e do modelo teórico da GDF; e Capítulo 4 – *A colaboração*, com uma revisão dos estudos sobre colaboração e uma discussão sobre sua definição e suas características.

A terceira parte comporta três capítulos: Capítulo 5 – *Metodologia*, constando a descrição do *corpus*, os procedimentos metodológicos adotados, a descrição das categorias de análise adotadas; Capítulo 6 – *Análise da colaboração intraturno nos diálogos entre informante e documentador, no NORPOFOR*, em que fazemos a discussão dos resultados, evidenciando: a) uma proposta de reformulação do modelo da Gramática Discursivo-Funcional voltada ao ouvinte de Giomi (NO PRELO), b) uma re-elaboração da escala de aceitação e não aceitação da colaboração de Hilgert (2002) e c) as análises referentes aos inquéritos do tipo *DID*; e Capítulo 7 - *Análise da colaboração intraturno nos diálogos entre dois informantes, no NORPOFOR*, com a discussão dos resultados encontrados nos *D2* e comparações entre os dados dessa análise e os da análise do tipo *DID*.

Por fim, a quarta parte da pesquisa, consiste no capítulo 8, na *Conclusão* da tese, em que sistematizamos os principais resultados de modo a estabelecer a nossa contribuição à descrição e análise da colaboração como fenômeno linguístico ainda pouco investigado.

Esperamos que esta tese constitua material relevante para o estudo da colaboração na fala e, de um modo geral, para o desenvolvimento da teoria linguística que trata da comunicação e para o ensino da língua numa perspectiva interacional.

PARTE II- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2 FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO

“... colocar como objeto de investigação a língua em uso é ter presente que o uso da linguagem e a produção de texto se fazem na interação”.

(NEVES, 2006, p. 15)

Neste capítulo, apresentamos as principais características de nosso suporte teórico: o Paradigma Funcionalista, mais precisamente, a Gramática Discursivo-Funcional (Doravante GDF) de Hengeveld; Mackenzie (2008); a GDF voltada para o ouvinte (GIOMI, NO PRELO), além de relacionarmos os postulados dessas teorias ao nosso objeto de estudo, a colaboração do ouvinte no turno do falante, em inquéritos do tipo *DID* e *D2* do NORPOFOR.

2.1 Noções gerais sobre o paradigma funcionalista

No paradigma funcional, não há uma única visão ou um único modelo, o que existem são propostas diferentes, mas que têm um denominador comum: a análise da expressão linguística no contexto de uso. Dessa forma, o Paradigma Funcional se interessa, primordialmente, pelas funções que as expressões linguísticas desempenham na mediação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte.

O sistema linguístico, na teoria funcional, é visto como um conjunto de escolhas que geram significados, ou seja, um construto formal de “rede sistêmica”, uma vez que a língua, ou parte dela, é representada como uma rede de opções (escolhas) de que o falante dispõe para construir seu texto. Dessa forma, as expressões linguísticas são responsáveis por produzir os significados no uso (cf. HALLIDAY, 1985).

Nogueira (2006) explica que, apesar de haver diferentes vertentes funcionalistas (funcionalismo praguense, funcionalismo inglês, funcionalismo holandês, funcionalismo norte-americano), distinguidas, principalmente, pelo nível de generalização e abstração das propostas teóricas, entre outros aspectos, todas se interessam, primordialmente, pelas relações que se estabelecem entre forma e função.

O termo *função*, na teoria funcionalista, tal como expõe Nichols (1984), é um termo polissêmico e não um conjunto de homônimos. Segundo a autora, todos os sentidos estão relacionados à dependência de algum elemento estrutural dado com outro elemento

linguístico de outra ordem ou domínio, seja ele estrutural ou não estrutural; e eles todos estão relacionados ao papel que um dado elemento estrutural exerce no todo, na linguagem e na comunicação.

Na literatura funcionalista, foram identificados por Nichols (1984) cinco usos do termo *função*, são eles: a) função/interdependência: relacionado à inter-relação entre as formas, covariação; b) função/propósito: propósito do uso da linguagem relacionado com os atos de fala (pergunta, ordem, declaração, etc); c) função/contexto: diz respeito a como os contextos são refletidos pela língua no discurso; d) função/relação: relação de um elemento estrutural com uma unidade de ordem superior; e) função/significado: relacionada à significação dos elementos em relação aos propósitos e contextos pragmáticos. Vale ressaltar que os usos do termo *função* não são mutuamente excludentes, e a maioria das acepções desse termo se refere ao propósito comunicativo ou contexto situacional.

A noção de “função” de Halliday (1985), isto é, a acepção de função/propósito, relacionada ao papel desempenhado pela linguagem na vida dos indivíduos, servindo aos múltiplos e variados propósitos sociocomunicativos, e não a “função” que desempenham as classes de palavras ou os sintagmas dentro da estrutura de unidades maiores, é a que estamos utilizando em nossa investigação do uso da colaboração do ouvinte no turno do falante, na Norma Oral do Português Popular de Fortaleza, já que objetivamos investigar a funcionalidade do uso deste tipo de recurso e os propósitos sociocomunicativos com que ele é utilizado.

Uma gramática, nessa perspectiva, deve abranger tanto os estudos do sistema, quanto do texto e deve também compreender a multifuncionalidade dos itens na estrutura, pois não há uma arbitrariedade, nem isomorfismo de função para forma, ou de forma para função. Uma função pode ser desempenhada por várias formas, do mesmo modo que uma forma pode desempenhar múltiplas funções no sistema linguístico.

Nichols (1984) faz uma comparação entre as gramáticas estrutural, formal e funcional descrevendo o que se propõe em cada uma delas. A gramática estrutural tem o propósito de descrever as estruturas gramaticais, já a gramática formal tenta construir um modelo formal de linguagem e descrever os fenômenos a partir dele e a gramática funcional, além de analisar a estrutura gramatical, observa também a situação comunicativa: o propósito do evento de fala, os participantes e o contexto discursivo. Segundo Nichols (1984), é justamente a situação comunicativa que motiva, restringe, explica, ou seja, determina a estrutura gramatical. A gramática funcional, diferentemente da formal e da estrutural, propõe uma explicação baseada na situação comunicativa.

Comparando os paradigmas formalistas e funcionalistas, Neves (1997), citando Dik (1989), comenta que, segundo o paradigma funcionalista, a linguagem não é um objeto autônomo, isto é, não é suficiente em si mesma e não pode ser vista fora do contexto do uso, pois está sujeita às pressões dele, o que se contrapõe à visão de linguagem do modelo formalista em que a linguagem é auto-suficiente.

No paradigma formal, a língua é definida como um conjunto de orações que têm como principal função a expressão de pensamentos e seu correlato psicológico está baseado na competência linguística, isto é, na capacidade de produção e interpretação de orações, em que o estudo desta é priorizado em detrimento da atuação.

No paradigma funcional, a língua é definida como um instrumento de interação com a função primordial de comunicação. Neste, é a competência comunicativa a base do correlato psicológico, a habilidade de interação social por meio da língua. Nesse paradigma, a aquisição da linguagem se dá mediante um *input* extenso e estruturado de dados a que se expõe o indivíduo no contexto natural; ao contrário, no paradigma formalista, a linguagem é adquirida por meio de propriedades inatas e de um *input* restrito. Os universais linguísticos são inatos, segundo a perspectiva formal; de acordo com a funcional, derivam do uso da linguagem, ou seja, das necessidades e habilidades do homem.

Optamos por seguir a teoria funcionalista pelo objetivo da pesquisa que é analisar a colaboração do ouvinte, observando as funções textual-interativas que essas colaborações desempenham nos diálogos dos tipos *D1D* e *D2*, no NORPOFOR. Dessa forma, seguimos o pressuposto funcional de priorizar a função, apesar de não descartarmos o estudo da forma. E, dentro dessa teoria, seguimos a GDF e o modelo da GDF baseado no ouvinte pelo fato de ambas irem além dos limites da oração, lidando com unidades maiores ou menores que ela. Assim, como a colaboração se caracteriza por ser um segmento de complementação ou elaboração do turno do outro, muitas vezes, ela pode ser expressa por unidades menores ou maiores que a oração.

2.2 A gramática funcional

A proposta da Gramática Funcional (GF) que descrevemos nesta seção é a de Dik (1997, 1989) e tem como principal objetivo dar conta de uma teoria geral sobre a capacidade de comunicação dos usuários de uma língua. É uma gramática tipológica que analisa a organização gramatical das línguas naturais, fundamentada na concepção de que as línguas

são estruturas complexas e funcionam como instrumentos de comunicação entre seres humanos.

Dik (1989, p. 1) afirma que, ao se adotar um enfoque funcionalista para o estudo da língua natural, alguns questionamentos podem ser formulados, a saber:

“Como a língua natural é operada pelo falante? Como os falantes e destinatários fazem para serem bem sucedidos na comunicação uns com os outros por meio do uso da expressão linguística? Como é possível eles se entenderem mutuamente e influenciarem o estoque de informação uns dos outros e, principalmente, o comportamento prático?” (DIK, 1989, p. 1)

A partir de tais questões, o autor lança uma proposta de um modelo de uso da língua natural que subsidie a comunicação entre os indivíduos.

Esse autor postula que, num estudo de caráter funcionalista, os componentes sintático e semântico não devem ser estudados isoladamente, porque somente uma análise desses componentes dentro do quadro mais amplo da pragmática pode oferecer uma visão mais completa do fenômeno linguístico, ou seja, as funções e as regras gramaticais devem ser vistas como instrumentais em relação ao uso. Assim, os componentes devem ser observados de maneira integrada, como um organismo no qual todos os membros exercem um papel hierarquicamente determinado para o desenvolvimento do todo.

Nos termos de Dik (1997, p. 3), a interação verbal é uma atividade estruturada, regida por normas, regras e convenções; e cooperativa, pois envolve pelo menos dois participantes, para que os objetivos comunicativos sejam alcançados. Dessa forma, uma análise linguística não deve estar restrita ao estudo do sistema de regras gramaticais (semânticas, sintáticas, morfológicas, fonológicas) que constitui a expressão linguística, mas deve ser desenvolvida dentro dos padrões de uso que envolvem as regras pragmáticas de interação verbal.

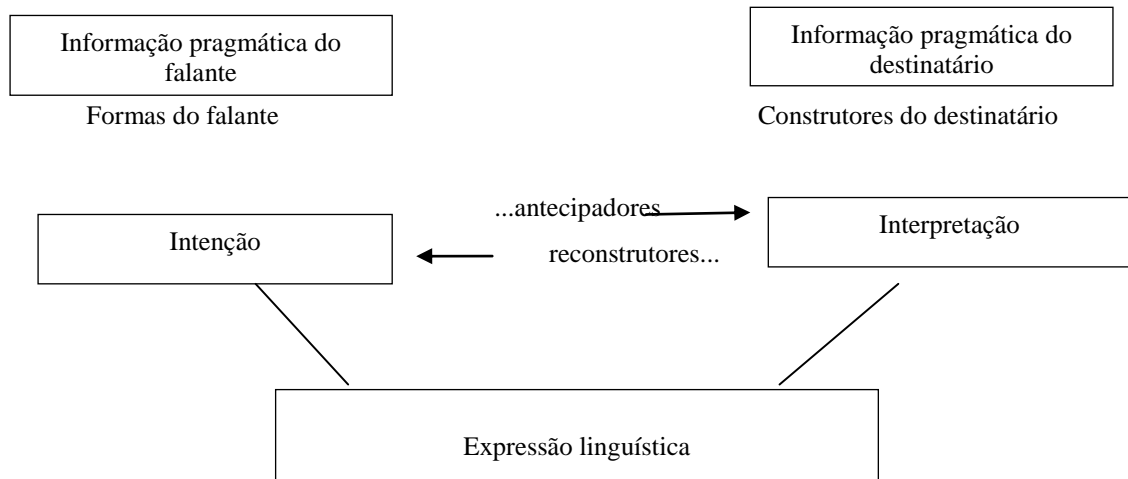
Como o funcionalismo se interessa pela *Competência Comunicativa*, isto é, pela capacidade que um indivíduo tem de se comunicar de forma efetiva influenciando o seu interlocutor (HYMES, 1979), há cinco capacidades essenciais às regras de comunicação linguística que devem ser consideradas como incorporadas ao modelo de uso da língua, a saber:

- (i) a capacidade linguística, que permite produzir e interpretar expressões linguísticas de grande complexidade e variedade estrutural e em grande número de situações comunicativas;

- (ii) a capacidade epistêmica, que possibilita construir, manter e explorar um conhecimento organizado. Dessa forma, torna-se possível derivar, arquivar, recuperar e utilizar tais conhecimentos de maneira apropriada nas expressões linguísticas;
- (iii) a capacidade lógica, que permite, por meio de princípios de raciocínio dedutivo e lógico, derivar novas peças de conhecimento, a partir das existentes;
- (iv) a capacidade perceptual, que permite perceber o ambiente e, a partir disso, usar o conhecimento adquirido tanto na produção quanto na interpretação das expressões linguísticas;
- (v) a capacidade social, que possibilita não apenas saber o que dizer, mas como dizer a informação numa situação comunicativa particular, auxiliando a consecução dos objetivos do falante.

Além das capacidades essenciais às regras de interação verbal, segundo a proposta de Dik (1997), há o seguinte modelo de interação, no qual tanto o falante quanto o ouvinte têm informação pragmática:

Figura 1 – Modelo de interação verbal da Gramática Funcional



Fonte: Dik (1997, p. 8)

No modelo supracitado, o falante constrói sua fala em função da informação pragmática que tem, ou seja, em função de seus conhecimentos e de suas crenças, juntamente com sua intenção e suas pressuposições acerca da informação pragmática do seu destinatário⁶.

⁶ Vale ressaltar que estamos utilizando o termo “destinatário” como tradução de “adresse”, termo se que apresenta na teoria de Dik.

O destinatário constitui sua interpretação a partir da expressão linguística, de sua informação pragmática e da reconstrução das intenções do falante.

Em síntese, a GF de Dik (1997) enquanto teoria visa a: (i) uma adequação tipológica – volta-se para as semelhanças e diferenças entre as línguas naturais, integrando forma, sentido e uso; (ii) uma adequação pragmática – integra gramática numa teoria pragmática mais ampla de interação verbal, já que propõe uma descrição linguística voltada para o fato de que uma língua é utilizada na interação verbal, segundo os propósitos comunicativos dos usuários e (iii) uma adequação psicológica – relaciona os comportamentos linguísticos a modelos que lidam com aspectos psicológicos, visa a explicar a relação entre a expressão linguística e os processos mentais envolvidos em sua constituição.

Aplicando esse modelo ao uso do recurso de colaboração na construção do enunciado do outro, temos que as colaborações são utilizadas pelo ouvinte segundo a informação pragmática que ele tem no momento da interação verbal, juntamente com sua intenção comunicativa e suas pressuposições acerca da informação pragmática de seu interlocutor. Assim, o ouvinte constitui sua interpretação e oferece sua colaboração a partir: a) da expressão linguística incompleta fornecida pelo falante; b) da sua (ouvinte) informação pragmática e, c) da reconstrução das intenções comunicativas do falante. E o falante, por sua vez, de acordo com os seus objetivos comunicativos, pode vir a aceitar ou recusar a expressão linguística colaborativa dada por seu ouvinte.

A GF tem como *foco* de análise a expressão linguística restringida aos limites da oração. Hengeveld (1987) e Dik (1989, 1997) consideraram dois níveis possíveis de análise da oração, um Nível Representacional e um Nível Interpessoal. O primeiro diz respeito ao estado-de-coisas narrado na situação, aos aspectos referentes ao entendimento do que foi descrito pelo interlocutor em termos de realidade do evento; já o segundo está relacionado aos aspectos pragmáticos que se referem às intenções comunicativas perceptíveis na oração.

A oração na GF é concebida como constituída por camadas subjacentes que vão desde unidades menores até unidades maiores, hierarquicamente organizadas. Ela designa um ato de fala⁷ e é modificada na medida em que operadores (meios gramaticais – aspecto, tempo, modo etc.) e/ou satélites (meios lexicais – advérbios, loc. adjetivas, etc.) são introduzidos em sua estrutura. O quadro, a seguir, mostra um resumo da organização da estrutura oracional em camadas segundo a GF:

⁷ Uma ação executada através do dizer, um agir sobre o outro e sobre o mundo. Definição de ato de fala de Austin (1962), do livro póstumo *How to do Things with words*.

Quadro 1 - Modelo de representação da oração na GF

NÍVEL	UNIDADE ESTRUTURAL	ORDEM	TIPO DE ENTIDADE
Interpessoal	Cláusula (E)	ato de fala	4
	Proposição (X)	fato possível	3
Representacional	Predicação (e)	estado-de-coisas	2
	Termo (x)	indivíduo	1
	Predicado (f)	propriedade/relação	0

Fonte: Hengeveld (1987) e Dik (1989)

No quadro, vemos o Nível Representacional composto por uma unidade estrutural mais baixa, o predicado (f), que é uma entidade de zero ordem e designa uma propriedade ou uma relação. Esta unidade, quando expandida por aplicação de certo número de *termos(x)*, designa uma predicação (e), uma unidade de segunda ordem que pode ser situada no tempo e no espaço, isto é, um estado-de-coisas, definido por Dik (1989) como “algo que pode ocorrer em algum mundo”.

A predicação ao ser expandida forma uma proposição (X), uma entidade de terceira ordem que pode ser avaliada em termos de seu valor de verdade ou falsidade e por isso faz parte do Nível Interpessoal. A proposição, quando expandida e revestida por uma força ilocucionária, designa uma cláusula (E) ou oração que, como citado anteriormente, corresponde ao ato de fala, unidade maior de análise da GF.

Esta noção de organização da oração em camadas da GF nos permite verificar como a colaboração intraturno, quando for uma oração ou estiver nos limites desta, está estruturada, assim como observar os limites dentro do qual essa estratégia pode ser utilizada, isto é, o seu escopo. Como a colaboração não está restrita apenas à oração, ela pode ser desde um item lexical a um enunciado completo. Por isso, temos que ir além deste modelo e levar em consideração os avanços da versão mais nova da GF, a Gramática Discursivo-Funcional.

2.3 A Gramática Discursivo-Funcional (GDF)

Os estudos que desenvolveram a Gramática Discursivo-Funcional (GDF) tiveram início a partir de um texto, em 1997, de Hengeveld, intitulado *Cohesion in Functional Grammar*, que analisava o último capítulo da Gramática Funcional de Dik (1997) sobre o discurso e suas propriedades pragmáticas e psicológicas. Este modelo de Gramática Funcional só lidava com fenômenos linguísticos que diziam respeito à oração, sendo considerado um modelo que tentava dar conta de uma gramática da frase (HENGEVELD, 1997).

A Gramática Discursivo-Funcional (GDF) surge trazendo uma proposta de ampliação do modelo de interação da Gramática Funcional de Dik (1989, 1997), pois é uma gramática voltada para o discurso⁸, sendo este um elemento essencial do modelo (CAMACHO, 2008). Vale lembrar que a GDF não é uma gramática do discurso, já que não tem por objetivo maior propor um modelo de análise deste, e sim uma gramática orientada para o discurso, pois propõe um modelo da expressão em seu contexto discursivo, como afirmam os próprios autores:

Gramática Discursivo-Funcional é assim chamada por buscar entender a estrutura dos enunciados em seu contexto discursivo, não no sentido de um modelo de análise do discurso. A intenção do falante não surge no vácuo, mas em um contexto de comunicação multifacetado⁹. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 9. Tradução Nossa)

Esse modelo focaliza, mais precisamente, elementos que não se prendem aos limites da oração, elementos maiores ou menores que ela, como, por exemplo, construções, marcadores discursivos e holófrases, uma vez que, segundo Hengeveld (2005), tais elementos, mesmo desprovidos de uma estrutura predicativa completa, podem desempenhar funções de enunciados completos no discurso. Tal modelo tem adequação tipológica que tenta dar conta de todos os tipos de línguas. Assim, podemos analisar a colaboração do ouvinte no turno do falante tendo como base teórica também a GDF, uma vez que a teoria se adéqua ao nosso objeto de estudo, por não ter seus limites presos à oração, e por a colaboração poder constituir parte do enunciado do outro, sendo ela desde uma simples palavra até expressões de maior extensão que a oração.

No modelo da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), o processo de produção do discurso parte da intenção do falante para a articulação da expressão linguística. Segundo Hengeveld (2004), o falante decide primeiramente o seu propósito comunicativo para, em seguida, fazer a seleção da informação desejada e codificá-la gramatical e fonologicamente e, só então, articulá-la. Esse modelo é modular, segue *abordagem modular* de Kroon (1995), operando níveis distintos que se interrelacionam, assim, o módulo do Contexto interfere no da

⁸ A noção de *discurso* na GDF é distinta da noção de discurso concebida nos manuais da Análise do Discurso, por exemplo, uma vez que não diz respeito a aspectos ideológicos da língua. A GDF emprega este termo referindo-se a uma unidade maior ou menor que a oração que pode ser codificada na gramática de uma língua. Dik (1997) definiu discurso como um fenômeno temporal que torna capaz a atualização da informação pragmática dos participantes da interação. Os significados são atualizados no discurso e por este, assim um novo discurso só pode ser interpretado a partir de um discurso anterior.

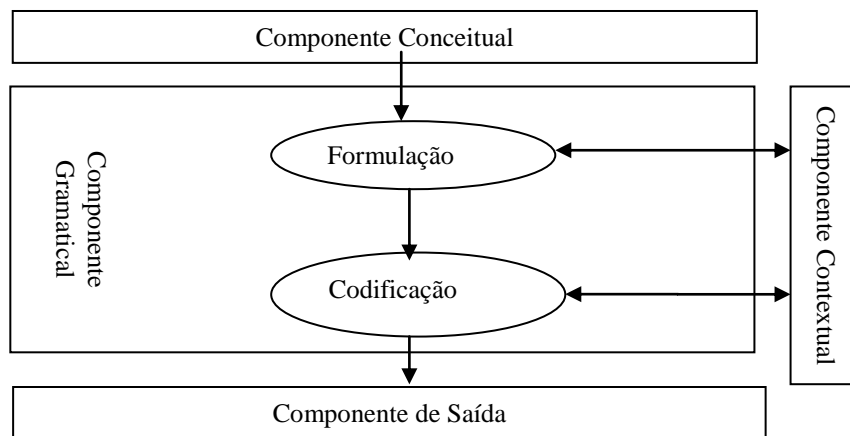
⁹ *Functional Discourse Grammar is so called because it seeks to understand the structure of utterances in their discourse context, though it is in no sense a discourse-analytical model. The intention developed by the speaker does not arise in a vacuum, but in a multifaceted communicative context.*

Gramática e vice-versa o da Gramática no da Articulação, etc. E é também um modelo hierárquico, pois opera de cima para baixo, sendo classificado como *top-down*, diferenciando-se do modelo da Gramática Funcional (GF) de Dik (1997), que é *bottom-up*.

A GDF procura ser uma formalização do conhecimento potencial de um usuário em se comunicar, já que, nesse modelo, o usuário de uma língua é concebido como tendo conhecimento das unidades linguísticas que pode utilizar, tais como lexemas, auxiliares, componentes sintáticos, fonemas e da forma de combinação destas em atos discursivos, proposições, orações, etc. Assim, a GDF, além de oferecer um inventário das formas, explicita como elas podem ser combinadas na interação verbal (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Hengeveld; Mackenzie (2008) postulam na GDF um Componente Gramatical dentro de um modelo global de interação verbal. Esses autores assumem que tal componente se liga a três outros: ao Componente Conceitual, ao Componente Contextual e ao Componente de Saída. Esses três componentes não gramaticais interagem com o Componente Gramatical, em que ocorrem as operações de Formulação e de Codificação. Vejamos a figura a seguir com o modelo de integração dos componentes segundo a GDF:

Figura 2: Modelo de integração dos componentes na GDF



Fonte: Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 6)

As operações de Formulação se referem às regras de representação semântica e pragmática. Regras pragmáticas atuam no Nível Interpessoal, voltado para o uso da língua; e regras semânticas no Nível Representacional, voltado às classificações semânticas dos referentes. As operações de Codificação se referem às regras de conversão das representações semânticas e pragmáticas em representações morfossintáticas e fonológicas, ocorrendo no Nível Morfossintático e no Nível Fonológico.

O Componente Conceitual não faz parte da gramática, mas é o que a move. Ele é responsável pelas representações conceituais relativas aos eventos extralinguísticos, ao conhecimento de mundo dos indivíduos e ao desenvolvimento das intenções comunicativas que dão origem às Formulações que antecedem as Codificações das expressões linguísticas usadas na interação comunicativa. Hengeveld; Mackenzie (2008) apontam que esse componente não inclui todos os aspectos de cognição, somente aqueles que se referem à intenção comunicativa imediata.

O Componente de Saída, segundo Hengeveld; Mackenzie (2008), é responsável pela conversão da informação fornecida pelo Componente Gramatical em material gráfico ou fonológico, isto é, pela produção dos sons ou das letras que, em conjunto, formam a expressão linguística.

O Componente Contextual, segundo Connolly (2007), corresponde ao que Dik (1997) considerou como “informação pragmática”, ou seja, informações referentes ao contexto de interação, ao que é perceptível durante o evento de fala, ao que se pode inferir numa comunicação. Este componente, apesar de não ser central na GDF, interfere no Componente Gramatical, facilitando a percepção das intenções comunicativas do falante e a compreensão do ouvinte.

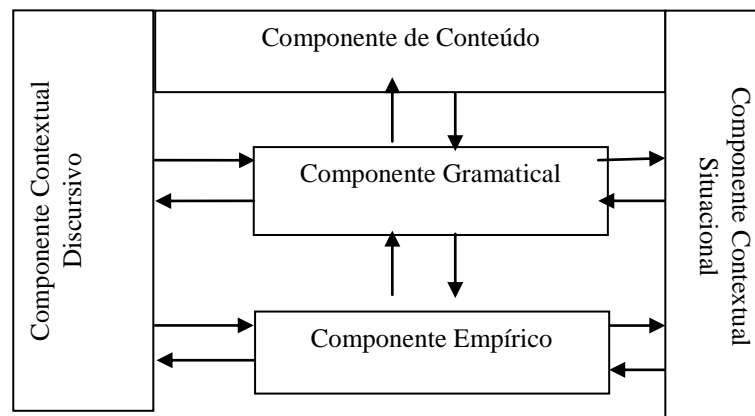
Hengeveld; Mackenzie (2008) deixam claro que o Componente Contextual, por estar relacionado ao contexto de interação discursiva, desempenha um papel fundamental em qualquer análise funcionalista. O contexto deve ser o local onde se armazenam os aspectos pragmáticos envolvidos numa comunicação e onde deve ser analisado o uso dos recursos lexicais, morfossintáticos e semânticos pelos indivíduos. Desse modo, há uma inter-relação entre discurso e contexto, já que um interfere no outro, uma vez que, depois de proferido o enunciado inicial, (ou parte dele – como em nosso estudo), o enunciado subsequente ocorre no contexto do que foi dito até aquele ponto (CONNOLLY, 2007).

Para o nosso estudo, o Componente Contextual é relevante, pois ajustamos o que é explicado na GDF sobre contexto à análise da colaboração do ouvinte no turno do falante, uma vez que o contexto do turno do ouvinte é o turno do falante. O Componente Contextual em interação com o Componente Gramatical, ajuda-nos tanto na interpretação do enunciado do outro, como na interpretação dos problemas de formulação no turno. No caso do processo de colaboração, é a partir da observação do contexto que o ouvinte se torna apto a analisar o enunciado do outro, a fazer sua interpretação, assim como a formular uma expressão que julga a desejada pelo falante para concluir o turno.

Connolly (2007), ao observar que a GDF opta por adotar uma perspectiva de produção orientada para o falante/escritor, em vez de adotar uma perspectiva que dê conta também do ouvinte/leitor, sugere uma ampliação da figura anterior, tendo em conta principalmente o que diz respeito ao Componente Contextual, com o objetivo de observar o contexto na interação entre falante/escritor e ouvinte/leitor.

Esse autor afirma que as diferenças entre os aspectos externos e internos devem ser consideradas num modelo de interação verbal, assim assume que as diferenças entre o contexto situacional e o contexto discursivo (linguístico) devem ser analisadas de forma individualizada em qualquer proposta que leve em conta a comunicação. Visando à observação de tais diferenças, Connolly (2007a) propõe um Supercomponente Contextual composto por três tipos de componentes contextuais, como podemos ver na figura, a seguir:

Figura 3 – Modelo do Supercomponente Contextual



Fonte: Tradução de Connolly (2007, p. 21)

Dessa forma, o Supercomponente Contextual abriga: (a) um Componente de Conteúdo - responsável pelas decisões que o falante/escritor, realmente, expressa na linguagem (intenções, emoções, atos de fala etc), seria uma ampliação do Componente Conceitual proposto na GDF; (b) um Componente Contextual Situacional- responsável pelos aspectos que dizem respeito ao contexto físico, material, tais como o tempo e o lugar onde ocorre a interação; e ao contexto sociocultural, aspectos que dizem respeito a organizações sociais e normas de pensamento e comportamento presentes na comunicação; (c) o Componente do Contexto Discursivo - responsável pelos aspectos linguísticos e multimodais do texto em si.

Esse estudo é interessante para a nossa pesquisa, pois nos ajuda a delimitar o que estamos considerando como contexto ou Componente Contextual (nos termos da GDF). Com

base nele, observamos o contexto denominado como Discursivo ou Componente Contextual Discursivo e o Componente Contextual Situacional, no que dizem respeito aos aspectos linguísticos, especificamente verbais, utilizados no processo de colaboração. Vale ressaltar que os aspectos multimodais não verbais, que compõem este Componente, não são abordados por nós tendo em vista estarmos trabalhando com transcrições de fala e não podermos observar aspectos extralinguísticos não registrados.

Abordamos o contexto situacional ou Componente Contextual Situacional, já que a proposta desse autor se baseia nos estudos de Hymes (1972), que classifica como elementos constituintes desse contexto os participantes envolvidos na situação, o local e tempo em que ela ocorre, os papéis sociais assumidos nela, o grau de formalidade e os propósitos do discurso. Tais aspectos são relevantes no processo de colaboração do ouvinte no turno do falante.

Outro estudo baseado na GDF e que traz contribuições à nossa pesquisa é o de Giomi (NO PRELO). O autor afirma que o modelo da GDF pode ser "virado de ponta-cabeça e entendido como um modelo de análise da compreensão" voltado para o ouvinte. Ele observa como se dão a recepção e a interpretação da expressão linguística pelo ouvinte no processo de interação verbal. O trabalho de Giomi busca, mais precisamente, caracterizar o Componente Contextual voltado para o ouvinte e explorar os aspectos da comunicação humana a partir da relação entre os Componentes Gramatical e Contextual da GDF baseada no ouvinte.

Assim, voltando ao que propõe Giomi, a aplicabilidade do modelo da GDF, pela própria natureza, pode ir da associação exclusiva com o falante à análise de todos os participantes no diálogo. Portanto, mesmo que o modelo da GDF tenha sido criado para dar conta do processamento e geração dos enunciados, ele não se opõe à análise desses, como podemos ler na citação de Hengeveld; Mackenzie (2008), a seguir:

Note que, embora a apresentação do modelo da GDF incida sobre a produção de enunciados, o modelo poderia, em princípio, ser transformado para dar conta da análise de enunciados. É claro que os ouvintes analisam *input* fonético em termos de representações fonológicas, que são, em seguida, agrupadas em constituintes morfossintáticos, a partir dos quais as representações significativas são construídas.¹⁰ (*ibid.*)

¹⁰ Note that, although the presentation of the FDG model will focus on the generation of utterances, the model could in principle be turned on its head to account for the parsing of utterances. It is clear that listeners analyze phonetic input into phonological representations, which are subsequently grouped into morphosyntactic constituents, from which meaningful representations are then constructed.

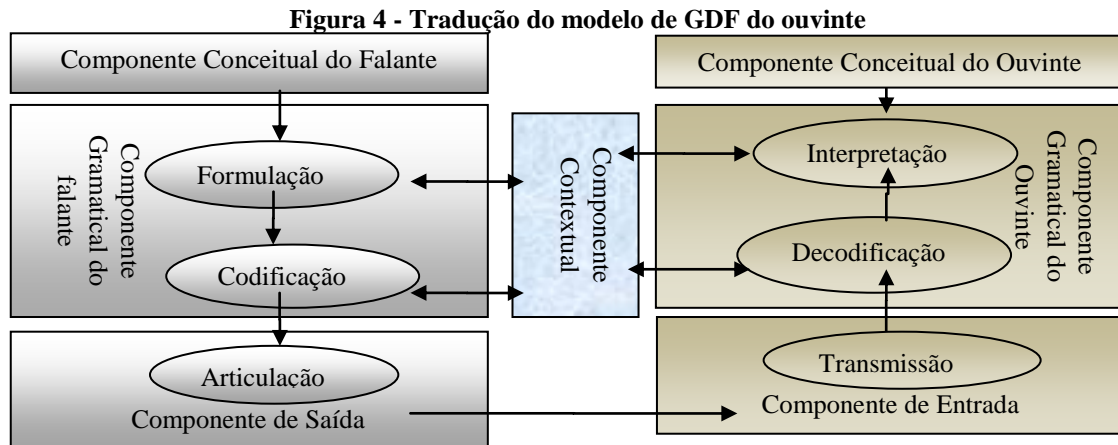
A proposta da GDF baseada no ouvinte não rompe com o modelo da GDF, mas se espelha nele, já que, como o próprio Giomi afirma, a língua possui apenas uma gramática, seja ela utilizada pelo indivíduo como falante ou como ouvinte. A maneira de utilização da língua é que muda segundo o propósito de produzir ou interpretar os enunciados. Giomi lembra que isso se dá não apenas por causa do princípio da economia linguística, mas pelo fato de o falante de uma língua ter a capacidade tanto de produzir como de compreender enunciados.

Ainda segundo Giomi, ao reconstruir todas as etapas que compõem a transferência¹¹ de informações do falante para o ouvinte, deve-se ter em conta que o Componente Contextual desempenha funções diferentes nas duas operações, de produção e de interpretação dos enunciados, pois o processamento linguístico do falante deve ser visto como oposto ao processamento linguístico do ouvinte, já que as entradas desses dois processos são diferentes em sua natureza. Este autor discute as implicações da abordagem proposta para o papel e o estatuto teórico do Componente Contextual na GDF e integra as bases do falante e do ouvinte no modelo da GDF, propondo uma reformulação do esquema dos processos analisados na Gramática Discursivo-Funcional, de modo a estabelecer o Componente Contextual como compartilhado pelos interlocutores no momento da interação.

Vale lembrar aqui que, como afirmamos anteriormente, as funções de falante e ouvinte são permutáveis nas interações, sendo essa troca mais perceptível em diálogos. Isso significa, para o autor, que os mesmos níveis gramaticais, que são relevantes na produção, são também relevantes na compreensão da linguagem, assim como o mesmo conjunto de regras usado pelo primeiro é avaliado pelo segundo. (GIOMI, NO PRELO, p. 3).

No modelo da GDF baseada no ouvinte, vemos que o *foco* deixa de recair apenas no falante, passando a enquadrar também o ouvinte, desde a transmissão da expressão linguística no Componente de Entrada, passando pela decodificação, até chegar à interpretação. Vejamos, na figura a seguir, como este autor representa esta concepção de compartilhamento do componente contextual.

¹¹ Usamos o termo “transferência” como o autor utiliza em seu trabalho, mas aqui não significa dizer que a informação produzida pelo falante é oferecida ao ouvinte como uma informação pronta, uma vez que o próprio modelo mostra que os Componentes Contextuais e Conceituais, que dizem respeito, respectivamente, ao contexto comunicativo e ao conhecimento de mundo dos participantes da interação interferem tanto na produção das informações como na interpretação destas.



Fonte: Giomi (NO PRELO, p. 8)¹²

Outro avanço em relação à proposta inicial da GDF que podemos notar na figura é no que diz respeito ao Componente Contextual que, nesta proposta, é concebido como compartilhado pelo falante e ouvinte. Isso dá um papel de destaque ao Componente Contextual, uma vez que ele é analisado como interferindo tanto no processo de formulação e codificação do falante (como prevê a GDF), como no processo de interpretação e de decodificação do enunciado pelo ouvinte.

Assim, se a GDF é reinterpretada como dialógica, o Componente Contextual emerge como compartilhado por todos os membros da interação, tendo uma função fundamental no jogo das trocas discursivas e nas interações intraturno, já que, como afirma Connolly (2007), os enunciados são produzidos e compreendidos dentro de um contexto.

Outro ponto que podemos inferir do modelo de Giomi é que, enquanto o processo de produção do enunciado pelo falante é como *top-down*, já que parte das intenções à articulação, o processo de interpretação do enunciado pelo ouvinte é *bottom-up*, partindo da transmissão à interpretação, passando pela decodificação. Vale lembrar que o Componente Conceitual interfere também na interpretação, como mostrado na figura.

Esse trabalho também é importante para nossa pesquisa, por considerar o ouvinte em sua análise, e por analisar o Componente Contextual como compartilhado por ambos os participantes na interação. Assim, permite-nos também entender o processo de absorção e de processamento da informação do falante, possibilitando-nos ter uma ideia do que ocorre durante uma interação verbal face-a-face.

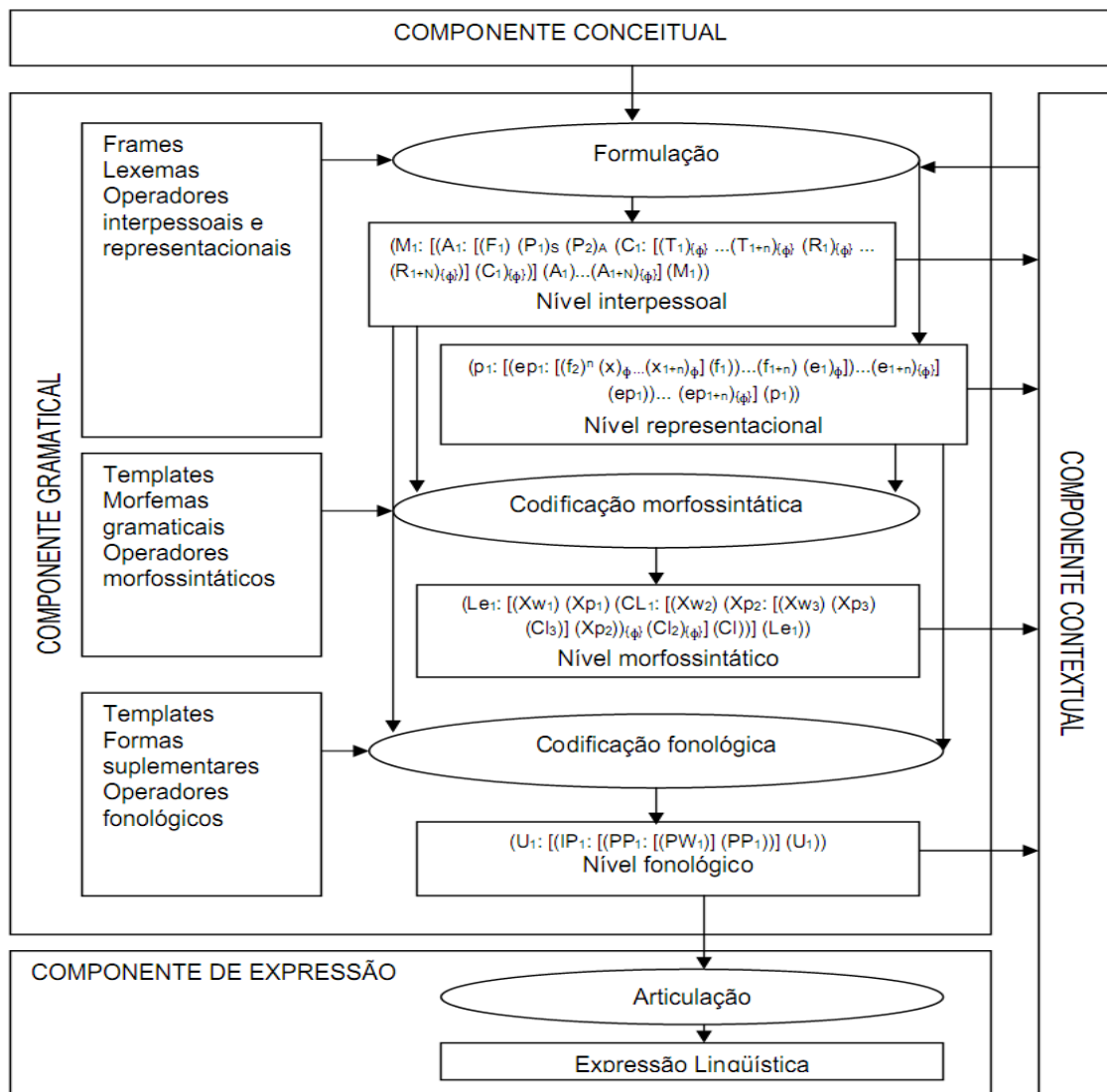
Na seção a seguir, descrevemos a arquitetura organizacional da GDF, observando os níveis e as camadas que constituem Componente Gramatical nessa gramática.

¹² Tradução nossa.

2.4 Níveis de organização da GDF

De acordo com o modelo da GDF, há quatro níveis organizados hierarquicamente que interagem no componente Gramatical: o Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico. Os dois primeiros níveis atuam no processo de Formulação, e os dois últimos, no processo de Codificação. Cada nível é concebido como um módulo separado e internamente organizado em camadas. Esses níveis interagem com os demais componentes do modelo, como podemos ver na figura a seguir:

Figura 5 - Representação da arquitetura em camadas da GDF



Fonte: Hengeveld; Mackenzie (2010, p. 4)

O Componente Conceitual, como discutimos, atua no Componente Gramatical, indicando as intenções do falante que serão processadas e formuladas pelos níveis

Interpessoal e/ou Representacional até serem codificadas morfosintático e fonologicamente, formando um *Input* para a articulação da Expressão Linguística no Componente de Saída. Todas as operações realizadas dentro do Componente Gramatical são influenciadas pelo Componente Contextual e o influenciam.

Na arquitetura descendente da GDF, as elipses são o lugar onde ocorrem as operações, os quadrados contêm os primitivos usados em tais operações e os retângulos dizem respeito aos níveis de representação produzidos por essas operações.

Com o objetivo de verificar em qual operação do Componente Gramatical está localizada o escopo da colaboração intraturno e quais as camadas que a formam, faremos, nas seções que seguem, a descrição dos níveis que compõem a GDF.

2.4.1 Nível Interpessoal

Este nível, segundo Hengeveld; Mackenzie (2008), diz respeito a todos os aspectos pragmáticos que as unidades linguísticas refletem na interação entre falante e ouvinte, já que a interpretação dos atos do falante, por meio do discurso, só é referida pela GDF na medida em que as intenções comunicativas desses atos são codificadas na mensagem.

O Nível Interpessoal trata das intenções comunicativas que podem ser interpretadas a partir da expressão linguística do indivíduo, das ações que os indivíduos fazem por meio da utilização da linguagem, dos propósitos de interação, tendo em vista que cada falante emprega uma estratégia, mais ou menos conscientemente, para atingir seus objetivos na comunicação.

Esse nível opera as unidades do discurso que são hierarquicamente organizadas em consonância com a arquitetura global da GDF. Cada uma dessas unidades representa uma ação ou descreve uma ação que pode ser complexa ou formada por ações menores. Dessa forma, o Nível Interpessoal contém a descrição de todas as unidades linguísticas que influenciam ou repercutem na interação verbal.

No Nível Interpessoal camadas menores se juntam e formam camadas maiores até o *Move* ou Movimento (M), esta hierarquização representa o sequenciamento das ações linguísticas. Um *Move* é a camada mais alta nesta hierarquia e descreve todo o segmento do discurso que é relevante na interação. Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 50) explicam o *Move* com base na definição de Kroon (1995, p. 65-66), que diz ser este "a unidade mínima livre do discurso que é capaz de entrar em uma estrutura de troca". Uma característica identificada do

Move é que ele é ou requer uma reação, ou seja, ele tem um efeito perlocucionário. Assim, ele ou é uma resposta a uma ação ou requer uma resposta a uma ação.

Vejamos a organização desse nível, na Figura 6, a seguir,:

Figura 6 - Organização do Nível Interpessoal segundo a GDF

(π M1: [<i>Move</i> ou Movimento
(π A1: [Ato Discursivo
(π F1: ILL (F1): Σ (F1))	Ilocução
(π P1: ... (P1): Σ (P1))S	Falante
(π P2: ... (P2): Σ (P2))A	Ouvinte
(π C1: [Conteúdo Comunicado
(π T1: [...] (T1): Σ (T1)) Φ	Subato de atribuição
(π R1: [...] (R1): Σ (R1)) Φ	Subato de referência
] (C1): Σ (C1)) Φ	Conteúdo Comunicado
] (A1): Σ (A1)) Φ	Ato Discursivo
1 (M1): Σ (M1))	<i>Move</i> ou Movimento

Fonte: Hengeveld; Mackenzie (2010)¹³.

Vale ressaltar que, como afirmam Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 52), o *Move* pode variar em termos de sua complexidade, indo desde um silêncio, como uma reação não verbal a uma iniciação, linguagem não verbal (um dar de ombros, um olhar, um mover a cabeça etc) a um longo trecho de discurso, com a utilização de material linguístico, contendo um ou mais atos temporalmente ordenados.

Quando o *Move* contém mais de um ato, a relação entre os atos que o compõem pode ser de duas formas: (a) Relação de equipolência – quando os dois ou mais atos indicam o mesmo estatuto comunicativo, podendo ser comparado à relação existente entre orações coordenadas, como no exemplo que segue:

Ex (1): A: O que aconteceu ontem na primeira liga escocesa?
B: *Celtic venceu. E Rangers perdeu*¹⁴.

No exemplo anterior, vemos que o *Move* de iniciação do falante A provoca um *Move* de reação do falante B, que, por sua vez, é constituído por dois Atos Discursivos (*Celtic venceu*- ato 1 e *E Rangers perdeu* – ato 2), que possuem o mesmo estatuto comunicativo.

(b) Relação de dependência – quando os atos indicam uma situação comunicativa distinta, havendo uma relação de dependência entre eles, semelhante ao que ocorre nas orações subordinadas. No exemplo a seguir, temos uma ocorrência da relação de dependência:

¹³Versão em inglês (2008, p. 49).

¹⁴A: *What happened yesterday in the Scottish Premier League?* B: *Celtic won. And Rangers lost.* (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 53).

Ex (2): *Cuidado, porque haverá perguntas capciosas no exame*¹⁵.

Em (2), temos dois atos discursivos com estatuto comunicativo desigual, um primeiro ato com ilocução de advertência (*Cuidado*), que tem uma função retórica de alertar/avisar, e um segundo ato com ilocução declarativa (*porque haverá perguntas capciosas no exame*), que exprime uma justificativa do primeiro.

Vale ressaltar que a marca de finalização do *Move* na fala é a entonação e, na escrita, corresponde mais ou menos ao parágrafo. No nível Representacional, o *Move* equivale ao Episódio. Esclarecemos que estamos observando a colaboração enquanto *Move* constituído por atos linguísticos.

Numa tentativa de diferenciação de *Move* e Ato, Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 50) afirmam que um Ato Discursivo (A) pode provocar um *backchannel*, uma resposta que encoraja o falante a continuar e que somente um *Move* tende a provocar uma reação do interlocutor. Estes autores observam que, muitas vezes, o *Move* corresponde a um único Ato Discursivo e que nem sempre é fácil fazer a distinção entre os dois. Mas concluem que o Ato não desenvolve necessariamente *reações* que fazem a interação avançar como ocorre com o *Move*.

Os autores também afirmam que, em um diálogo, na alternância de falas, o *Move* pode corresponder ao turno do falante. Mas, muitas vezes, ele pode ser apenas parte do turno. Isto é, um turno pode corresponder a apenas um *Move*, ou conter mais de um *Move*. Isto se dá quando o falante resolve realizar mais de uma ação durante seu turno, como no exemplo a seguir:

Ex (3): A: Qual a capital da Latvia? (*Move* 1)
 B: Riga. Por que você pergunta? (*Move* 2 e *Move* 3)
 A: Eu estou fazendo minha lição de casa¹⁶. (*Move* 4)

No exemplo, vemos um *Move* inicial do falante A, que pergunta a seu interlocutor *qual é a capital de Latvia*. B responde que é *Riga* e faz outra pergunta em seguida (*Porque você pergunta?*), utilizando-se, assim, de dois *Moves* (um de reação, pois é uma resposta a uma pergunta, e um de iniciação, pois requer uma reação) e A responde (*eu estou fazendo meu dever de casa* – *Move* 4).

¹⁵ *Watch out, because there will be trick questions in the exam.* (Id).

¹⁶A: *What is the capital of Latvia?* B: *Riga. Why do you ask?* A: *I'm doing my homework.* (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 53).

Essa noção de *Move* é interessante para nossa pesquisa, já que diz respeito à observação das ações do falante e do ouvinte na alternância de falas. Assim, podemos observar estas ações no que diz respeito ao comportamento dos interlocutores nos limites de um único turno em que haja a colaboração do ouvinte.

O *Move*, dentro do processo de colaboração aqui estudado, pode indicar, respectivamente, três ações: (i) a do falante de instigar o ouvinte a participar da conversa, correspondendo essa ação ao que Hengeveld; Mackenzie (2008) identificam como *Move* de iniciação; (ii) a do ouvinte de reagir a essa ação e dar uma resposta, um *Move* de reação, que coincide com a colaboração propriamente dita e; (iii) a reação do falante à colaboração do ouvinte, podendo coincidir com o *Move* de avaliação, evocando uma resposta ao ouvinte, uma ajuda, por exemplo, na formulação de uma expressão.

O Ato Discursivo (A), por sua vez, corresponde à menor unidade identificável de uma conduta comunicativa e se organiza por ter um esquema ilocucionário (um propósito); envolvendo, pelo menos, dois participantes e um Conteúdo Comunicado com seus argumentos.

O esquema Ilocucionário ou Ilocução (ILL) diz respeito às intenções comunicativas do falante, aos objetivos dele na interação (avisar, declarar, ordenar, negar, criticar etc.) e constitui o Ato Discursivo. Os Participantes (P1) e (P2) são, respectivamente, Falante e Ouvinte, ou seja, os envolvidos na interação verbal.

O Conteúdo Comunicado (C) é tudo o que se deseja fazer comum, informar, e tem relação direta com o falante, podendo ser considerado como Novo (informação nova) ou parcialmente Novo (informação que tem algo não conhecido). O Conteúdo Comunicado pode conter dois tipos de subatos:

- a) Atributivo - responsável pela evocação de uma propriedade (Está chovendo¹⁷, por exemplo); e
- b) Referencial – responsável pela designação de um referente (um carro azul¹⁸).

Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 89-92) classificam as seguintes funções pragmáticas¹⁹ relacionadas à estrutura informacional do Conteúdo Comunicado: (a) *Foco*

¹⁷ *It is raining.* (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 109).

¹⁸ *A blue car.* (Id).

¹⁹ Pezatti (2011) explica que as funções pragmáticas na GDF são responsáveis por expressar as expectativas do falante em relação ao conhecimento do ouvinte, sendo usadas como iniciadores do falante, já que o possibilitam iniciar seu discurso.

(*Focus*) - diz respeito à utilização de estratégias de seleção do falante a fim de preencher uma lacuna na informação do destinatário, ou para corrigir informações desse. Esta função indica uma informação nova relevante na mensagem e pode ser manifestada por meios prosódicos, de palavras interrogativas ou de posicionamento sintático diferenciado da informação. Segundo Dik (1997a), essa função opera como um preenchimento de um formulário. A função *Foco* se opõe à função *Fundo* (*Background*), que diz respeito às demais informações da mensagem que não são relevantes, nem novas. Vejamos, no exemplo que segue, uma manifestação dessas funções:

Ex (4):

Eu	vi uma garça ²⁰ .
<i>Fundo</i>	<i>Foco</i>

(b) *Tópico* (*Topic*) - diz respeito ao ponto de partida do fluxo de atenção linguístico e está relacionado a noções de identificabilidade para o ouvinte, já que indica o ponto de partida de onde deve ser compreendida a mensagem. *Tópico* é definido por Hengeveld; Mackenzie (2008, p.92) como uma reflexão linguística da “recuperação” de uma instrução pelo destinatário. *Tópico* pode ser atribuído a Subatos e conter informações sobre espaço e coordenadas temporais, desde que elas sejam selecionadas para a posição inicial do enunciado. Ele não é, necessariamente, função complementar à de *Foco*, mas, em certos casos, um constituinte pode ser, ao mesmo tempo, *Foco* e *Tópico*, ou seja, uma informação nova relevante e ocupar a posição inicial no fluxo da informação. *Comentário* (*comment*) é tudo que diz respeito ao *Tópico*. Vejamos um exemplo dessas funções, a seguir:

Ex (5):

Álcool	Eu lhe disse para não beber ²¹
<i>Tópico</i>	<i>Comentário</i>

(c) *Contraste* (*Contrast*) – refere-se a um desejo do falante em evidenciar as diferenças específicas entre dois ou mais Conteúdos Comunicados ou entre um Conteúdo Comunicado e uma informação contextualmente disponível. Esta função se opõe à *Sobreposição* (*Overlap*), já que esta se refere ao desejo do falante em apontar semelhanças entre dois conteúdos comunicativos ou entre um conteúdo comunicativo e uma informação contextual. Vejamos um exemplo dessas funções, a seguir:

²⁰ *I saw a heron.* (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 89).

²¹ *Alcohol I told you not to drink.* (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 94).

Ex (6):

"Neste lugar,	ao contrário de outros, o trigo foi semeado."
<i>Contraste</i>	<i>Sobreposição</i>

Em nossa análise, estamos observando os tipos de ilocução utilizados no processo de colaboração, já que ela funciona como indicadora de como surgem as colaborações. Os tipos de ilocuções usados pelo falante podem motivar a participação do ouvinte (a sua colaboração no turno) e evidenciar as intenções comunicativas deste quando colabora. O falante pode, por exemplo, utilizar-se de uma ilocução interrogativa e requerer, explicitamente, a colaboração do ouvinte. Vale lembrar que estamos verificando também os tipos de ilocução que caracterizam a recepção dessa colaboração pelos falantes, mostrando como a colaboração (quando ilocução) foi considerada por este.

Também não podemos deixar de mencionar que identificamos os participantes envolvidos no processo de colaboração segundo o que a GDF postula sobre eles, na tentativa de verificar os papéis assumidos no tipo específico de situação comunicativa englobado em nosso estudo.

Outro ponto da teoria que diz respeito ao Nível Interpessoal, observado em nossa análise são as funções pragmáticas identificadas no conteúdo da mensagem (Conteúdo Comunicado), explicadas aqui, uma vez que a análise dessas funções pode identificar como a colaboração é utilizada como estratégia de preenchimento de uma lacuna no texto ou de correção de uma informação, podendo ser considerada como uma informação nova ou já conhecida, como um ponto de partida para aquilo que em seguida vai ser dito, ou como um comentário sobre o que foi dito, ou ainda como um desejo de evidenciar diferenças ou semelhanças nos conteúdos das mensagens numa interação intraturno.

2.4.2 Nível Representacional

Neste nível, a descrição das unidades linguísticas é feita segundo as categorias semânticas que elas designam. Hengeveld; Mackenzie (2008) explicam que o sentido do termo “semântica” aqui é bem restrito, podendo ser entendido de duas formas, como: a) o modo como a linguagem se relaciona com o mundo extralinguístico que descreve assemelhando-se à função que Bühler (1934) chamou *Darstellung*²² e ao que Halliday (1985)

²² O termo *Darstellung*, na teoria de Bühler (1934), diz respeito à função representacional da língua, a forma como algo pode ser apresentado, designado na língua.

classificou como *ideation*²³ e b) a restrição do significado das unidades lexicais (semântica lexical) e unidades complexas (semântica composicional) isoladas do modo com que essas são usadas na comunicação.

Portanto, este nível está relacionado às designações, às representações de algo em categorias semânticas (Ex: *Este animal é um leão*, ou seja, pertence à classe dos *leões*), diferentemente do nível anterior que está relacionado a evocações de referentes (Ex: *Este animal é o leão mais belo que vi*).

Hengeveld; Mackenzie (2008) consideram quatro categorias semânticas básicas neste nível, três delas descritas por Lyons (1977) e diferenciadas por ordem de entidade, são estas:

- (i) Indivíduo (x), entidade de primeira ordem que pode ser localizada no espaço e avaliada em termos de sua existência;
- (ii) Estado-de-coisas (e), entidade de segunda ordem que pode ser localizada no espaço e no tempo e pode ser avaliada em termos de sua realidade e;
- (iii) Conteúdo Proposicional (p), entidade de terceira ordem que, por ser entendida como um construto mental, não pode ser localizada no espaço nem no tempo, mas pode ser avaliada em termos de sua verdade).

A estas três categorias semânticas básicas, acrescentam-se outra de ordem inferior, a Propriedade (f). Esta categoria é descrita pelos autores como uma entidade que não pode ser localizada no espaço e no tempo e não tem existência independente, só podendo ser avaliada em termos de sua aplicabilidade, seja para caracterizar outros tipos de entidade ou a situação que ela descreve (KEIZER, 1992; DIK, 1997; HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Além dessas categorias, os autores assumem, a depender das classes lexicais e dos padrões de nominalização, que outras categorias podem aparecer como relevantes ao estudo da língua, tais como Tempo(t), Lugar(l), Modo (m), Motivo (r) e Quantidade (q).

A construção da estrutura subjacente do nível representacional na GDF se dá pela organização hierárquica de camadas, da mais alta à mais baixa.

Vejamos, na figura a seguir, a organização do Nível Representacional:

²³ Segundo Halliday (1985), a Função Ideacional (*ideation*) refere-se à interpretação feita por meio de nossas experiências acerca dos processos do mundo exterior, dos processos mentais, materiais e abstratos de todos os tipos. A oração é entendida como um processo de representação do mundo.

Figura 7 - Organização do nível representacional segundo a GDF

(π p1:	Conteúdo Proposicional
(π ep1:	Episódio
(π e1:	Estado-de-Coisas
[(π f1: [Propriedade Configuracional
(π f1: \blacklozenge (f1): [σ (f1) Φ])	Propriedade Lexical
(π x1: \blacklozenge (x1): [σ (x1) Φ]) Φ	Indivíduo
...	
] (f1): [σ (f1) Φ])	Propriedade Configuracional
(e1) Φ : [σ (e1) Φ])	Estado-de-Coisas
(ep1): [σ (ep1) Φ])	Episódio
(p1): [σ (p1) Φ])	Conteúdo Proposicional

Fonte: Hengeveld; Mackenzie (2010)²⁴.

A natureza da camada mais alta a ser selecionada é determinada, em parte, pelas exigências do Nível Interpessoal. Os autores explicam que a seleção de uma ilocução imperativa no Nível Interpessoal, por exemplo, exige a especificação do comando por meio de um estado-de-coisas no Nível Representacional. Ele corresponde ao núcleo básico da configuração padrão deste nível.

Conteúdo Proposicional (p) é definido na GDF (p. 144) como sendo um construto mental que não tem existência espacial nem temporal, mas que existe na mente daqueles que o consideram. Ele pode ser factual, quando se refere à peças desconhecidas ou crenças sobre o mundo real, ou não factual, quando são esperanças ou desejos em relação a um mundo imaginário. Com relação à sua natureza, ele é caracterizado pelo fato de poder ser qualificado em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) e/ou em termos de sua fonte ou origem (conhecimento com um partilhado, provas sensoriais, inferência). O núcleo configuracional do Conteúdo Proposicional é o Episódio (e).

Vale lembrar que o Conteúdo Proposicional é diferente do Conteúdo Comunicado por refletir crenças, desejos e/ou fonte de conhecimento em relação a outras pessoas, não dizendo respeito necessariamente ao falante, como ocorre no Conteúdo Comunicado, que opera com Atos Discursivos.

Episódio (ep) é definido pelos autores como constituído por um ou mais de um estado-de-coisas que são tematicamente coerentes. Por exemplo, em uma junção de cláusulas numa narrativa, o encadeamento de ações, que mostre que a ação seguinte só é possível pelo término da ação anterior, forma o Episódio, ou seja, cada ação ou ações demarcada(s) que indique(m) uma unidade de continuidade de Tempo (t), Lugar (l) e Indivíduo (x) constitui um Episódio. O escopo do Episódio são os estados-de-coisas.

²⁴ As notações não foram traduzidas, seguem a versão original (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 142).

Estados-de-Coisas(e) são explicados como entidades que podem ser localizadas em tempo relativo e podem ser avaliadas em termos dos seus estatutos de realidade. Eles são diferenciados por recursos referentes à sua característica temporal, dos Indivíduos e dos Conteúdos Proposicionais.

As Propriedades Configuracionais (f) constituem um inventário de estruturas de predicação relevantes à língua, e as camadas das Propriedades Não Configuracionais hospedam os lexemas de uma língua. Essas Propriedades Configuracionais lidam com as possibilidades de combinações e restrições quantitativas e qualitativas das categorias semânticas (v) que formam os enunciados.

Hengeveld; Mackenzie (2008) classificam três funções semânticas, neste nível, que atuam em posições argumentais quando combinadas aos Estados-de-Coisas dos enunciados: (i) Agente – entidade que designa um participante que apresenta um papel ativo no estado-de-coisas. Isso ocorre quando o participante é responsável por um fazer, por efetuar uma ação, como em *João pintou um quadro*, em que o termo *João* pratica a ação de pintar; (ii) Paciente – entidade que designa um participante com papel passivo dentro do estado-de-coisas, a ação ou processo recai sobre ele, como ocorre em *O sol queimou Maria*, em que a ação do sol recai na entidade *Maria*; e (iii) Locativo – entidade que designa um localizador do estado-de-coisas, um lugar ou uma direção. A noção de Locativo além de expressar a noção de lugar, como em *Fui a São Paulo, Vim de Fortaleza*, também pode expressar a noção de recipiente em predicados de transferência, como ocorre na oração *Maria deu o livro para João*, em que temos como Agente *Maria*; Paciente *o livro* e Locativo *João*.

Além dessas três funções, há outras funções semânticas consideradas pelos autores que não ocupam posições argumentais, mas que funcionam como modificadores dos ECs, que são: (i) Beneficiário – entidade que designa um participante ao qual é direcionado o ECs, caracterizado no Nível Morfossintático pela preposição *para*. Um exemplo em língua portuguesa de Beneficiário é *João fez um bolo para Maria*, em que o termo *Maria* aparece apenas como modificador adverbial; (ii) Comitativo – entidade que designa uma companhia sendo precedida da preposição *com*, por exemplo, *Fui ao cinema com João*; (iii) Instrumental – entidade que designa um instrumento utilizado no ECs, como em *Abri a porta com a chave*. Em nossa análise, vamos observar como algumas destas funções se apresentam no turno em que ocorre a colaboração do ouvinte.

Vale enfatizar que também buscamos identificar em qual/quais operações (formulação ou codificação) da GDF está localizado o escopo da colaboração, verificando se ela vem a sanar problemas na evocação de referentes pragmáticos e semânticos ou se pode

tem como função identificar termos de acordo com seus aspectos morfossintáticos e fonológicos.

Hengeveld; Mackenzie (2008) postulam que, muitas vezes, na formulação dos enunciados, há um alinhamento vertical entre os Níveis Interpessoal e Representacional, portanto uma função interpessoal é representada por meio de uma categoria semântica. Nestes casos, as restrições de combinação de categorias semânticas ocorrem segundo a função que elas devem desempenhar no uso.

Isso é importante para nossa pesquisa por lidarmos com um processo de formulação dos enunciados em uma situação comunicativa particular, em que há uma participação do ouvinte na formulação do falante. Assim, muitas vezes, não iremos fazer uma dissociação entre estes níveis no processo de formulação da colaboração, mas os analisar de maneira interrelacionada.

Vale enfatizar, ainda, que a GDF se caracteriza, em um primeiro momento, por oferecer uma descrição detalhada dos níveis e camadas e, em seguida, por fazer a integração desses. É, justamente, na integração dos níveis que se tem uma visão global do modelo de descrição do que ocorre na formulação e na codificação dos enunciados, tendo como suporte o Componente Contextual e o Componente Conceitual do falante.

2.4.3 Nível Morfossintático

Este nível é responsável pela codificação das informações formuladas nos dois níveis superiores, Níveis Interpessoal e Representacional. Essa codificação se dá de acordo com as características morfológicas e sintáticas existentes em uma determinada língua e são transmitidas ao nível inferior, o Nível Fonológico.

Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 282) explicam que o Nível Morfossintático não pode adicionar ou subtrair informação semântica ou pragmática à sua representação estrutural, devendo ele preservar as entradas lexicais, mesmo estas estando sujeitas a alterações morfológicas na saída. Ele organiza uma série de informações não lexicais: (i) informações sobre dependências, por exemplo, relação entre núcleo e modificador; (ii) sobre as funções semânticas, relação entre os argumentos e predicados ou as relações pragmáticas; (iii) informações sobre operadores, e (iv) informações abstratas, preservando seus lugares numa estrutura sintática e morfológica.

A organização do Nível Morfossintático na GDF ocorre da seguinte forma:

Figura 8 - Organização do Nível Morfossintático segundo a GDF

(Le1:				Expressão Linguística
	(C11:			Oração
		(Xp1 :		Sintagma
			(Xw1 :	Palavra
			(Xs1)	Raiz
			(Aff1)	Afixo
		(Xw1))		Palavra
	(Xp1))			Frase
	(C11))			Oração
(Le1))				Expressão

Fonte: Hengeveld; Mackenzie (2010)²⁵.

O nível mais alto corresponde à Expressão Linguística (Le), que é uma unidade constituída por orações ou sintagmas de vários tipos. A Oração (C1) é definida como um agrupamento de um ou mais Sintagmas (Xp), como uma oração caracterizada por um modelo de organização desses Sintagmas e pelas expressões morfológicas de conexão entre eles, funcionando como um domínio de vários processos morfossintáticos.

As Orações (C1) seguem o princípio da estabilidade funcional que interage com outros princípios e determina a sequência final da representação estrutural que será repassada ao Nível Fonológico e reflete as funções pragmáticas oriundas do Nível Interpessoal, tais como *Foco*, *Tópico* e *Contraste*; e as funções semânticas, do Nível Representacional, como Agente, Paciente, Locativo, etc.

O Sintagma (Xp) pode ser verbal ou nominal e é caracterizado por ser encabeçado por um item lexical que corresponde ao que é formulado no Nível Interpessoal ou Nível Representacional. A Palavra (X_w) é constituída por Morfemas (X_m) formados por Raiz (X_s) e Afixos (Aff)²⁶ ou espaços reservados para estes.

A relação entre o Nível Morfossintático e os dois anteriores se dá por três princípios de representação: a) Iconicidade; b) Integridade de domínio e; c) Estabilidade Funcional. O primeiro diz respeito à ordem de expressão no Nível Morfossintático dos Atos Discursivos e *Moves* (Nível Interpessoal) e das Proposições e Episódios (Nível Representacional); o segundo diz respeito às unidades que permanecem juntas nos Níveis Interpessoal e Representacional, e devem permanecer juntas também no Nível Morfossintático; e o terceiro postula que constituintes com mesma especificação devem ser alocados na mesma posição relativa a outros elementos que ocupam a mesma função sintática.

²⁵ Versão original em inglês (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 292).

²⁶ Na GDF, têm-se a seguinte representação: (Xp) Phrase, (Xw) Word, (Xm) Morphemes, (Xs) Stem e (Xaff) Affix. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008)

O Nível Morfossintático possibilita observar e descrever como as intenções comunicativas expressas no processo de colaboração do ouvinte são representadas em estruturas morfossintáticas e identificar as funções morfossintáticas que caracterizam o recurso da colaboração.

2.4.4 Nível Fonológico

O Nível Fonológico, assim como o anterior, atua na operação de codificação dos enunciados. Ele é responsável pela representação segmental e suprasegmental dos atos discursivos que incidem no Componente de Saída (articulador). Esse nível recebe dos outros três um *input* e, conforme este, desenvolve padrões que dizem respeito à fonologia e à prosódia de uma língua. No Nível Fonológico estão contidas as representações em fonemas, baseadas em oposições binárias fonológicas. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.421).

A GDF opera, dentro do Nível Fonológico, uma visão de hierarquia básica em camadas, na qual cada unidade pode ocorrer mais de uma vez. Segundo Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 429), cada camada que constitui o Nível Fonológico abrange um trecho do discurso mais longo que a camada que vem abaixo dela.

Hengeveld; Mackenzie (2008) concebem a existência de padrões correlacionais entre as camadas que formam o nível Fonológico e as camadas reconhecidas em outros níveis. Mas deixam claro que nem todas as camadas são necessariamente relevantes para cada enunciado, não havendo, como afirma Souza (2009, p. 57) “nenhuma projeção biunívoca entre unidades pragmáticas, semânticas e morfológicas por um lado, e unidades fonológicas por outro”. As camadas que compõem este nível estão dispostas da seguinte maneira:

Figura 9 - Organização do Nível Fonológico segundo a GDF

(π U1: [Enunciado
(π IP1: [Sintagma Entonacional
(π PP1: [Sintagma Fonológico
(π PW1: [Palavra Fonológica
(π F1: [Pé
(π S1)N		Sílaba
] (F1))		Pé
] (PW1))		Palavra Fonológica
] (PP1))		Sintagma Fonológico
] (IP1)		Sintagma Entonacional
] (U1))		Enunciado

Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2010)²⁷.

²⁷Versão original em inglês (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 428).

O Enunciado (U) é composto de um ou mais Sintagmas Entonacionais (IP). Esses são formados por um ou mais Sintagmas Fonológicos (PP), sendo cada PP composto por uma ou mais Palavra Fonológica (PW), e estas são compostas por um ou mais Pés (F), que, por sua vez, são constituídos por uma ou mais Sílabas (S).

O Enunciado (U), segundo os autores, corresponde a um trecho completo do discurso tendo seus limites determinados por uma pausa longa, que pode ser marcada por distinções tonais ou paratonais. O Enunciado pode ser relacionado em termos de padrão ao *Move* no Nível Interpessoal.

O Sintagma Entonacional (IP) é do domínio de uma entonação de contorno único, caracterizado por propriedades internas (que dizem respeito ao núcleo do movimento tonal localizado em uma ou mais sílabas) e externas (que separam um Sintagma Entonacional de outro, uma pausa que tenha menor duração que as usadas para separar os enunciados). Ele pode ser correlacionado ao Ato de Discurso, no Nível Interpessoal e no Nível Morfossintático, podendo indicar a relação entre atos dentro de um *Move*, ou entre estado-de-coisas dentro de um Episódio.

O Sintagma Fonológico (PP) é concebido na GDF como um agrupamento fonológico intermediário entre o Sintagma Entonacional e a Palavra Fonológica. Nele operam vários processos que se aplicam às Palavras Fonológicas sem que se extendam a um Sintagma Entonacional.

A Palavra Fonológica (PW) opera em domínios de processos fonológicos mais específicos, como, por exemplo, ensurdecimento final em algumas línguas. Uma Palavra Fonológica pode significar mais de uma Palavra Morfossintática que pode corresponder a mais de uma Palavra Fonológica. As Palavras Fonológicas são compostas por um ou mais Pés. Cada Pé (F) representa um agrupamento de Sílabas (s). Essas são formadas por uma sequência de fonemas.

Em nossa análise, verificamos como aspectos fonológicos relacionados à entonação, altura, prolongamento e pausas se manifestam antes do “corte” no enunciado, ou seja, antes da colaboração do ouvinte. Verificamos também até que camada do Nível Fonológico o falante 1 consegue articular até a interrupção de seu turno e observamos se a recepção da colaboração pelo falante é feita de forma enfática, caracterizando uma boa aceitação dela.

2.5 Síntese do capítulo

Neste capítulo, apresentamos as principais características do paradigma funcionalista da linguagem, mais especificamente as que se referem à Gramática Funcional e à Gramática Discursivo-Funcional. Vimos que, segundo esse enfoque, a expressão linguística é multifuncional e sofre influências das situações comunicativas em que é usada. A linguagem é considerada como instrumental e não comporta todo o significado, sendo esse construído na interação entre os indivíduos. Tais aspectos nos possibilitam estudar a colaboração do ouvinte, no turno do falante, como um recurso multifuncional, em interações reais, na Norma Oral Popular de Fortaleza.

Vimos ainda que a GDF surgiu para dar conta de fenômenos que estão além dos limites da oração, podendo ser considerada como um avanço da Gramática Funcional desenvolvida por Dik (1989) que limitou seus estudos a ela. Por isso, ao adotar tal modelo, podemos dar conta do fenômeno da colaboração intraturno, já que este diz respeito a Atos Discursivos, podendo ser codificados por uma palavra ou uma oração complexa.

Observamos os Componentes que formam a Gramática Discursivo-Funcional e enfatizamos a função do Componente Contextual com base na GDF e nos estudos de Connolly (2007) e Giomi (NO PRELO). Este Componente é assumido, em nossa análise, como compartilhado pelo falante e ouvinte no processo de colaboração.

Descrevemos, também, os níveis e as camadas que formam o modelo descendente da GDF (da Formulação para Articulação) com o objetivo de analisar a utilidade da teoria ao nosso objeto de estudos, para identificar a que operação se aplica o escopo da colaboração do ouvinte no turno do falante: se na operação de Formulação (Níveis Interpessoal e Representacional), cumprindo funções pragmáticas e semânticas; se na operação de Codificação (Níveis Morfossintático e Fonológico), podemos verificar como a colaboração do ouvinte se manifesta em termos de funções morfossintáticas e fonológicas, fazendo uma relação com o que é articulado pelo falante antes de o ouvinte colaborar.

Enfatizamos, ainda, que não nos prendemos à formalização das descrições do modelo da GDF, mas enfatizamos as funções da colaboração intraturno e seus efeitos de sentido nos inquéritos analisados.

3 FALA E CONVERSAÇÃO

“Não há nada na língua que não seja primeiro fruto da fala²⁸”.

(BENVENISTE, 1996. Tradução nossa).

Como estamos examinando questões referentes à conversação, em um *corpus* de língua falada da cidade de Fortaleza, NORPOFOR, nada mais adequado que tratarmos de pontos que dizem respeito à fala. Dessa forma, nas próximas seções, procuramos trazer à discussão algumas noções básicas tratadas nos estudos da fala, mais precisamente, aquelas que se referem ao modo de produção, à organização e ao desenvolvimento da conversação. E, por estarmos analisando diálogos, achamos oportuno fazer uma incursão nos pressupostos gerais da Análise da Conversação, a fim de que possamos conceituar o objeto de nossa pesquisa e relacioná-lo às teorias sobre formulação textual. Além disso, procuramos também mostrar alguns termos comuns às duas teorias, evidenciando algumas semelhanças e diferenças entre elas.

3.1 A Fala

Durante muito tempo, a fala teve um elevado prestígio na sociedade humana, já que a comunicação se dava exclusivamente por meio dela. Somente com o advento da escrita, ela deixa de ser o foco e passa a ser vista como uma modalidade oposta à escrita. Surge, então, a ideia de dicotomia: fala *versus* escrita, sendo a escrita considerada a forma mais estável e, dessa forma, mais confiável, como o modo mais seguro de observar, analisar, estudar a língua.

Sabendo-se que alguns pesquisadores localizam a fala e a escrita em dois polos distintos, Marcuschi (1995) afirma que essa visão dicotômica, escrita oposta à fala, deve-se, principalmente, à concepção de língua como sistema, herança saussuriana. Nessa perspectiva, a fala representa o uso do sistema linguístico independente de fatores relacionados a seu contexto de produção. Outros motivos, citados por esse autor, que embasam tal dicotomia, são o fato de se conceber a fala como não passível de regras e de considerá-la uma modalidade

²⁸ “*Nihil est in língua quod non prius in oratio fuit*” (BENVENISTE, 1996).

informal, o que fez com que ela fosse relacionada à variedade não padrão da língua, e a escrita, à variedade padrão.

Fávero; Andrade; Aquino (2009) afirmam que é necessário considerar que as condições de produção das duas modalidades, fala e escrita, são distintas. E só a partir dessa observação é que se podem estabelecer relações entre elas. Essas autoras propõem o seguinte esquema das condições de produção das duas modalidades descritas:

Quadro 2 – Condições de produção da fala e da escrita

Fala	Escrita
- Interação face a face;	- Interação à distância;
-Planejamento simultâneo ou quase simultâneo à produção;	- Planejamento anterior à produção;
- Criação coletiva administrada passo a passo;	- Criação individual;
- Impossibilidade de apagamento;	- Possibilidade de revisão;
- Sem condições de consulta a outros textos;	- Livre consulta;
- A reformulação pode ser promovida tanto pelo falante quanto pelo interlocutor;	- A reformulação é promovida apenas pelo escritor;
- Acesso imediato às relações do interlocutor	- Sem possibilidade de acesso imediato;
- O falante pode processar o texto, redirecionando-o a partir das reações do interlocutor;	- O escritor pode processar o texto a partir das possíveis reações do leitor
- O texto mostra todo o seu processo de criação.	- O texto tende a esconder o seu processo de criação, mostrando apenas o resultado desse.

Fonte: Fávero; Andrade; Aquino (2009, p. 74)

No esquema proposto, vemos que não estamos lidando com as diferenças entre as modalidades falada e escrita, mas com aspectos referentes à produção de textos orais e escritos. Nesse sentido, o modo de tratamento dos dados referentes à fala pode ser diferenciado do modo de tratamento de dados referentes à escrita. Marcuschi (1993) assume que tanto a fala como a escrita têm uma maneira própria de organização, cada uma, com suas particularidades, transmite informação e, assim, podem ser tomadas como fenômenos específicos de utilização de um mesmo sistema linguístico.

Castilho (2010) lembra que os estudos da fala podem ser vistos na história em relação a dois momentos: antes da utilização do gravador de voz e depois disso. No primeiro momento, os estudos eram fragmentados e precários, pautavam-se em dados recolhidos de memória para só depois serem registrados em papel, ou por dados retirados de escritores que documentavam, em seus trabalhos, a língua oral. O principal interesse, nessa época, era a pesquisa documental. No segundo momento, marcado pelo uso do gravador magnetofônico, havia uma organização de *corpora* de língua falada, os dados eram coletados por meio de gravação de voz e transcritos, possibilitando ver a língua falada como um objeto científico.

Com o desenvolvimento dos estudos da fala, identificaram-se as seguintes principais características dessa variedade: a) ter natureza dialogal - ser produzida em um diálogo, ou seja, com a presença *in loco* ou não do interlocutor; b) registrar, ao mesmo tempo, a produção e a execução verbal; c) configurar, no domínio da Gramática, uma *sintaxe colaborativa*²⁹. Tais características evidenciam o funcionamento da mente quando se fala. (CASTILHO, 2010)

Segundo Hilgert (2002, p. 89), “é impossível não interagir na produção do texto”, já que todo texto é produto de uma enunciação e pressupõe um *eu* enunciador e um *tu* enunciatário em uma relação dialogal, isto é, a natureza dialogal determina qualquer tipo de texto, uma vez que ele será construído de acordo com seu destinatário. Assim, o leitor e o ouvinte³⁰ estão sempre presentes na construção do texto. Esse autor concebe que todo texto tem uma natureza dialogal e que essa natureza é a responsável por determinar os processos constitutivos desse texto.

Koch; Elias (2011, p. 13-14) explicam que, como todo texto é coproduzido, o que vai diferenciar o texto falado do escrito é a maneira como ocorre essa produção. No primeiro, a autora concebe que ocorre uma *interlocução ativa*, há um processo de coautoria, ou seja, os interlocutores estão presentes e, em conjunto, vão produzindo o texto; no segundo, como não há a presença do leitor no momento de produção, a coprodução é feita pelo processo de previsão da aceitação do texto, das respostas do leitor.

Hilgert (2001, p. 65) afirma que “o texto oral é caracterizado por ser essencialmente processo e não produto”. Assim, na língua oral, as duas fases que o constituem, planejamento (fase cognitiva) e execução (fase verbal), ocorrem simultaneamente e na presença dos interlocutores. Já na língua escrita, o escritor faz pressuposições da interpretação do leitor no momento de planejamento e por serem os textos escritos elaborados sem a presença do outro, o autor tem a possibilidade de edição, de fazer mudanças quantas vezes ele achar necessário.

A sintaxe da língua oral é caracterizada por justaposições e sobreposições de informações que a diferenciam da sintaxe da língua escrita. Os estudos da fala ultrapassam os limites da oração, estabelecendo a relação entre um elemento e seu contexto, o que caracteriza uma *sintaxe colaborativa*. Esta opera em pesquisas que têm como *foco elipse, anacoluto*;

²⁹ Castilho (2010, p. 217) afirma que a *língua falada tem uma sintaxe “solta”*, direcionada para o discurso. Sendo assim, a sentença não deve ser vista como unidade sintática da língua falada, mas, em seu lugar, deve ser observada a *unidade comunicativa*.

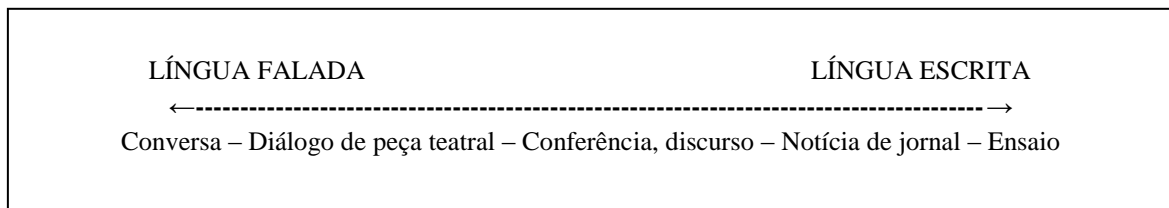
³⁰ Posteriormente, na seção em que esclarecemos alguns termos que têm significados distintos na GDF e na AC, retomaremos o termo “ouvinte” para esclarecer como ele está sendo considerado em nosso estudo.

*segmentos epilinguísticos*³¹ e a repetição (CASTILHO, 2010, p. 217). Em nossa pesquisa, observaremos a repetição quando esta caracterizar uma ruptura no turno e quando ela for utilizada como forma de aceitação da colaboração.

Ressaltamos que a diferenciação entre língua falada e língua escrita tem por base construções típicas de cada uma dessas modalidades, vistas de forma idealizada. Desse modo, nem todas as características são específicas ou exclusivas de cada modalidade. Podemos produzir, por exemplo, um discurso político utilizando a modalidade escrita, para depois pronunciá-lo em um contexto interacional típico da modalidade oral.

Por isso, assumimos a visão dos teóricos que consideram fala e escrita não como opostas, tal como Marcuschi (1997) e Castilho (2010). Esses autores assumem que, no Português Brasileiro, essas duas variedades estão dispostas em um *continuum*, partindo da *oralidade* para a *escrituralidade*, perpassando por diferentes níveis de formalidade, tal como na figura a seguir:

Figura 10- Continuum oralidade para a escrituralidade



Fonte: Castilho (2010, p. 222)

Dessa forma, a separação entre fala e escrita não deve ser vista de forma estanque. Barros (2001, p. 51) justifica que, se observarmos os discursos, podemos situá-los em termos de “posições ideais de fala e de escrita”. Mas, a autora deixa claro que, para a análise de questões relacionadas à conversação, a fala deve ser observada de forma idealizada, pura, uma vez que “a conversação dita espontânea é, entre os tipos de textos falados, a que mais se aproxima desse ideal de fala” (*idem* p. 52).

Vale lembrar que tanto a fala como a escrita utilizam o mesmo sistema linguístico, sendo consideradas duas modalidades da língua (MARCUSCHI, 1997). Sendo assim, elas não devem ser vistas como formadoras de uma dicotomia, pois não são opostas. Suas

³¹ Em Castilho (2010, p. 672), encontramos a seguinte definição de epilinguismo: “situação em que o locutor fala “sobre” a língua, não sobre o tópico conversacional. Esse termo técnico foi formado pela expressão grega *epí*, que significa ‘sobre, a respeito de’ + *linguísimo*. Segmentos epilinguísticos ocorrem quando se verbaliza uma sorte de diálogo interior, em que o locutor conversa consigo mesmo sobre a conveniência ou não de utilizar determinado recurso linguístico em lugar de outro, ou então quando acha conveniente explicar o sentido de alguma palavra usada. Ao assim agir, ele ‘põe no ar’ expressões que têm tudo a ver com o processamento do texto, e pouco com o texto em si mesmo”.

manifestações e coproduções vão depender do tipo de texto, do gênero textual e da situação comunicativa em que se inserem. Dependendo da prática social de produção textual, temos um texto escrito ou falado mais formal ou informal. (ELIAS; KOCH, 2011, p. 14). Assim, o ideal é observar a fala e a escrita em um contínuo, como propõe Biber (1986), em cujas extremidades estão situadas a escrita formal e a conversação espontânea.

A língua falada é produzida segundo fatores sociais relacionados a graus de intimidade entre os interlocutores, podendo ser caracterizada em dois tipos de registros: o formal e o informal. Sobre isso, Castilho (2010) afirma:

Imagine um locutor conversando com um interlocutor sobre determinado assunto. O resultado de sua interação será assinalado por sua obrigatória integração em características sociais involuntárias (sua origem geográfica, nível sociocultural, idade, sexo) e por escolhas voluntárias (seleção de um canal para a comunicação, seleção de um registro adequado à interação). (CASTILHO, 2010, p. 197)

Com relação ao registro, esse autor afirma que o Português Brasileiro reconhece dois tipos: o informal (ou coloquial) e o formal (ou refletido). Em cada situação, o falante elege os recursos linguísticos adequados, utilizando a língua conforme o local de interação, seu(s) interlocutor(es) e seus propósitos comunicativos.

Os inquéritos do tipo *D1D* e *D2* que usamos como *corpus* apresentam características dos dois tipos, formal e informal, pois a situação é um pouco formal, já que se trata de uma situação em que os interlocutores sabem que estão sendo gravados, no entanto, o discurso traz expressões típicas da informalidade, como veremos na descrição dos tipos de diálogos na seção que segue.

3.2 Características interacionais e organizacionais da conversação

Segundo Marcuschi (1991, p. 5), “a conversação é a prática social mais comum no dia a dia do ser humano”, que se desenvolve em um contexto real e exige uma ampla coordenação das ações que vão além da capacidade linguística dos falantes. Isso porque é na interação em que ocorrem os diversos procedimentos de validação interlocutória e onde são determinados os papéis que irão ser assumidos pelos interlocutores, assim como o estabelecimento de um engajamento mútuo entre eles.

Castilho (2010) afirma que a conversação, por ser uma *atividade linguística básica*, faz parte do dia a dia do cidadão, sendo autônoma em relação ao nível sociocultural

dele. Sobre isso, Mascuschi (1984, p. 14) afirma que ela é “a primeira das formas da linguagem com que o ser humano entra em contato”.

No Dicionário de termos linguísticos do ILTEC, temos a seguinte definição de *conversa*, retirada de Levison (1983, p. 284):

Forma primeira de uso da linguagem (no sentido em que a ela somos expostos em primeiro lugar), a conversação é um tipo de actividade linguística na qual participam, de modo alternado e mais ou menos livre, dois ou mais interlocutores. Escapam a esta definição actividades linguísticas em contextos de algum modo institucionais, como serviços religiosos e julgamentos em tribunal, entre outros. Como unidade linguística, a conversação é, pois, caracterizada em termos da sua organização geral e do modo como são operadas as trocas conversacionais.

Vemos, na citação supracitada, uma definição de conversação voltada para sua organização, para a forma com que entramos em contato com ela, para o modo como a desenvolvemos na interação.

Ventola (1979) propõe um modelo de organização da conversação apontando os seguintes elementos como fundamentais a ela: a) o tópico ou assunto; b) o tipo de *situação*; c) os *papéis* dos participantes; d) o *modo* do discurso; e) o *meio* ou canal.

O tópico³² ou assunto é o meio de estabelecer e manter o contato entre os participantes. Ele deve ser comum aos interlocutores da interação. O tipo de situação afeta o que está sendo falado e como está sendo falado, determinando todo o contexto em que se desenvolve a conversação, o modo como agir nela. Quanto aos *papéis* dos participantes, eles dizem respeito à forma de comportar-se numa determinada situação, a imagem que se assume na interação e que se quer preservar.

Jubran; Risso *et al* (2002) afirmam que tópico discursivo assume o sentido de “acerca de” nos enunciados dos interlocutores da conversação. Assim, ele se refere aos referentes explícitos ou inferíveis relevantes à mensagem a que se vinculam. Sua principal característica é a *propriedade de centração*, que diz respeito ao conteúdo da informação que deve ser concernente, relevante e pontual. Sobre ele, os autores deixam claro que:

O tópico decorre de um processo que envolve colaborativamente os participantes do ato interacional na construção da conversação, assentada num complexo de fatores contextuais, entre os quais as circunstâncias em que ocorre o intercâmbio verbal, o conhecimento recíproco dos interlocutores, os conhecimentos partilhados entre eles, sua visão de mundo, o background de cada um em relação ao que falam, bem como suas pressuposições. (JUBRAN; RISSO *ET AL.*, 2002, p. 344).

³² Vamos comparar o conceito de *tópico* discutido neste capítulo com o conceito de Tópico na GDF, na seção sobre termos comuns e concepções distintas.

Já o *modo* do discurso é determinado pelo grau de intimidade entre os interlocutores da conversação, diz respeito ao tipo de registro utilizado, formal ou informal, eleito de acordo com a situação. E, por último, o *meio* constitui o canal de transmissão da mensagem: face a face, pelo telefone etc.

Marcuschi (1991, p. 15) concebe cinco características constitutivas da conversação: i) haver interação entre pelo menos dois falantes; ii) ocorrer pelo menos uma troca de falantes; iii) ter uma sequência de ações coordenadas; iv) executar as ações durante o mesmo tempo; v) constituir uma interação centrada, isto é, uma interação verbal na qual os interlocutores foquem sua atenção visual e cognitiva durante um tempo para uma tarefa comum. Apesar de, em nosso estudo, não estarmos tratando com conversação espontânea, posto que nosso *corpus* se constitui de diálogos gravados, tais características estão preservadas nele.

Segundo Marcuschi (1991), a troca do turno³³ é uma operação básica da conversação. Ela pode ser descrita de acordo com o modelo proposto por Sachs, Schegloff e Jefferson (1974, p. 701-702), com base no sistema de tomada de turnos, a saber:

- a) a troca de falantes ocorre ou pelo menos ocorre;
- b) em qualquer turno, fala um de cada vez;
- c) ocorrências com mais de um falante por vez são comuns, mas breves;
- d) as transições de um turno a outro sem intervalo e sem sobreposição são comuns; longas pausas e sobreposições extensas são a minoria;
- e) a ordem dos turnos não é fixa, mas variável;
- f) o tamanho do turno não é fixo, mas variável;
- g) a extensão da conversação não é fixa, nem previamente especificada;
- h) o que cada falante dirá não é fixo, nem previamente especificado;
- i) a distribuição dos turnos não é fixa;
- j) o número de participantes é variável;
- k) a fala pode ser contínua ou descontínua;
- l) as técnicas de atribuição de turnos são usadas;
- m) as diversas unidades construtoras de turno: lexema, sintagma, sentença, etc. são empregadas;
- n) certos mecanismos de reparação resolvem falhas ou violação nas tomadas.

³³ Em termos linguísticos, o turno é a posse da palavra por um falante durante um período de tempo numa conversação, até que ele ceda a palavra a um ouvinte que deixará de ser ouvinte e passará a deter o turno.

Portanto, o turno³⁴ é um elemento fundamental a toda conversação e a troca dele é o que a caracteriza. O turno é definido por Castilho (2010, p. 227) como uma prática social, refere-se a qualquer “ação social em que duas ou mais pessoas estão envolvidas”, podendo ocorrer em situações não linguísticas, como, por exemplo, quando duas pessoas querem entrar no elevador e uma cede a vez para a outra, ou uma passa na frente da outra.

Castilho (2010) lembra que os turnos podem ser dependentes ou independentes, em termos discursivos. Quando dependentes, segundo o autor, eles formam os seguintes *pares adjacentes*³⁵: i) pergunta-resposta, ii) saudação-saudação, iii) oferecimento – aceitação ou recusa, iv) afirmação - reconhecimento, v) elogio – aceitação ou recusa, vi) ordem – execução³⁶, vii) convite – aceitação ou recusa, viii) xingamento – defesa ou justificativa, ix) pedido de desculpas - perdão³⁷. Nesse caso, eles correspondem ao que vimos, no capítulo anterior, como *Move* de iniciação e *Move* de reação.

Koch; Elias (2011, p. 14) comparam a definição de turno à noção de réplica teatral, apoiando-se na definição de turno do dicionário de Charaudeau (2004), “unidade essencial da organização das produções orais dialogadas”, utilizada como contribuição dada pelo locutor na conversação. Vale acrescentar que, algumas vezes, os turnos não ocorrem em *pares adjacentes*. Assim, um turno em que o falante faz uma pergunta pode não desenvolver um turno de resposta, havendo uma violação do comportamento linguístico esperado (CASTILHO, 2010; MARCUSCHI, 1996).

Poder-se-ia criticar o conceito de turno assumido aqui com o argumento de que o turno é qualquer segmento de fala dos interlocutores. Sendo assim, seria possível dizer que, no momento em que ocorre a colaboração, ao interromper o turno do falante e tomá-lo para si, o ouvinte, que passa a ser falante, inicia um novo turno. Mas, para esta pesquisa, sobre colaborações intraturnos, preferimos assumir que, como o turno não foi concluído e o falante 1 dá pistas de que está com problemas de formulação do seu texto e, ainda, muitas vezes,

³⁴ Posteriormente, vamos discutir o conceito de turno relacionando-o ao de *Move*, esclarecendo quando este corresponderá ou não a aquele, em nossa análise.

³⁵ Schegloff (1972) introduziu o conceito de pares adjacentes na literatura. Em Marcuschi (1991, p. 35), temos a seguinte definição: “par adjacente (ou par conversacional) é uma sequência de dois turnos que coocorrem e servem para a organização local da conversação. Muitas vezes, eles representam uma coocorrência obrigatória, dificilmente adiável ou cancelável, como nos casos dos cumprimentos: “A – oi Vera”; “V – oi Ana” sendo inadequado introduzir algo entre um turno e outro neste caso”.

³⁶ Esses seis primeiros pares adjacentes (i) pergunta - resposta, ii) saudação - saudação, iii) oferecimento – aceitação recusa, iv) afirmação - reconhecimento, v) elogio – aceitação recusa, vi) ordem – execução foram classificados por Clark; Clark (1977).

³⁷ Aos seis pares de Clark; Clark (1977), Marcuschi (1986) acrescenta os três seguintes: vii) convite – aceitação ou recusa; viii) xingamento – defesa ou justificativa e ix) pedido de desculpas – perdão. (SILVA, 2006).

solicita a colaboração do ouvinte, nesse momento não ocorre uma mudança de turno, mas uma microinteração intraturno, posto que a colaboração é dada para o turno do falante 1, que está sendo ajudado por outro falante.

Castilho (2010), com base nos estudos de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974 - 2003), explica que a conversação se desenvolve em torno de dois processos: a construção e alocação dos turnos. Castilho (2010, p. 228) cita estratégias que o falante e o ouvinte têm para alocar os turnos: (I) o falante deve fazer a *manutenção do turno* – evitar pausas longas, preencher o silêncio com o prolongamento das vogais ou das consoantes e finais e corrigir seus enunciados; (II) o ouvinte pode *assaltar o turno* – interromper o falante ou aproveitar pausas prolongadas para tomar a palavra, o que Castilho (2010, p. 228) chama de *manobra nada inocente*, já que o ouvinte utiliza essa estratégia para colaborar com o desenvolvimento do tema em questão de acordo com suas intenções comunicativas.

Há, ainda, uma terceira estratégia de alocação do turno citada pelo autor, esta menos conflitiva que as duas anteriores, que é a *passagem consentida do turno*, quando o falante passa a palavra ao ouvinte de livre e espontânea vontade, por meio de um gesto direcionado a este, tal como um olhar, ou por meio de uma pergunta do tipo: o que você acha disso?.

Castilho (*idem*) afirma que, segundo os analistas da conversação, há três *lugares relevantes para a transição* do turno (LRTs)³⁸ definidos por: a) critérios prosódicos - no final de uma série rítmica; b) critérios sintáticos - na finalização de uma estrutura e c) critérios culturais – na transição por fatores culturais. Esses lugares de transição possibilitam a observação de que os participantes de uma conversação desenvolvem múltiplas atividades no momento da interação verbal, para monitorar o turno, lidando com diferentes canais, pois eles observam os sinais verbais e não verbais do interlocutor, tal como a fisionomia deles; analisam aspectos fonéticos, gramaticais e léxicos referentes à fala do interlocutor, e tudo isso de acordo com os aspectos culturais que os circundam. (CASTILHO, 2010).

Galembeck; Costa (2007) consideram que há dois modos de passagem do turno, quando ele não é assaltado: *passagem requerida* e *passagem consentida*. O primeiro ocorre quando o falante mostra ao ouvinte que ele pode assumir o turno, seja por meio de uma pergunta direta direcionada a este, seja pela presença de marcadores para testar a atenção; o

³⁸ A abreviação *LRT* significa *Lugar Relevante para a Transição do Turno* e diz respeito à noção estabelecida por Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) sobre a intuição do ouvinte em perceber que o turno foi concluído, ou seja, à percepção do ouvinte sobre o local onde as unidades linguísticas e prosódicas são finalizadas e a transição do turno pode ocorrer de forma não conflitiva.

segundo é assinalado pelo final de uma frase declarativa, quando o ouvinte, mesmo não tendo sido solicitado explicitamente, passa a deter o turno.

Vale lembrar que o roteiro de alternância de turnos, com base no esquema idealizado A-B-A-B, nem sempre ocorre na prática, pois, algumas vezes, a conversação não flui seguindo os passos desse esquema (MARCUSCHI, 1991, p. 19):

A: fala e para;

B: toma a palavra, fala e para;

A: retoma a palavra, fala e para;

B: volta a falar e para.

Dessa forma, há uma violação constante da regra “*fala um por vez*”, e acabam ocorrendo falas simultâneas, sobreposições que interrompem o turno de um falante. É exatamente neste ponto que focalizamos nosso trabalho, quando há uma interrupção do ouvinte no turno do outro para colaborar, seja essa colaboração concedida, solicitada ou não pelo falante. Como já dissemos, essa interrupção para colaborar não constitui uma troca de turno, mas o que Hilgert (2002) denomina de *microinteração intraturno*, uma interação que ocorre nos limites de um único turno.

Assim, podemos perceber que a fala sempre implicará: (i) uma alocação, a existência de um destinatário; (ii) uma interlocução, a troca de palavras em uma situação face a face³⁹, e (iii) uma interação, onde há influências mútuas. No processo interativo da conversação, deve haver um acordo entre as partes envolvidas no discurso com o intuito de preservar as faces⁴⁰ assumidas, já que esse é coproduzido, ou seja, é resultado de um trabalho colaborativo. E é exatamente nesse processo que se inclui o objeto de estudo de nossa pesquisa.

É válido deixar claros os papéis exercidos pelos interlocutores na interação. O emissor⁴¹ tem inúmeras maneiras de indicar com quem ele está falando por meio de fatores

³⁹ Marcuschi (1991) afirma que não há necessidade de uma interação face a face para que haja conversação, mas é condição necessária a interação centrada, quando os interlocutores concentram sua atenção na conversação. Para justificar sua afirmação cita, como exemplo, as conversações telefônicas.

⁴⁰ Goffman (1967, p. 77) define *face* como “o valor social positivo que uma pessoa reclama para si através daquilo que os outros presumem ser o alinhamento por ela adotado durante um contato específico... uma imagem do *self* delineada em termos de atributos sociais aprovados”.

⁴¹ A terminologia *emissor/ receptor* foi utilizada, nesta seção, por constar na literatura que serviu de base para nossa redação. Mas adotamos, no restante do trabalho, os termos *falante /ouvinte*, por julgarmos os participantes das interações seres ativos, que detêm outras capacidades além da codificação e decodificação linguística (cf. DIK, 1997).

linguísticos, formas de tratamento utilizadas, sinais indicativos de endereçamento, vocativos, fáticos, etc., e não linguísticos, direção do olhar, mímicas, gestos faciais, entre outros. O receptor, da mesma forma, indica se o que está sendo dito está sendo compreendido por meio de sinalizadores vocais do tipo *hum hum, sim, certo*, assim como por fatores não-linguísticos como franzir a testa, sorrir, mudar sua postura, etc.

Esses sinais são importantes para o acompanhamento e bom desenvolvimento da interação. Kerbrat-Orecchioni (2006) classifica esses mecanismos como *fáticos* e *reguladores* e assume que eles tendem a se multiplicar em casos de problemas de alocação do emissor e compreensão do receptor. Em nossa pesquisa, buscamos descrever e classificar os tipos de sinais linguísticos que indicam que o falante solicita a quebra do turno pelo ouvinte e, dessa forma, a colaboração deste, assim como os sinalizadores que indicam a aceitação dessa colaboração, isto é, todos os sinais linguísticos que aparecerem nos processos colaborativos no *corpus* que iremos analisar.

Em algumas interações comunicativas, existem os distribuidores oficiais do turno, mas, nos inquéritos que serão por nós analisados, não há moderador. Sendo assim, a alternância dos turnos é autogerida com base nas regras de alternância dos turnos de fala, o que pode sugerir que algumas interrupções venham a provocar algum dano na tentativa de preservação da face.

Ressaltamos que nem toda transgressão à regra pode ser vista como um efeito negativo para a conversação; uma interrupção do turno pelo ouvinte, por exemplo, pode ser vista como um auxílio à formulação do enunciado e/ou resolução de um problema que o falante estava tendo para comunicar suas ideias.

Na próxima seção, iremos observar mais algumas características que constituem a conversação, mais precisamente, quando ela se estabelece em diálogos.

3.3 Algumas considerações sobre diálogos *DID* e *D2*

Kerbrat-Orecchioni (2006) define alguns critérios para a classificação dos tipos de interação verbal, tais como, o número e a natureza dos participantes, o objetivo da comunicação, o grau de formalidade e estilo assumidos nas interações. Essa autora concebe que, nas conversações, há uma simetria entre os participantes, e que ambos os participantes gozam dos mesmos direitos e deveres. Nos inquéritos que constituem o *corpus* de nossa pesquisa, *DID* e *D2*, trabalhamos com dois tipos de interação verbal que se diferenciam pelo

número e natureza dos participantes, pelos objetivos de cada interação, pelo grau de formalidade e estilo assumidos neles.

Nos Diálogos entre Informante e Documentador (*DID*), temos dois participantes da interação verbal, um documentador⁴² e um informante⁴³, cada um desenvolvendo funções específicas. O documentador é o responsável pelo registro da conversa, pela gravação dela. Ele tem as funções de deixar o informante a par de como ocorrerá a gravação; de iniciá-la, propondo o tema a ser desenvolvido; interrompê-la, caso seja necessário, por exemplo, quando a gravação não está sendo bem sucedida, ou quando o informante não está participando. O documentador também intervém fazendo perguntas ou respondendo alguma pergunta direcionada a ele. Ao informante cabe, principalmente, a função de falar sobre o tema proposto.

Esse tipo de inquérito, conforme Preti (2001), constitui o diálogo assimétrico e se distingue das conversações espontâneas por se aproximar da entrevista. Nesta, segundo Fávero (2000, p. 79-80), os direitos dos participantes não são os mesmos; assim, o poder dado a cada um não é igual, tal como podemos ler na citação que segue:

[...] o entrevistador faz as perguntas e oferece, em seguida, o turno ao entrevistado. Na verdade, as relações de poder entre eles deixa-os em diferentes condições de participação no diálogo, havendo um direcionamento maior ou menor da interação: o entrevistador pode simplesmente cumprir o papel de obter respostas ou dirigir de tal maneira que o entrevistado é conduzido às respostas pré-estabelecidas por aquele [...] (FAVERO, 2000, p. 80).

Os inquéritos *DID* funcionam como uma espécie de entrevista, na qual o documentador faz perguntas ao informante, e esse, muitas vezes, faz perguntas ao documentador, mudando o direcionamento da conversa (Fávero, 2000). Essa atitude pode fazer com que, nos inquéritos desse tipo, que constituem o *corpus* de nossa pesquisa, haja, praticamente, o mesmo nível de participação entre documentador e informante. Dessa forma, esses inquéritos, em termos de nível de participação dos envolvidos na interação, podem ser aproximados das interações entre os dois informantes que constituem os inquéritos do tipo *D2*.

⁴² Em geral, o documentador é um estudante do Curso de Graduação em Letras da UECE (Universidade Estadual do Ceará) (ARAÚJO, 2012).

⁴³ Lembramos que os informantes do NORPOFOR nasceram na cidade de Fortaleza ou vieram morar nela com até cinco anos de idade e não se afataram da cidade por mais de dois anos. Com relação à escolaridade, como vimos, eles não têm nível superior (ARAÚJO, 2012).

Conforme Andrade; Fávero (2006), as entrevistas se distinguem da conversação espontânea pelo fato de nelas haver o rompimento da *relação eu e você, aqui agora*⁴⁴, passando a existir mais dois tipos além dessa. Assim, nas entrevistas, há as seguintes relações: *diálogo entre o entrevistador e o entrevistado*; *diálogo entre o entrevistado e a audiência*, e *diálogo entre o entrevistador e a audiência*. Esses autores afirmam que, diferentemente do que ocorre no diálogo entre entrevistador e entrevistado, onde há a possibilidade de inversão dos papéis entre os participantes; nos demais, essa inversão não é possível, já que a audiência constitui o público e esse “é construído a partir de traços genéricos, sendo uma espécie de extensão dos papéis do ouvinte” (ANDRADE; FÁVERO, 2006, p. 156). Então, ao entrevistador e ao entrevistado cabe a função de “informar e convencer o público” (ANDRADE; FÁVERO, *op. cit.*, p. 157). No que se refere às entrevistas dos *DID* analisados, não temos as relações entre o entrevistado e a audiência e entre o entrevistador e a audiência, assim não há o rompimento da relação acima descrita (*relação eu e você, aqui agora*).

Sobre a organização interacional da entrevista, Andrade; Fávero (2006) atentam para o fato de que, apesar de, no início das entrevistas, não haver nenhum tipo de hierarquia de poderes entre os participantes, e a interação deve centrar-se na cumplicidade e solidariedade, há um *jogo de linguagem*, em que ocorrem as negociações⁴⁵ entre eles. O entrevistado sabe que está sendo gravado e tem ciência de que sua fala será ouvida por outra(s) pessoa(s). Portanto, ele, além de responder as perguntas, expressa suas ideias e opiniões, na tentativa de convencer o entrevistador e o(s) ouvinte(s). O entrevistador, além de fazer as perguntas, tenta construir e preservar sua face.

A respeito da organização do tempo, Andrade; Fávero (2006) concebem que as entrevistas se organizam em três momentos: 1) um planejamento prévio, quando se decide o tempo de duração, o tema a ser discutido, etc. Muitas vezes, esse momento não diz respeito apenas ao entrevistador, mas ao entrevistado, que pode, por exemplo, escolher o local onde ela ocorrerá, como é o caso das entrevistas que constituem os inquéritos analisados por nós; 2) o momento da entrevista propriamente dito, momento em que ocorre o diálogo; 3) o momento da edição da entrevista, momento em que se tem em conta a audiência, podendo a entrevista ser transcrita da linguagem oral para a linguagem escrita, como foi feito com as gravações que constituem o NORPOFOR.

⁴⁴ Esta relação *eu você – aqui agora*, segundo Andrade e Fávero (2006), diz respeito à interação face a face, em que dois participantes estão em um mesmo local, interagindo durante certo tempo.

⁴⁵ Marcuschi (1998b, p. 19) define negociação como: “aspecto central para a produção de sentido na interação verbal enquanto projeto conjunto”.

Vale ressaltar que os inquéritos do tipo *DID*, apesar de poderem ser caracterizados como entrevistas, apresentam algumas diferenças em relação às entrevistas típicas do discurso jornalístico, por exemplo. Eles são entrevistas na área das ciências humanas, que foram gravadas ao vivo e, em seguida, foram transcritas mantendo-se as especificidades da língua oral. O principal objetivo do projeto de constituição do NORPOFOR é tornar possível a análise e descrição da fala não culta do português de Fortaleza, principalmente os aspectos linguísticos utilizados pelo entrevistado, ou seja, pelo informante.

Em relação ao grau de formalidade dos *DID* analisados, seguindo o que propõe Preti (2002), temos uma situação de informalidade, os participantes interagem utilizando estruturas que demonstram uma situação de proximidade e usam uma linguagem mais coloquial, afastando-se do que seria uma situação em que dois profissionais discutem um tema de trabalho, por exemplo. Neles, são utilizadas, principalmente, construções com o pronome *tu* e *verbo em terceira pessoa*; com o pronome *você* e *verbo de terceira pessoa*, tal como podemos ver nos exemplos⁴⁶ a seguir:

Ex: (07):
 Doc. e aqui tu mora com quantos irmãos?
 Inf. aqui? DOIS

Ex: (08):
 Doc. o que você FAZ nas horas de lazer?
 Inf. eu escuto:: ... som: ... jogo bola

Os exemplos nos mostram que esses inquéritos se aproximam das conversações naturais, pois utilizam a linguagem coloquial, vernácula. Barros (2001) concebe que, nesse tipo de diálogo, o informante, ao interagir com o documentador, tende a manter o mesmo grau de formalidade com que foi tratado por este.

Além disso, vemos, nos inquéritos do tipo *DID*, a preservação, na medida do possível, da naturalidade nas falas, seguindo as recomendações propostas no projeto NORPOFOR: ao documentador era recomendado que, antes de iniciar a gravação, explicasse ao informante que a pesquisa se tratava de um registro da história e cultura da cidade, por isso o informante deveria contar lembranças relacionadas a fatos pessoais e históricos. Só ao final da gravação, ele poderia esclarecer o real motivo da pesquisa. Também era recomendado ao documentador que ele, mesmo sem conhecer previamente o informante, conduzisse a

⁴⁶ Exemplos retirados, respectivamente, dos inquéritos do tipo *DID*, números 110 e 112 do NORPOFOR.

entrevista de modo descontraído e natural, estimulando o informante a falar e controlando fatores externos que pudessem prejudicar a gravação, como barulho, intervenção de terceiros, manipulação do equipamento de gravação, etc. (ARAÚJO, 2011). A informalidade também foi refletida, nesses inquéritos, na escolha dos temas abordados: no primeiro exemplo, temos o tema *família* e, no segundo, *características pessoais do gosto* do informante.

Outros fatores de informalidade citados por Preti (2002) também se fazem presentes nos inquéritos desse tipo, tais como concordâncias menos rígidas que seguem os moldes da linguagem popular brasileira (ex. *tu mora*, no exemplo 07).

Vale lembrar que, nos inquéritos analisados, quando há um tratamento mais formal por parte dos participantes da interação, como quando há o uso dos pronomes de tratamento *senhor*, *senhora*, tal procedimento, conforme Preti (2002), produz um efeito de sentido de distanciamento, seja pelo critério de faixa etária (informantes mais velhos que o documentador), seja pelo sexo (informantes mulheres e documentadores homens ou vice-versa). Em (09)⁴⁷, temos um exemplo desse tipo de tratamento por diferenciação de faixa etária:

Ex (09):

Doc. pronto... *dona* L... a *senhora* disse que veio para cá para Fortaleza com cinco anos né?...

Inf.(uhn uhn... no cinquenta e oito)

Na ocorrência acima, vemos que a documentadora trata a informante de modo mais formal (*dona*, *a senhora*), evidenciando o desejo de manter certo distanciamento entre elas. Preti (2001) afirma que o ato de utilizar o pronome da 3ª. Pessoa (*o senhor*, *a senhora*), nesse tipo de diálogo, causa um efeito de afastamento do outro, sendo este colocado em posição especial, acima ou abaixo do *eu*. Isso causa a assimetria no diálogo e o torna mais formal fazendo com que ele se distancie da conversação espontânea. Como o objetivo do projeto NORPOFOR, conforme afirma Araújo (2011, p. 10), é “colher uma amostra bastante próxima de uma conversa natural”, acreditamos que tal tratamento ocorra devido ao fato de a informante ser mais velha, ter sessenta anos e não por objetivo de afastamento do outro.

Com relação aos inquéritos do tipo D2 – Diálogo entre dois informantes, eles se caracterizam pelo fato de dois informantes conversarem sobre um tema determinado e um documentador gravar tal conversa. Koch *et al.* (2002) afirmam que os D2, por terem uma duração extensa e pelo fato de o documentador interferir pouco no diálogo, trazem uma

⁴⁷ Ocorrência retirada do inquérito número 39 do NORPOFOR.

relativa naturalidade de expressão, aproximando-se da conversação espontânea, o que favorece a mudança de assunto e oferece certa liberdade nas tomadas de turno.

Outra característica típica da conversação espontânea encontrada nos inquéritos D2 (e também nos DID) apontada por esses autores é o fato da elaboração ocorrer no momento da interação. Como citado anteriormente, na conversação espontânea, não há planejamento prévio, ela é construída em *locally managed*⁴⁸, tornando-se impossível prever qual direção será tomada no desenvolvimento do tema, quem irá tomar a palavra e o que irá falar.

A respeito da organização do tempo, com base nas ideias discutidas por Andrade; Fávero (2006), concebemos que os inquéritos do tipo D2, semelhante aos inquéritos do tipo DID, se organizam em três momentos: 1) o planejamento prévio; 2) o momento do diálogo e 3) o momento da edição da entrevista. O primeiro e o terceiro momentos seguem o que já foi explicado, quando tratamos dos inquéritos do tipo DID. Já o segundo momento, o momento do diálogo nos D2, é distinto do que ocorre no outro tipo, pois há dois informantes dialogando, o que leva, como vimos, a uma menor participação do documentador. Isso porque o *corpus* constituído por tais inquéritos tem como objetivo registrar o falar dos informantes e não o do documentador.

Em relação ao grau de formalidade dos D2 analisados, temos uma situação mais informal do que a anterior, dos DID, pois há simetria entre os informantes e eles ocupam o mesmo nível de importância na interação, mesmo que ocorra de um deles tomar o turno mais vezes ou mantê-lo por mais tempo. Preti (2001, p. 58) afirma que, nos diálogos entre dois informantes, os interlocutores mantêm uma relação de reciprocidade e simetria ao alternarem seus papéis criando um *efeito de subjetividade e intersubjetividade*, isto é, de *reciprocidade, equilíbrio e dialogismo*.

Vale ressaltar ainda que, neste tipo de inquérito, os informantes são familiares ou amigos, o que favorece o tratamento mais íntimo entre eles, como podemos verificar no exemplo⁴⁹ (10):

Ex (10):

I2 – MUIta saudade principalmente da minha infância a minha infância foi a melhor melhor parte da minha vida::: quando eu brincava de noite de pega-pega::: brincava cuidando das galinha lá de CA:::SA:::

II – cantando ciranda cirandinha::: quando a A te chamava de M (...)

⁴⁸ Koch *et al.* (2002, p. 124) citam esta expressão como correspondente a desenvolvimento passo a passo, não planejável de antemão, típico da conversação.

⁴⁹ Exemplo retirado do inquérito No. 107 do NORPOFOR.

I2 – inclusive nosso querido TIO tão pouco tão recentemente::
 I1 – ele era tão jovem né:

No exemplo supracitado, temos dois informantes, I1 e I2, conversando sobre a infância de I2. Trata-se de um diálogo entre mãe e filha. Podemos perceber, nas falas de ambas, um grau maior de intimidade do que vimos nas ocorrências do *DID*. I2 comenta que sente saudades da infância, e I1 completa a fala de I2 lembrando atividades que I2 fazia quando criança (*cantando ciranda cirandinha*). Também vemos na fala das informantes a expressão da linguagem afetiva, quando I1 lembra a forma como I2 era chamada (M) e quando I2 fala do tio e usa o adjetivo *querido*, indicando, mais uma vez, um alto grau de intimidade entre elas.

Outra característica da língua falada presente nesse tipo de diálogo é o que Chafe (1985) concebe como *envolvimento dos interlocutores*. Esses estão envolvidos, na dinâmica da comunicação, em busca de serem compreendidos e, assim, alcançar em seus objetivos. No diálogo, a todo momento, há o monitoramento, a fiscalização dos participantes do modo como a informação está sendo expressa e se ela está sendo compreendida. As reações do ouvinte fazem com que o falante, por exemplo, continue, reformule, interrompa, repare seu enunciado visando à compreensão e à aceitação do que se diz. É por isso que, nas conversações, os participantes interrompem suas falas ou as falas do outro, havendo quebras na sequenciação dos enunciados.

Galembeck (1999), ao tratar da questão do monitoramento nos diálogos simétricos, afirma que os interlocutores empregam sinais, tais como: *né? certo? entende?* que não estão ligados ao desenvolvimento do tópico discursivo, para observar como o ouvinte está reagindo ao que está sendo dito. Esse autor, com base em Castilho (1996), afirma que, além desses sinais, há outros procedimentos que servem para fiscalizar o engajamento no diálogo, tais como as denominadas *atividades de reconstrução* e de *desconstrução*. Assim, a todo momento, o falante está reconstruindo o seu enunciado por meio de paráfrases, correções, definições, inserções, etc. O ouvinte, por sua vez, assegura ao falante se sua fala está suficientemente clara e se o canal de comunicação entre eles continua aberto. É na interrupção da fala, seja para reconstrução do enunciado, seja para inserção de algum detalhe, que ocorre a colaboração.

Na seção a seguir, iremos fazer uma breve incursão na teoria da Análise da Conversação, tendo em vista relacioná-la com o objeto de nossa pesquisa.

3.4 A Análise da Conversação e sua contribuição à pesquisa sobre colaboração

Como discutimos nas seções anteriores, há alguns conceitos gerais referentes aos estudos da fala, no âmbito da Análise da Conversação (AC) de cunho Etnometodológico, que estamos tomando como base para o desenvolvimento de nosso estudo. Sendo assim, nessa seção, é necessário levarmos em consideração questões relacionadas à teoria linguística fonte dos estudos da conversação, observando principalmente os aspectos dela, no âmbito da Linguística, já que foi a partir de estudos da colaboração, à luz da Análise da Conversação, como afirmamos no início do trabalho, que surgiu nossa pesquisa.

Freitas; Machado (2008) lembram que foi sob a ótica da Análise da Conversação Etnometodológica (ACE), na década de 70, que os pioneiros Sacks; Schegloff; Jefferson (1974, 1977 e 2003) observaram dois fenômenos que dão subsídio a inúmeros trabalhos posteriores: a organização da tomada de turnos e a organização de reparo. Dessa forma, acreditamos ser importante rever alguns pressupostos básicos da AC para podermos relacioná-la à nossa teoria de base, a Gramática Discursivo-Funcional. Vale ressaltar que o nosso objetivo aqui não é fazer uma exposição exaustiva da teoria, mas apenas apresentar noções que, em nosso entendimento, são pertinentes para a compreensão do estudo da fala-em-interação e ao processo de colaboração.

Surgida na década de 60, sob a ótica dos estudos sociológicos, mais precisamente, da Etnometodologia e da Antropologia Cognitiva, a Análise da Conversação (AC) teve, inicialmente, uma preocupação voltada para a descrição da organização das conversações e de suas estruturas constitutivas. A AC segue uma metodologia indutiva, parte de dados empíricos para tentar responder a questões relacionadas ao modo como os falantes se entendem em uma conversa e como esta se estrutura. Há uma preocupação com a situação comunicativa em que tais conversas se desenvolvem, com os aspectos pragmáticos envolvidos nas conversações. Suas análises seguem, principalmente, critérios qualitativos (MARCUSCHI, 1991).

A Análise da Conversação se distingue da Análise do Discurso e da Pragmática Filosófica por ter um caráter empírico e uma motivação histórica proveniente da Etnometodologia, Etnografia e da Sociologia. Tendo em vista a origem da Análise da Conversação, fazem-se necessárias algumas considerações a respeito da Etnometodologia.

O significado da palavra *Etnometodologia* já nos dá uma noção de como os estudos nessa área procedem. Wolf (1994) afirma que a expressão *ethno* diz respeito aos conhecimentos que os indivíduos possuem sobre a sua sociedade, ao senso comum desses, a

forma de pensar acerca de suas atividades cotidianas, e o termo *metodologia* se refere às atividades práticas, à forma como os indivíduos aplicam seus conhecimentos na sociedade.

Harold Garfinkel estabeleceu as bases da Etnometodologia, corrente dissidente da Sociologia americana tradicional, com a publicação do livro *Studies in Ethnomethodology* [Estudos em Etnometodologia], em 1967. E seus princípios motivaram todos os linguistas da AC que buscam observar como se organiza o texto conversacional. A Etnometodologia observa ações práticas referentes ao cotidiano, à realidade como um processo em constante transformação em que os indivíduos são sujeitos ativos. Assim, Garfinkel⁵⁰ (1967, p. 1 *apud* HILGERT, 1989, p. 79) define o escopo de atenuação dessa corrente:

Os estudos que seguem propõem-se abordar as atividades práticas, as circunstâncias práticas e o raciocínio sociológico prático como temas de estudo empírico, concedendo às atividades mais comuns da vida cotidiana a mesma atenção habitualmente concedida aos acontecimentos extraordinários. Esses estudos procuram tratar desses acontecimentos e atividades enquanto fenômenos em si mesmos. A recomendação central desses estudos é que as atividades, por meio das quais pessoas organizam e geram situações de sua vida cotidiana, são idênticas aos procedimentos utilizados para tornar tais situações observáveis e relatáveis. (GARFINKEL, 1967, p. 1 *apud* HILGERT, 1989, p. 79)

Dessa forma, em uma visão Etnometodológica, os analistas devem ser sensíveis aos fenômenos interacionais e buscar uma abordagem fortemente empírica para o estudo da ação social, já que o objetivo principal é a observação de como o homem age socialmente no espaço delimitado e no tempo real, de ocorrência natural⁵¹ (GARCEZ, 2008). Assim, a análise dos detalhes e conexões estruturais existentes no processo interativo está presente em trabalhos sob essa ótica.

Garcez (2008) lembra-nos que, apesar dos autores que iniciaram os estudos da Análise da Conversação Etnometodológica serem sociólogos, observando principalmente o comportamento humano ao utilizar a linguagem numa perspectiva da Sociologia, foram seus estudos que fizeram com que linguistas voltassem sua atenção aos estudos da linguagem oral em interação, tendo em vista que, a partir desses, passa-se a observar o uso da linguagem em seu contexto como algo que segue uma determinada ordem, sendo possível de ser descrito.

Segundo Schegloff (1981, p. 73), há alguns princípios que devem nortear esses trabalhos, tais como os descritos na citação que segue:

⁵⁰ GARFINKEL, H. **Studies in Ethnomethodology**. New Jersey, Prentice-Hall, 1967.

⁵¹ Garcez (2008, p. 22) descreve os dados de ocorrência natural com os quais o analista da conversação lida como “registros, inspecionáveis independentemente por quaisquer analistas externos – o que limita, se não exclui, os dados de registro de memória ou autorretrato, das ações conjuntas entre dois ou mais participantes, ações essas que ocorreriam a despeito da presença de observadores ou de aparatos de gravação – o que restringe, se não exclui de todo, simulações de qualquer natureza [...]”.

(1) O discurso deve ser considerado como uma realização (achievement). Isso envolve tratar o discurso como algo produzido no momento da realização (...); (2) a realização é interacional, para muito além de qualquer que seja o processamento cognitivo individual (...); (3) O caráter dessa realização é, ao menos em parte, moldado pela organização sócio-sequencial da participação dos interlocutores, como exemplifica a organização de tomadas dos turnos; (4) porque (...) várias partes do comportamento (dos indivíduos) compõem e acompanham o discurso e são analisados nele (SCHEGLOFF, 1981, p. 73).

Esse conceito de conversação como um processo no qual a produção e a realização se dão em uma interação, pressupõe que a construção dos sentidos emerge da dinâmica desse processo.

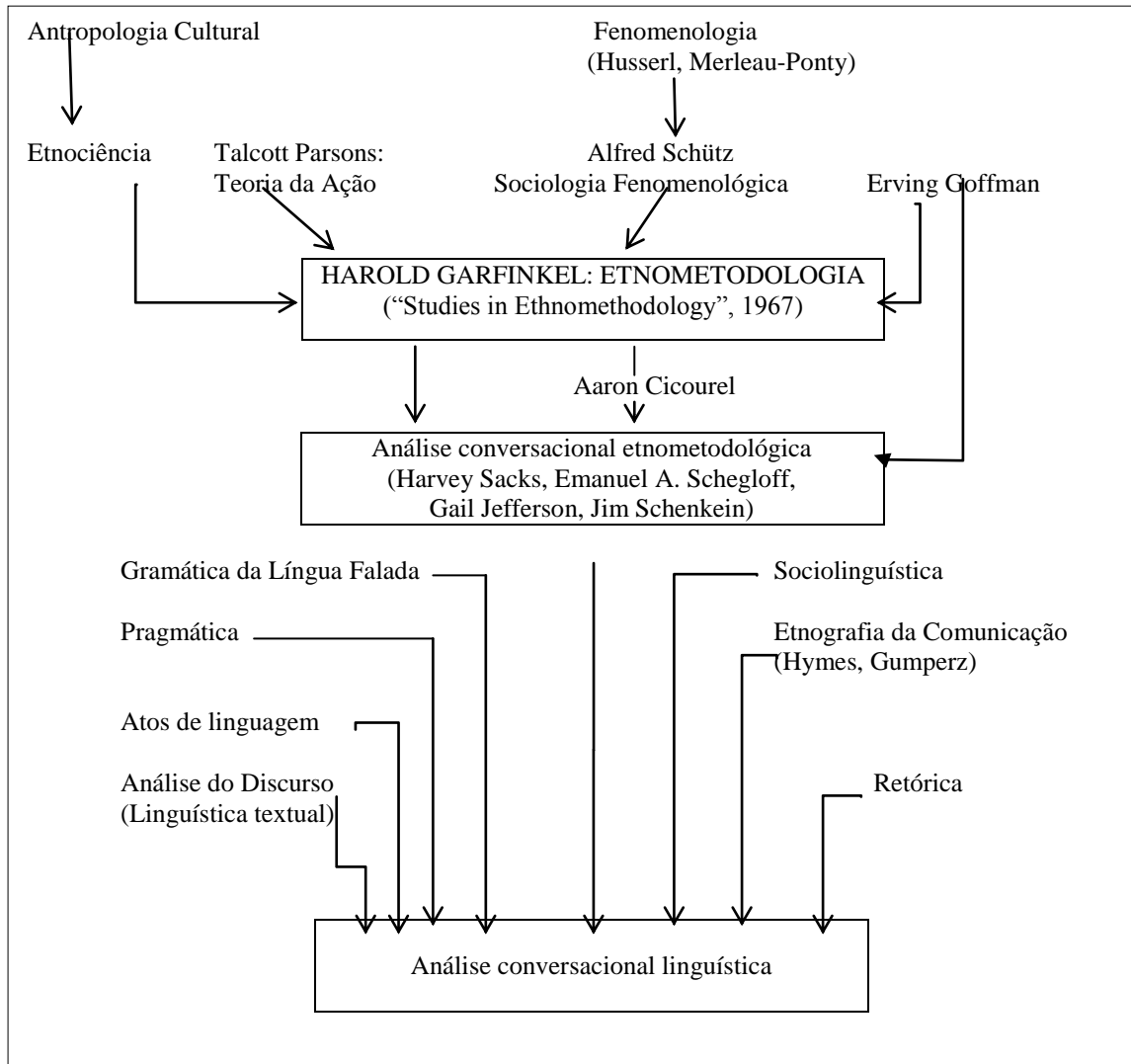
Apesar do enfoque Etnometodológico e do propriamente linguístico da conversação terem o mesmo objeto de estudo, a conversação, eles têm objetivos diferenciados, já que o primeiro se interessa principalmente pelos aspectos sociológicos do que é produzido na conversação, ou seja, pelos aspectos externos à conversação. Já o segundo enfoque, o linguístico, tenta dar conta, primordialmente, dos aspectos internos (linguísticos) da conversação.

Motivados pelos princípios etnometodológicos, os linguistas da Análise da Conversação procuram investigar algumas categorias de análise relevantes para a organização do texto conversacional. Henne; Renbock (1982 *apud* HILGERT 1989, p. 91) distinguem três níveis de enfoque da estrutura conversacional:

- a) O macronível: constituído pelas fases conversacionais que são a *abertura*, o *fechamento* e a *parte central*. Também fazem parte desse nível os *subtemas* da conversação;
- b) O nível médio: composto pelo turno conversacional, pela tomada de turno, pela sequência conversacional, pelos atos de fala e os marcadores conversacionais;
- c) O micronível: representado pelos elementos internos do ato de fala, que constituem sua estrutura sintática, lexical, fonológica e prosódica.

Gülich (1987, p. 18 *apud* HILGERT, 1989, p. 81) propõe o seguinte quadro que permite observar como a Análise Conversacional Etnometodológica dialoga com outras teorias:

Quadro 3 - Modelo do desenvolvimento das ideias etnometodológicas



Fonte: Gülich (1987, p. 18 *apud* HILGERT, 1989, p. 81)

Atualmente, os estudos ultrapassam os limites da organização conversacional e se centram na interpretação das conversações, em seus aspectos linguísticos, paralinguísticos e socioculturais (MARCUSCHI, 1991). Apesar da AC ter, como afirma Garcez (2008), uma atenção voltada para todos os detalhes possíveis de serem observados na interação, como, por exemplo, a presença ou ausência do silêncio no turno, em nossa análise, consideramos apenas os aspectos linguísticos verbais e interacionais que dizem respeito às colaborações intraturnos, principalmente, aos que podemos avaliar a partir do micronível da estrutura conversacional.

Vale ressaltar que, muitas vezes, no fluir das conversações, o controle do fluxo de produção textual foge dos próprios interlocutores, sendo assim, muitas previsões iniciais

acabam por não se realizar, o que leva os interlocutores a mudarem suas estratégias para tentar alcançar seus objetivos.

Na seção que segue, iremos discutir o diálogo da AC com outras teorias, principalmente com a Gramática Discursivo-Funcional. Dessa forma, retomamos alguns conceitos forjados no âmbito dessas teorias, a fim de relacioná-los para observarmos algumas semelhanças e diferenças entre eles.

3.5 Análise da Conversação e Gramática Discursivo-Funcional: termos comuns e concepções distintas

Segundo Leite, Barros, Dias e Silva (2010), a AC pode dialogar com outras teorias, que lidam com o texto e com o discurso, podendo servir de quadro teórico mais geral para o estudo integrado do texto conversacional. Os autores justificam a afirmação demonstrando que há mecanismos, tais como a repetição e a correção, que podem ser interpretados como estratégias de envolvimento entre os participantes da interação, como procedimentos indicadores de afetividade que auxiliam a criação dos efeitos de verdade.

Apesar dos autores citados conceberem o diálogo da Análise da Conversação com as teorias da Linguística Textual e da Análise do Discurso, não citando o paradigma funcionalista, acreditamos que esse diálogo seja possível, ou que, pelo menos, que as duas áreas (AC e Funcionalismo) não sejam vistas como excludentes. Muitos conceitos da Análise da Conversação são seminais a qualquer estudo que trate de dados da fala em interação social. Desse modo, muitas ideias dessa teoria puderam ser retomadas em nossa análise, apesar de nosso enfoque principal ser o funcional.

Há alguns termos que têm concepções distintas na GDF e na AC e que, apesar disso, muitas dessas ideias não são antagônicas. Portanto, acreditamos ser oportuna a descrição de alguns conceitos de tais teorias, esclarecendo como eles estão sendo considerados em nosso trabalho, tendo em vista a afirmação de Saussure (1972, p. 18) de que *é o ponto de vista que cria o objeto*.

O primeiro conceito a ser explanado nesta seção é o de *ouvinte*, noção fundamental para nosso estudo. Como vimos, na Análise da Conversação, ele é o participante que interage com o falante na conversa, que permuta de papel com este, que monitora o turno e mostra como o falante está sendo compreendido. O ouvinte é um participante ativo da comunicação, ele coparticipa da construção do enunciado e tem uma função social. Na GDF, também se concebe *ouvinte* (*Addressee*) como participante da interação que alterna seu papel

com o falante. Ele desempenha, nessa teoria, a função de reconstruir todos os aspectos relevantes à expressão linguística, a partir da produção efetiva desta pelo falante e de informações do Componente Contextual, que é compartilhado entre ambos, e de seus conhecimentos. Vale esclarecer que estamos concebendo “ouvinte” a partir da soma de tais conceitos, pois, a nosso ver, eles não são excludentes.

Outro termo que tem conceitos distintos, na AC e na GDF, é *formulação*. Na GDF, *formulação* designa uma operação do Componente Gramatical que diz respeito aos níveis Interpessoal (pragmático) e Representacional (semântico), que juntamente com a operação de codificação (Níveis Morfosintático e Fonológico) processam e organizam a informação e a envia para o Componente de saída. Na AC, o termo *formulação* parece abranger as duas operações da GDF, *formulação* e *codificação*, uma vez que diz respeito ao processo de construção dos enunciados e ao resultado obtido nele. Iremos utilizar o termo ora como concebe a AC, quando tratamos de problemas de *formulação* textual, ora conforme a concepção da GDF, quando verificamos em qual das operações descritas no Componente Gramatical recai o escopo da *colaboração*.

Outro termo relevante que tem concepção distinta nas duas teorias supracitadas é o *tópico*. Na AC, como observamos, *tópico* diz respeito a uma categoria discursiva, que vai além do nível sentencial, uma vez que é caracterizada como aquilo que é passível de ser identificado no discurso. Nessa perspectiva, *tópico* tem como principal característica ser uma categoria abstrata e primitiva, já que há procedimentos tanto no contexto comunicativo, no conhecimento de mundo dos participantes, como na própria mensagem que tornam possível sua identificação (JUBRAN; RISSO ET AL, 2002). *Tópico* diz respeito ao(s) assunto(s) discutido(s) na conversação, “sobre o que se fala” ou “sobre quem se fala”. Essa concepção não se confunde com a noção de Tópico (de Tópico/Comentário) que vimos no capítulo sobre funcionalismo, já que, na GDF, Tópico é tido como uma função pragmática relacionada à informação que é o ponto de partida de onde deve ser compreendida a mensagem, à entidade sobre a qual um discurso passa informação, à informação mais à esquerda na oração.

Assim, o conceito de Tópico, na GDF, se refere ao tipo de informação veiculada na mensagem, geralmente coincide com a informação *dada*, ou seja, a informação conhecida pelos interlocutores e que pode ser acessada no momento da comunicação, podendo, ainda, ser considerada informação inferível. Essa noção de Tópico se relaciona à função Comentário, que vem após o Tópico e traz a informação mais relevante no discurso. Esta é a concepção assumida a partir daqui, em nosso estudo.

Vale ressaltar que há termos que, mesmo sendo analisados sob a ótica de dois enfoques diferenciados, têm definição semelhante nas duas teorias. Dois desses termos são primários em nosso estudo, a saber, *ato discursivo* e *turno*.

A noção de *Ato discursivo* descende da visão de que a linguagem é uma forma de agir, portanto *todo dizer* significa *um fazer* - teoria dos atos de fala de Austin (1965); Searle (1979). *Ato discursivo* é definido, como vimos, como “a menor unidade identificável de uma conduta comunicativa” e se organiza em um esquema ilocucionário (um propósito), que, no funcionalismo, tem relação com as intenções comunicativas do falante envolvido na interação. Hengeveld; Mackenzie (2008) lembram que, algumas vezes, *Ato discursivo* e *Move* coincidem e que a principal diferença entre eles é o fato deste sempre provocar uma reação do interlocutor que faz com que a conversação avance.

Turno é a posse da palavra em ambas as teorias, diz respeito a uma unidade discursiva. Como vimos, *Move* pode corresponder ao *turno* do falante, como na primeira fala do exemplo (03), visto no capítulo 2 e que retomamos, em parte, a seguir:

Ex (03):

A: Qual a capital da Latvia? (*Move* 1)

No exemplo (3), temos um turno correspondente a um *Move*. Um falante A, durante algum tempo, esteve com a posse da palavra e fez uma pergunta a um falante B. Com essa pergunta, o falante causa, no seu interlocutor, uma reação: a de responder a uma pergunta feita. Vale ressaltar que, nesse exemplo, o turno corresponde ao *Move*, e este corresponde a um Ato discursivo: o de perguntar.

Um *Move* é um turno discursivamente qualificado como aquilo que é ou provoca uma reação na conversação. O *Move* pode não corresponder ao turno, podendo haver um turno contendo mais de um *Move*, como na fala do falante B após a pergunta do falante A do exemplo anterior, que mostramos, a seguir:

Ex (03):

A: Qual a capital da Latvia? (*Move* 1)

B: Riga, Por que você pergunta? (*Move* 2 e *Move* 3)

No processo de colaboração intraturno, temos um turno que está sendo desenvolvido em coparticipação com o ouvinte e, dentro deste, há vários *Moves*

metalinguísticos e metadiscursivos que visam completar o turno, como vemos no seguinte exemplo⁵²:

Ex (11): 04D2

Doc. () pronto gente aí a gente agora pode falar sobre os assuntos que forem do interesse de vocês o senhor por exemplo você disse **o senhor disse que ia falar sobre o que mesmo?** (*Move 1 – turno 1*)

Inf1. **não era um problema de família** ((risos)) (*Move 2 –colaboração - Interação intraturno*)

Doc. **PRONTO** (*Move 3 –retomada do turno 1*)

No exemplo (11), temos um turno interrompido pelo próprio documentador (Doc) em busca de auxílio do informante (Inf1) para completar sua fala. O informante colabora com o turno do documentador com um *Move* metadiscursivo, esclarecendo sobre o que ele ia falar era *um problema de família*. E, por fim, o documentador retoma seu turno com um terceiro *Move*, um marcador discursivo que encerra seu turno (*Pronto*). Note-se que o turno teve início quando o documentador disse *o senhor por exemplo....* e só foi concluído quando foi dito que o assunto sobre o qual o informante ia falar era *um problema de família*. Assim, essa fala não é considerada um segundo turno por nós, mas uma fala momentânea no turno já iniciado. No entanto, ela constitui uma reação a outro *Move* (*o senhor disse que ia falar sobre o que mesmo?*) e que, em seguida, provoca um *Move* de aceitação (*Doc: PRONTO*). Esse ponto de vista será discutido, de forma mais aprofundada, no próximo capítulo, em que tratamos da Colaboração no *Move*.

3.6 Síntese do Capítulo.

Neste capítulo, discutimos muitas questões referentes às principais características da língua falada, a alguns pressupostos da Análise da Conversação, às noções básicas do diálogo e a alguns termos comuns às teorias da AC e do Funcionalismo.

Discutimos pontos polêmicos como a dicotomia *fala* versus *escrita* e observamos que a fala não se opõe à escrita, mas, em realidade, elas constituem duas modalidades do sistema linguístico, podendo ser dispostas em um contínuo que vai desde a *oralidade* até a *escrituralidade*. Assim, o uso da fala e da escrita vai variar segundo algumas especificidades,

⁵² Exemplo retirado do *corpus* da pesquisa, NORPOFOR, inquérito número 11, tipo D2.

como: tipo de texto, graus de formalidade da situação comunicativa, modos de produção e realização de ambas e participantes envolvidos na interação.

Conjecturamos sobre como a conversação se estabelece, suas características organizacionais e interacionais. Vimos que, para ela ocorrer, deve haver pelo menos duas pessoas interagindo, sobre um tema, por um determinado período de tempo, num esquema de alternância dos turnos. Também tratamos do fato de nem sempre essa alternância ser perfeita, podendo ocorrer interrupções no turno, falas simultâneas, sendo estas causadas por problemas, como os de formulação. Nesse caso, algumas vezes, é necessário que o ouvinte tome a palavra para auxiliar a construção do turno do falante, o que constitui a colaboração que estamos analisando.

Fizemos uma breve descrição dos dois tipos de diálogos que constituem o *corpus* de nossa pesquisa, ao tratarmos das características do diálogo e da entrevista. Assim, caracterizamos o Diálogo entre Informante e Documentador (*DID*) e o Diálogo entre dois Informantes (*D2*), segundo o tipo de diálogo (*simétrico/assimétrico*), o nível de formalidade deles, o grau de intimidade dos participantes, as condições de produção e realização deles.

Informamos que a Análise da Conversação surgiu na década de 60, sob uma forte influência dos estudos sociológicos, e, assim, em um primeiro momento, tal teoria não teve preocupação com fatores de natureza linguística em suas abordagens. Vimos também que só foi possível surgirem os estudos linguísticos voltados à língua falada a partir dos pressupostos básicos dessa perspectiva e que seus conceitos vêm influenciando muitos estudos na área e fora dela.

Consideramos, tal como Leite *et al.* (2010), que a AC pode servir de aparato teórico mais amplo para o estudo do texto conversacional, como ocorre em nossa pesquisa, que, apesar de priorizar o enfoque funcionalista na análise, assume a necessária contribuição dos pressupostos das teorias da fala, mais precisamente, da AC. Dessa forma, não concebemos esta teoria como contrária à teoria funcional.

E, por fim, observamos, neste capítulo, que há vários termos diferentes, cujas definições são semelhantes, mas não idênticas, nessas duas teorias (ex. *turno* e *Move*). Assim, como há alguns termos compartilhados que são definidos de perspectivas diferentes (ex. *ouvinte*, *formulação* e *tópico*).

4 COLABORAÇÃO

“a conversação representa uma atividade prática e cotidiana, cujo desenvolvimento depende da auto-organização patrocinada interacionalmente pelos interactantes”.

(HILGERT, 1989, p. 82)

Nas próximas seções, tratamos de definir e delimitar o nosso objeto de investigação: a colaboração intraturno – descrevendo suas principais características e discutindo algumas questões relevantes já presentes na literatura sobre esse assunto.

4.1 A colaboração no turno

O termo *colaboração* é definido nos mais diversos dicionários de língua portuguesa como: *ato ou efeito de colaborar; trabalho com uma ou muitas pessoas numa obra*. Muitas vezes, *colaboração* aparece como sinônimo de *cooperação*, sendo esses termos utilizados de forma indistinta na literatura corrente (FERREIRA, 1999; JOHNSON e JOHNSON, 2001 e HILTZ, 1998).

Outros autores assumem que *colaborar* e *cooperar* não têm o mesmo significado. Podemos observar isso em Fioretini (2004, p. 51), quando ele distingue ambos os termos tendo por base a etimologia das duas palavras, observando que o prefixo *co*, presente nas palavras *cooperação* e *colaboração*, refere-se à ação conjunta e *operare* significa *operar, fazer funcionar*, enquanto *laborare* diz respeito a *uma produção tendo em vista um determinado fim*.

Esse modo de conceber *colaboração* e *cooperação* como coisas distintas, mas que têm uma determinada relação, baseia-se na noção de abrangência das definições de cada termo. O primeiro designa uma *ação conjunta* menos abrangente que o segundo, posto que *colaboração* indica, nessa perspectiva, uma ação na qual uma tarefa é desenvolvida por cada pessoa, de forma específica, que constitui o conjunto, visando ao benefício desse, enquanto que *cooperação* indica ação de pessoas que interagem para *fazer funcionar* algo, como uma equipe que se reúne e discute para encontrar uma determinada solução para um problema.

Sobre essas concepções de *colaboração* e *cooperação*, Kemczinski *et al.* (2007, p. 3-4) comentam que:

colaboração é um trabalho conjunto, onde cada integrante do grupo realiza uma parte da tarefa de um trabalho específico e ao final do trabalho, as partes realizadas por cada integrante do grupo, são unidas e compiladas formando então o trabalho como um todo. Já a cooperação é definida como um trabalho em equipe, porém, não um trabalho onde cada integrante do grupo realiza individualmente uma tarefa, contribuindo para que no final sejam unidas as partes, mas um processo de interação contínua, onde todos os membros do grupo trabalham para construir juntos suas idéias e desenvolverem determinado trabalho de forma coletiva.

Esses autores, tomando como base os estudos de autores como Amoretti (2001), Barros (2001) e Simon (1999), observam que, na diferenciação entre *colaboração* e *cooperação*, o conceito de *cooperação* é mais complexo e abrange o de *colaboração*, mas o contrário não se aplica. Para Barros (2001), *colaboração* tem relação com *contribuição*.

Em nosso estudo, não concebemos *colaboração* em expressão linguística como sinônimo de *cooperação*. Acreditamos que colaborar e cooperar se tratam de duas coisas diferentes, apesar de muito próximas. Dessa forma, é importante esclarecer que o que estamos definindo como *colaboração* não é *cooperação*. Concebemos *colaboração* como uma estratégia de formulação⁵³ textual, cuja natureza é textual e argumentativa. Ela ocorre quando há problemas de formulação textual ou quando se busca uma designação mais adequada para algo. Assim, ela é utilizada segundo o desenvolvimento do tópico conversacional e conforme a intenção de quem colabora. Já cooperar significa agir segundo as regras já estabelecidas para que ocorram as conversações, agir de acordo com o “contrato” preestabelecido para que a conversação ocorra.

A *colaboração* analisada por nós ocorre dentro do desenvolvimento do turno do falante. O ouvinte, por já saber ou prever o que o falante vai dizer, tentando ajudá-lo a encontrar as palavras “certas”, interrompe o turno do outro, para concluir tal turno ou ajudar o seu interlocutor a concluí-lo. Isso acontece, segundo Fraser e Nolen (1981), porque os indivíduos, mesmo tendo ciência de seus deveres e direitos quando se engajam em uma conversação, uma vez que fazem um contrato tácito entre si de como proceder nessa situação comunicativa, algumas vezes, não esperam que lhes seja repassado o turno e interferem um no turno do outro, na tentativa de auxiliar a construção do enunciado.

Vale lembrar que algumas dessas interferências são solicitadas pelo próprio falante que não está conseguindo dizer o que deseja. Isso ocorre, principalmente, em situações do tipo em que o falante não consegue se lembrar de uma determinada palavra ou expressão e recorre ao ouvinte para auxiliá-lo. Nessas, o próprio falante dá pistas ao seu ouvinte de que

⁵³ O termo Formulação, nessa seção, está sendo utilizado na concepção da Análise da Conversação, que como vimos, tem um sentido mais geral e inclui as operações de formulação e codificação descritas no Componente Gramatical da GDF; e a articulação do componente de saída.

está com um problema de formulação em seu enunciado, seja com frases interrogativas do tipo: “Como é mesmo o nome disso?”, ou “Como é que se chama?”, ou, ainda, por meio de hesitações, enunciados inconclusos, repetições, alongamentos, pausas preenchidas ou não, reformulações parafrásticas, correções ou por recursos gestuais (HILGERT, 2002, p. 91).

Em uma conversação, o ouvinte interfere no turno do falante por vários motivos, para demonstrar atenção (*isso, tá*), para dizer que está ou não entendendo o que foi dito (*unhm, como?*), etc. O que vale dizer que o ouvinte não só ouve, como fala durante o turno do outro. Silva (2001) fala em “ouvinte ativo”, isto é, o ouvinte que participa de modo efetivo para a elaboração do diálogo conversacional.

Hilgert (1989) lembra que a participação do ouvinte pode ser implícita ou explícita. No primeiro caso, o ouvinte é levado em conta na construção do enunciado do falante, pois é àquele que este se dirige e tenta convencer. Já no segundo caso, as interferências são de natureza mímico-gestual ou verbal. São as interferências verbais que colaboram com o enunciado do falante que procuramos descrever e analisar em nossa pesquisa. Essas colaborações, intervenções do ouvinte, que não são propriamente tomadas de turno, mas uma fala momentânea dentro dos limites do turno do falante, constituem o nosso foco de pesquisa. Vale ressaltar que as sobreposições, interrupções do ouvinte durante o turno do falante, no que concerne à colaboração, objeto de nossa pesquisa, não caracterizam mudança de turno, mas uma microinteração intraturno.

Para Hilgert (2002, p. 90), “a conversação é sempre uma atividade social, de natureza linguística, construída por interlocutores em interação, na medida em que alternam os papéis entre falante e ouvinte”. Logo, há a pressuposição de, no mínimo, dois interlocutores que interagem, de forma alternada e cooperativa, em uma situação face a face, sobre um tema não planejado de antemão. Nessa situação, é comum ocorrerem muitos problemas de formulação (enunciados inconclusos, repetições, alongamentos, pausas preenchidas, etc.) tendo os interlocutores de recorrer a algumas estratégias de formulação para resolvê-los.

Um problema de formulação ocorre sempre que o enunciador não dispõe de uma alternativa de formulação imediata e definida no momento em que formula o seu texto (ANTOS, 1982 *apud* HILGERT, 1989). Para Schegloff, Jefferson e Sacks (1997), um problema de formulação não se dá apenas por falha na formulação, mas também na busca da palavra adequada, no momento em que o enunciador hesita em pronunciar algo. Para Gülich e Kotschi (1987a, p. 223), os distúrbios, *Störungen*, de formulação podem acontecer por uma antecipação de um problema de compreensão por parte do falante que não considera o

enunciado suficientemente adequado. Assim, o enunciado ou não é ou não parece ser compreensível, devendo ser reformulado.

Hilgert (1989) distingue os problemas de formulação em dois tipos: (a) problemas formulados (verbalizados) e (b) problemas não formulados (não verbalizados). Os problemas formulados são aqueles que o enunciador só percebe quando já formulados ou durante a sua formulação. Os problemas não formulados são os que o enunciador, antes de verbalizar, demora a eleger uma alternativa para o seu enunciado, buscando uma expressão ou um termo mais adequado para o que deseja formular. É nessa busca pela expressão certa para aquilo que se quer dizer que o falante dá oportunidade ao ouvinte de fazer colaborações em seu enunciado. E mesmo que isso não seja um pedido explícito de colaboração, pode ser interpretado como tal.

Em nossa pesquisa, estamos focando os problemas formulados quando se referem a dificuldades do falante em eleger um termo ou expressão para concluir seu turno. Salientamos que os problemas não formulados só serão possíveis de ser observados por nós quando disserem respeito às interrupções do falante marcadas nas transcrições dos diálogos.

Do conceito de problema de formulação, resulta o esquema de solução deste, que decorre de estratégias que visem à formulação, reformulação, correção e/ou explicação do que se quer afirmar, tendo em vista a compreensão do enunciado na conversação. Sobre a questão da compreensão, Hilgert (2012, p. 107) afirma o seguinte:

Cada falante envolvido numa conversa, ao se manifestar e, assim, contribuir com o desdobramento do tema em pauta, precisa construir o seu enunciado de tal forma que seus interlocutores o compreendam, ou seja, entendam o sentido do que diz. Não houvesse a possibilidade da compreensão, o processo de interação social pela conversa nem se instalaria. Por isso, ao explicitar o sentido, o falante constrói ao mesmo tempo a compreensão para os seus interlocutores.

Dessa forma, esse autor (*idem*) concebe que, ao se construir sentido, se constroi também a compreensão, uma vez que o falante, implícita ou explicitamente, é influenciado pelo ouvinte a construir seu enunciado de maneira que este possa ser inserido no contexto de compreensibilidade da comunicação. Para Hilgert (2012, p. 213), “o sentido se constroi por toda e qualquer manifestação, verbal ou não, presente no desenvolvimento conversacional”. Esse autor esclarece que o sentido não é simplesmente atribuído pelo falante ou interpretado pelo ouvinte, o sentido não decorre de apenas interpretação semântica dos enunciados (MARCUSCHI, 2008), uma vez que a língua não é vista como um código a ser decifrado nessa concepção. O sentido é co-construído numa ação colaborativa entre os participantes da

interação, uma vez que o falante faz escolhas que estão de acordo com seus objetivos e que pressupõe como adequadas em termos das reações do ouvinte. Portanto, o falante tenta estabelecer uma sintonia entre a enunciação e a interpretação, utilizando estratégias de prevenção para evitar a falta de compreensão de seu enunciado (HILGERT, 2008).

Hilgert (2003) afirma que os problemas de compreensão podem ocorrer de duas formas: (i) quando o falante realiza alguma atividade prevendo como o que está sendo dito será compreendido e (ii) quando falante e ouvinte interagem, explicitamente, colaborando, de forma mútua, para a intercompreensão dos enunciados. É exatamente neste momento que o ouvinte interage e colabora com o falante, visando a assegurar que a conversação flua de maneira compreensível e auxiliando a construção do sentido dos enunciados.

Esse processo de construção de sentido, conforme afirma Antos (1982 *apud* HILGERT, 1989), baseia-se no próprio processo de solucionar os problemas de formulação do enunciado. O texto falado vai sendo construído na medida em que os problemas de formulação e compreensão vão sendo solucionados, em um verdadeiro *processo de ensaio-e-erro*. Durante a construção do enunciado do falante, quando há problemas de formulação, é comum ocorrerem as colaborações do ouvinte no turno, já que elas podem ser usadas como estratégias para sanar dúvidas em relação a (possíveis) desvios de compreensão.

No processo de construção do enunciado na interação, ocorrem três atividades, conforme Gülich e Kotschi (1995), a saber: a verbalização, o tratamento e a qualificação. A verbalização diz respeito às escolhas dos falantes para formulação do texto; o tratamento se refere ao modo de articular um enunciado anterior com um posterior, às atividades metalinguísticas; e a qualificação corresponde à análise explícita dos interlocutores, a seus *comentários* sobre as formulações, ao monitoramento da produção discursiva.

Em nossa análise das colaborações do ouvinte na construção do turno do falante, observamos como ocorrem essas três atividades. Dessa forma, verificamos que a verbalização constitui a fase em que ocorrem as hesitações típicas de quando se está tentando ganhar tempo para encontrar a expressão desejada para seu discurso ou se pede a colaboração do ouvinte. Esta fase evidencia as escolhas do falante. O tratamento diz respeito às atividades de formulação e reformulação desenvolvidas pelo falante que, muitas vezes, correspondem ao momento em que ocorre a colaboração, quando o ouvinte auxilia na formulação ou reformulação do enunciado do falante. E a qualificação designa a fase em que o falante expõe sua aceitação ou não da colaboração em seu enunciado.

Como podemos perceber e de acordo com o que postula Blanche-Benveniste (1986, p. 91), “há um coprocessamento sintático no momento da comunicação verbal, posto

que o texto vai sendo gerado em coautoria pelo locutor e interlocutor”⁵⁴. Disso, surgem as inúmeras descontinuações típicas do texto falado, cabendo ao interlocutor o preenchimento de alguns vazios (CASTILHO, 2010).

Esse fato nos remete à discussão do capítulo 2 sobre o Componente Contextual ser considerado como compartilhado por falante e ouvinte na interação. Assim, o contexto influencia a participação do ouvinte no turno do falante, já que é a partir dele que o ouvinte intervém no turno do falante dando sua colaboração, pois ele tem conhecimento do entorno do diálogo, de todos os aspectos extratextuais que influenciam a produção dos enunciados.

Nossa proposta é a de que, num contexto onde ocorra a colaboração, o ouvinte desempenha dupla função: a função de interpretar o que foi dito pelo falante, isto é, interpretar o enunciado incompleto, tendo em vista o que foi dito pelo falante e o que ele pressupõe que provavelmente este iria dizer, e a função de completar o turno do outro, quando este não foi concluído ou quando ele julga que necessita de complementação.

O processo de colaboração do ouvinte no enunciado do falante se dá por uma microinteração intraturno organizada de forma sequencial em três partes, segundo Hilgert (2002, p. 94):

- a) interrupção do enunciado ou turno, através de perguntas, enunciados inconcluídos, repetições ou outra forma de sinalização de ruptura no tópico discursivo;
- b) colaboração do ouvinte, por meio de reformulações, definições, sugestões de designações, entre outras, passando ele, nesse momento, a desempenhar o papel de falante; e
- c) recepção da colaboração e a integração dela na continuidade do enunciado em questão.

Salientamos que, nem sempre, a dificuldade é revelada de forma explícita por meio de perguntas, enunciados inconclusos, etc. Como também nem sempre a interrupção revela um pedido de ajuda ao ouvinte, ou seja, nem sempre o falante, ao interromper seu turno, indica que precisa da interferência do ouvinte. Além disso, há ocasiões em que o falante não interrompe o seu turno, mas o ouvinte o faz para colaborar ou mostrar como está

⁵⁴ Os termos “locutor” e “interlocutor” foram utilizados nesse ponto de acordo com a denominação encontrada em Blanche-Benveniste (1986, p. 91), mas, no restante do trabalho, iremos utilizar a denominação “falante” e “ouvinte” de acordo com nossa teoria de base, a GDF.

processando a informação. Isso ocorre, principalmente, quando o ouvinte entende que precisa demonstrar que está atento ao que está sendo dito, e deixar claro que sabe do que o falante está tratando, monitorando o turno desse.

Silva; Crescitelli (2002) consideram *interrupção* como *vazio* ou *buraco* que causa fenômeno do inacabamento. As autoras afirmam que este inacabamento pode se dar por uma *autointerrupção*, quando o falante interrompe o próprio turno ou por uma *heterointerrupção*, quando o ouvinte interrompe o turno do falante. A interrupção pode se dar ainda por pausas, prolongamentos de letras, hesitações, ausência de item lexical, entre outros, no entanto nem toda interrupção causa a colaboração intraturno. Um exemplo disso ocorre quando o falante autointerrompe o seu turno e ele próprio, em seguida, dá continuidade a esse turno, sem que haja qualquer participação do ouvinte, tal como no exemplo⁵⁵ a seguir:

Ex (12): 35D2

Inf.2: - Por que foi que tu saiu lá do (L. S.)?

Inf.1: - Rapaz *por quê...* Nós no sábado ai passado a gente começamos a conversar sobre a dança não sabe? *Ai o...* eu e o A. e os dois loirinhos lá, conversamos sobre o espaço, sobre a quantia que o cara estava cobrando de R\$15,00 *do... da* dança né?

No exemplo (12), temos três interrupções do turno indicativas de cortes na estrutura sintática do enunciado, já que há uma descontinuidade do turno pela ausência de palavras ou expressões que preencham os espaços vazios, marcados pelas pausas (*por quê...*, *Ai o...* e *do...*). Essas interrupções são comuns na fala e ocorrem principalmente quando o falante, em seu processo de formulação, precisa de um tempo para encontrar a expressão que julga ser a adequada ao seu enunciado. Ressaltamos que este tipo de interrupção não será considerado em nossa análise, pois esse se constitui de uma autointerrupção, em que, como vimos, não ocorre a participação do ouvinte na continuidade do turno.

Há autointerrupções em que o falante interrompe o seu turno, e é o ouvinte quem dá continuidade a ele. Quando ocorre esse tipo de interrupção, em geral, acontece a colaboração intraturno, pois o ouvinte é quem retoma o turno do falante para completá-lo, tal como podemos ver no seguinte exemplo:

Ex (13): 14D2

Inf. 2 quer dizer *você* acha que trezentos reais pra tirar aquelas três mangueira tá no preço razoável?

⁵⁵ Os exemplos da corrente seção foram retirados do NORPOFOR, respectivamente, dos inquéritos 35 e 14, do tipo D2 (exemplos 12 e 13) e dos inquéritos 103 e 39, do tipo DID (exemplos 14 e 15).

Inf. 1 é de acordo com a... o que ele pediu que foi setecentos reais né? eu creio *que...*

Inf. 2 **tá dentro do preço**

Inf. 1 tá dentro do preço

No exemplo (13), vemos que o falante (Inf. 1) interrompe seu turno com uma pausa, sendo o corte feito na estrutura sintática do enunciado, logo falta a expressão linguística que conclua o objeto direto de sua oração *eu creio que*. O ouvinte (Inf. 2) dá continuidade ao turno do falante completando-o com a colaboração *tá dentro do preço*.

É importante também lembrar que, quando ocorre a *heterointerrupção*, em que o ouvinte interrompe o turno do falante e o conclui, tal ação pode ser considerada como um assalto do turno, já que o falante não deu nenhum indicativo de que o ouvinte “tinha permissão” para concluir o turno daquele, tal como ocorre em (14):

Ex (14): 103DID

Inf. vai emagrecendo né... ele era bem bonitinho... ele era alvo loiro dos olhos azuis

Doc. mas olha

Inf. **o retratinho dele**

No exemplo (14), vemos que o ouvinte (Inf) interrompe o turno do falante (Doc.) para completá-lo. Mais uma vez, o corte se dá na estrutura sintática do enunciado, entre o verbo e o objeto direto deste. Este tipo de interrupção é um tanto quanto delicada, pois pode ser compreendida como indevida, uma vez que, como vimos, não houve pistas do falante de que haveria necessidade de ela ser feita pelo ouvinte.

Quando o ouvinte interrompe o turno do falante, mas não o toma para concluí-lo, apesar de haver a *heterointerrupção*, não ocorre colaboração. Esse tipo de interrupção ocorre, em geral, em situações nas quais o ouvinte apenas sinaliza como está sendo compreendido o que o falante diz, usando, para isso, algum tipo de marcador conversacional⁵⁶, como os marcadores de confirmação (*hum hum, certo, ok, sim, tá, etc.*), como podemos verificar no exemplo (15):

⁵⁶ Os marcadores conversacionais (MCs), segundo Marcuschi (1989, p. 281), são elementos multifuncionais que possuem propriedades interacionais e intratextuais, pois atuam “na condução dos atos ilocutórios e nas relações inter-pessoais”, interferindo “na estruturação da cadeia linguística”. Tais elementos funcionam como “organizadores da interação, articuladores de textos e indicadores de força ilocucionária”.

Ex (15):39DID

Inf. É aquela venda... assim chega a noite né dia e noite né dia é bem meio azulzinho azulzinho né noite vai aquela capa escura

Doc. **hã ham**

Portanto, no que se refere à questão de interrupção, só estamos observando as interrupções que abrangem a ruptura no turno do falante, quando dela decorrer a colaboração do ouvinte, independente se o corte feito por este ou pelo próprio falante.

Até agora, que vimos como a colaboração ocorre no turno, vamos vê-la em relação aos *Moves*, unidades discursivas de análise da GDF. No capítulo anterior, observamos que, algumas vezes, o *Move* corresponde ao turno e que, em outras, ele constitui o turno. Na seção que segue, discutiremos esta e outras questões referentes à manifestação da colaboração em relação aos tipos de *Moves* envolvidos nesse processo.

4.2 A colaboração no *Move*

Para aprofundarmos a discussão sobre como a colaboração ocorre em relação ao *Move*, retomaremos, nessa seção, as principais características que compõem a definição desse, segundo o que vimos na GDF, e, em seguida, mostraremos algumas implicações possíveis que desenvolvemos a partir delas. Como vimos, *Move*:

- designa a camada mais alta do Nível Interpessoal – nível que trata das relações que se estabelecem entre os indivíduos, a partir do que pode ser interpretado pela expressão linguística produzida por eles;
- é composto por um ou mais Atos Discursivos - diferenciando-se destes por sempre causar uma reação no interlocutor ou ser ele uma reação a um *Move* anterior, ou seja, por ter sempre um efeito perlocucionário;
- pode variar em termos de sua complexidade – vai desde uma reação silenciosa (silêncio, olhar, dar de ombros, etc.) a um longo texto do discurso;
- tem como marca de finalização, na escrita, o parágrafo e, na fala, a entonação;

■ pode corresponder ao turno, nos diálogos, ou ser apenas parte dele – quando corresponde ao turno, o *Move* se desenvolve na ação do falante que causa a resposta do ouvinte ou na resposta do ouvinte que se desenvolveu devido à ação de um *Move* anterior.

Essas características, apesar de trazerem muitas informações sobre o *Move*, para nosso estudo, não foram suficientes, quando tivemos que operacionalizar este conceito na análise das ocorrências de colaboração. Dessa forma, percebemos a necessidade de uma maior delimitação da abrangência de tal conceito, quando empregado em processos de colaboração entre os interlocutores.

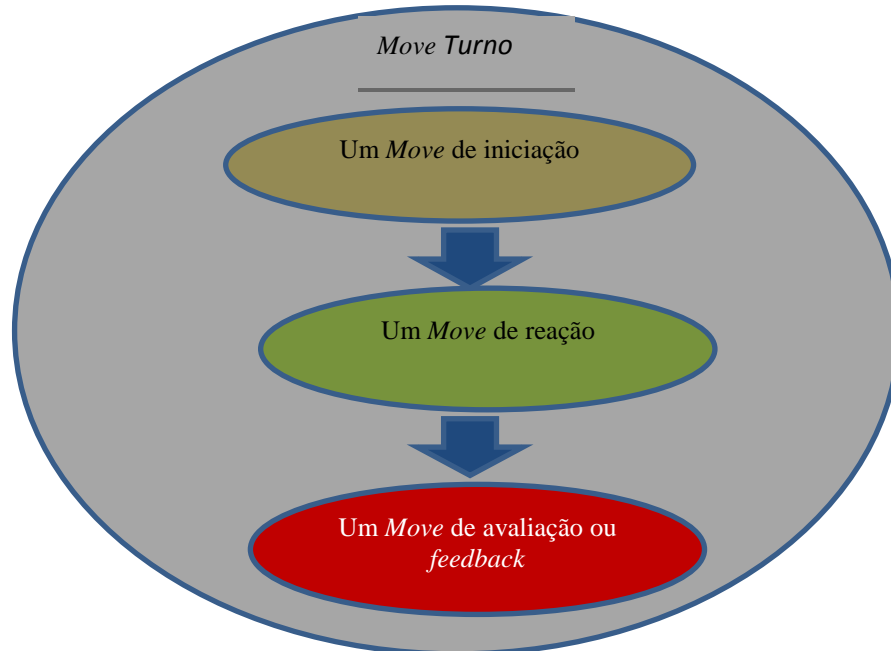
Levando-se em consideração o que afirmam Hengeveld; Mackenzie (2008), o *Move*, nos diálogos, pode corresponder ao turno ou ser parte dele e, sabendo que, no processo de colaboração, o turno é interrompido, pressupomos que a ação primeira que iria causar a reação no interlocutor e o levar a construir seu turno foi também interrompida. Dessa forma, temos um turno interrompido e também um *Move* interrompido. Assim, acreditamos que, nos diálogos, temos um tipo de *Move Turno* que deve ser concebido como mais amplo em termos de complexidade, uma vez que ele só será concluído quando a colaboração tiver sido dada ou quando o problema de formulação tiver sido solucionado.

Retomando o que discutimos nos capítulos e seções anteriores sobre o modelo de ocorrência de colaboração no turno e o conceito de *Move* da GDF, entendemos que uma ocorrência típica da colaboração ocorre dentro de um *Move* mais amplo que denominamos *Move Turno*. Este é interrompido por *Moves* secundários, em geral metalinguísticos, na seguinte sequência:

- a) *Move* de iniciação: corresponde à solicitação do falante, de forma explícita ou não, da ajuda do ouvinte. Este *Move* incita uma reação, uma resposta do ouvinte a tal solicitação;
- b) *Move* de reação: corresponde à colaboração em si, a resposta do ouvinte a solicitação do *Move* de iniciação, a tentativa de resolução de um problema de formulação;
- c) *Move* de avaliação ou *feedback* corresponde à avaliação ou aceitação que o falante faz da colaboração de seu ouvinte, ao retorno que o falante dá após o ouvinte colaborar.

Se adaptarmos o modelo de Hilgert (2002) ao esquema de *Moves da GDF*, de Hengeveld; Mackenzie (2008), uma ocorrência típica de colaboração pode ser representada da seguinte maneira:

Figura 11 - Manifestação da colaboração por *Move*



Fonte: Proposta nossa

Portanto, o *Move Turno* é constituído por outros *Moves* que atuam, metalinguística e metadiscursivamente, até que o primeiro *Move* seja retomado⁵⁷. Esses *Moves*, que classificamos como secundários, funcionam como subtópicos do tópico discursivo que vinha sendo desenvolvido no *Move Turno*. Segundo Koch *et al.* (2002, p. 128), esses subtópicos têm “uma natureza de predicação paralela inserida na comunicação básica”. Vejamos um exemplo⁵⁸ de ocorrência da colaboração, a seguir, na qual representamos os três *Moves* secundários de iniciação, de reação e de avaliação *ou feedback* identificados, respectivamente, por X, Y e Z:

Ex(16):

Doc (F2⁵⁹) e:: além desses jantares dançantes as festas a senhora vai a alguma outra festividade?

[

⁵⁷ Vale ressaltar que nem sempre o primeiro *Move* é retomado, sendo ele algumas vezes abandonado. Isso ocorre quando o falante que teve seu turno interrompido prefere ignorar a colaboração do ouvinte partindo para outro *Move* ou quando eles não encontram a expressão desejada e preferem mudar de tópico, desenvolvendo um novo.

⁵⁸ Os exemplos citados nessa seção foram retirados de Hilgert (2002).

⁵⁹ Hilgert (2002) explica que usa F2 para aquele que colabora com o enunciado interrompido e F1 para o falante que está com problema de formulação e interrompe o enunciado.

Inf (F1) ah:: também ()... quando (tenho que ir)... sempre é em função dessa socieDADE que meu marido está já está há dez anos... assim:: na diretoria... uma vez ele era tesouREIro... outra vez vice-presidente outra:: agora ele é::... eu disse vice-presidente ainda agora né? mas não vice-presidente é o outro... ele FOI no ano passado... ele é:: **como é que se diz a pessoa que cuida do CLUbe... que toma:: não é ecônomo é o que toma conta assim do::... dessa parte:: que ele tem que cuidar da das Obras tudo (X)**

Doc (F2) **diretor patrimonial (Y)**

Inf (F1) **di/diretor:: do patrimônio... é isso... né? (Z)** (p. 92)

Podemos observar, no exemplo dado, a dificuldade que F1 (Falante 1) tem em achar a expressão certa para o cargo de seu marido, tendo ele de solicitar, explicitamente, por meio de um *Move de iniciação* (X), a colaboração de seu ouvinte (F2). Neste momento, F1 sinaliza a F2 que está tendo problemas de formulação por meio do prolongamento da vogal (é) e solicita a colaboração de F2 com a pergunta *como é que se diz...* (*Move de iniciação* - X). *Moves* desse tipo são comumente utilizados nessas situações, nos termos de Castilho (2010), e se caracterizam como *segmentos epilinguísticos*⁶⁰. Vemos, também, na ocorrência que F1 oferece, a todo momento, pistas da denominação que está sendo buscada (*a pessoa que cuida do clube*). Em seguida, F2 colabora com a expressão *diretor patrimonial* (Y), que é aceita, pois F1 utiliza um marcador de confirmação e a incorpora a seu enunciado por meio da reformulação da colaboração **di/diretor:: do patrimônio... é isso... né?** (*Move de avaliação ou feedback*) (Z).

Dessa forma, temos, na ocorrência (01), uma colaboração típica em que há um *Move de iniciação* composto por perguntas e esclarecimentos do falante *como é que se diz?, que toma:: não é ecônomo é o que toma conta assim do::... dessa parte*, mostrando explicitamente que o falante está tentando processar a informação, mas ele não está conseguindo formulá-la verbalmente e, por isso, solicita o auxílio do ouvinte. Temos um segundo *Move*, de reação, por meio do qual o ouvinte colabora dando a resposta à pergunta do falante (*diretor patrimonial*). E, por último, temos um *Move de avaliação ou feedback* do falante sobre a colaboração dada pelo ouvinte. (*di/diretor:: do patrimônio... é isso... né?*).

Esses três *Moves* formam o *Move Turno*, que, se não tivesse encontrado problemas de formulação, provavelmente, poderia ter sido expresso de forma fluida pelo F1, da seguinte maneira:

⁶⁰ “São epilinguísticos os segmentos em que o falante conversa sobre a língua, não sobre o assunto, verbalizando uma sorte de diálogo interior, em que ele discute a melhor forma de expor uma ideia, ou volta atrás, negando uma expressão já verbalizada, e assim por diante” (CASTILHO, 2010, P. 218).

Ex(17):

F1. “ah:: também ()... quando (tenho que ir)... sempre é em função dessa socieDADE que meu marido está já está há dez anos... assim:: na diretoria... uma vez ele era tesouREIro... outra vez vice-presidente outra:: agora ele é: diretor:: do patrimônio”. (reformulação do *Move Turno* – adaptado do exemplo de Hilgert, 2002, p. 92).

Hilgert (2002) observou que as colaborações podem ocorrer de duas maneiras. Na primeira, há o desenvolvimento de um tópico temático metadiscursivo específico para a resolução do problema de formulação. Na segunda, não há *comentário* metadiscursivo, mas a integração imediata da colaboração, a fim de dar continuidade ao fluxo do turno do falante. Vejamos exemplos desses modos de colaboração, respectivamente, nos segmentos que seguem:

Ex (18):

L1⁶¹ – Você assistiu àquele filme... aquele ator americano lá (*Move Turno*)– ahn como é que se chama? (*Move de iniciação*) –X

L2 – **o Banzé no Oeste ? (*Move de reação – colaboração do ouvinte*) - Y**

L1 – não... não... é:... (*Move de avaliação ou feedback*)- Z

L1 - conta a história do oeste mais ou menos verdadeira né? naquele... naquela guerra que teve... acho que entre o sul e no norte... (*Move de iniciação*)

L2 – **a guerra da secessão? (*Move de reação – colaboração do ouvinte*) - Y**

[

L1 – um general lá... (continuação do *Move de iniciação*)

L2 – uhn... (***Move de reação - marcador conversacional***) - Y

L1 – não... foi um general lá que matou uma::... cacetada de índio... (continuação do *Move de iniciação*) - X

[

L2 – uhn (***Move de reação - marcador conversacional***) - Y

L1 – ator famoso aí... – como é que chama o desgraçado aí fez o Midnight cowboy-(*Move de iniciação*) - X

L2 – **ahn... o... ah já sei dos... – ai como é que se chamava –eh::... com Dustin Hoffmann né?... - Y**

L1 – uhn... (***Move de reação - marcador conversacional***) -Y

L2 – sei qual é (***Move de reação***) -Y

[

L1 – então você ainda se lembra nesse filme... (Abandono do tópico “nome do ator” e início do novo tópico) (p. 98)

Ex (19):

L1 – porque realmente houve assim uma:: ...uma fuga... do engenheiro da da... da área de produção... dos laboratórios de experiências para... para a... (*Move Turno*) -X

⁶¹ Na representação de Hilgert (2002). L1 significa locutor 1, que no processo de colaboração corresponde a falante, e L2 designa locutor 2, no caso da nossa pesquisa o ouvinte que colabora.

L2 – **área administrativa (Move de reação – colaboração do ouvinte) - Y**

L1 - **área administrativa... (Move de avaliação ou feedback) - Z**

L1 - hoje ele realmente:: se encontra em grande percentagem na Área administrativa... (p. 101)

Podemos observar, no exemplo (18), que há o desenvolvimento de um tópico paralelo, com o intuito de resolver o problema de formulação, achar o nome do filme que estava sendo comentado. L1 solicita a colaboração de L2 com a pergunta *como é que se chama?*. L2, repetidas vezes, colabora com o enunciado de L1, mas demonstra incerteza em suas colocações, pois sempre o faz utilizando perguntas *o Banzé no Oeste?, a guerra da secessão?, Dustin Hoffmann né?* e não tem sucesso. L1, então, desiste e retoma o tópico que tratava do filme, mesmo sem lembrar o nome dele.

No exemplo (19), L1 interrompe seu *Move Turno* por meio de hesitação *para...para a...* e L2 dá sua colaboração *área administrativa*, que é aceita e integrada de forma imediata por L1 a seu enunciado.

Além do desenvolvimento ou não de um tópico metadiscursivo no processo colaborativo, outro aspecto que pode ser observado é se o falante (L1) solicita explicitamente a colaboração do ouvinte (L2) por meio de um *Move* de iniciação, ou se o ouvinte (L2) apenas interpreta a sinalização da ruptura do turno, quando L1 hesita, pausa, prolonga sons, etc., como um pedido ou uma oportunidade para colaborar. Nesse caso, não há propriamente um *Move* de iniciação do falante, já que este não pratica uma ação para causar a reação do ouvinte. Apesar disso, há o *Move* de reação⁶² do ouvinte (L2), mas esse em relação ao *Move Turno*, que estava sendo desenvolvido pelo falante (L1). Vejamos esses casos, respectivamente, nos segmentos (20) e (21), a seguir:

Ex (20):

L1 – porque antes... havia uma::... há/havia os procuradores... sem concurso e:: recebiam outro nome(*Move Turno*) **você sabe?** (*Move* de iniciação)

[

L2 – **era só advogado do Estado... (Move de reação – colaboração do ouvinte)**

L1 – **advogado do Estado... (Move de avaliação ou feedback)**

L2 – é... () depois é depois passou a carreira para ser procuradores do Estado... (p. 100)

⁶² A designação de “reação” se justifica porque o ouvinte interpreta a hesitação do falante como uma oportunidade de colaborar com o *Move Turno*. É, portanto, uma reação do ouvinte à hesitação do falante (a hesitação é uma ação despropositada).

Ex (21):

L2 – porque daqui a pouco o pessoal vai começa::r a perder prazo porque:...
chega um ponto (*Move Turno*)

[

L1 - **que o acúmulo é muito grande né? de...** (*Move de reação – colaboração do ouvinte*)

[

L2 – **que o acúmulo é tão grande que não dá tempo da gente** (*Move de avaliação ou feedback*) (p. 109)

No exemplo (20), vemos a solicitação da colaboração através de uma pergunta expressa *você sabe?*; já em (21), não há solicitação explícita da colaboração, mas o falante interrompe o fluxo da informação quando prolonga o final da palavra *porque:::*” e pausa “...”, o que é interpretado pelo ouvinte como uma busca por uma expressão. O ouvinte então colabora mesmo sem ter sido incitado a isso. Vemos também que, logo em seguida, o falante retoma o turno reformulando a colaboração do ouvinte e continuando seu *Move Turno* inicial *que o acúmulo é tão grande que não dá tempo da gente*. Esse tipo de colaboração, muitas vezes, não é interpretado de forma positiva por aquele que teve seu turno interrompido sem ter sido solicitado, o que pode refletir uma tentativa de assalto ao turno.

Salientamos que a observação dos *Moves* que compõem o *Move Turno* nos possibilita entender como cada tipo de *Move* funciona nas interações dialogadas. O *Move* de iniciação, quando ocorre, vai ser responsável pela ação do ouvinte em colaborar com o falante; o *Move* de reação é o que expressa a colaboração, o *foco* de nosso estudo, e o *Move* de avaliação ou *feedback* evidencia as atitudes do falante em relação à colaboração do ouvinte. Nesse, o falante reflete sua aceitação ou não da colaboração do ouvinte. Esse *Move*, quando puder ser inserido no *Move Turno*, além de oferecer a avaliação ou *feedback* do *Move* do ouvinte, irá concluir o *Move* inicial do falante(*Move Turno*).

Na seção que segue, discutiremos a questão da aceitação ou não da colaboração, assim como os níveis de aceitação ou não da colaboração do ouvinte expressos pelo falante no *Move* de avaliação ou *feedback*.

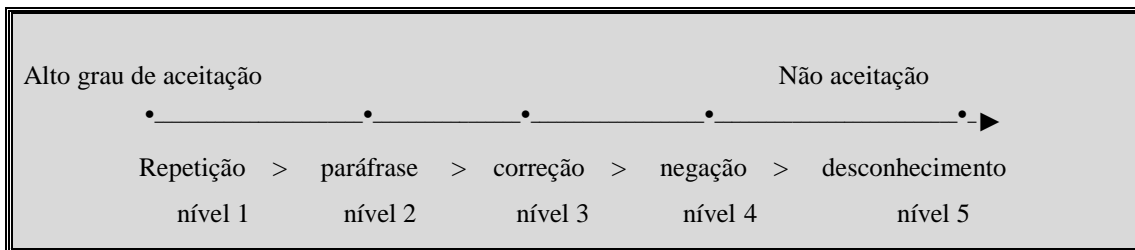
4.3 A aceitação ou não da colaboração

Vimos que, quando ocorre a colaboração do ouvinte, o falante pode agir de dois modos: (i) de forma positiva ao ouvinte - aceitando a colaboração e a incorporando a seu enunciado; ou (ii) de forma negativa ao ouvinte - refutando a colaboração e concluindo seu turno sem o auxílio. Ao aceitar a colaboração, o falante atua positivamente na manutenção do

contrato pré-estabelecido na conversação, já que preserva sua imagem e ajuda seu interlocutor a fazer o mesmo, pois evita o confronto. Ao negar a colaboração, o falante demonstra que a expressão do ouvinte não era a buscada por ele, assim, evidencia que o ouvinte não está compreendendo o que ele diz, pelo menos não da forma como ele (falante) gostaria. Nesse momento, o falante retoma o tópico para solucionar o problema de compreensão.

Essas atitudes são refletidas nos atos do falante no *Move* de avaliação ou *feedback*. Dessa forma, a aceitação ou não aceitação da colaboração do ouvinte pode ser observada, em termos de graus de aceitação e graus de negação. Hilgert (2002) propõe uma escala para medir os níveis de aceitação/não aceitação da colaboração pelo falante, que vai desde a repetição dela até o seu desconhecimento, vejamo-la a seguir:

Figura 12 - Graus de aceitação/não aceitação da colaboração



Fonte: Hilgert (2002).

Assim, o nível maior de aceitação seria a repetição por F1 (falante que produzia o enunciado interrompido) e integração da colaboração feita por F2 (ouvinte que colaborou com alguma expressão linguística que serve para designar aquilo que o F1 quis dizer), como no exemplo (22), a seguir, em que o falante, representado por (L1), aceita a colaboração do ouvinte (L2) por meio da repetição do termo *economista*:

Ex (22):

L1 – não inclusive eu estava respondendo para você:: colega... o o o:: fato de eu ter escolhido a profissão **do do...**

L2 – **economista...**

L1 – **economista né?(R)**... então realmente:... eu fiz o ginásio estava fazendo o ginásio...(p. 101)

No segundo nível de aceitação, o L1 retoma, por meio de uma paráfrase, isto é, um enunciado linguístico que reformula o enunciado anterior, mantendo com este uma relação de equivalência, a contribuição de L2 e a integra em seu enunciado, tal como em (23), em que o falante (L1) aceita a colaboração do ouvinte (L2) por meio da reformulação da expressão *tema do momento*:

Ex (23):

L1 – sei lá estão falando muito nisso viu? Poluição do ar agora é::

L2 – **é tema do momento né?**

L1 – **é a moda mesmo...**

L2 – é... é a moda...(p. 102)

O uso de paráfrase, como vemos em (23), ocorre com a finalidade de assegurar a intercompreensão entre os interlocutores. Assim, o uso de tal procedimento foi usado pelo falante como uma forma de precisar a colaboração do ouvinte, o que torna possível a certificação de que os objetivos comunicativos estão sendo atingidos. Ademais, permite observar se a compreensão desejada está sendo aceita, se o falante deve prosseguir ou retomar o tópico que estava sendo discutido; se há “solidariedade discursiva”⁶³ entre os interlocutores, estimulando a produção textual.

Hilgert (1989) caracteriza a paráfrase dependendo de quem parafraseia o enunciado e de quem é a iniciativa deste parafraseamento. Assim, se o falante parafraseia seu próprio enunciado, caracteriza-se uma autoparáfrase; caso o seu ouvinte o faça, tem-se uma heteroparáfrase. As paráfrases ainda podem ser autoiniciadas, se é o próprio falante que toma a iniciativa da reformulação; ou heteroiniciada, se é o ouvinte quem toma a iniciativa de parafrasear o enunciado do falante.

Como estamos tratando as colaborações do ouvinte no turno do falante, em relação ao nível de aceitação dela, vale lembrar que só poderemos observar as heteroparáfrases heteroiniciadas, uma vez que é o falante quem parafraseia quem heteroparafraseia a colaboração, no *Move* de avaliação ou *feedback*.

No terceiro nível da escala de aceitação/não aceitação, L2 corrige a denominação dada por L1 e este faz a integração da correção ao seu enunciado. Vejamos uma ocorrência disso em (24), em que o L1 dá sua colaboração, mas L2 a corrige:

Ex (24):

L1 – a... classe não é grande... dos procuradores do Estado com quantos estão agora?

[

L2 – estamos mais ou **menos...**

L1 – **uns mil e poucos?**

L2 – **não uns oitocentos**

L1 – **oitocentos** é nem chega a mil

⁶³ *Solidariedade discursiva* diz respeito à “estreita colaboração entre os interlocutores”, no processo de construção de uma unidade conversacional (discursiva) (HILGERT, 1989, p. 310).

[
L2- (é) (p. 103)

A correção ocorre quando o conteúdo formulado é tido como não adequado e, por esse motivo, deve ser substituído por uma nova opção linguística (HILGERT, 1989). Dessa forma, no exemplo anterior, o falante (L2) deixa clara a inadequação da informação dada pelo ouvinte (L1) para colabora *uns mil e poucos?* Vejamos que a colaboração é uma expressão interrogativa que pode ser interpretada como uma sugestão ao falante. Mesmo assim, L2 corrige a informação dada.

No quarto nível, L1 nega a colaboração de L2, ou seja, a colaboração não é aceita e, nesse nível, temos uma situação de conflito, já que a sugestão do interlocutor é explicitamente refutada. Vejamos um exemplo desse tipo, a seguir:

Ex (25):
L1 – (...) e faz um movimento assim como estivesse caval/cavalgando
L2 – ahn (ri)
L1 – e agarra a máquina assim () ((ri))
L2 – queria estar num cavalo
L1 – por quê? analogia... ele está cavalgando né? então ele é **o::... o::...**
L2 – ((ri)) **o rei do oeste ahn**
L1 – **não tem oeste aqui... (ri)**
L2 – não tudo bem:: eu sei entendi (p. 103)

E, como último nível de não aceitação, proposto por Hilgert (2008), temos o não reconhecimento da colaboração pelo falante, que a ignora, mesmo estando passando por problemas na formulação de seu enunciado. Vejamos uma ocorrência desse nível, no exemplo (26), em que o ouvinte nota a dificuldade de formulação do falante e tenta colaborar com o seu enunciado, mas essa atitude não é tida em consideração pelo falante, que ignora completamente a colaboração daquele:

Ex (26):
L1 - sei lá... nós estaremos... diferentes né?
L2 – oi?
L1 – nós estaremos diferentes assim... **posição::... atitudes...**
L2 – **mais estabilizados preferivelmente né?**
[
L1 – **em esquemas um pouco diferentes...** (p. 104)

As ações de aceitação ou não aceitação da colaboração podem ser evidenciadas pela presença ou ausência de um marcador específico. Esses podem ser de afirmação, no caso de aceitação, como no exemplo (27), ou de negação, no caso de não aceitação da colaboração.

Tais marcadores podem não ocorrer, sendo a colaboração integrada diretamente ao turno do L1, como no exemplo (28):

Ex (27):

L2 – mas parece que não vai dar nada porque:...

L1 – já...

L2 – **já::...** ()

[

L1- **expirou o prazo**

L2 – **é já expirou o prazo** mas está havendo ainda eles estão... eles têm uma esperança (p.107)

Ex (28):

L2 – ele joga?

L1 – ele joga

L2 – ah

L1 – ele gostaria **de:: jogar no::**

L2 – **no dente de leite**

L1 – **no dente de leite...** mas o horário pra mim era ruim... (p. 113)

Com relação à natureza sintático-semântica da colaboração, mais precisamente, a sua integração no contexto sintático do enunciado interrompido, podemos notar uma forte influência do termo que a precede, fazendo com que o segmento colaborador, quase sempre, dê continuidade à estruturação do turno de onde ele foi interrompido, sem que haja necessidade de alguma adequação, como podemos observar no exemplo citado em (28). Mas, algumas vezes, há uma retomada de parte do turno, ou seja, o falante, antes de fazer a incorporação da colaboração, retoma parte do turno, como em (29), quando usa novamente a expressão *ele segue os*:

Ex (29):

L1 – e:: ele segue os

L2 – ahn ahn

L1 – **salários dos::**

L2 – **jogadores**

L1 – **ele segue os salários dos jogadores...** através da:: revista Placar... (p. 106)

Em nossa análise, verificamos os níveis de aceitação/não aceitação da colaboração, observando esse dado em relação ao participante que colabora e à recorrência de aceitação ou refutação da colaboração, em cada um desses níveis.

4.4 Síntese do capítulo

No presente capítulo, apresentamos nosso objeto de estudo, a colaboração intraturno, observando seus aspectos conceituais e suas características funcionais. Para tanto, vimos que a concepção de colaboração que adotamos no trabalho não é a de que *colaborar* é sinônimo de *cooperar*. No nosso estudo, *colaborar* indica um trabalho cognitivo individual do ouvinte para a construção conjunta do turno. Portanto, a colaboração é uma estratégia textual-interativa, de natureza substantiva, utilizada de acordo com a demanda da comunicação.

Discutimos também o modo como a colaboração do ouvinte se manifesta na interação, em relação ao turno, com base nos estudos de Hilgert (2002). Ela sempre ocorre após a interrupção, explícita ou implícita, deste, podendo, ainda, ser a ruptura do turno causada pelo próprio falante ou pelo ouvinte. Observamos que a colaboração no turno, muitas vezes, é requerida pelo falante, quando não está conseguindo formular seu enunciado, mas que também pode ser dada pelo ouvinte, sem que o falante a tenha solicitado.

Outra questão, analisada no capítulo, foi a manifestação da colaboração no *Move* e por *Moves*. Propomos que o *Move*, definido na GDF, pode ter um conceito mais amplo quando relacionado ao turno, sendo este utilizado na mesma concepção daquele. Denominamos que há um *Move Turno*, que, no momento do processo de colaboração intraturno, envolve outros tipos de *Moves* (de iniciação, de reação e de avaliação ou *feedback*) em sua constituição. A partir daí, quando há o *Move* de iniciação, a colaboração irá sempre realizar um *Move* de reação.

Em relação à aceitação ou não aceitação da colaboração, descrevemos o modelo proposto por Hilgert (2002), para os níveis de aceitação ou não aceitação da colaboração e sua organização em uma escala que vai desde a repetição, nível mais alto de aceitação, ao desconhecimento, nível mais alto de refutação da colaboração.

Vale ressaltar que, nos capítulos 6 e 7, faremos uma análise quantitativa nos dois tipos de inquéritos (D1D e D2), segundo a metodologia explicitada a seguir.

PARTE III- ANÁLISE DA COLABORAÇÃO INTRATURNO NO NORPOFOR

5 METODOLOGIA

“Fazer uma pesquisa científica não é fácil. Além da iniciativa e originalidade (...), exige do pesquisador persistência, dedicação ao trabalho, esforço contínuo e paciente, qualidades que tomam sua feição específica e são reconhecidas por cada um em si mesmo.”

(RUDIO, 1988, p. 15)

Nas próximas seções, abordaremos questões relacionadas à caracterização do *corpus* da pesquisa; à constituição e delimitação da amostra textual utilizada em nosso estudo; aos procedimentos metodológicos e às categorias adotadas para a análise da colaboração intraturno.

5.1 Características⁶⁴ do NORPOFOR

Segundo Araújo (2011), o NORPOFOR é um *corpus* que segue os mesmos moldes de constituição do projeto NURC⁶⁵ (Norma Linguística Urbana Culta), no que diz respeito à seleção dos informantes e à coleta de dados. Ele surge com o objetivo de ser o primeiro *corpus* representativo do falar popular de Fortaleza. Desenvolvido com o apoio da Universidade Estadual do Ceará (UECE), sob a coordenação da Profa. Dra. Aluiza Alves de Araújo, teve a ajuda do prof. Dr. Kilpatrick Müller Campelo na fase de coleta das entrevistas e a colaboração dos alunos do Curso de Graduação em Letras da UECE na coleta e transcrição dos dados.

O NORPOFOR segue os preceitos da Teoria Variacionista Laboviana, que diz ser a língua um fenômeno condicionado por fatores linguísticos e sociais, por isso é algo que deve ser observado no uso real, sendo considerada heterogênea e variável. Segundo Araújo

⁶⁴ Todas as informações sobre o *corpus* NORPOFOR (Norma Oral do Português Popular de Fortaleza) foram cedidas pela coordenadora deste banco de dados e constam nos Cadernos do CNLF, Vol. XV, Nº 5, t. 1. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011, p. 835- 845.

⁶⁵ O projeto NURC surgiu na década de 70 e é considerado o pioneiro no âmbito de constituição de *corpora* do português oral brasileiro. Constituído exclusivamente por informantes com Nível Superior completo, de cinco capitais brasileiras (Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo), organizado segundo três critérios: tipo de registro, faixa etária e gênero, é modelo para diversos projetos brasileiros, inclusive o NORPOFOR (ARAÚJO, 2011).

(2011), tal projeto tem como objetivo ser um registro mais fidedigno possível do falar popular fortalezense e, para tanto, foram adotados alguns procedimentos de Labov (1972) na coleta das entrevistas que constituem o *corpus*, no que diz respeito à seleção dos informantes e à gravação dos inquéritos.

A respeito do perfil dos informantes do *corpus* (NORPOFOR), eles foram classificados de acordo com três critérios: sexo, idade e nível de escolarização. Constituindo-se de um total de 198 informantes, de ambos os sexos (104 homens e 94 mulheres), todos são fortalezenses ou vieram para esta capital com até cinco anos de idade, têm pais cearenses, residem em Fortaleza e não estiveram fora por um período superior a dois anos. Com relação ao segundo critério (idade), os informantes estão distribuídos em três faixas etárias: I - de 15 a 25 anos (62 informantes); II - de 26 a 49 anos (75 informantes) e III de 50 anos em diante (61 informantes). O terceiro critério diz respeito ao nível de escolarização dos informantes. Nenhum possui curso superior, e todos têm grau de escolaridade que varia entre A: 0-4 (58 informantes), B: 5-8 (69 informantes), C: 9-11 (71 informantes) anos de estudo. Esses dados estão mais bem detalhados no quadro que segue, cedido pela coordenadora do NORPOFOR:

Quadro 4 – Distribuição dos informantes no NORPOFOR

		Quadro de Distribuição dos informantes por gênero, idade, tipo de registro e escolaridade																	
		Gênero																	
		Masculino									Feminino								
Reg.		DID			D2			EF			DID			D2			EF		
Esc. F. Et.		A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
I		5	4	5	4	4	5	2	2	4	4	5	4	2	5	5	0	0	2
II		4	5	5	4	4	4	4	3	4	5	5	5	4	5	5	0	5	4
III		5	6	5	3	3	4	3	2	1	4	5	4	4	5	4	1	1	1
		104									94								
		198																	

Fonte: Araújo (2011).

Com o objetivo de possibilitar uma representação geográfica do falar de Fortaleza, as residências dos informantes estão localizadas em 69 bairros, nas seis regionais que compõem o município. Araújo (2011) informa-nos, ainda, que os informantes têm baixo nível socioeconômico, tendo em vista as profissões que exercem: agente de endemias, analista de suporte, artesã, atendente, autônomo(a), auxiliar administrativo, auxiliar de enfermagem, auxiliar de pedreiro, auxiliar de soldador, balconista, bancário, bordadeira, cabeleireira, comerciária, comerciante, contabilista, corretor de modas, costureira, cozinheira, decoradora,

desempregado (a), doméstica, eletricista, eletrotécnico, empregada, estofador, estoquista, estudante, garçom, gerente administrativo, lavadeira, mecânico, mergulhador, militar, motorista, oficial de justiça, operador de máquina, operário, pastor evangélico, pedreiro, pelador, porteiro, portuário, prendas do lar, professora, professor (a) de reforço, secretária, segurança, serígrafo, serviços gerais, servidor público, soldador, supervisor de operações, tatuador, técnico em eletrônica, técnico em informática, técnico em suprimentos, vendedor(a), vigilante e vidraceiro. Para contribuir com a caracterização do nível socioeconômico dos informantes como baixo, também foram observadas as profissões de seus cônjuges e pais, o local de moradia e a quantidade de filhos.

Com relação aos tipos de inquéritos, o NORPOFOR é composto por três tipos diferentes: *DID* (*diálogo entre informante e documentador*); *D2* (*diálogo entre dois informantes*); e *EF* (*elocução formal*), perfazendo um total de 161 gravações, realizadas entre agosto de 2003 e julho de 2006. Em nosso estudo, analisamos a colaboração nos dois primeiros tipos de inquéritos, porque os inquéritos do tipo *EF* se caracterizam por constituir-se de um único participante que discorre sobre um tema pré-definido durante quase toda a gravação e, por isso, aproxima-se do monólogo. O documentador, em geral, não intervém no turno do locutor, apenas documenta este.

Nos dois tipos de inquéritos descritos acima, *DID* e *D2*, utilizou-se o método da narrativa de experiência pessoal com o objetivo de reduzir a interferência causada pelo pesquisador na coleta dos dados. Pelos temas serem relacionados a assuntos de vivência dos informantes, conseguiu-se que estes se envolvessem emocionalmente com o conteúdo narrado, não se preocupando muito com a forma de expressão. Além disso, nesses tipos de inquéritos, os informantes escolhiam, no momento das gravações, o(s) tema(s) sobre os quais iriam discorrer., não havendo, portanto, planejamento prévio dos temas, o que aproximou ainda mais as gravações de uma situação de conversação espontânea.

A coleta desse *corpus* foi feita pela prof^a Dr^a Aluiza Alves de Araújo, da Universidade Estadual do Ceará (coordenadora responsável pelo NORPOFOR), por bolsistas e por voluntários que receberam treinamento metodológico adequado, para que houvesse uma manutenção da qualidade técnica e uma homogeneização na coleta. Eles eram orientados a fazer perguntas com o objetivo de obter o máximo de dados dos informantes, evitando, assim, respostas curtas.

As gravações dos três tipos de inquéritos foram realizadas em locais escolhidos pelos entrevistados, em suas residências ou nos seus locais de trabalho e têm duração máxima

de 1h e mínima de 45 minutos por fita gravada para inquéritos do tipo *DID* e *D2*, e 25 minutos do tipo *EF*.

As digitalizações estão, hoje, concluídas e foram feitas pela coordenadora do NORPOFOR com o auxílio do programa computacional Sound Forge 9.0. Tal processo permite a transferência das gravações das fitas cassetes para o computador e o armazenamento desses dados não só em computadores, mas em suportes portáteis (CD, DVD etc.), além de efetuar uma melhoria na qualidade sonora do material, eliminando ruídos e facilitando as transcrições do material.

A transcrição dos inquéritos (*corpus*) *DID*, *D2* e *EF* seguem as normas de Castilho e Pretti (1986)⁶⁶. Tais transcrições são feitas pelos alunos do Curso de Graduação em Letras sob a orientação da professora Aluiza Alves de Araújo e encontram-se em fase de desenvolvimento.

Feita a descrição do NORPOFOR, apresentaremos, na seção que segue, os critérios de seleção e constituição da amostra de nossa pesquisa.

5.2 Constituição e delimitação da amostra da pesquisa

Como nossa pesquisa está fundamentada no paradigma linguístico funcionalista, no qual se descreve a língua em uso, estamos analisando o processo de colaboração em textos reais, em inquéritos do tipo *DID* e *D2* da Norma Oral do Português Popular de Fortaleza – NORPOFOR, observando como critérios linguísticos se interrelacionam com critérios interacionais, na descrição e análise desse processo.

A constituição e delimitação da amostra utilizada em nossa análise seguem algumas orientações de Sardinha (2000a), que propõe três fatores como básicos para a constituição de um *corpus* representativo: (i) é o número de palavras, (ii) o número de textos e (iii) o número de gêneros. Para o autor, quanto maior o número de palavras, o número de textos e quanto mais variados os tipos de gêneros textuais que compuserem um *corpus*, mais representativo de uma língua ele é, já que há uma maior probabilidade de ocorrência de palavras de baixa frequência⁶⁷. Dessa forma, fizemos um recorte para lidarmos com o maior número de dados possíveis, de acordo com os seguintes pontos:

⁶⁶ As transcrições são limpas, legíveis e sem sobrecarga de símbolos complicados. (cf. MARCUSCHI, 1991, p. 9). Ao final do projeto, há uma ficha explicativa dos símbolos usados nas transcrições, para facilitar a leitura das ocorrências analisadas por nós neste trabalho.

⁶⁷ Sardinha (2000a) informa que as palavras de baixa frequência são aquelas que têm uma probabilidade de ocorrência rara no léxico da língua (1 para 1 milhão).

a) Disponibilização das transcrições dos inquéritos *DID* e *D2*. Como estamos tratando com um *corpus* novo, que, como dito, encontra-se em fase de transcrição, estamos utilizando o material a que tivemos acesso durante nossa pesquisa. Apesar de todos os inquéritos do tipo *DID* já estarem transcritos e disponíveis, no que se refere aos do tipo *D2*, tivemos acesso a apenas 20 transcrições. Assim, para podermos fazer uma aproximação entre os dois tipos de inquérito, em nossa análise, organizamos nosso recorte levando em consideração a duração dos inquéritos em termos de número de minutos de transcrição deles. Como o número máximo de inquéritos transcritos do tipo *D2* foi 20, e estes computam o total de, aproximadamente, 11 horas de duração, selecionamos 10 inquéritos do tipo *DID* que, juntos, tivessem uma duração semelhante a do tipo *D2*. Essa diferença, em termos de número de inquéritos, se dá pelo fato de os inquéritos do tipo *DID* terem uma duração maior, como já citado, e estarem transcritos em sua totalidade, o que não ocorre nos do tipo *D2*. Assim, lidamos com número de minutos, já que, dessa forma, podemos observar particularidades das situações comunicativas nos inquéritos analisados, contemplando um dos objetivos deste trabalho, que é identificar se, em um tipo de inquérito, a frequência de colaboração do ouvinte pode ser maior ou menor, ou seja, observar as particularidades do ouvinte, em termos de sua interferência no turno do outro. Isso evidencia como o Componente Contextual influencia na ocorrência da colaboração, já que houve o mesmo tempo para as participações nos inquéritos do tipo *DID* e *D2* que estamos analisando, mas as participações não ocorrem com a mesma frequência.

b) Volume textual para análise da colaboração – a colaboração pode manifestar-se por diversos meios, tais como: palavra (substantivo, adjetivo, verbo, etc.), sintagma (sintagma nominal, sintagma preposicional, etc.), oração e até uma frase inteira. Nossa delimitação, em termos de números de palavras, não pôde seguir, exatamente, o que propõe Sardinha (2000a) para quem lida com um item lexical específico, como, por exemplo, quem analisa um substantivo em um *corpus* especializado, que deve constituir sua amostra com, no mínimo, 8. 555 palavras. Por lidarmos com vários tipos de expressões linguísticas, estamos trabalhando com um número de palavras aproximado de 103 mil, para cada inquérito, valor que comporta o mínimo estipulado por esse autor, para quem lida com um *corpus* representativo de pequeno-médio porte (80 a 250 mil). Vale ressaltar que estamos

analisando um maior número de dados que as pesquisas anteriores citadas em nosso estudo, para a verificação da expressão da colaboração.

Os quadros 6 e 7, a seguir, ilustram como foi feita a organização dos inquéritos do tipo *DID* e *D2* que compõem a amostra analisada em nosso estudo:

Quadro 5 - Distribuição dos inquéritos *DID* analisados

Número do inquérito	Duração	Número de palavras	Número de ocorrências de colaboração
11	00:60:00	6.419	5
21	00:60:00	10.840	38
39	00:63:21	11.420	4
40	00:63:00	11.554	8
45	00:63:00	9.959	13
62	00:60:53	8.905	4
63	00:60:00	12.371	8
76	00:61:00	8.444	9
86	00:61:08	12.023	2
103	00:60:00	11.193	14
Total de Inquéritos	Total de horas	Total de palavras	Total de ocorrências
10	10:12:22	103.128	105

Quadro 6 - Distribuição dos inquéritos *D2* analisados

Número do inquérito	Duração	Número de palavras	Número de ocorrências de colaboração
04	00:44:16	7.683	24
14	00:28:46	5.856	10
15	00:37:45	5.656	04
35	00:13:33	3.499	04
37	00:38:32	6.353	03
49	00:57:57	9.659	04
51	00:40:39	3.704	00
71	00:40:42	5.862	09
74	00:56:54	10.512	09
99	01:00:20	3.212	00
106	00:30:00	4.794	00
107	00:30:00	3.720	00
118	00:10:33	1.748	06
125	00:16:00	2.434	03
129	00:27:00	4.487	09
132	00:34:12	6.067	04
152	00:29:09	4.075	05
154	00:43:25	6.673	11
155	00:44:12	2.779	02
160	00:28:25	4.085	06
Total de Inquéritos	Total de horas	Total de palavras	Total de ocorrências
20	11:51:33	102.858	114

Nos quadros (5) e (6), temos, na primeira coluna, o número do inquérito selecionado para análise; na segunda coluna, a duração do inquérito medida em minutos; na terceira, o número de palavras do inquérito; e, na quarta, o número de ocorrências identificadas por inquérito.

Descritas as etapas para a constituição e delimitação do *corpus*, abordaremos, no próximo item, os procedimentos metodológicos de análise que seguimos.

5.3 Procedimentos metodológicos

Primeiramente, fizemos a leitura dos trinta inquéritos que constituem nossa amostra, para identificarmos as ocorrências da colaboração do ouvinte na construção do turno do falante, em um contexto de interação intraturno.

Após a leitura dos inquéritos, confeccionamos as fichas de ocorrências⁶⁸ com o entorno em que se inserem as colaborações para procedermos a uma análise qualitativa de seu uso – de acordo com as categorias de análise propostas (sintáticas, semânticas e pragmáticas). Esse levantamento do contexto de ocorrências da colaboração é importante para podermos observar o entorno em que acontece a colaboração, como também as pistas dadas pelo falante ao ouvinte para que ele colabore, ou seja, as maneiras de o falante demonstrar que necessita de uma colaboração do ouvinte etc. Da mesma forma, considerando todo o contexto em que ocorre a colaboração, podemos também observar o que ocorre depois dela, como o falante aceita ou rejeita a colaboração do ouvinte e se é integrada ou não ao turno etc.

Após a coleta e identificação das ocorrências na ficha de ocorrências, confeccionamos fichas de análise, segundo as categorias adotadas na pesquisa. Em seguida, analisamos qualitativamente cada ocorrência de colaboração intraturno, conforme tais categorias.

Fizemos também uma análise quantitativa do uso da colaboração do ouvinte no turno do falante, em uma microinteração intraturno, com o auxílio do programa *SPSS* (*Statistical Package for Social Science*, versão 7.5 para *Windows*), para a verificação da frequência de uso em cada tipo de inquérito. Essa opção de utilizar o *SPSS* foi motivada, principalmente, pelos inúmeros recursos oferecidos por esse programa e, como, por exemplo: abrir arquivos de muitos tipos, entre eles os do tipo Excel; organizar todas as variáveis, e, a

⁶⁸ ver apêndice 1.

partir daí, cruzar dados de diversas maneiras; organizar toda a informação em tabelas que tanto podem ser lidas diretamente pelo *SPSS* como ser copiadas para o Excel para um tratamento prévio⁶⁹. E, por último, fizemos a organização e discussão dos resultados no capítulo 6.

Na próxima seção, abordaremos as categorias de análise e os critérios de seleção.

5.3 Categorias de análise

Para entendermos como foi feita a seleção das categorias de análise da colaboração do ouvinte no turno do falante, é necessário retomarmos os questionamentos levantados no início do trabalho, tendo em vista que ela foi determinada visando a encontrar as respostas para as seguintes questões:

- I- Como se dá a colaboração do ouvinte no enunciado do falante numa situação de microinteração, em contexto intraturno, em inquéritos do tipo *DID* e *D2*, na Norma Oral do Português Popular de Fortaleza considerando-se, de modo integrado, aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos?
- II- Que tipos de colaboração do ouvinte na construção do enunciado do falante ocorrem em uma microinteração intraturno, em inquéritos do tipo *DID* e *D2*, na norma oral do português popular de Fortaleza?
- III- Que tipo de colaboração usado pelo ouvinte é mais aceito pelo falante e integrado a seu enunciado nos inquéritos analisados e por que razão?
- IV- Qual a natureza formal da colaboração nos diálogos entre um informante e um documentador e nos diálogos entre dois informantes no *corpus* da pesquisa, e que relação essa natureza formal tem com as funções exercidas?
- V- Em que foco recai a colaboração do ouvinte nas situações comunicativas observadas, no conteúdo do enunciado do ouvinte ou na expressão dele?
- VI- Que funções textual-discursivas podem ser atribuídas às colaborações usadas pelo ouvinte na construção do enunciado do falante no *corpus* analisado?
- VII- Qual o estatuto informacional veiculado pela colaboração, em cada tipo de inquérito?

⁶⁹ Para entender um pouco mais o funcionamento do *SPSS*, ver ilustração de algumas partes do manual do *SPSS* no anexo II.

VIII- Que aspectos contextuais interferem na recorrência da colaboração intraturno nos inquéritos analisados?

Tendo como objetivos descrever e analisar de forma eficiente cada ocorrência do fenômeno da colaboração do ouvinte no turno do falante encontrada no *corpus* de nossa pesquisa e, tomando como bases teóricas o Funcionalismo Linguístico, mais precisamente a Gramática Discursivo-Funcional, e a Análise da Conversação, propomos algumas categorias de análise concebidas nessas duas perspectivas.

Tais categorias dizem respeito aos *Moves* envolvidos no contexto em que a colaboração aparece, tal como discutimos no capítulo anterior, ao *Move* 1 (antes da colaboração – corresponde ao *Move* de iniciação); ao *Move* 2 (a colaboração propriamente dita – *Move* de reação) e ao *Move* 3 (o recebimento da colaboração em termos de escalas de aceitação e não aceitação – *Move* de avaliação ou *feedback*). Esses três *Moves*, como vimos, constituem o *Move Turno*. Vale ressaltar que o fator contextual se refere aos aspectos contextuais envolvidos no *Move Turno*, ou seja, aos aspectos do processo colaborativo completo.

Vejam, a seguir, as categorias adotadas para a análise da colaboração intraturno, de acordo com os aspectos relativos aos *Moves* envolvidos no processo colaborativo.

5.4.1 Aspectos relativos ao *Move* 1 (antes da colaboração do ouvinte)

Em relação ao *Move* 1, em que ocorre a interrupção para que o ouvinte colabore, observamos as categorias que dizem respeito: a) ao local onde o turno é rompido; b) à relação dos elementos morfossintáticos entre os quais a ruptura ocorre; c) ao modo como ela é ou não sinalizada pelo falante e d) à solicitação ou não da colaboração de forma direcionada à participação do ouvinte.

Em relação ao local de ruptura do turno, ele pode ser: (I) intraoracional – dentro dos limites da oração ou (II) extraoracional- para além dos limites da oração. Vejam, nos exemplos (30) e (31), respectivamente, uma ocorrência de cada um destes tipos de ruptura:

Ex (30): 04 D2

Inf 1 :A senhora começou a falar sobre a dificuldade da da criação do que ela ti::nha no passado (em termos de) confo::rto ne? de aprendiza::gem como era mais/ ho::je tá muito mais difícil criar os filhos né? o que é que tem a dizer sobre isso? tem de você TER alguma coisa? deles ter hoje o que tu não tinha ontem

Inf 2.: ah eu vivo sempre dizendo que...os menino daqui são mais presos eu fui criada so::lta no meio da rua brincando é com tu/ toda liberdade eu hoje eu não dou essa liberdade a ele **pelo motivo de de ...**

Inf1 : que mudou né? assalto essas coisa [()

Inf 2.: [é violência né? assalto

Inf 1 :muito mais violência

Ex (31): 04 D2

Inf1.:aí (quer dizer) O::LHA (pressa criança) () vai ter uma tendência muito grande de... de ser uma pessoa *poblemática* de ser () UMA/olha nós temos exemplo

inf2.: na minha [casa todo mundo tem um problema todo mundo tem um problema

Inf1.: [NA SUA FAMÍLIA na sua família... *rramo* dizer que na sua família um exemplo um bom filho será que vai ser um bom marido? será que vai ser um bom pai? eu creio que vá porque ó... por causa do seu irmão **seu irmão nunca foi um bom irmão**

inf2.: [(nem um bom filho)

inf1.: [nunca foi um bom filho aí

Quando a ruptura ocorre nos limites oracionais, ela vai ocorrer entre determinados elementos: (I) entre sujeito e elemento portador de flexão; (II) entre o verbo e o objeto ou predicativo; (III) entre a preposição e um SN; (IV) entre o determinante e o nome, e (V) entre o nome e um modificador (adjetivo). No exemplo (38), vemos que a ruptura ocorreu entre a preposição e um SN.

No que diz respeito ao modo de sinalização da ruptura do turno, ele pode ser de duas formas: (I) o falante demonstra que está tendo dificuldades para concluir o seu turno por meio de pausas, hesitações, truncamentos, prolongamentos etc.; (II) o falante não dá pistas de que está tendo problemas de formulação, sendo interrompido durante o desenvolvimento do seu turno. Nos exemplos (30) e (31), vemos, respectivamente, uma ocorrência dessas duas categorias, já que, em (30), o falante repete a preposição (*de*) e em seguida pausa sua fala (...), enquanto que, em (31), ele não dá pista de que necessita da colaboração do ouvinte.

A análise dos aspectos relativos ao *Move* 1 permite a verificação do contexto anterior que interfere na recorrência da colaboração, já que pressupomos que a colaboração ocorra em um *Move* de reação a um *Move* de solicitação de ajuda e que veicule, em termos de estatuto informacional, uma informação nova na situação, mas inferível pelo contexto compartilhado por falante e ouvinte.

5.4.2 Aspectos relativos ao *Move 2* (colaboração do ouvinte)

As categorias descritas nesta seção dizem respeito ao *Move 2*, em que ocorre a colaboração do ouvinte. Observamos, primeiramente, de quem é a iniciativa da colaboração, se (I) o falante solicita explicitamente a colaboração do ouvinte, por meio da utilização de perguntas do tipo *Como é que se diz?* ou se (II) ele não se direciona ao ouvinte, tal como podemos observar, respectivamente, nos exemplos a seguir:

Ex (32): 04 D2

Doc.: () pronto gente aí a gente agora pode falar sobre os assuntos que forem do interesse de vocês o senhor por exemplo **você disse o senhor disse que ia falar sobre o que mesmo?**

Inf1.: não era um *poblema* de família ((risos))

Doc.: PRONTO pode falar também viu? Porque éh as identidades de vocês ficam resguardadas... [tá bom? pode falar à vontade aí

Ex (33): 04 D2

Inf2.: é isso só não é só estudo dinheiro não é só *po* estudo aí conta tudo gasto com comida, com roupa sapato () a gente tem que...é... prePARar nossos filhos pra frente estudar pra ter uma profissão boa pra não passar o que a gente/a dificuldade que a gente tá passando, eu vivo dizendo a ele estudo é a base de tudo é a única coisa que a gente pode deixar pra vocês...é o estudo é a educação não tem valor nenhum o resto (*né* tudo que tem valor não) é só o estudo com o estudo vocês vão ter vida melhor do que a nossa... do que os nossos pais já tiveram fizeram mó sacrifício pra dar o pouco a gente e a gente já tá fazendo ma::is sacrifício ainda pra dar o melhor a vocês a ele nossos filhos pra que eles tenham uma vida melhor e possam dar coisas melhores (pros filhos deles)...

Inf1.: **cada dia se torna mais difícil mas aí a**

Inf2.: vai tentando vai tentando

Inf1.: a luta aí... a dificuldade vai aumentando em função até da quantidade de pessoas o aumento da população a concorrência maior

Observamos também como a colaboração se manifesta em seus aspectos morfossintáticos, segundo a proposta de representação desse nível na GDF: (I) se por palavra; (II) se por Sintagma; (III) se por Frase; (IV) se por Oração ou (V) se por uma expressão linguística. Vale ressaltar que a expressão linguística vai desde um conjunto de palavras (sintagmas) a um conjunto de orações. Nos exemplos a seguir, podemos observar, respectivamente, uma colaboração expressa por uma palavra (verbo) e uma colaboração expressa por uma expressão linguística:

Ex (34): 160 D2

Inf1 – é macho aí fica esse negócio né? você faz faz faz elas não estão nem vendo de jeito nenhum mas se você...

Inf2 - ... **parar...**

Ex (35): 71D2

Inf1:vai passa::r o:: jogo do Brasil Aonde?

Inf2.:na casa... sobrinho da minha esposa

Inf1.:é Brasil

Inf2.: () uma fejoada lá

Inf1.: é Brasil e que que joga domingo?

Inf2.:**num sei se é Brasil...AUStria né?** ()

A fim de caracterizar mais detalhadamente a estrutura morfossintática pela qual a colaboração se manifesta, identificamos, também, quando a ela é expressa por sintagmas, os tipos deles. Dessa forma, analisamos se a colaboração, quando Sintagma, se apresenta por (I) um SN – sintagma nominal; se por (II) um SV – sintagma verbal; se por (III) um SP – sintagma preposicional ou se por (IV) um SA – sintagma adjetival. Os exemplos, a seguir, ilustram tais categorias, respectivamente:

Ex (36):21 DID

Doc. mas ô/mas hoje tem o computador rapaz se se você não souber ler não souber escrever como é que você vai operar um computador{(

Inf. {justamente por causa do computador que a gente tem que estudar e aprender o computador...

Doc. que hoje até nego pra ser porteiro precisa de de de saber mexer com computador né? aí o cara tem que ter um pouquinho mais de estudo né?

Inf. é verdade...

Doc. e tu tá fazendo o quê? isso aqui éh:: éh:: como se fosse::.

Inf. **uma reciclagem...**

Doc. uma ré/uma reciclagem do do do do...

Ex (37): 04 D2

Inf1.:[(o)(como sem cabeça) Como a cabeça dele ficou? () tem que ter tudo a família tudo pai como é difícil a família hoje como é muito mais difícil porque tudo tem que ter o dinheiro na frente tudo tem que ter... eu tava pensando uma vez até assim *cê* vai passar assim um final de semana um dia na praia aquele cara o pescador o cara vai ali fica ali... vai pescar traz a comida o peixe guarda o peixe *pa* comer

inf2.:nem precisa de muito luxo

Inf1.:*oto* vende

Inf1.:*oto* vende o [peixe

inf2.: [impressionante

Inf1.:vende o peixe... ou então *vamo* supor *vamo vamo* dizer que não venda...
troque o peixe por farinha por feijão por arroz amanhã volta de novo *pa* pescar (e
por aí)
escola [tá lá
inf2.: **[tá passando o tempo**
Inf1.:(aquela história que diz aquela cidade que diz que a menina não ia que não
podia ir pra lá)

Ex (38): 40 *DID*

Inf. não... filme é muito difícil eu assistir () um nove zero eu assisto

Doc. um nove zero?

Inf. é

Doc. que é isso um nove zero?

Inf. é aquele programa que tem

Doc. **no rádio?**

Inf. não na televisão

Ex (39): **74D2**

INF2: mesmo a senhora acha que num é que é... aí eu num posso jogar tudo pro
a.:lto pra ficar numa religião né?que a religião num vai me dar um prato de
comida ...alguma coisa assim ...

INF1 [roupa pra você vestir ()

INF2 [tudo que uma pessoa precisa...

INF2 né? vaidade essas coisas assim não eu posso ser um pouco / um pouco não
eu sou

INF1: **[aff... muito ((risos)) muito vaidosa**

INF2 [vaidosa

Outro fator observado em nossa pesquisa foi o tipo de ilocução ao qual a colaboração está veiculada: (I) Optativa; (II) Interrogativa; (III) Declarativa; (IV) Outra, a definir com base no *corpus*. Vale ressaltar que essas categorias refletem o grau de certeza ou incerteza da colaboração e o nível de comprometimento do ouvinte com aquilo que diz para colaborar. Nos exemplos anteriores (37) e (38), vimos que a colaboração do ouvinte constitui uma declaração e uma interrogação, evidenciando, neste último caso, certa incerteza sobre o que está sendo dito.

Analisamos também as funções informacional-estruturais da colaboração; no que se refere à conformação informacional da colaboração no turno do falante, o que envolve as seguintes funções pragmáticas, com base no que discutimos no capítulo 2: (I) *Foco* - esta função indica a introdução de uma informação nova relevante na mensagem e está relacionada, como vimos, com a utilização de estratégias de seleção do falante a fim de preencher uma lacuna na informação do destinatário, ou para corrigir informações desse; (II) *Fundo* - esta função é indicadora das informações que não são *Foco*, das demais informações

da mensagem que não são relevantes, nem novas. Vejamos essas funções, sucessivamente, nos exemplos (40) e (41):

Ex (40): 48DID

Doc. naquele tempo qual era o tipo de moeda? na sua época

Inf. e::u já peguei do::... pera ainda... --é porque eu esqueço tô tão esquecida—

Doc. **o réis?**

Inf. o réis eu peguei...

Ex (41): 11DID

Inf. bem... a fé é o firme de fundamento das coisas que esperam e a prova das coisas que não se vê... dizia Romanos... aliás... em Hebreus capítulo onze... versículo um... bem... a fé:: é algo firme de fundamento... você sabe que fundamento é um alicerce... das coisas que se espera... isso é... eu espero algo então eu tenho fé... ali:: é o fundamento daquilo que eu tô esperando... e a prova daquilo que não se vê... isso é::... o principal FUNdamento do arrebatamento é a fé... porque se eu não tiver a fé...

Doc. **não vai ser fácil...**

Inf. com certeza não... com certeza não...

Ainda sobre as funções pragmáticas que dizem respeito ao estatuto informacional da colaboração, estamos observando se a colaboração se manifesta nas funções de (I) Tópico, sendo o ponto de partida do fluxo de atenção linguística, ou se na de (II) *Comentário*, tudo o que se diz a respeito do tópico. É bom lembrar que essas duas últimas funções podem se sobrepor às duas anteriores (Foco e Tópico), tal como ocorre em (40), em que temos a sobreposição da funções Foco-Tópico e em (41), das funções Fundo-Comentário.

Com relação às funções pragmáticas da colaboração, observamos se ela cumpre o papel de (I) evocação conceitual/referencial, precisão terminológica no uso de um termo/lexema; (II) orientação argumentativa; (III) definição ou (IV) outra, a definir com base no *corpus*. Temos ocorrências das duas primeiras funções, respectivamente, nos exemplos (40) e (41) apresentados.

Outro fator observado foi a relação da colaboração com o segmento anterior. No capítulo 2, vimos que, na GDF, há três tipos de relação entre: 1) relação de equipolência – quando a colaboração tem o mesmo estatuto comunicativo do que foi dito anteriormente, havendo uma relação de coordenação entre ela e o que foi formulado; 2) relação de dependência - quando a colaboração mantém com o segmento anterior uma condição de situação comunicativa distinta, havendo uma relação hierárquica entre eles. A colaboração nesse caso é subsidiária ao ato discursivo que a antecede; e 3) relação de complementariedade - quando a colaboração não tem o mesmo estatuto comunicativo do segmento que completa e

não tem uma relação de dependência com este, mantendo uma noção de complementariedade. Vejamos esses três tipos de relação, respectivamente, nos exemplos a seguir:

Ex (42): 103 *DID*

Inf. pois é F. eu preciso de um emprego sabe porque porque rapaz eu tenho que: assim comprar minhas coisas sabe que:: que:: assim comprar minhas coisas sabe que:: eu sou homem né eu sou homem e preciso comprar minhas coisa né preciso de comprar uma bermuda ou alguma () preciso de comprar um perfume um sapato né uma uma calça

Doc. {uma roupa né?

Inf. uma roupa boa né se eu quiser comer bem arrumadinho né se eu quiser comer uma coisa né

Ex (43):104 *DID*

Inf. se eu tivesse na frente dele... uma coisa que eu falaria assim porque o salário... eu penso assim se aumentasse assim pra quem ganha só um salário pra quem ganha mais de três salário eu dizia assim o pra quem ganha mais de três salários... eu vou aumentar o salário mas é pra aqueles que ganham só um salário não é pra aqueles que ganham mais de três salários porque se ele aumenta um salário... pra quem ganha só um salário aumenta... vão aumentando... tá entendendo né... devia tirar daquele que ganha mais de três e aumentar só da aqueles que ganha menos...pra poder ver se resolvia alguma coisa né...porque se ele aumenta o salário ele aumenta daqueles que ganham mais... tem gente que ganha mais de cinco salários né... aí aumentando aí aumenta mais né... era pra ser aumentado mais daqueles que ganham menos de um salário...

Doc pra ficar mais igual né...

Inf. mais igual é...

Ex (44): 103 *DID*

Doc. aí ele já tá em casa já?

Inf. aí ele já tá em casa

Doc. mas não tá mais alterado não

Inf. não tá tomando os remédios direitinho né os medicamentos e tal a mãe dele tá banhando ele enfim né isso(...)

Doc. complicado né

Inf. é complicado né é isso daí isso daí

Vale ressaltar que essas relações entre *Moves* encontram, em geral, codificação no Nível Morfossintático, nas relações entre elementos do mesmo nível.

Quanto à natureza sintático-semântica da colaboração, Hilgert (2002) concebe que a colaboração do ouvinte pode ser (I) inserida no contexto sintático anterior, tal como podemos ver no exemplo (42); ou (II) não inserida no contexto sintático anterior. Isso ocorre quando a colaboração do ouvinte não puder ser posta diretamente no segmento sintático que visa a completar, tal como ocorre em (44).

Com relação aos aspectos pragmáticos do *Move 2*, observamos em que operação recai o escopo da colaboração do ouvinte segundo a GDF: (I) Formulação – operação responsável pelas representações pragmáticas e semânticas dos indivíduos e coisas. (II) Codificação – operação responsável pela organização morfossintática e fonológica dos atos discursivos. Essas operações constituem o Componente Gramatical da GDF que se liga, como vimos, a outros três componentes para formar o modelo de interação verbal: ao Componente Conceitual, recebendo um estímulo desse, uma vez que ele é responsável pelas intenções do evento de fala; ao Componente de Saída, que gera as expressões acústicas ou ortográficas com base nas informações recebidas do Componente Gramatical; e ao Componente Contextual, que contém as descrições de conteúdo e forma do discurso anterior, e de todos os aspectos sociais, interacionais, compartilhados entre os participantes na interação.

O escopo da colaboração incide na operação de Formulação quando o falante demonstra dificuldades em formular um conceito, ou em evocar um referente e esses podem ser representados nos Níveis Interpessoal (NI) e/ou Representacional (NR). Dessa forma, a colaboração diz respeito a elementos anafóricos de natureza pragmática ou semântica e remete a uma estratégia comunicativa ou a uma representação semântica. A colaboração exerce uma função evocativa de identificação ou de atribuição de propriedade a referentes pragmáticos e semânticos, posto que traz traços que ajudam na construção ou identificação deles no discurso.

O escopo da colaboração incide na operação de Codificação quando o falante demonstra dificuldades em converter as informações pragmáticas e/ou semânticas advindas dos Níveis Interpessoal e/ou Representacional em informações sintáticas ou fonológicas, para enviá-las ao Componente de Saída. Dessa forma, a colaboração diz respeito a elementos anafóricos morfossintáticos e fonológicos, incidindo nos Níveis Morfossintático (NM) e Fonológico (NF), auxiliando na expressão dos termos.

Vejam, a seguir, um exemplo de colaboração com escopo em cada uma dessas operações:

EX (45): 14 D2

Inf. 2 e o aluguel da motosserra tu acha que seria quanto? se a gente fosse alugar
 Inf. 1 eu num faço ideia num faço ideia eu creio/eu creio que o C. ele conseguiria
 entendeu? mesmo ele conseguindo uma DANificada a gente pagava assistente né?
 saía mais barato

Inf. 2 pra concertar né?

Inf. 1 pra concertar [porque o (os quartéis)

Inf. 2 **[o quartel ganharia também né?**

Inf. 1 é os quartos eles tem mas alguns estão danificado e dentro da danificada e ele como é capitão que é algo mais lá pra cima ele conseguiria e o retorno que ele ia dá era o quê? ganhar uma forcinha boa

EX (46): 04D2

Inf1. até mesmo o pai né? a ausência do pai né? a ausência do pai... pronto levando o caso lá pra casa minha mãe e meu pai nunca se *separaro* nunca teve briga/TEM as confusões que toda família tem mas meu pai nunca me deu uma uma pisa eu sempre apanhei da minha mãe porque eu também sempre fui uma criança... danada uma criança...

inf2. (**travessa**)

Inf1. (do jeito que ela diz) corria no mei do mundo saía *correno* num tinha esse *negoço* de ó estudar (aí *passarra*) o resto do dia fora *correno* brincando na casa de um e de *oto*

Vale ressaltar que nossa opção em identificar o escopo da colaboração pelo tipo de operação em que ela vem ligada e não pelo nível de representação dela se deu pelo fato de que, como informamos no capítulo 2, os níveis Interpessoal e Representacional podem ser alinhados e sobrepostos, sendo difícil identificar objetivos de apenas um deles, em muitas colaborações, já que ela pode, ao mesmo tempo, identificar um referente pragmático e representá-lo em termos de categorias semânticas. Assim, o escopo estará relacionado aos dois níveis, isto é, a natureza do segmento colaborativo visa a atingir um SV, por exemplo, pode ser vista como representação de um estado-de-coisas, tal como ocorre em (47):

Ex (47): 35D2

Inf.1: Comecei a dizer algumas coisas que o R. também não tem é... estrutura pra ser tão professor: a estrutura dele é tão pouca parece que ele quer ser um analfabeto: aí eu peguei e falei, e tal... falaram outras coisas lá, botaram outras coisas no meio, até um dia que eu cheguei meio empolgado e falei: É, vamos começar o aqui o cabaré:. falei meio empolgado: mas que...

Inf.2: **Foi uma brincadeira né?**

Inf.1: Por uma brincadeira: mas tudo bem eu sabia que ia ser chamado a atenção por causa disso: aí o () falou na reunião entendeu? aí eu concordei: não: eu sei que eu vou ser chamado a atenção por causa disso: isso é normal: mas o que eles tavam armando pra mim por causa de inveja do... do menino lá: o A. q tem muita inveja dos outros ele quer: ele quer ser o tal né?

Já a distinção entre uma dificuldade em formular um enunciado, refletindo as intenções comunicativas (exemplo 45) é bem distinta de uma dificuldade de codificar morfossintática ou fonologicamente um termo (exemplo 46), sendo mais fácil a identificação da operação envolvida em cada ocorrência da colaboração.

É importante lembrar que não há um mapeamento um-para-um necessário entre as unidades semântica e pragmática e as unidades morfossintáticas e fonológicas, posto que os Atos discursivos podem ser expressos tanto por cláusulas, como por frases, por sintagmas ou termos.

No item 5.3.3 a seguir, descrevemos as categorias relativas ao *Move 3* do processo colaborativo.

5.4.3 Aspectos relativos ao *Move 3* (aceitação ou não da colaboração)

As categorias descritas nesta seção dizem respeito ao *Move 3*, em que ocorre a avaliação ou *feedback* do falante em relação à colaboração do ouvinte. Procuramos verificar se a colaboração é aceita pelo falante ou não, o grau de aceitação/não-aceitação da colaboração e como ela é incorporada ao turno pelo falante.

No que se refere à aceitação ou não da colaboração do ouvinte, concebemos que o falante pode (I) aceitar a colaboração do ouvinte ou (II) não aceitar a colaboração, refutando ou ignorando-a. As ocorrências dos exemplos (45) e (46) ilustram, respectivamente, essas duas possibilidades.

Com relação ao nível de aceitação/não aceitação da colaboração no turno para a organização das categorias, temos como base Hilgert (2002), cinco níveis de aceitação/não aceitação, como discutimos no capítulo 4:

- Nível 1: Repetição da colaboração;
- Nível 2: Paráfrase da colaboração;
- Nível 3: Correção da colaboração
- Nível 4: Negação da colaboração; e
- Nível 5: Desconhecimento da colaboração.

Observamos também se o falante utiliza, para aceitar ou refutar a colaboração, algum marcador de aceitação/não aceitação. Analisamos se, no *Move 3*: (I) não há nenhuma marca, havendo a integração imediata da colaboração; (II) há marca de afirmação (*claro, entendi, isso, ok, certo, aham*), como no exemplo (45); (III) há marca de dúvida (*não entendi; Como? Pode explicar melhor?*) (não encontramos ocorrência desse tipo na análise piloto) e (IV) há marca de negação, tal como no exemplo a seguir:

Ex (48): 129D2

Inf. 1. () como é o nome dela aquela que era merendeira ()

Inf. 2. tem a merendeira de agora

Inf. 1. não que antiga

Inf. 1. as antiga era a dona I. a L.

Inf. 2. como é o nome a O. quase como O.

Inf. 1. a O. também

Inf. 2. mas essa que mora aqui

Inf. 1. **T.**

Inf. 2. **não** que já não era merendeira não era supervisora da merenda

No exemplo anterior, o informante 2 marca a não aceitação da colaboração *T.* com a expressão *não*. Vale informar que todos os nomes próprios, que dizem respeito a nome de pessoas, são tratados de forma codificada, como nesse caso, para preservação das identidades dos envolvidos nos inquéritos.

No item a seguir, apresentamos as categorias referentes aos aspectos contextuais do uso da colaboração intraturno.

5.4.4 Aspectos contextuais do processo colaborativo completo

Os aspectos contextuais dizem respeito a situação comunicativa em que a colaboração ocorre. Eles são contemplados ao longo de toda a discussão dos resultados e quando fizemos o cruzamento dos dados para analisar a frequência das ocorrências de acordo com os seguintes fatores:

(I) tipo de inquérito em que ocorre a colaboração do ouvinte. Esta categoria nos permite verificar se o tipo de inquérito analisado (*DID* e *D2*) favorece a ocorrência da colaboração do ouvinte no turno do falante;

(II) pessoa que colabora com maior frequência em cada tipo de inquérito, no do tipo *DID*, se o documentador ou o informante, e, no do tipo *D2*, se o documentador ou o informante 1 ou, ainda, o informante 2;

Vale ressaltar que todas as categorias descritas, neste capítulo, se encontram elencadas no modelo de ficha de ocorrência, logo a seguir e serão discutidas, de forma mais aprofundada, em nossa análise, no próximo capítulo.

Quadro 7 - Ficha de análise das ocorrências

OCORRÊNCIA: (01) 138 <i>DID</i>	
Inf . : Bela Vista ... Panamericano é Marupiara né? Que hoje é o que Demócrito Rocha	
Doc . : Demócrito Rocha	
Inf . : aí foi assim eh : : esses bairro cresceram dessa maneira né? e depois os bairro lá pra ... ali pra pro final da ... do Demócrito Rocha tinha o que ? tinha ... era ... chamava ... Vila Iracema que hoje depois depois se tornou-se ... eh ... ali ... ali perto do campo do Pici ? comé que chama?	
Doc . : Jokey?	
Inf . : Jokey né? Jokey ... foi construido o Jokey Clube ... aí foi foram crescendo né? e hoje ... foi com ... em mil novecentos e cinquenta e pouco foi cri/ foi construído a casa popuLAR que hoje é Henrique Jorge né?	
Doc . : éh	
CATEGORIAS DE ANÁLISE	
1 - ASPECTOS RELATIVOS AO MOVE 1 (ANTES DA COLABORAÇÃO DO OUVINTE)	
a) Nível em que recai a ruptura do turno	(X) intraoracional () extraoracional
a.1) Natureza do local de ruptura quando intraoracional	() entre sujeito e elemento portador de flexão (X) entre verbo e objeto ou predicativo () entre preposição e seu argumento () entre determinante e nome () entre nome e modificador
a.2) Sinalização da ruptura do turno no contexto de colaboração	(X) explícita () não explícita
b) solicitação da colaboração	(X) autoiniciada – o falante solicita explicitamente a colaboração do ouvinte. () heteroiniciada – o falante não solicita a colaboração do ouvinte.
2 - ASPECTOS RELATIVOS AO MOVE 2 (A COLABORAÇÃO DO OUVINTE)	
a) Iniciativa da colaboração	(X) autoiniciada – o falante solicita explicitamente a colaboração do ouvinte. () heteroiniciada – o falante não solicita a colaboração do ouvinte.
b) Natureza morfossintática da colaboração	(X) palavra () sintagma () oração () expressão linguística
b.1) Tipo de sintagma da colaboração	() Não se aplica ()SN ()SV ()SP ()SA
c) Tipo de ilocução da colaboração	() optativa (X) interrogativa; () declarativa () outra
d) Funções informacional-estruturais da colaboração:	(X) <i>Foco</i> () <i>Fundo</i>
e) Função informacional em relação à posição estrutural da informação no turno	(X) Tópico () <i>Comentário</i>
f) Funções pragmáticas da colaboração	(X) adequação conceitual/referencial precisão terminológica () orientação argumentativa () definição () outra
g) Relação da colaboração com o segmento anterior	() equipolência () dependência () complementariedade (X)
h) Natureza sintático-semântica da colaboração	(X) inserida no contexto sintático anterior à colaboração () não inserida no contexto sintático anterior à colaboração
i) Operação em que recai o escopo da colaboração do ouvinte segundo a GDF:	() Formulação (X) Codificação
3 - ASPECTOS RELATIVOS AO MOVE 3 (APÓS A COLABORAÇÃO DO OUVINTE)	
a) Aceitação ou não da colaboração do ouvinte	(X) Aceita () Não aceita
b) Nível de aceitação/não aceitação da colaboração	(X) Nível 1: Repetição da colaboração () Nível 2: Paráfrase da colaboração () Nível 3: Correção da colaboração () Nível 4: Negação da colaboração e

	() Nível 5: Desconhecimento da colaboração
c) Tipos de marcas de aceitação/não aceitação da colaboração	() Nenhuma - Integração imediata da colaboração ou, no caso da negação, quando a colaboração é ignorada () Expressão afirmativa (<i>claro, entendi, isso, ok, certo</i>) (X) Expressões de dúvida (não entendi) () Expressões de negação (não é isso que eu quero dizer)
4 - ASPECTOS CONTEXTUAIS DO PROCESSO COLABORATIVO COMPLETO	
a) Tipo de inquérito em que ocorre a colaboração do ouvinte	(X) <i>DID</i> () <i>D2</i>
b) Pessoa que colabora em cada tipo de inquérito	(X) Documentador () Informante

Antes de passarmos à síntese do capítulo (próxima seção), ressaltamos que, no capítulo de discussão dos resultados (capítulo 6), as análises dos inquéritos *DID* e *D2* são feitas de forma individualizada, posto que a situação comunicativa é diferenciada em ambos. Assim, podemos verificar como a colaboração intraturno do ouvinte se apresenta em relação ao tipo de inquérito e evidenciar se cada tipo interfere em sua recorrência.

5.5 Síntese do capítulo

Neste capítulo, concentramos nossa atenção nos aspectos relativos às questões metodológicas adotadas na pesquisa. Fizemos, primeiramente, a caracterização do *corpus* NOPORFOR, adotado por ser um *corpus* representativo que registra o falar popular de Fortaleza. Ele, como informamos, segue os mesmos moldes de constituição do projeto NURC (Norma Linguística Urbana Culta), constituído por três tipos de inquéritos *DID*, *D2* e *EF*. Nossa amostra se constitui dos dois primeiros tipos, por apresentarem os parâmetros discutidos sobre a conversação.

Elencamos os fatores que tivemos de considerar para o recorte da amostra textual utilizada em nossa análise: a) disponibilização das transcrições dos inquéritos; b) tipo de expressão linguística da colaboração e c) sexo dos informantes. Seguimos os postulados de Sardinha (2000a) e lidamos com um maior número de dados, se compararmos a estudos anteriores, para a verificação da expressão da colaboração.

Descrevemos os procedimentos metodológicos adotados na análise das ocorrências e informamos que o referido estudo fora realizado de forma quantitativa e qualitativamente com o auxílio do programa computacional *SPSS*.

Explicamos, também, o modo como elegemos as categorias utilizadas em nossa análise. Vimos que elas foram organizadas de acordo com os *Moves* envolvidos no processo de colaboração (*Move 1* – antes da colaboração; *Move 2* – colaboração propriamente dita e *Move 3* – avaliação ou *feedback* da colaboração) e de acordo com os aspectos contextuais do processo colaborativo. Todas elas têm sua origem a partir das duas teorias discutidas em nossa pesquisa: o Funcionalismo e a Análise da Conversação. Assim, temos categorias essencialmente funcionalistas, referentes aos níveis discutidos na GDF e categorias da AC que não vão de encontro à análise funcional, inspirados em Hilgert (2002).

Por fim, apresentamos o modelo de ficha de análise da colaboração intraturno do ouvinte, como uma breve ilustração da análise realizada.

No próximo capítulo, colocaremos em prática nossa proposta de análise da colaboração do ouvinte no turno do falante.

6 ANÁLISE DA COLABORAÇÃO INTRATURNO NOS DIÁLOGOS ENTRE INFORMANTE E DOCUMENTADOR, NO NORPOFOR

“É preciso observar como os mecanismos linguísticos são empregados estratégica e não aleatoriamente no discurso e de que modo esse emprego estratégico se modifica em função da própria alteração dos enquadres interacionais”.

(AQUINO, 2008, p. 176)

Por questões de ordem metodológica, dividimos a análise em dois grupos, tendo em vista as duas situações comunicativas envolvidas nos inquéritos analisados em nosso estudo. Assim, temos dois capítulos de análise, este, com os inquéritos do tipo *DID*, e o capítulo 7, com a análise dos inquéritos do tipo *D2*.

Como afirmamos no início do trabalho, nossa análise não se limita a critérios de ordem textual que dizem respeito ao uso da colaboração. Portanto, abordamos a colaboração intraturno, no NORPOFOR, em relação aos aspectos textuais e interativos que caracterizam a sua ocorrência. Dessa forma, estamos considerando critérios sintáticos, semânticos e pragmáticos que restringem e que favorecem o uso da colaboração em uma microinteração, dentro dos limites de um único turno.

Após a identificação e análise das 105 ocorrências da colaboração intraturno nos inquéritos do tipo *DID*, procedemos à apresentação e discussão dos resultados obtidos, de acordo com as categorias de análise apresentadas no capítulo anterior.

Antes de passarmos à análise dos diálogos propriamente dita, abriremos uma seção para discutirmos uma proposta de contribuição de reinterpretação do modelo de recepção do enunciado de Giomi, adicionando uma “asa” a mais nessa “ave” em formação que é a GDF voltada ao ouvinte, para situar o término do processo de colaboração nesse modelo.

6.1. Proposta de re-elaboração do modelo de Giomi, da GDF voltada ao ouvinte.

Durante o processo de compreensão da teoria e aplicação do modelo da GDF e da GDF voltada ao ouvinte à pesquisa desta tese, observamos que ambas teorias estão lidando, em suas propostas, com modelos de produção e interpretação de enunciados completos. A

GDF propõe o modelo de produção linguística do falante, baseado na integração entre os Componentes Conceitual, Gramatical, Contextual e de Saída. Assim, busca, como discutimos no capítulo 2, formalizar o conhecimento potencial de um falante em se comunicar. Já a GDF voltada ao ouvinte considera a formalização da GDF e atribui a essa uma nova formalização, um modelo de recepção e interpretação do ouvinte, baseado na integração dos Componentes Conceitual, Gramatical, Contextual e de Entrada do ouvinte.

Em nosso estudo, analisamos enunciados incompletos, nos quais há a interferência do ouvinte que, solicitado ou não, cumpre a função de completar o enunciado do outro. Dessa forma, tivemos que adequar os modelos discutidos ao nosso objeto de pesquisa, pois a produção e a recepção da informação, no processo de colaboração intraturno, não ocorrem quando o falante enuncia a informação por completo, mas, como sabemos, ocorre devido justamente à incompletude dos enunciados proferidos.

Assim, acreditamos que o processo de colaboração do ouvinte no enunciado do falante não ocorra por um problema no Componente Conceitual do falante, mas por uma falha no Componente Gramatical ou no Componente de Saída, quando o falante tem dificuldades na formulação (ao atribuir referência ou ao predicar), na codificação (na seleção dos recursos da língua), e na articulação (na pronúncia), deixando transparecer que precisa de ajuda para concluir sua ideia. Mesmo que o falante saiba o que quer proferir, não chega a fazê-lo de forma completa em seu turno, ou seja, não chega a concluir seu processo de produção adequadamente, e assim a transmissão não é completa.

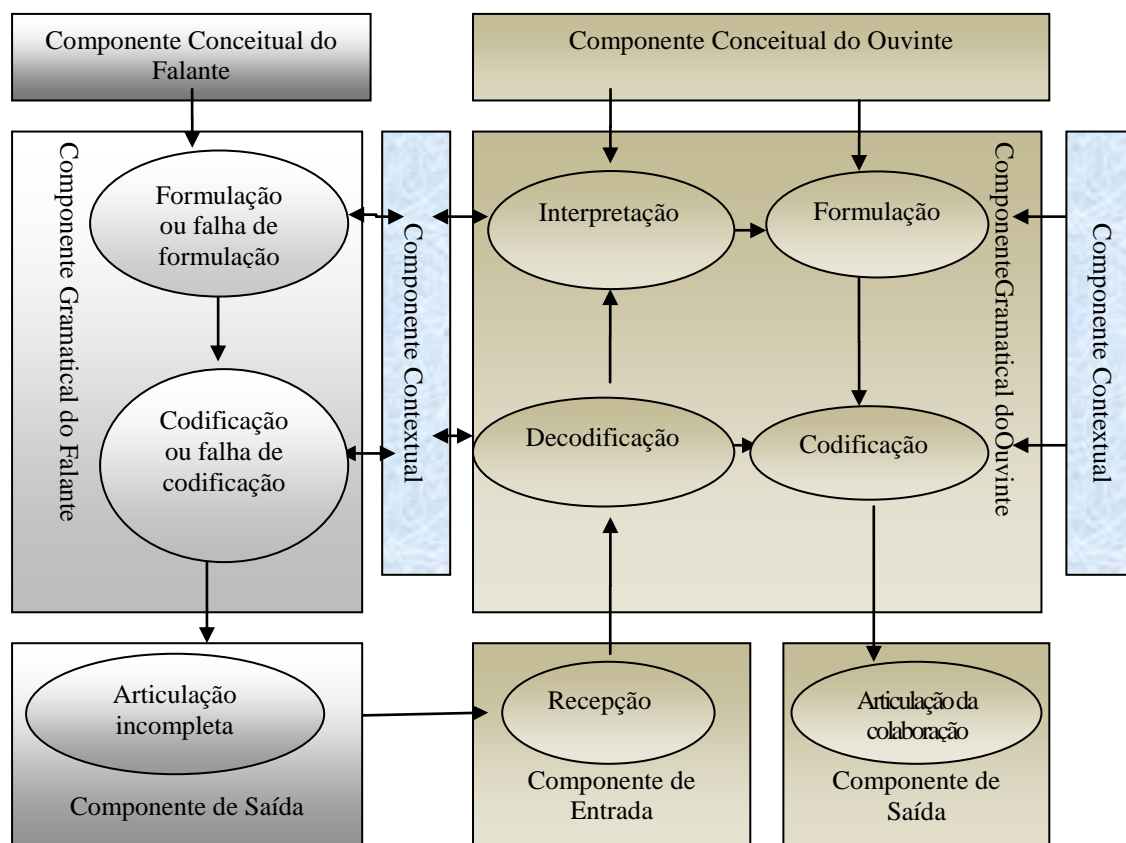
O ouvinte, nessa situação, decodifica o que foi dito e tenta processar mentalmente as intenções do falante e selecionar a ideia que julga ser a procurada por este para completar seu enunciado, com o auxílio do Componente Contextual compartilhado. Em seguida, o ouvinte codifica e articula essa expressão coprocessando o enunciado do falante.

Então, concebemos que, em um contexto dialogal em que haja a colaboração do ouvinte no turno do falante, ocorra, na fase de decodificação do enunciado do falante pelo ouvinte, não somente um processo, mas dois processos respectivos, o primeiro *bottom-up*, pois o ouvinte escuta o enunciado incompleto do falante e o interpreta, mesmo que não seja a interpretação desejada por este, para poder assim colaborar no enunciado do falante. Em seguida, ocorre o segundo processo, de natureza *top-down*, já que o ouvinte passa ao papel de falante e formula, codifica e articula a expressão que teoricamente completa o enunciado do seu interlocutor (falante 1).

Adequando o modelo de interação verbal da GDF e da GDF do ouvinte ao processo de colaboração do ouvinte no turno do falante, acreditamos que a organização do

processamento da produção dos interlocutores, nesta situação de interação específica, tem a seguinte organização:

Figura 13 - Processo de colaboração intraturno com base no modelo da GDF do ouvinte



Fonte: Proposta nossa

A figura 13, acima, representa uma proposta nossa para o modelo de interação verbal em que ocorre a colaboração intraturno do ouvinte. Nela, vemos que o ouvinte cumpre uma função dupla no processo de colaboração intraturno, posto que desempenha a função de interpretar a formulação incompleta ou equivocada e, ao mesmo tempo, a função de completá-la ou corrigi-la.

Sabemos que, por serem papéis permutáveis, falante e ouvinte desempenham funções semelhantes na troca dos turnos, mas o que ocorre no processo de colaboração intraturno é diferente do que ocorre no processo de alternância de turnos. Podemos dizer que numa troca de turno ideal, o falante A articula seu enunciado, B (ouvinte) interpreta este enunciado e, em seguida, B articula um novo enunciado. Está claro que ambos são influenciados pelos aspectos contextuais, incluídos no enunciado do outro, ocorrendo, mais ou menos, da forma como propõe Giomi em seu modelo. Mas aqui se trata de um processo

distinto, em que o falante A não conseguiu articular completamente seu enunciado, e o ouvinte entende isso e o ajuda nesta tarefa. O ouvinte (B) aqui não desenvolve um novo enunciado, mas completa ou corrige o enunciado do outro. Assim, neste tipo de processo, mesmo em se tratando de um só enunciado, percebemos que o Componente Gramatical do ouvinte atua duplamente (como ouvinte, como falante) para oferecer o que não foi dito e concluir o turno do outro.

Concluimos que, no processo de colaboração intraturno, o ouvinte desempenha duas funções sucessivas: a de interpretar o enunciado incompleto ou equivocado do falante e a função de tentar completá-lo ou corrigi-lo. Essa é uma contribuição da nossa pesquisa, propor um modelo de análise da colaboração incluindo esses papéis.

Passemos, agora, a análise da colaboração intraturno nos inquéritos do tipo DID.

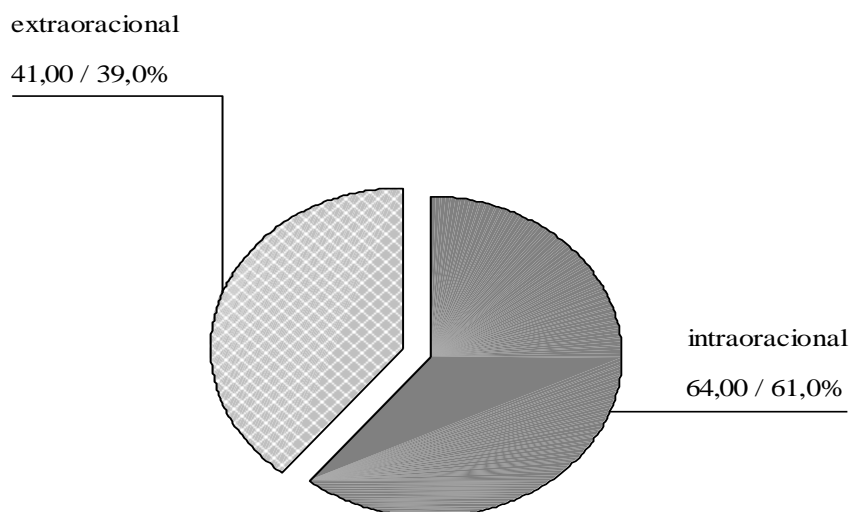
6.2 Aspectos relativos ao *Move* 1

Como informamos, para que ocorra a colaboração intraturno, é necessário que o turno do falante seja interrompido, havendo, assim, uma ruptura na *unidade-tipo* do turno, isto é, na unidade de completude sintática e semântica dele (SAKS; SCHEGLOFF E JEFFERSON, 1974). É no *Move Turno* que essa ruptura ocorre. Analisamos, nas próximas seções, os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos relativos ao local onde a ruptura do turno ocorre, se nos limites oracionais ou para além deles. Identificamos também os aspectos referentes aos elementos oracionais (quando a ruptura ocorrer intraoracionalmente) entre os quais ela acontece; verificamos se o falante dá pistas ao ouvinte de que está tendo problemas para formular seu turno.

6.2.1 Nível em que recai a ruptura do turno

Ao estabelecermos os parâmetros de análise, consideramos duas possibilidades de locais onde a ruptura do turno ocorre: (I) intraoracional e (II) extraoracional. Nos inquéritos do tipo *DID*, identificamos que a maioria das rupturas ocorre no primeiro nível, rompendo com o fluxo sintático-semântico da oração que está sendo enunciada.

Vejamos o gráfico a seguir com esse resultado:

Gráfico 1 – Nível em que ocorre a ruptura do turno, nos *DID* (%)

Segundo Tarallo *et al.* (2002), ao propormos uma análise das rupturas na sintaxe da língua falada, podemos verificar a ordem dos constituintes, argumentais ou não, que poderão ser adicionados, para constituir a fala interrompida e identificar quais elementos funcionam como adjacentes⁷⁰ ao que havia sido dito, quais os locais que favorecem a ruptura do turno e que elementos funcionam como ruptores.

Nas ocorrências analisadas dos inqueritos do tipo *DID*, vemos que a ruptura se deu, com maior frequência (61% dos casos), no nível intraoracional. Isso nos leva a acreditar que, na maioria das vezes em que o ouvinte colaborou no turno do falante, nos inqueritos analisados, o ouvinte o fez para adicionar elementos oracionais, visando a completar a estrutura da produção interrompida, tal como ocorre no exemplo que segue:

Ex (49): 103*DID*

Doc. porque tu já sabia fazer teu nome né?

Inf. é eu já sabia sabia fazer meu nome...e:: eu tenho meus documentos tudinho o eu tenho o:: tenho carteira de identidade...é identidade cpf carteira de trabalho... é:: tenho:: tenho ...

Doc. título?

Inf. título e a minha reservista agora meu registro sabe eu perdi óh tenho que tirar outro né registro

⁷⁰ Tarallo *et al.* (2002), informa que foi Stowell (1981) quem propôs o princípio da adjacência de casos, princípio que pressupõe como os elementos vêm ordenados na oração sem o auxílio da regra de estrutura frasal. Segundo Tarallo *et al.* (*op. cit.*, p. 28), de acordo com esse princípio, “o elemento que atribui caso deve estar adjacente ao receptor desse caso. Assim, o objeto recebe caso acusativo do verbo, deve estar adjacente a este” e assim em diante.

No exemplo (49), o informante está falando sobre seu processo de alfabetização e informa que já tem alguns documentos pessoais (*identidade, CPF* etc.). A ruptura do turno se deu dentro de uma oração que vinha sendo proferida, logo após o verbo *ter*. O ouvinte percebe que o falante procura informar mais algum tipo de documento e colabora com a palavra *título*, que funciona como complemento do verbo da oração interrompida. Isso corrobora a definição de que a colaboração intraturno funciona como complemento do turno do falante e, sendo assim, ela é um auxílio no processo de construção desse turno.

Nos 39% dos casos em que a ruptura do turno do falante se deu fora dos limites oracionais, a colaboração intraturno vem a funcionar como uma forma de esclarecer, adequar, melhorar o que já foi dito pelo falante. Podemos ver a ruptura do turno do falante no nível extraoracional, a seguir:

Ex (50): 11 *DID*

Inf. QUANdo eu comecei a freqüentar a igreja eu vi que existia um povo diferente... mas até então eu não aceitei a Cristo... VERDADEIRAMENTE... cheguei a confessar... falar... ir à igreja... freqüentar... mas quando... VERDADEIRAMENTE... Cristo entrou no meu coração... na minha vida... foi aonde houve a transformação no:: meu coração... a Bíblia diz que “conhececi a verdade... a verdade vos libertará”... a verdade ME libertou... mas você diz... você era um presidiário? não... nunca fui... mas só que era... a libertação interior... eu andava... brincava... eu... o meu objetivo era o prazer momentâneo... era brincar...

Doc. - **namorar...**

Inf. isso... no momento... nunca pensava a partir do momento para o futuro...

No exemplo (50), a ruptura do turno se dá após a conclusão da oração (*era brincar*) do falante, não havendo um problema de formulação propriamente dito. A colaboração do ouvinte, neste caso, serve como uma alternativa de complementação ou substituição do elemento predicativo da oração do falante (*brincar*) e expande os limites oracionais. O ouvinte acrescentou um elemento ao que supôs ser uma enumeração. Cada um dos elementos enumerados tem a mesma função em relação ao verbo *ser* (*era...*), a de predicativo.

Vale ressaltar que, tanto no exemplo (50) quanto em (49), a colaboração do ouvinte funciona como elemento adjacente, podendo ser posta logo ao lado de onde ocorreu a ruptura. A seguir, tratamos do critério referente à natureza do local onde a ruptura ocorre em termos intraoracionais, ou seja, a verificação de entre quais elementos morfossintáticos que compõem a oração a ruptura ocorre, já que, como vimos, é nesse nível que a colaboração do ouvinte ocorre em maior frequência.

6.2.1.1 Natureza do local de ruptura quando intraoracional.

Levando em consideração os fatores sintático-semânticos referentes aos locais estruturais onde ocorrem as rupturas do turno, quando ocorre nos limites oracionais, nos inquéritos *DID*, identificamos ocorrências de ruptura em todas as subcategorias previstas. Vejamos uma ocorrência de cada uma delas retiradas do nosso *corpus*:

a) Entre sujeito e verbo:

Ex (51): 21*DID*

Doc. quando pega um vagabundo desses que dão umas mãozadas e...

Inf. ou...

Doc. só é ruim porque os direitos humanos chegam lá e vão reclamar né?

Inf. vão reclamar...

Doc. éh:: foda...() dá pena pegar um cabra desses assim **você...**

Inf. **metê-lhe uma sola (nele)...**() todo vagabundo () (deixaria) aleijado... nunca mais ele roubava...

Doc. mas é (ruim) porque se ele ficar aleijado a gente vai ter que pagar... b)

b) Entre verbo e objeto ou predicativo

Ex (52): 40 *DID*

Inf. e:ra... se tinha uma pessoa... perdida uma prostituta... os pais da gente não deixavam NEM a gente sair com aquela pessoa... porque era uma prostitua hoje não qualquer pessoa é amiga tua pode ser prostituta pode ser () só o que não é errado hoje é isso... ((voz ao fundo)) porque ninguém **tem**

Doc. **preconceito** ((voz ao fundo))

Inf. preconceito com ninguém... e naquela época tinha muito preconceito... ((voz ao fundo)) naquela época tinha... mas a televisão tem ensinado muita coisa... mulher namorar era muito difícil hoje... não é nada demais ()... as pessoas (vêm)

c) Entre preposição e sintagma nominal:

EX (53): 76*DID*

Inf. bate papo muito não porque eu não tenho muita paciência não... ter que ficar digitando direto direto...jogo não

Doc. mas há uns bate papo que são eh **com com**

Inf. **webcam**

Doc. eh isso

d) Entre determinante e nome:

Ex (54) 76 *DID*

Inf. já peguei computador que o pessoal não tem... tem até barata dentro... barata morta... sujo mesmo dentro... peguei um computador() mais:: do interior que vem... negócio de construtora... o bicho chega chegaera vermelho... cheio de areia dentro... tanta poeira... que o bicho às vezes não dá... tem que fazer uma geral

mesmo... limpeza total... que não dá pra ver mais nada... nem uma peça... tudo coberto de poeira... que acumula poeira em cima

Doc. aí eh

Inf. aí danifica... aí aquece demais e acaba queimando alguma coisa

Doc. e assim...você recomenda o que pra quem quer fazer **essa**

Inf. **essa manutenção**

Doc. É

Inf. é levar na loja né

e) Entre nome e modificador:

Ex (55): 40 *DID*

Doc. agora assim como é que foi a sua adolescência? a senhora era muito namoradei:ra ou não?

Inf. não minha filha (toda vida eu fui uma) **pessoa**

Doc. **calma né?**

Inf. calma... o primeiro namorado eu me casei

Apresentamos, na tabela a seguir, o quadro geral e resumido do número de ocorrências e porcentagem relativas aos dados encontrados:

Tabela⁷¹ 1 – Local de ruptura nos *DID* quando a colaboração é intraoracional (N/%)

	FREQUÊNCIA	%
entre sujeito e verbo	10	15,60%
entre verbo e complemento	27	42,10%
entre preposição e argumento	15	23,40%
entre determinante e nome	10	15,60%
entre nome e modificador	2	3,20%
TOTAL	64	100,00%

Como podemos observar, houve uma maior recorrência da ruptura intraoracional, na posição entre o verbo e seu complemento, objeto ou predicativo (42,10 % dos casos), evidenciando que, em quase metade dos casos, a ruptura dá-se após a formulação do verbo da oração. Dessa forma, podemos discutir alguns pontos a respeito desse resultado. O primeiro é o fato de que os problemas de formulação, quando anteriores à ruptura oracional e à interferência do ouvinte para colaborar, nos inquéritos *DID*, ocorrem no momento da formulação dos complementos verbais ou dos predicativos. Assim, conseqüentemente, o ouvinte sofre um condicionamento maior para colaborar com elementos desse tipo.

O segundo ponto de discussão que esse resultado permite tratar diz respeito às rupturas entre verbo e complemento ou predicativo que não foram causadas por problemas na

⁷¹ As tabelas dos resultados da análise serão padronizadas na versão final da tese.

formulação do falante. Em casos como esse, o ouvinte, a partir do momento em que o falante enuncia o verbo da oração, tende a colaborar com o elemento estrutural que falta nela. Isso ocorre no exemplo (52), em que o assunto tratado diz respeito à liberdade que se tem hoje em dia para eleger qualquer tipo de pessoa como amigo. O falante (Inf.) deixa claro que pode ter amiga prostituta, já que a sociedade não teria uma atitude ruim em relação a isso. Ele, então, justifica sua afirmação pronunciando: *porque ninguém tem*. O ouvinte (Doc.), considerando o contexto da interação, e a expressão pronunciada, analisa que o verbo *ter* necessita de um complemento. Portanto, ele colabora, mesmo não sendo solicitado, com um substantivo (*preconceito*), que exerce a função sintática de objeto direto na oração do falante. Essa posição é considerada de informação nova, remática. Segundo Du Bois (1985), há uma estrutura argumental preferida (EAP), na qual o indivíduo tende a usar apenas um item lexical como argumento na oração e esse, em geral, ocorre na posição pós-verbal, como argumento do verbo que traz uma informação nova.

Com relação ao local onde a ruptura da oração ocorre com menor frequência, nos inquéritos *DID*, os resultados nos mostram que esse local foi entre o nome e o modificador (3,2% dos casos). Isso se deu, possivelmente, pelo fato de que, quando o falante utiliza um substantivo, seja no sujeito ou em qualquer outra função oracional, o elemento modificador não é necessário quanto um elemento argumental, como no caso do complemento verbal ou predicativo de que tratamos no exemplo anterior. Dessa forma, é bem mais frequente que a ruptura antes da colaboração intraturno se dê entre elementos que preenchem espaços argumentais pós-verbais. Em consequência disso, tivemos, em nossa análise, apenas duas ocorrências de ruptura entre nome e modificador, enquanto que, em relação ao segundo local com menor número de ocorrências, entre determinante e nome e entre sujeito e verbo, tivemos cinco vezes mais esse número (10 ocorrências).

6.2.2 Sinalização da ruptura do turno no contexto de colaboração

Após a análise dos dados referentes à sinalização da ruptura do turno no contexto de colaboração, obtivemos como resultado que a colaboração intraturno, nos inquéritos tipo *DID*, é mais frequente quando o falante sinaliza que precisa de auxílio para concluir seu turno, como podemos observar na tabela que segue:

Tabela 2 - Sinalização da ruptura do turno (N/%)

	FREQUÊNCIA	%
Explícita	58	55,20%
Não explícita	47	44,80%
TOTAL	105	100,00%

Quando o enunciado do falante apresenta marcas de que pode estar havendo um problema de formulação textual, ou um trabalho de busca da informação a ser dita, mesmo sem solicitar a colaboração do ouvinte, ele deixa evidente o rompimento de sua fala e a necessidade da interferência do ouvinte para colaborar na formulação e codificação da informação a ser enunciada. Essas marcas podem ser tanto de natureza prosódica, tal como as pausas, prolongamentos de hesitação; como morfossintática, por exemplo, as repetições.

Como vimos na tabela anterior, os resultados foram bem aproximados entre a ruptura sinalizada por marcas, 55,2%, e a ruptura não sinalizada, 44,8% dos casos analisados. Esses dados apontam indícios de que a colaboração é um fenômeno inerente à comunicação. As colaborações que aconteceram, com maior frequência, em enunciados que apresentaram marcas explícitas de ruptura, podem ser exemplificadas em (56):

Ex (56): 76DID

Inf. porque ele é... ele é complicado... não é todo mundo que sabe mexer nele... nem... nem nem todo mundo consegue liGAR o Linux... entrar no sistema... não é como o Windows não... o Windows você deixa liga o computador ele entra sozinho no sistema... o Linux não... você tem que dar comandos... digitar comandos... botar um monte de comandos... pra poder inicializar o Linux

Doc. ahnahn

Inf. aí já complica né

Doc. certo

Inf. não usa eh só o::passar o mouse em cima não... lá você tem que digitar comandos... digitar errado não inicializa... por isso que é difícil de entrar vírus

Doc. certo

Inf. é uma linguagem mais... mais específica né... muito complicado

Doc. quem foi **que que... que::**

Inf. **inventou o Linux?**

Doc. é

Inf. foi o que... é um... é um seu q/o nome do cara não... mas o sobrenome dele é Linux... por isso que o sistema operacional se chama Linux

No exemplo (56), o falante (Doc.) marca que necessita de ajuda para terminar seu turno, mesmo que não peça isso ao ouvinte. O falante, durante o desenvolvimento de seu

turno, repete o termo *que* (*quem foi que que... que::*). Além das repetições, o turno é marcado por pausas (representada na transcrição por “...”) e prolongamento de vogal (representado por “:”). Essas marcas estão bastantes presentes na oralidade e funcionam como estratégia de formulação textual, posto que expressam o processo de organização da informação pelo falante e o monitoramento da coerência textual peculiares à fala. Além disso, essas marcas, principalmente quando usadas em conjunto, como no exemplo mencionado, demonstram que o falante está à procura de uma expressão e que ela não está sendo prontamente encontrada, motivando o ouvinte a colaborar para auxiliar nesse trabalho. Temos uma ocorrência desse tipo no exemplo anterior, em que o ouvinte sugere a expressão *inventou o Linux?* ao falante para que ele complete seu enunciado.

Com relação à frequência de ruptura do turno sem marcas, vemos que, mesmo o falante não sinalizando que está com problemas para concluir o turno, o ouvinte colabora, como ocorre na situação a seguir (57):

Ex (57): 63DID

Doc. aí ele trabalhava em quê? J... nessa época quando você era menina?

Inf. o meu pai ele trabalhava na FUNASA... que hoje é FUNASA... antes era... SUCAN

Doc. ah::

Inf. Superin/ Superintendência de Campanhas... e agora é FUNASA... Fundação Nacional de Saúde

Doc. ah:: tá certo

Inf. **ele agora é aposentado**

Doc. **pela FUNASA**

Inf. pela FUNASA

No exemplo (57), vemos que a ruptura do turno não é marcada, o falante parece não passar por nenhum tipo de problema de formulação, e o ouvinte antecipa-se e rompe o turno do falante por inferir o que ele ia dizer.

Passemos aos resultados referentes ao *Move 2*, a colaboração do ouvinte.

6.3 Aspectos relativos à colaboração propriamente dita (*Move 2*)

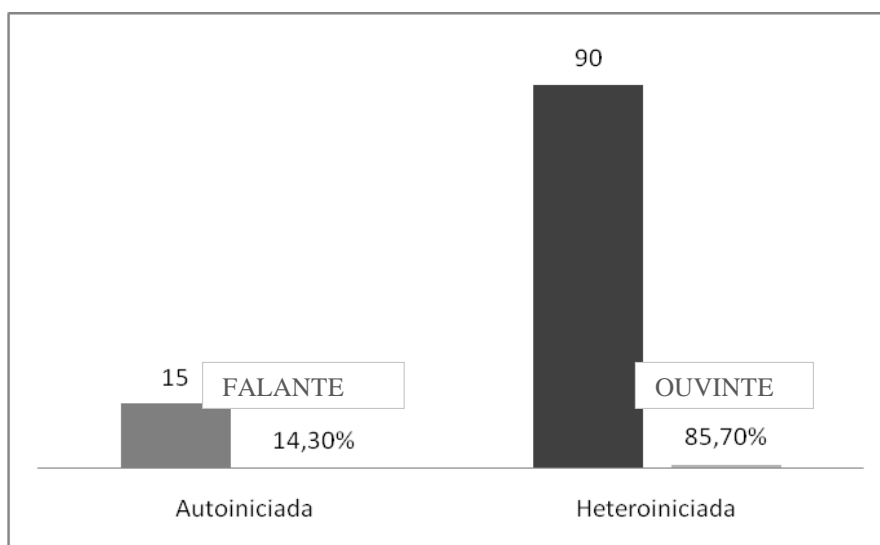
Os aspectos analisados nesta seção dizem respeito ao *Move2*, onde ocorre a colaboração do ouvinte. Trata-se, em geral, de um *Move* metalinguístico e metadiscursivo de reação, posto que, sempre indica uma reação do ouvinte ao que foi dito pelo falante no *Move 1*. Vimos, no Capítulo 1, sobre Gramática Discursivo-Funcional, que o *Move* se caracteriza,

justamente, pelo fato de incitar uma reação do interlocutor ou ser ele mesmo uma reação, como no caso da colaboração do ouvinte. Analisamos, a seguir, como a colaboração se manifesta de acordo com as categorias adotadas no capítulo de metodologia.

6.3.1 Solicitação da colaboração do ouvinte

Em relação aos aspectos textual-discursivos relacionados ao *Move 2*, analisamos de quem é a iniciativa da colaboração. Segundo a proposta de Hilgert (2002), como apresentamos no capítulo 3, a colaboração pode ser de duas formas: (I) Autoiniciada, quando o próprio falante tem a iniciativa de solicitar a colaboração e (II) Heteroiniciada, quando é o ouvinte que, sem ser solicitado, toma a iniciativa da colaboração. Vejamos os resultados, no gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Iniciativa da colaboração, nos DID (N/%)



O resultado indica, então, que, nos diálogos entre informante e documentador, 85,70% das iniciativas da colaboração são do ouvinte. Se analisarmos esses dados com os da categoria anterior, sobre marcas de ruptura, podemos entender mais claramente esse resultado, já que houve, em mais da metade dos casos, a ocorrência de alguma marca indicadora de problemas de formulação, ou mesmo de busca de um termo adequado, no turno do falante. Assim, esse alto número de iniciativas do ouvinte pode ter sido influenciado pelas pistas dadas na expressão de tais marcas.

Outro fator que pode ter atuado diretamente nesse resultado é o que Jefferson (1984) intitulou de *Targetted On set*, um reconhecimento antecipado pelo ouvinte da palavra

ou expressão a ser utilizada pelo falante. Dessa forma, o ouvinte se manifesta antes que o falante conclua o turno, mesmo que este não tenha solicitado o seu auxílio, ou mesmo sem que esse tenha dado sinais de problemas em seu turno. Isso só é possível tendo em vista que o Componente Contextual de todos os participantes da interação é, como propõe Mackenzie (NO PRELO) e Giomi (NO PRELO), compartilhado. Vejamos um exemplo desse tipo de colaboração retirado do *corpus*:

Ex (58): 62 *DID*

Inf. né isso? e um financiamento a longo prazo eu acho a coisa mais terrível pra uma pessoa você... vai ficar eternamente durante esse período como se tivesse amarrada a essa instituição... a essa pessoa agiota nem pensar e geralmente hoje as pessoas estão fazendo financiamento pra pagar financiamento ou seja bola de neve

Doc. **que não tem fim**

Inf. maior que a passada que a pessoa pode dar

Em (58), o falante não solicita a colaboração do ouvinte e, antes da ruptura do turno, não há marcas sinalizando que ela deva ocorrer ou de que ele esteja passando por algum problema de formulação, em que seja necessário o auxílio do ouvinte, mesmo assim, este completa o turno, ao restringir o tipo de financiamento, classificado pelo falante como uma *bola de neve*, com a expressão colaborativa *que não tem fim*. Fazendo isso, o ouvinte se manifesta na interação deixando claro que está acompanhando o turno do falante e que tem uma opinião semelhante à dele, já que exprime um posicionamento favorável em relação ao tema que está sendo tratado no turno.

Os resultados também mostram que, em 14,30% dos casos, o falante tem a iniciativa de solicitar a colaboração do ouvinte, tal como no exemplo, a seguir:

Ex (59): 63 *DID*

Inf. lá era estágio... também... que eu fazia ainda o segundo grau... aí eu consegui pelo... CI... CIEE... né?... Centro de

Doc. conheço

Inf. Centro Integrado... Empresa-Escola

Doc. ah... CIEE

Inf. é... aí então quando eu terminei o segundo grau... eu ti/ eu teria que sair né? porque... não podia mais continuar só enquanto eu tivesse trabalhando... aí eu saí:: foi até no tempo que eu viajei... eu até falei para o... **como é que é o nome dele?**

Doc. **.seu P.**

Inf. () P. que eu passei seis meses lá em... Salvador

Doc. ah::

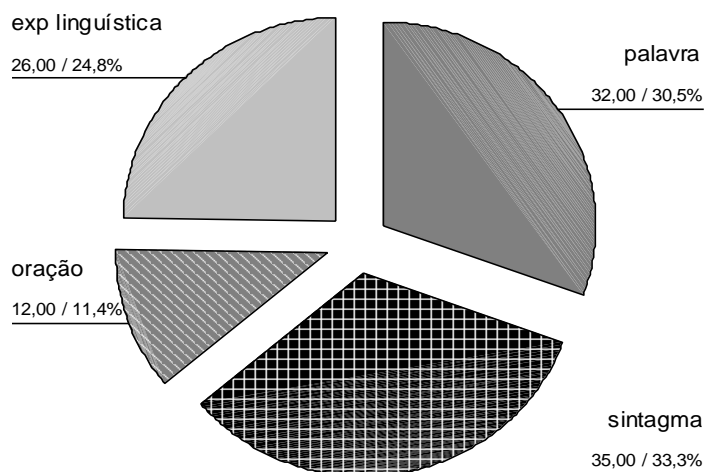
No exemplo (59), temos a solicitação da colaboração pelo falante, que não lembra o nome de alguém com quem havia falado. O ouvinte traz à discussão o nome buscado, quando colabora com a expressão *seu P*.

Vale ressaltar que, algumas vezes, só pela transcrição, ficou difícil saber se, quando o falante faz perguntas desse tipo, em que não direciona seu enunciado diretamente ao ouvinte como, por exemplo, em perguntas com pronomes de tratamento do tipo: *Você sabe o nome dele*, ele está mesmo solicitando um auxílio para seu turno. E, mesmo recorrendo à gravação de áudio não podemos esclarecer com segurança se perguntas desse tipo não são apenas um indício de que o falante está processando a informação. Nesses casos, para nossa classificação, decidimos considerar que toda pergunta desse tipo pode ser interpretada pelo ouvinte como uma solicitação de auxílio para completar o turno.

6.3.2 Natureza morfossintática da colaboração

Com o objetivo de observar como as intenções comunicativas expressas no processo de colaboração do ouvinte são representadas em estruturas morfossintáticas, seguindo os postulados da GDF, estamos identificando a natureza morfossintática da colaboração, isto é, se esta é manifestada por palavra, sintagma, frase, oração ou expressão linguística. Isso nos permite uma melhor caracterização da manifestação da colaboração em termos de sua estrutura. O gráfico, a seguir, mostra como ocorreu tal manifestação nos inquéritos *DID*.

Gráfico 3 – Natureza morfossintática da colaboração, nos *DID* (N/%)



Como podemos observar no gráfico, a colaboração do ouvinte intraturno, nos diálogos entre informante e documentador, manifesta-se, principalmente por sintagmas e palavras. Das 105 ocorrências de colaboração identificadas no *corpus*, 35 foram expressas por sintagmas e 32, por palavras, que, somadas, equivalem a quase 64% do total. Com relação à manifestação por palavras, a maioria foi composta por substantivos (21 ocorrências); em segundo lugar, por verbos (9 ocorrências) e, em terceiro, por adjetivos (2 ocorrências). Esses dados confirmam o pressuposto de que a colaboração intraturno é principalmente usada como forma de dar nomes aos referentes no discurso. Assim, ela ocorre principalmente pela necessidade de designar pessoas ou objetos na interação, tal como observamos no exemplo (60):

Ex (60): 11DID

Inf: nas quartas e nos domingos pregando a palavra para cerca de cinquenta jovens no total fazer esse trabalho... e então... no decorrer de alguns anos... ao qual Deus fez esse trabalho na nossa congregação... eu tô falando de ministério geral... só da congregação de Vila Manuel Sátiro e... e tem sido exemplo para todo ministério... e esse ministério tem seguido... tanto que na convenção geral dos ministérios nosso pastor deu uma pequena palestra sobre o que estava acontecendo... os outros pastores disseram pra ele... conta... o... o... segredo... conta... a/a/a... mágica...

Doc: **fórmula...**

Inf: a fórmula que você fez.... mágica não que no meu evangelho não existe isso.. é: só uma força de expressão... conta o mistério... o que foi que houve... aí... foi que houve um dos principais mistérios... é::... oração... compromisso com a verdade da palavra de Deus e trabalho... esforço..

No exemplo (60), a colaboração do ouvinte é expressa pelo substantivo *Fórmula*, utilizado, na expressão anterior do falante, com o objetivo de adequar à denominação dada, *mágica*. Como o próprio falante afirma ao retomar o turno, a palavra *fórmula* aparece como uma alternativa que melhor exprime aquilo que ele desejava dizer, uma vez que, como eles estavam abordando o tema religião, a palavra *mágica* não é considerada como adequada ao se falar de trabalhos que tiveram êxito em uma congregação. Esse dado também fortalece o resultado encontrado com relação ao verbo da oração, havendo a necessidade de um complemento objeto ou predicativo, que, em geral, têm seus núcleos expressos por nomes, para concluí-la.

A respeito dos tipos de sintagmas pelos quais a colaboração se manifestou nesse tipo de diálogo, eles são descritos, na GDF, como tendo como elemento básico um item lexical e são formados por configurações de palavras, outros sintagmas e outras cláusulas

encaixadas. Na GDF, encontramos cinco tipos para a classificação dos sintagmas, a saber, o sintagma nominal (SN), sintagma verbal (SV), o sintagma adjetival (SA), sintagma aposicional (SAp) e o sintagma adverbial (SAdv). Identificamos, nos inquéritos analisados, que a maioria das colaborações intraturno se deu por sintagmas nominais (SN), das 35 ocorrências de sintagmas, 15 foram desse tipo.

Esse resultado corrobora o que afirmamos, anteriormente, sobre a natureza da colaboração intraturno ser substantiva, decorrente das demandas interacionais. Os demais tipos de sintagmas que ocorreram foram: sintagma verbal (13 ocorrências) e sintagma preposicionado (7 ocorrências).

Vejamos, a seguir, alguns exemplos de colaboração expressa, respectivamente, por esses três tipos de sintagmas:

Ex (61): 21DID

Doc. (cabra) rapaz::... se fosse só roubar tudo bem... o ruim é quando os caras vem na na da da ainda dá uma..

Inf. **umas lapadas ainda...**

Doc. umas lapadas de faca umas balas no meio do caminho que aí que é o ruim né

Ex (62): 21DID

Inf. é melhor... hoje em dia... hoje em dia se você morrer tem mais futuro... e se morrer tem que ter...(buraco certo) se não tiver óh...

Doc. ainda tem isso também né?

Inf. (vamo lá pro Bom Jardim) fica um em cima do outro...

Doc. quando não vem um trator pra arrastar né?

Inf. éh:: quando não vem um trator pra arrastar...

Doc. você viu aquela palhaçada que fizeram lá rapaz?

Inf. uhum...

Doc. bota/passaram o trator em cima da dada do cemitério lá rapaz... rasgaram tudinho que tinha lá...

Inf. (os pobres aí) os defuntos velhos né?

Doc. o cabra o cabra que deu () daquela ali tá::...

Inf. fodido...

Doc. merece uma mão de peia viu?

Inf. e muita não é pouca não...

Doc. o cabra (ficar)... (porque ali) é muita da picaretagem rapaz ali éh::...

Inf. **é muita sem vergonhice dele (ali)...**

Doc. ai ai...

Ex (63): 62DID

Inf. ah:: minha produção e levou pra área comercial... simplesmente... e eu não tive como argumentar porque eles ofereceram um seguro muito mais barato que o meu dentro da própria companhia

Doc. e é justo? pode isso?

Inf. não não pode

Doc. como é que eles fizeram?

Inf. coisas de brasileiro...

Doc. ((risos))

Inf. aí é que você vê como é um ramo que no *fundo no fundo* se tornou esse nojo porque cresceram os olhos

Doc. **em cima do ramo**

Inf. em cima do ra-mo você não ganha dinheiro fácil porque primeiro você tem que convencer uma pessoa a fazer e a contratar um seguro você gasta o teu latim né? pra que a pessoa faça o seguro às vezes eu levava cerca de três hora pra fechar o negócio

Em (61), temos o sintagma nominal *umas lapadas ainda...* para designar a ação dos assaltantes que, além de roubarem as pessoas, ainda agredem fisicamente estas. Esse sintagma nominal, formado por um determinante (*umas*) e um nome (*lapadas*), evidencia o falar típico da região Nordeste, conforme o Dicionário de Termos Nordestinos (2006).

O sintagma verbal pelo qual a colaboração foi expressa, em (62), *é muita sem vergonhice dele*, além de complementar a expressão do falante *é muita da picaretagem rapaz ali*, demonstra um juízo de valor atribuído pelo ouvinte à ação de passar um trator em cima do cemitério do bairro Bom Jardim. Notemos que o tipo de construção sintática de *Move 1* (falante) é repetida no *Move 2* (ouvinte), evidenciando que há uma influência do ouvinte utilizar um mesmo tipo de construção sintática para colaborar que a utilizada no *Move* do falante, quando entre elas há uma relação de equipolência de sentido. A colaboração *é muita picaretagem* designa uma propriedade (f) - categoria que não tem existência independente e pode ser caracterizada em termos de sua aplicabilidade - atribuída a uma ação referenciada no turno.

As ocorrências de sintagma preposicional, como manifestação da colaboração, tal como em (63), foram menos frequentes. Isso porque, nas ocorrências encontradas, esse tipo de sintagma exerceu apenas uma função de adjunto adnominal. Isso implica que o ouvinte, ao colaborar com o turno do falante, é condicionado a utilizar sintagmas que tenham uma função argumental no enunciado.

Em menor número de ocorrência tivemos Expressão Linguística (Le) (20 – ocorrências). Vimos que, na GDF, ela representa a camada mais alta do nível morfossintático e é constituída por orações ou sintagmas de vários tipos. Vejamos uma ocorrência de colaboração expressada por Expressão Linguística, no exemplo, a seguir:

Ex (64): 21DID

Doc. tu mora onde? É aqui na Barra aqui (do lado) ()?

Inf. é ali perto do (próximo) Esmaltec...

Doc. até que pra vir pra cá é tranqüilo né?
 Inf. éh...() pega o ônibus aqui...{desce aí...
 Doc. **desce aí...vem cá e no outro lado né?**
 Inf. éh...aí passa pro outro lado...pronto já desço já desço em casa...(tem) mais tranquilidade..

No exemplo (64), temos a colaboração expressa pela Expressão Linguística *desce aí...vem cá e no outro lado né?*. O ouvinte, após a pausa do falante, descreve as orientações que este iria dar sobre o caminho seguro para chegar ao local onde estão naquele momento. Com isso, o ouvinte, além de completar o turno do falante, demonstra a esse que já sabe como chegar naquele ponto do bairro Barra do Ceará. Esse tipo de expressão da colaboração não foi muito frequente nos *DID*, demonstrando que o ouvinte, ao colaborar, prefere fazê-lo de forma mais direta, com expressões menores, em termos de expansão, talvez por ele não querer que sua colaboração seja interpretada como uma tomada do turno.

Isso também fica evidente pelo baixo número de ocorrências da manifestação da colaboração por orações (C1), apenas 12. A oração, segundo a GDF, é formada por um agrupamento de um ou mais sintagmas e por expressões morfológicas que fazem a conexão desses. Vejamos, em (65), um exemplo de colaboração manifestada por oração:

Ex (65): 21*DID*
 Doc. porque menino é bicho caro né cara?
 Inf. bicho caro... e na frente dá mais mais caro ainda...
 Doc. pequeno e grande...
 Inf. são mais caros de que () que deve... até pra nascer é caro...
 Doc. rapaz nada nesse mundo é barato né?
 Inf. nada nada nada...
 Doc. (bem) () mesmo né? você tem...
 Inf. **você tem que (ter) tudo planejado...**
 Doc. (mas tu vive) a quanto tempo com a com a com a tua mulher? ah:::...

Em (65), a colaboração é manifestada pela retomada do início da oração do falante *você tem* e pela oração subordinada substantiva objetiva direta *que ter tudo planejado*. Quando a colaboração é expressa por orações, ou quando ela completa as do falante, podemos identificar algumas funções pragmáticas, tais como: *Foco*, *Tópico*. Essas funções serão descritas mais adiante.

6.3.3 Tipo de ilocução da colaboração

Como vimos, no capítulo 2, o esquema Ilocucionário ou Ilocução (ILL) diz respeito aos atos comunicativos do falante na interação (avisar, declarar, ordenar, negar, criticar etc.), atuando, assim, no Nível Interpessoal da GDF, na constituição dos atos discursivos, evidenciando, naquilo que é dito, as intenções comunicativas daquele que diz.

Ao analisarmos, nos diálogos entre informante e documentador, os tipos de Ilocução pelos quais a colaboração do ouvinte se manifesta, chegamos aos seguintes resultados, expressos na tabela a seguir:

Tabela 3 – Tipo de ilocução da colaboração, nos *DID*

	FREQUÊNCIA	%
Declarativa	83	79,00%
Interrogativa	22	21,00%
Total	105	100,00%

Os resultados da tabela 3 mostram que a colaboração intraturno, nos diálogos analisados, pode-se manifestar por dois tipos de ilocução: declarativa e interrogativa. O tipo mais recorrente desses, nos diálogos analisados, foi a ilocução declarativa, atuando em 79% dos casos. Ela ocorre quando o ouvinte utiliza uma asserção, indicando certo grau de certeza sobre o que está sendo dito, como ocorre em (66), a seguir:

Ex (66): 45 *DID*
 Doc. bebia mas bebia me::smo já voltava de manhãzinha na...
 Inf. metia a cachaça
 Doc. metia a cachaça logo...
 Inf. virgem maria
 Doc. ele ia trabalhar na rádio...já ia
 Inf. **já ia bêbado**
 Doc. já ia logo... 'trungadão'
 Inf. eita

No exemplo (66), o ouvinte (Inf.) utiliza a declaração *já ia bêbado* para completar o turno do falante (Doc.). Dessa forma, ao colaborar com o turno, o ouvinte evidencia que já sabia o que o falante ia dizer, antes mesmo que este concluísse sua fala. Então, o ouvinte se antecipa e interrompe o turno do falante, com sua afirmação, demonstrando que já sabia o que

iria ser dito. Se observarmos o contexto da situação comunicativa, observamos que a expressão colaborativa utilizada poderia ser facilmente inferida, pois o próprio falante informa, em falas anteriores, que a pessoa da qual se fala bebia pela manhã (*bebia mas bebia me::sno já voltava de manhãzinha na...*), “*metia a cachaça logo...*”). Quando o falante afirma: *ele ia trabalhar na rádio...já ia*, o ouvinte infere que a informação que completa o enunciado é *bêbado*. Portanto, envolve não apenas uma colaboração na codificação (NM, NF), mas na formulação (NI, NR). A antecipação, portanto, é em relação ao conteúdo comunicado e envolve subatos de referir e predicar.

Portanto, como o tipo de Ilocução declarativa ocorreu na grande maioria das ocorrências, podemos afirmar que a colaboração intraturno se dá por uma ilocução declarativa, nesse tipo de diálogo, pois esse participante da interação, levando em consideração o Componente Contextual compartilhado, seu Componente Conceitual e o que foi dito até o momento, consegue inferir, com certo grau de certeza, o conteúdo comunicado pretendido (mas ainda em formulação pelo falante). Segundo o que afirmam Hengeveld; Mackenzie (2008), citando as ideias de Pickering; Garrod (2004), dentro de um diálogo, declarações anteriores influenciam os novos enunciados, de uma forma que eles só podem ser entendidos, ao considerarmos o que foi declarado.

Em segundo lugar, em termos de recorrência, aparece a Ilocução interrogativa. Neste tipo de Ilocução, o ouvinte colabora utilizando uma sentença interrogativa e, com isso, demonstra não estar totalmente seguro de que a expressão buscada é aquela que ele disse, tal como ocorre em (67):

Ex (67): 63DID

Doc. e o quê que de teoria vocês viram? que você ainda lembra hoje?

Inf. nós vimos a introdução né?... introdução que a gente aprende alguma coisa sobre... os periféricos do computador né?

Doc. quem são os periféricos?

Inf. são é::... tipo é::... o mouse... o teclado... é::... o::... meu Deus

Doc. **o monitor?**

Inf. o monitor e o... foi o... esse aqui? como é o ()?... que eu esqueci porque eu sei ((risos))... é:: processador não... espera espera espera... a CPU

Doc. ah tá

No exemplo (67), o ouvinte utiliza uma pergunta para auxiliar a identificação do tipo de periférico que o falante busca. Com isso, ele dá uma sugestão de uma palavra que poderia ser a pretendida pelo falante. Note-se que aqui o problema é na codificação da palavra, do lexema, incidindo o escopo da colaboração no Nível Morfossintático, pois o

conceito pretendido, de monitor, o falante já tinha em mente. No exemplo, a colaboração é representada por um *Move* de reação às pistas explicitadas no *Move Turno* do falante.

Vale ressaltar que, no Nível Interpessoal, a ilocução interrogativa indica uma lacuna na informação pragmática do falante, que deve ser preenchida pela resposta do ouvinte. Adaptando essa noção ao nosso exemplo, o ouvinte só tem certeza de que *monitor* é a denominação pretendida, quando o falante dá sua confirmação.

6.3.4 Funções informacional-estruturais da colaboração

Esta categoria diz respeito à representação informacional da colaboração no turno do falante e envolve as funções pragmáticas de Foco - Fundo e Tópico - Comentário. Para observarmos como tais funções se manifestam na expressão da colaboração, nos *DID*, fizemos o cruzamento dessas variáveis, tendo em vista que, como informado no capítulo 2, tais funções podem sobrepor-se. Obtivemos os seguintes resultados, conforme a tabela (4):

Tabela 4 - Funções informacional-estruturais da colaboração, nos *DID*

			Posição da informação na oração		
			Tópico	Comentário	Total
Funções informacional-estrutural da colaboração	Foco	No.	0	94	94
		%	,0%	100,0%	100,0%
	Fundo	No.	,0	11	11
		%	,0%	100,0%	100,0%
TOTAL	No.	0	105	105	
	%	,0%	84,8%	100,0%	

Os resultados apontam o predomínio da função Foco nas ocorrências de colaboração analisadas. Essa função ocorreu 94 vezes. Isso se deve ao fato de tal função, conforme vimos no capítulo da GDF, preencher lacunas na informação do destinatário, ou atuar na correção de informações veiculadas por ele, tratando-se de uma informação nova na mensagem. Esse resultado vem a confirmar nossa hipótese de que a colaboração é uma informação nova e relevante na mensagem, posto que introduz uma informação pela primeira vez no discurso, tal como ocorreu no exemplo (89), na página anterior, em que se introduz, pela primeira vez, a entidade *monitor* na interação. Essa informação poderia estar no

Componente Conceitual do falante, mas, como vimos, não apareceu no conteúdo comunicado por ele.

Se observarmos, no gráfico anterior, a relação entre as funções Foco/Fundo e as funções Tópico e Comentário, vemos que a colaboração se caracteriza por ocorrer na posição informacional-estrutural de Comentário, pois todas as ocorrências da função Foco coincidiram com a função Comentário. Assim, tivemos em 100% dos casos em que a função Foco ocorre, a sobreposição da função Comentário, tal como no exemplo, a seguir:

Ex (68): 21DID

Doc. e emprego que é bom nada né? as empresas não pró/não produz porquê não tem...

Inf. **não tem... não tem dinheiro não tem** () e a (gente) só paga ICMS direto...pagando imposto e aumenta imposto...

Doc. aí meu amigo é complicado viu?

No exemplo (68), vemos que o ouvinte completa o turno do falante com a informação *não tem... não tem dinheiro não tem*. Essa colaboração, além de desempenhar a função Foco, já que se refere a uma informação introduzida pela primeira vez na interação, também desempenha a função *comentário*, posto que o ponto de partida da informação é *as empresas não pró/não produz*.

Com relação ao resultado geral da colaboração com função Fundo, tivemos 11 ocorrências desse tipo, o que correspondeu a 10,5% do total. A partir desse dado, podemos observar que a colaboração intraturno, preferencialmente, se refere a informações que sejam relevantes, novas na mensagem. Esse fato se dá, provavelmente, pelo tipo de informação veiculada na função Fundo, que, como sabemos, trata-se de informação conhecida ou irrelevante. Dessa forma, há um *input* que leve o ouvinte a interferir no turno do falante para oferecer esse tipo de informação. Além disso, há o fato de que, ao conhecermos uma informação, provavelmente, não teremos tanto problemas para formulá-la. O processamento cognitivo que retoma uma informação já conhecida ocorre mais facilmente do que o processamento de uma informação ainda não utilizada. Vejamos um exemplo dessa função, a seguir:

Ex (69) 76DID

Inf. ((tossiu)) aí a gente tem que fazer a limpeza... total... tem que desmanchar o computador todinho... limpar peça por peça... pra depois (...)

Doc. sim... você tava falando... da::

Inf. **da sujeira né**

Doc. ahnahm

Inf. sujeiras nos computadores... poeira... aí tem que dá manutenção né

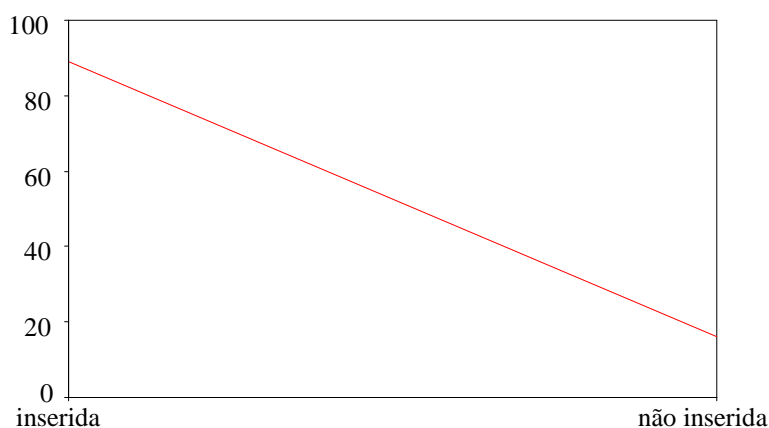
Em (69), o falante (Doc.) está em busca de retomar uma informação já inserida na interação, quando diz *sim... você tava falando... da::*. O ouvinte (Inf.), ao perceber a pausa do falante e o prolongamento de vogal após *da::*, completa a oração com uma informação retomada de um turno anterior, *da sujeira né*. Essa informação já havia sido inserida no turno anterior em que o informante trata de como um serviço de manutenção de computadores é feito.

Vale ressaltar que a função Comentário também prevaleceu quando relacionada à função Fundo, ocorrendo, tal como aconteceu na função Foco, na totalidade dos casos dessa função (100%). Portanto, a função Comentário equivale ao total das ocorrências do *corpus* (105). Esses dados corroboram a nossa hipótese de que a colaboração intraturno vem a atuar como uma complementação do turno iniciado do falante, visando a preencher as lacunas deixadas ou permitidas por este. Portanto, a colaboração do ouvinte, nos *DID*, ocupa, preferencialmente, a posição não inicial do turno do falante, tal como ocorre em todos os exemplos deste capítulo.

6.3.5 Natureza sintático-semântica da colaboração

Ao observarmos a natureza sintático-semântica da colaboração intraturno, nos *DID*, no que tange à possibilidade de ela ser inserida no contexto anterior, obtivemos o seguinte resultado, conforme o gráfico 4:

GRÁFICO 4 – Natureza sintático-semântica da colaboração, nos *DID*



Como podemos observar no gráfico, quanto à natureza sintático-semântica, a colaboração costuma ser inserida no contexto anterior. Das 105 ocorrências identificadas, 89 podem ser inseridas, correspondendo a 85% dos casos. Dessa maneira, a colaboração intraturno atua no preenchimento de lacunas informacionais deixadas pelo falante em seu turno.

Esse resultado também reforça os dados encontrados em relação ao local de ruptura do turno ser, preferencialmente, intraoracional e ocorrer, principalmente, entre o verbo e o complemento ou predicativo. Assim, a colaboração intraturno do ouvinte pode ser descrita como um elemento que irá fazer parte da estrutura oracional interrompida do falante, exercendo uma função sintática no *Move Turno*, tal como podemos ver no exemplo, a seguir:

Ex (70): 39DID

Inf. era... antigamente o Presidente Kennedy era uma lagoa... ai quando chovia as paredes ficavam todas brejadas assim... ai faz mal sabe... ficavam assim

Doc. **molhada**

Inf. resfriada

Doc. pela frieza né?

Inf. uhn uhn:: entrava água no inverno... prestava não

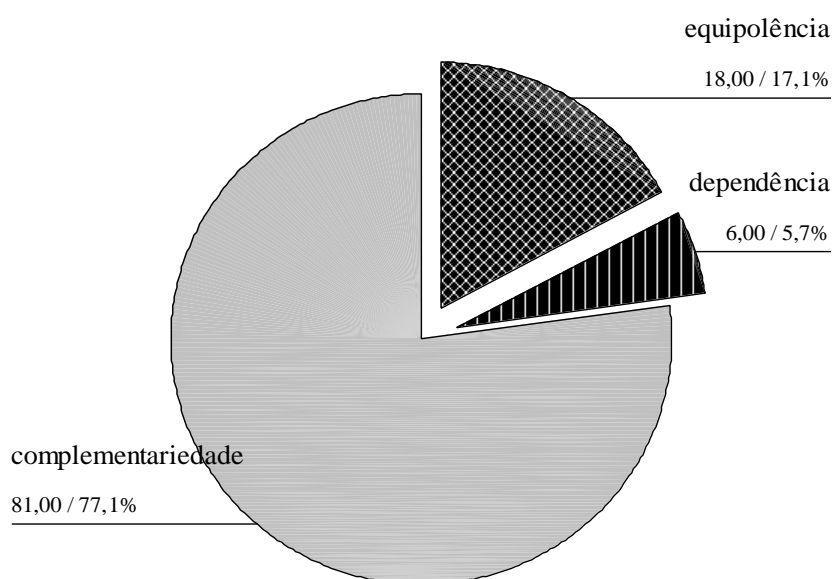
Em (70), a colaboração do ouvinte (*Doc.*) *molhada foi* inserida no contexto sintático-semântico do segmento anterior, posto que ela desempenha uma função sintática de predicativo do sujeito da oração anterior. Hilgert (2002) aponta que, quando a colaboração pode ser inserida no contexto anterior, não há necessidade de qualquer evocação de concordância dessa, podendo ser imediatamente alocada na oração que completa. No caso do nosso exemplo, vemos que o adjetivo expresso na colaboração designa o estado das *paredes* quando chovia na casa do morador, que vive no bairro Presidente Kennedy. Assim, a colaboração deveria estar no plural, concordando com o substantivo a que se refere. Essa falta de concordância de número, no exemplo em questão, pode ser explicada pelo tipo de norma dos diálogos que estamos analisando - popular; pelo grau de escolaridade dos envolvidos na comunicação - todos os informantes não têm nível superior; e pela modalidade de língua utilizada - oral, em que é comum o apagamento do plural, no final de orações.

Os resultados da análise da natureza sintático-semântica da colaboração nos *DID* também estão refletidos no tipo de relação que a colaboração estabelece com o segmento que a antecede. Como vimos no capítulo 2, a GDF pressupõe as relações de: (I) equipolência – analisada por nós quando a colaboração tem o mesmo estatuto discursivo (pragmático) do segmento anterior, podendo até vir a substituí-lo; (II) dependência – em nosso estudo, ocorre

quando a colaboração depende do segmento anterior, podendo vir a detalhá-lo e (III) complementariedade – identificada na análise sempre que a colaboração não tem o mesmo estatuto do segmento anterior, nem depende dele, funcionando como uma complementação, podendo vir a completá-lo.

Vejam os resultados do gráfico, a seguir, com os resultados da análise da relação da colaboração intraturno, nos *DID*:

Gráfico 5 – Relação sintático-semântica da colaboração com o segmento anterior, nos *DID* (N/%)



Os resultados do gráfico 5 apontam para uma recorrência da relação de complementariedade sintático-semântica da colaboração com o segmento anterior, já que isso aconteceu em 77,1% dos casos. Tal resultado confirma que a colaboração intraturno desempenha a função de completar sintática e semanticamente o *Move Turno* do falante e reforça os resultados anteriores, tais como o de que a colaboração aparece na posição de comentário, não sendo o ponto de partida da informação na oração. Ela traz uma informação nova no discurso, tal como ocorre em (69), em que o ouvinte completa o turno do falante com a expressão *da da sujeira né*.

Em 17,1% das ocorrências, a colaboração intraturno evidenciou uma relação de equipolência com o segmento anterior. Notamos que, quando isso ocorreu, o ouvinte utilizou a colaboração para, em geral, oferecer outra opção linguística, que julgou mais adequada, ao *Move* do falante. É o que ocorre no exemplo (71), a seguir:

Ex (71): 63DID

Doc. mas aí o médico recomendou o quê? hoje você não sente mais não? o problema?

Inf. não... não sinto porque aqui o trabalho não é muito puxado... lá era mas aqui não é... aqui só quando aparece pesquisas é um relatório ou outro... ()

Doc. mas lá tu teve problema né?

Inf. o FÍcios... lá tive... lá eu não era carteira assinada era só

Doc. **era por produção? é isso?**

Inf. era n/ era

Doc. ()

Inf. não era de produção não

Doc. era o que aparecesse

No exemplo (71), o ouvinte (Doc.) usa a colaboração *era por produção?* para dar uma alternativa para expressão anterior do falante *não era carteira assinada*. Dessa forma, a colaboração não aparece com um estatuto sintático-semântico distinto do segmento dado pelo falante, podendo até substituir a expressão anterior, já que desempenha um papel de semelhante natureza a do segmento *não era carteira assinada*, vejamos que foi utilizado o mesmo tipo de oração nas duas, com o mesmo verbo.

No que se refere à relação de dependência, vimos que ela ocorreu em apenas 5,7% dos casos, correspondendo a 6 ocorrências do total. Isso ocorre por esse tipo de colaboração não ser típico, uma vez que nem completa o turno do falante, em termos sintáticos, semânticos e pragmáticos, nem oferece uma segunda opção para uma denominação dada pelo falante em seu primeiro *Move*.

Vejamos um exemplo dessa relação, no exemplo a seguir:

Ex (72): Ex (99): 21DID

Inf. trabalhava lá na esteira...só pegando lá os calçados e... fazendo pilha lá e... e arrumando...

Doc. e arrumando né?

Inf. éh...

Doc. tá certo... o salário lá era bem bonzinho não?

Inf. éh... melhor...

Doc. é melhor **que o do governo né?**

Inf. é melhor que o do governo...

Em (72), vemos que o ouvinte (Doc.) colabora estabelecendo uma relação de dependência com o segmento do falante (Inf.), posto que a colaboração é uma oração subordinada adverbial comparativa e, assim, não exerce uma função argumental no turno do falante. Vejamos que a colaboração *que o do governo né?*, apesar de poder ser inserida no

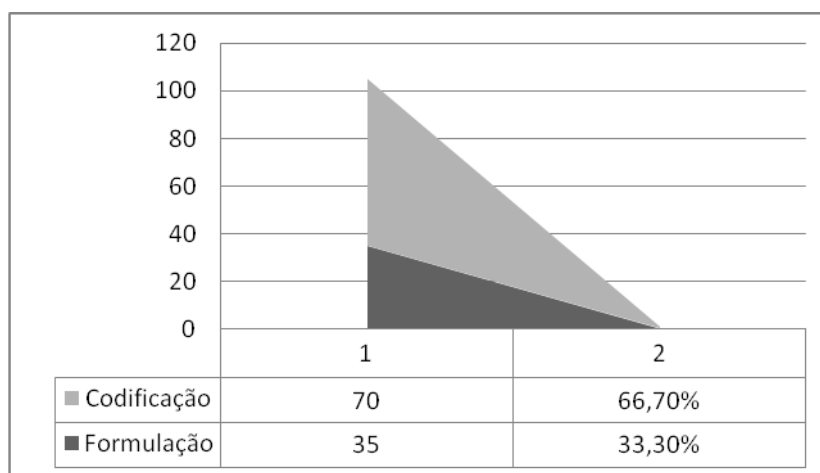
contexto anterior, apenas funciona como uma informação adicional à fala do informante, acrescentando uma informação nova que o ouvinte considera relevante no discurso, uma vez que mostra que *o salário do governo não é tão bonzinho*.

6.3.6 Operação em que recai o escopo da colaboração do ouvinte, segundo a GDF

No que tange aos aspectos do *Move 2*, observamos também em que operação recai o escopo da colaboração do ouvinte, segundo a GDF: Se na operação de formulação – quando o falante demonstra ter um problema no processo de conversão das informações advindas do Componente Conceitual, relacionadas às intenções comunicativas e/ou representações semânticas dos referentes; se na operação de codificação – quando o falante tem em mente a informação que quer enunciar, mas não consegue codificá-la morfossintática e fonologicamente.

O gráfico 6 mostra a frequência de ocorrências por operações da GDF:

GRÁFICO 6 – Operação em que recai o escopo da colaboração, nos *DID*, segundo a GDF (N/%)



Observando o gráfico 6, verificamos que o escopo da colaboração, nos diálogos entre informante e documentador, se manifestou, com o dobro de frequência na operação de codificação, identificamos 70 ocorrências, configurando 66,7 % do total, enquanto que a frequência da colaboração incidindo na operação de formulação foi 35 ocorrências, equivalendo a 33,3% do total.

Quando o escopo da colaboração recaiu na operação de formulação, a colaboração desempenhou a função de evocação de referentes pragmáticos (pessoas, lugares) e caracterização de elementos semânticos, evidenciando as propriedades que constituem os atos

discursivos dos falantes e os propósitos comunicativos desses na interação. Vejamos um exemplo dessa operação em (73):

Ex (73) 21DID

Doc. (pó) passar o dia todinho no no no pic do () trabalhando éh....

Inf. é **osso**...

Doc. é osso né cara?

No exemplo (73), temos uma colaboração que auxilia a resolução de um problema na operação de formulação. A expressão *é osso* é responsável por evidenciar o ponto de vista do informante sobre o fato de trabalhar o dia inteiro *no pic*, deixando clara a posição dele a respeito do assunto tratado. O ouvinte tem inúmeras opções para designar o que significa este tipo de trabalho, sem atribuir juízo de valor a sua fala, ele poderia ter utilizado muitos adjetivos para vir como predicativo do verbo cópula *é*, mas preferiu utilizar a denominação *osso*, atribuindo um significado contextual a ela. Sendo assim, a colaboração diz respeito a elementos pragmáticos. Notemos que ela, quando analisada no Nível Interpessoal, designa um subato de atribuição de um valor a um referente; quando no Nível Representacional, a colaboração evoca uma propriedade; e quando no Nível Morfossintático, ela é representada por um SV.

Segundo Hengeveld; Mackenzie (2008) esses níveis podem ser alinhados, sobrepondo-se. Dessa forma, o que vai determinar qual operação é a que prevalece no escopo da colaboração são as funções que ela desempenha no turno, se evidencia um processo de elaboração, construção do ato, temos a operação de formulação. Mas, se reflete o processo de busca no “código” de um termo pretendido para identificar a palavra que designa o que já foi informado, temos a operação de codificação. Vale ressaltar que a expressão *é osso* é bem popular na região Nordeste, usada para designar alguma coisa muito complicada, difícil. E, por estarmos analisando uma amostra da fala popular de Fortaleza, esse tipo de expressão é usado com certa frequência no *corpus*.

No que se refere à frequência da colaboração na operação de codificação observamos que, em geral, o ouvinte auxilia o falante na identificação de uma palavra que designa uma informação compartilhada na interação. Vejamos uma ocorrência deste tipo no exemplo (74):

Ex (74): 86DID

Inf. eu tenho pena dele... à vez ele diz... que eu fiquei com ele por pena... mas não é não... é porque foi que desmanchei um lar né mulher... aí eu não quero

também que ele entenda que eu vivo com ele por pena... eu gosto dele mas não de gostar... ()... eu respeito ele... ele me respeita... eu falo às vezes de ir pra praia aqui mais os meninos... e ele não deixa... ele só quer que eu vá pra praia se for com ele sabe... ele tem o ciúmes dele mas ele demonstra... tá entendendo?... agora eu sou liberal com ele... ()... eu respeito ele como um cunhado como o médico disse... que custava pegar filho porque eu fiquei com um... como que ele falou?

Doc. Com traumas né?

Inf. Com trauma... tipo um trauma... que eu né... aí eu tinha nervoso assim e eu não pegava... não engravidava

No exemplo (74), temos uma colaboração em que o ouvinte utiliza a palavra *trauma* para designar a informação dada pelo falante. Vejamos que a colaboração, nesse exemplo, incide sobre a opção linguística no código, referindo-se à escolha de uma palavra para designar o que um *médico disse* sobre o fato da informante demorar a engravidar (*pegar filho*). Dessa forma, a colaboração diz respeito a uma informação metalinguística que, apesar de ser introduzida pela primeira vez na interação, é conhecida por ambos participantes, já que há, como sabemos, o compartilhamento do Componente Contextual na situação comunicativa.

6.3.7 Funções pragmáticas das colaborações

Com relação às funções pragmáticas que a colaboração do ouvinte exerce, identificamos as seguintes categorias: (I) evocação conceitual - quando a colaboração visar a selecionar um vocábulo ou uma expressão pertinente ao conceito que se pretende na interação e (II) orientação argumentativa - sempre que a colaboração tiver um teor argumentativo mais marcado, quando for utilizada para oferecer um juízo de valor ao ato discursivo. Vejamos, na tabela a seguir, como elas ocorreram nos inquéritos tipo *DID*:

Tabela 5 – Funções pragmáticas da colaboração, nos *DID* (%)

	FREQUÊNCIA	%
Evocação conceitual	73	69,50%
Orientação argumentativa	32	30,50%
Total	105	100,00%

De acordo com o que podemos observar na tabela, a função pragmática que predominou, com quase 70% dos casos, nos diálogos analisados, foi a de evocação conceitual,

utilizada para precisar termos. Esse resultado fortalece o anterior, no qual o escopo da colaboração recaiu, com maior frequência, na operação de codificação dos enunciados. Portanto, o ouvinte colabora completando o turno do falante, com expressões que esclareçam, delimitam, definam ou que tragam uma nova alternativa para o que havia sido dito, tal como no exemplo que segue:

Ex (75): 21DID

Doc. meu amigo você:: você que trabalha passa o dia todo trabalhando você pode nem todo dia você pode comer um pedacinho de carne não pode comer um uma bolachinha uma aguinha de coco (né)?

Inf. o que você pode fazer é é comer carne no dia que você morde a língua... e todo e todo mês tem que comprar:: duas bandejas de ovo... pra garantir...

Doc. na hora que faltar o::...

Inf. na hora que {faltar...

Doc, o cheiro da carne tem pelo menos um ovinho pra::...

Inf. é sim um (cdzinho)... ()...

Doc. como é o...

Inf. **cd... o bife do olho...**

Doc. bife do olho né?

No exemplo anterior, o informante colabora com a expressão *cd... o bife do olho...* visando a esclarecer o termo *cdzinho*, utilizado em seu turno anterior. O Documentador, ao exprimir que não havia compreendido muito bem essa denominação, *como é o...*, faz com que o informante complete o turno. Esse retoma a expressão *cd* e utiliza uma outra que poderia ser mais familiar, *bife do olho*, uma vez que essa é mais utilizada para redenominar *ovo* que a primeira, na cidade de Fortaleza. Na colaboração, essa função é típica e vem a solucionar possíveis problemas de codificação dos enunciados, atuando com o propósito de garantir a compreensão deles.

A colaboração do ouvinte, exercendo a função de orientação argumentativa, ocorreu em 30% dos casos, nos quais evidenciou as intenções dos participantes, no evento de fala, tal como ocorre no exemplo (72), retomado a seguir como (76):

Ex (76): 21DID

Inf. trabalhava lá na esteira... só pegando lá os calçados e... fazendo pilha lá e... e arrumando...

Doc. e arrumando né?

Inf. éh...

Doc. tá certo... o salário lá era bem bonzinho não?

Inf. éh... melhor...

Doc. **é melhor que o do governo né?**

Inf. é melhor que o do governo...

No exemplo acima, o ouvinte (Doc.) colabora com uma expressão que expressa uma noção de valor *é melhor que o do governo né?*, comparando o salário de uma empresa do setor privado com o salário oferecido pelo governo (setor público). Ao fazer isso, ele orienta como deve ser compreendida a mensagem e expõe sua visão do evento. Esse tipo de colaboração não teve muita recorrência pelo fato de evidenciar o modo como os objetos são concebidos no discurso e, como estamos tratando de diálogos gravados entre documentador e informante, talvez os participantes não queiram interferir de forma tão intensa no turno do outro. Além disso, ela se relaciona, em geral, ao processo de formulação dos enunciados e, como vimos, a maioria das colaborações nos *DID* ocorrem para auxiliar a codificação de termos.

Nesta seção que segue, trataremos das categorias referentes ao *Move 3*, da avaliação do falante com relação à colaboração do ouvinte.

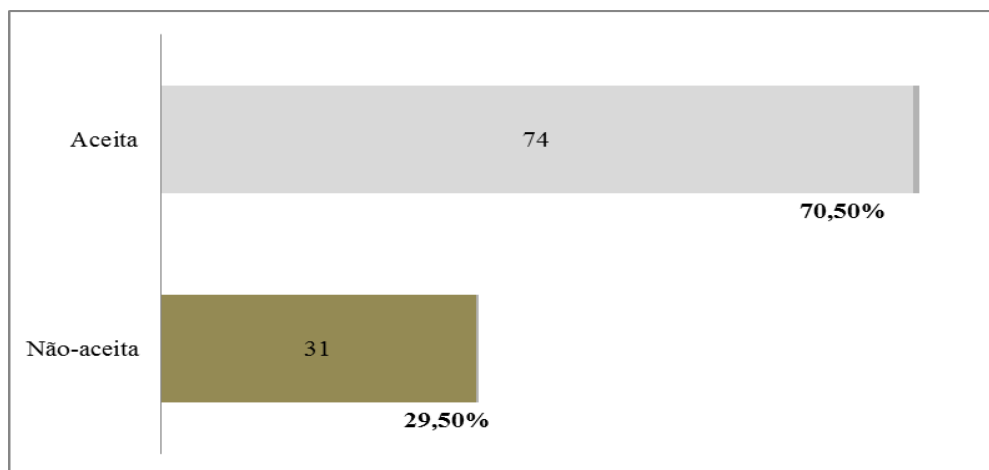
6.4 Aspectos relativos ao *Move 3* (após a colaboração do ouvinte)

As categorias adotadas, para análise dos aspectos relativos ao terceiro *Move*, em que ocorre a avaliação ou *feedback* da colaboração. Eles dizem respeito à aceitação ou não da colaboração do ouvinte pelo falante, ao nível de aceitação dela e à forma como o falante, quando a aceita, a incorpora em seu turno.

6.4.1 Aceitação/não aceitação da colaboração intraturno

Com relação aos aspectos textual-discursivos do *Move 3*, que dizem respeito à aceitação ou não da colaboração, pelo falante, nos diálogos entre informante e documentador, os resultados obtidos mostram que a colaboração intraturno foi aceita, na maioria dos casos. Isso significa que, em 70,5% dos casos, ela foi considerada como necessária para a conclusão do turno, atuando na resolução de possíveis problemas de formulação desse. Como podemos ver no gráfico que segue:

GRÁFICO 7 – Aceitação e não aceitação da colaboração, nos *DID*



A atitude do falante em aceitar a colaboração do ouvinte, mesmo que essa não tenha sido sempre solicitada, pois como vimos, em apenas 14,30% dos casos, o falante a solicitou, pode indicar também uma estratégia de preservação da face positiva na interação, já que o falante demonstra *afabilidade* e *atenção* com seu ouvinte, não pondo em risco a polidez na interação (SILVA, 2008).

Com relação ao resultado da não aceitação da colaboração do ouvinte pelo falante, ela ocorreu em 29,5 % dos casos, em 31 ocorrências. Em geral, a colaboração refutada pelo falante ocorre quando o ouvinte não consegue inferir a denominação que este buscava, quando o ouvinte oferece uma expressão que não era a desejada pelo falante.

Vejamos, nos exemplos a seguir, uma ocorrência de colaboração aceita e uma de colaboração não aceita pelo falante:

Ex (77): 21DID

Doc. mas o quê lá era::... como é que é?

Inf. **na Grendene?**

Doc. **sim dentro da Grendene** quê que tu fazia lá?

Ex (78): 21DID

Doc. lá na:: (Cione)..eu passo ali:: quase todo dia ali na (Cione) no dia que tá naquelas queimações rapaz é uma catanga...

Inf. (catanga)... que não tem quem aguenta hein?

Doc. mas é bom que você come castanha né? ()...

Inf. éh::...

Doc. quando deixam também...

Inf. escondido né?

Doc. escondido né? porque se::...

Inf. **o dono ver...**

Doc. **o dono não o o os capangas né?**

No exemplo (77), o falante aceita a colaboração do ouvinte *na Grendene*, no *Move*

em que diz *sim dentro da Grendene*, marcando sua aceitação com um marcador de afirmação e a paráfrase do segmento colaborativo. Os tipos de marcas de aceitação serão descritos mais adiante.

No exemplo (78), a colaboração *o dono ver* não é aceita pelo falante, pois ele deixa claro que come castanha escondido não do *dono* da fábrica, mas dos *capangas dela*. Vejamos que, nesse caso, não é só uma colaboração em torno de um termo/expressão adequada. É uma questão de referência, já que *dono* e *capangas* são referentes distintos. Assim, o falante refuta a colaboração utilizando uma correção para o referente identificado pelo ouvinte.

A partir do resultado dessa categoria, fizemos o cruzamento dela com as categorias de manifestação morfossintática da colaboração e com as categorias que dizem respeito à função pragmática dela, buscando observar que tipo de colaboração foi mais aceito e que tipo foi menos aceito, segundo tais aspectos. Obtivemos os seguintes resultados do cruzamento:

Tabela 6 – Cruzamento das variáveis: aceitação/não aceitação + forma + função discursiva da colaboração, nos DID

aceitabilidade ou não da colaboração		natureza morfossintática da colaboração					
			palavra	sintagma	oração	expressão linguística	Total
aceita	Funções pragmáticas da colaboração	evocação conceitual	No. 19	20	5	11	55
		% 34,5%	36,4%	9,1%	20,0%	100,0%	
	orientação argumentativa	No. 6	4	3	6	19	
		% 31,6%	21,1%	15,8%	31,6%	100,0%	
Não aceita	Funções pragmáticas da colaboração	evocação conceitual	No. 4	8	2	4	18
		% 22,2%	44,4%	11,1%	22,2%	100,0%	
	orientação argumentativa	No. 3	3	2	5	13	
		% 23,1%	23,1%	15,4%	38,5%	100,0%	

No que tange aos tipos de colaboração mais aceitos pelo falante, conforme podemos observar na tabela, eles corresponderam às colaborações expressas por sintagmas e por palavra com função de evocação conceitual, totalizando, respectivamente, 20 e 19 ocorrências, 36,4% e 34,5% das colaborações aceitas com essa função. O tipo de colaboração com menor índice de aceitação foi os expressos por orações com função de orientação argumentativa, apenas 3 ocorrências, 15,8% das aceitas com essa função.

Se observarmos esses resultados, relacionando-os com os encontrados relativos aos tipos de expressão morfossintática da colaboração, nos *DID*, vemos que eles corroboram os dados derivados a respeito dos tipos de expressões morfossintáticas utilizados, com maior e menor frequência, na expressão das colaborações, nesses inquéritos. Como vimos, tivemos maior recorrência de colaborações por sintagmas e palavras e menor por oração (35 ocorrências por sintagmas, 32 por palavras e 12 por oração). Isso significa que o falante prefere aceitar e incorporar ao seu turno as colaborações expressas, principalmente, por unidades menores como as palavras e os sintagmas. Acreditamos que tal preferência se deu influenciada pelo local onde o turno foi rompido, que, como vimos, foi após a emissão do verbo, logo a possibilidade de uma palavra ou um sintagma completar sintático-semanticamente o turno é maior do que uma oração. Além disso, a oração, como segmento maior, representa um maior risco de perda de turno.

Com relação às funções pragmáticas expressas nas colaborações que ocorreram em maior número de aceitação, vimos que as expressas por evocação conceitual foram as mais aceitas, 55 ocorrências, e as expressas por função de orientação argumentativa, as menos aceitas, 19 ocorrências do total de 74. Isso pode ser explicado pela recorrência dessas duas funções nos diálogos entre informante e documentador (73 ocorrências com função de evocação conceitual e 32 com função de orientação argumentativa) e pelo grau de interferência que elas representam, no turno do falante.

Uma colaboração que cumpre a função de evocar/precisar termos ou conceitos é mais neutra, em termos de comprometimento do ouvinte naquilo que diz em relação ao turno do falante. O falante, assim, tende a aceitar o auxílio do ouvinte quando este não interfere em sua argumentação. As colaborações expressas por orações com função de orientação argumentativa, em geral, só são aceitas pelo falante, quando as intenções comunicativas expressas pelo ouvinte nelas estão concernentes aos seus (do falante) propósitos enunciativos, uma vez que é seu turno que está sendo completado.

Os exemplos (74) e (76), retomados em (79) e (80) representam, sucessivamente, esses resultados:

Ex (79): 86 *DID*

Inf. ... eu tenho pena dele... à vez ele diz... que eu fiquei com ele por pena... mas não é não... é porque foi que desmanchei um lar né mulher... aí eu não quero também que ele entenda que eu vivo com ele por pena... eu gosto dele mas não de gostar... ()... eu respeito ele... ele me respeita...eu falo às vezes de ir pra praia aqui mais os meninos... e ele não deixa... ele só quer que eu vá pra praia se for com ele sabe... ele tem o ciúmes dele mas ele demonstra... tá entendendo?... agora eu sou

liberal com ele... ()... eu respeito ele como um cunhado como o médico disse... que custava pegar filho porque eu fiquei com um... como que ele falou?

Doc. **Com traumas né?**

Inf. **Com trauma...** tipo um trauma... que euné... aí eu tinha nervoso assim e eu não pegava... não engravidava

Ex (80): 21DID

Inf. trabalhava lá na esteira... só pegando lá os calçados e... fazendo pilha lá e... e arrumando...

Doc. e arrumando né?

Inf. éh...

Doc. tá certo... o salário lá era bem bonzinho não?

Inf. éh... melhor...

Doc. **é melhor que o do governo né?**

Inf. **é melhor que o do governo...**

Em (79), a colaboração do ouvinte *com traumas né* é expressa por um sintagma preposicional que cumpre a função de trazer à interação a expressão que o falante buscava, resolvendo o problema de codificação no turno desse. Já em (80), a colaboração do ouvinte é axiologicamente marcada, pois emite um juízo de valor sobre a oração enunciada. A colaboração, nesse caso, é aceita pelo falante provavelmente pelo fato de ele comungar com as ideias expressas nela.

Com relação ao tipo de colaboração que foi mais refutada, nos diálogos analisados, os dados da tabela 6 evidenciam que as colaborações expressas também por sintagmas com função de evocação conceitual foram as mais não aceitas, 8 ocorrências, totalizando 44,4%. Em relação ao tipo de colaboração com menor frequência de não aceitação, tivemos as orações (2 ocorrências) tanto com função de evocação conceitual, quanto com função de orientação argumentativa. Esses dados também contribuem com os resultados referentes à frequência desse tipo de colaboração nos DID, já que esse tipo de colaboração foi o que mais ocorreu.

Além da frequência, a possibilidade de inserção no turno também influenciou a aceitação e não aceitação da colaboração, uma vez que, como informado, a natureza da colaboração é poder ser inserida, imediatamente, no contexto sintático-semântico anterior.

6.4.2 Nível de Aceitação/não aceitação da colaboração intraturno

Antes da discussão dos resultados encontrados, nessa categoria de análise, discutiremos uma proposta de reformulação da escala de níveis de aceitação/não aceitação da

colaboração de Hilgert (2002), para assim, redefinir as categorias analisadas no processo de colaboração intraturno nos DID e D2.

Hilgert (2002) classifica cinco níveis em sua escala, que, como vimos, vai desde a repetição da colaboração até o desconhecimento dela (nível 1: repetição > nível 2: paráfrase > nível 3: correção > nível 4: negação > nível 5: desconhecimento).

Acreditamos que a escala dos níveis de aceitação/não aceitação da colaboração de Hilgert (2002) instiga algumas questões a serem discutidas. Uma delas é a tentativa de dar conta de dois fenômenos que têm natureza diferenciada de uma única maneira: a aceitação/não aceitação da colaboração pelo falante 1 e o modo de formulação textual utilizado pelo falante para incorporar a colaboração em seu enunciado. Dessa forma, propomos uma reorganização da escala de Hilgert (2002), na seção a seguir.

6.4.2.1 Proposta de reformulação da escala dos níveis de aceitação/não aceitação da colaboração, de Hilgert (2002)

Acreditamos que, no processo de aceitação/negação da colaboração intraturno, lidamos com dois modos de avaliação por parte do falante da colaboração do ouvinte, correspondentes ao *Move* de avaliação ou *feedback*, uma avaliação positiva (aceitação) ou uma avaliação negativa (não aceitação). E, dentro desses dois modos de avaliação, teríamos os modos de formulação e incorporação ou não da colaboração no turno, que pode ser marcado ou não por algum tipo de intensificador de aceitação ou negação.

Desse modo, propomos a reformulação da escala de Hilgert (2002), reorganizando sua escala em duas, relativas aos graus de aceitação ou não da colaboração e a forma como o falante formula seu texto ao aceitar ou refutar a colaboração. Assim, propomos a inclusão de mais três níveis (a) aceitação enfática por meio da repetição da colaboração + o uso de um marcador de aceitação enfatizador; b) aceitação parcial: por meio de uso de um marcador de aceitação + uma paráfrase; e c) negação enfática, por meio de uso de uma negação com um marcador de negação enfatizador.

Vejam como, no quadro a seguir, nossa proposta de acordo como oito modos de formulação do *Move* de avaliação ou *feedback*, quatro referentes à aceitação da colaboração do ouvinte e quatro referentes à não aceitação. Eles foram concebidos de acordo com a intensidade demonstrada na formulação do falante quando aceita ou refuta a colaboração, tendo como base na análise que fizemos do *corpus*. Assim, quanto maior a intensidade da

aceitação refletida na expressão linguística, mais bem aceita é a colaboração pelo falante e vice-versa:

Quadro 8 – Proposta de reformulação da escala aceitação - não aceitação (HILGERT, 2002) e da forma de aceitação - não aceitação da colaboração

PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO	
Positivo (aceitação) Formas de aceitação	Negativo (não aceitação) Formas de negação
(i) Marcador de aceitação (é, isso etc) + repetição da colaboração (MR)	(i) Continuação do turno ignorando a colaboração do ouvinte (I)
(ii) Só marcador de aceitação ou só repetição (M)	(ii) Marcador de negação + correção do segmento colaborativo (NS)
(iii) Marca de aceitação + paráfrase (MP)	(iii) Marcador de negação (não, não é isso que eu quero dizer) (N)
(iv) Paráfrase (P)	(iv) Correção (C)

Positivo (aceitação)				Negativo (não aceitação) ¹			
•	•	•	•	•	•	•	▶
MR	M	MP	P	C	N	NS	I
nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8

O quadro anterior mostra que no nível 1, nível de mais alta aceitação, temos o uso de um marcador de aceitação em conjunto com a repetição da colaboração, como modo de formulação e incorporação da colaboração do ouvinte pelo falante,

Hilgert (2002) concebe que o mais alto grau de aceitação da colaboração ocorre quando a colaboração é incorporada diretamente ao enunciado anterior (do falante) por meio da repetição do segmento colaborativo, sendo essa marcada ou não por um marcador de aceitação.

Concebemos que, quando o falante utiliza a repetição da colaboração com uma marca de aceitação, ele faz questão de demonstrar sua aceitação, pois utiliza duas formas para marcá-la, expressando a aceitação da colaboração. Consideramos esta dupla marcação de aceitação como sendo mais intensa do que apenas a utilização só de uma repetição ou só de

uma marca de aceitação de forma isolada. Vejamos um exemplo dessa dupla aceitação no exemplo⁷²(81):

Ex (81): 103DID⁷³

Inf. eu tenho eu tenho três né três aqui um ali né e dois:: lá
 Doc. no Palmeira?
 Inf. é no Palmeira e TRES lá no Rio sabe quantos são quantos são
 Doc. quantos são me diga aí denovo ai?
 Inf. óh
 Doc. {três ali
 Inf. três aqui
 Doc. {três
 Inf. três aqui um ali né aqui e:: três não não e dois no Palmeiras
 dois no Palmeira né e três lá no Rio
 Doc. **dez são dez sobrinhos**
 Inf. **é são:: dêz sobrinhos que eu tenho**

No exemplo (81), vemos que o falante (Inf.) aceita a colaboração do ouvinte (Doc.) e marca essa aceitação com o marcador conversacional de afirmação *é*, indicando que a expressão a qual buscava era exatamente *dez sobrinhos*. Além de marcar que a expressão colaborativa está correta, confirmando ao ouvinte seu papel de contribuidor na construção de seu turno e intensificando a aceitação, o falante insere a colaboração ao seu turno por meio da repetição da expressão.

No segundo nível de aceitação da colaboração da nossa escala, o modo de formulação da aceitação é expresso ou pelo uso isolado de um marcador de confirmação, do tipo *é, isso, exato*, etc., ou pela repetição da colaboração sem marcadores. Neste último caso, o falante apenas confirma que a expressão buscada é a que o ouvinte ofereceu e incorpora a colaboração diretamente a seu turno. Vejamos, no exemplo a seguir, a aceitação da colaboração pela incorporação direta da colaboração do ouvinte (*Doc*) ao enunciado interrompido, por meio da repetição da colaboração pelo falante (Inf.):

⁷² Resolvemos preservar neles as denominações Inf (informante) e Doc (documentador) pelo fato de nossa análise verificar que participante colabora com maior frequência.

⁷³ A codificação acima dos exemplos refere-se, respectivamente, ao número do inquérito de onde foi retirada a ocorrência e ao tipo desse.

Ex (82): 103DID

Doc faz tempo que tua mãe faleceu?

Inf. faz ela faleceu em/ ela faleceu em em noventa e sete eu acho é noventa e seis ela faleceu tá com quantos anos?

Doc **nove anos**

Inf. **nove anos que minha mãe faleceu sabe**

Podemos observar, no exemplo (82), que o falante (*Inf.*) não intensifica sua aceitação da colaboração. Ele apenas repete a expressão *nove anos* e continua seu turno.

No terceiro nível, o falante aceita a colaboração do ouvinte e a incorpora a seu turno utilizando para isso uma formulação composta por um marcador de aceitação e uma paráfrase do segmento colaborativo. Esse nível, como o anterior, também não está proposto na escala de Hilgert. Apesar de esse autor conceber o uso de uma marca de aceitação antes da paráfrase como possível, não considera tal utilização como um nível mais elevado de aceitação do que quando o falante manifesta sua aceitação apenas pelo uso de uma paráfrase. Vejamos um exemplo de uso da marca de aceitação em conjunto com a paráfrase no exemplo (83):

Ex (83): 11 DID

Inf: ... e nós estávamos lá com/com... eu e mais três irmãos... sentados na mesa... essa irmã tinha feito um exame e tinha... e::... e:... e:... a... -- tinha dado um problema... um câncer... como se fosse um câncer na pele... e::... ela foi fazer para saber se era maligno ou benigno... e: o exame... eu não sei... só sei que: ela estava apavorada com isso... e nós ali... com aqueles quatro irmãos nos oramos pela aquela senhora... e::... (louvamos) a Deus para que o exame não desse o exame a qual ela estava temendo que desse... a possibilidade era MUITO grande... era uma jovem senhora... e nós oramos ali e nós saímos... eu e os irmãos... quando:.. ela deu o testemunho eu não tava nem na igreja... ela deu um testemunho dizendo que tinha sido... – o: exame tinha dado... é::... contrário ao que ela pensava... e ela estava totalmente curada daquela enfermidade... e::.. ela... ela... credibilizou... principalmente a Deus... a oração ao qual foi feita em clamor... dela a Deus... e ela foi curada daquela enfermidade... esse é uma das... um... um dos testemunhos...

Doc: **que marcou mais...**

Inf: **isso me marcou muito...** por quê? porque eu vi...uma é... com os meus olhos... Deus curar...

No exemplo anterior, vemos que o falante (*Inf.*) deixa claro que a colaboração do ouvinte (*Doc.*) se aproxima muito da expressão que ele buscava e que, provavelmente, foi a partir dela que ele conseguiu formular a expressão *me marcou muito*. Assim, o falante retoma o que foi dito e marca sua aceitação pelo uso conjunto de um intensificador *isso* e da paráfrase *me marcou muito*.

No quarto nível, o falante aceita a colaboração, mas não o faz de forma plena, como quando utiliza a repetição (tal como vimos no exemplo anterior). Nesse nível, ele aceita a colaboração, mas o faz por meio de uma paráfrase da colaboração do ouvinte, demonstrando que, apesar de próxima, não era exatamente aquela a expressão que necessitava em seu turno. Vejamos um exemplo desse modo de aceitação da colaboração, no exemplo (84).

Ex (84): 103 *DID*

Doc mas tu se dá bem com eles tu visita eles de vez em quando?

Inf é rapaz:: é difícil sempre é:: tá com bem:: ta com bem uns quatro meses que eu não vejo eles mais eu tenho vontade eu tenho vontade de:: assim de visitar de:: de ver minhas irmãs porque:: eu sempre eu gosto da minhas irmãs porque é sangue né é da família agente tem que:: tem que gostar tem que amar né tem que preservar porque se o que porque só ficou o que só ficou eles:: os meus sobrinhos né e:: eu só tenho o que eu tenho só agora de resto duas tias o resto morreu... e tenho:: os meus amigos né Deus né acho que o importante é Deus né porque tudo vai ficar aqui né tudo vai ficar aqui isso aqui aqui não me pertence né isso aqui essa matéria não me pertence né só que pertence pra Deus é só o espírito né é só o espírito né só a matéria se acaba isso daqui ó isso daqui fica tudo aqui () agente vai só nós agente vai nos dedos né ficam os anéis então eu não posso dizer isso daqui é meu né e tal né...

Doc **fazer briga né?**

Inf **fazer confusão** por por terra por herança se eu tive/ se possuísse casas terras eu fazia o que eu fazia era distribuir né pra quem né pra quem pessoas que porque ó tem pessoas que não tem casa que não tem saúde (...)

No exemplo anterior, o falante (*Inf.*) utiliza como *Move* de avaliação ou *feedback* uma paráfrase do segmento colaborativo do ouvinte (*Doc.*) *fazer briga*, ao utilizar a expressão *fazer confusão*. Uma das características da paráfrase é a aproximação de equivalência de sentido, mas não de identidade (SILVA, 2002) com o item parafraseado. Daí, os termos *briga* e *confusão* poderem ser utilizados no mesmo contexto. Outra característica da paráfrase que fica evidente no exemplo é o fato de ela ocupar o mesmo lugar sintático da expressão parafraseada, sem prejuízos ao contexto do enunciado em questão.

No quinto nível, temos a correção como forma de manifestação do falante em relação à colaboração do ouvinte. Concebemos a correção como não aceitação da colaboração, diferentemente da proposta de Hilgert (2002), na qual esse nível encontra-se na fronteira entre aceitação e não aceitação. Vejamos a seguir um exemplo de não aceitação da colaboração e correção:

Ex (85): 138 *DID*

Inf.: é ali o ponto do ônibu era ali naquela esquina que t/tinha aquela... chamava pedra azul tinha um pé de pé de fixo Bejamim bem grande aí ... parava ali já foi

melhorando mais né? E aqui no Panamericano vei surgir ônibo no ... vamo dizer assim... na déca de ... cinquenta ... mil novecento e cinqüenta vei aparece ônibu aqui no Panamericano então e a dificuldade de acesso que não tinha porque naquela época aqui todas todas todas as saída pra ... pra você i pra Bela Vista era era ... fechada porque esse... esse canal que vem desda lagoa da Parangaba que vai até a a... a lagoa do daí da ... da escola da cumé da es

Inf.: **escola da universidade**

{Doc. **escola agrícola**

inf.: sim né? era fechado esse canal ele passava por toda essa região onde passava não tinha

{Doc.: não tinha como passar ônibus

No exemplo (85), podemos perceber que não há equivalência de sentido entre as expressões *escola da universidade* e *escola agrícola*. O falante (Doc.) corrige a colaboração do ouvinte (Inf.), evidenciando que a expressão de que precisava para completar o sentido de *esse canal que vem desde a lagoa da Parangaba que vai até a a... a lagoa da escola* era o termo *agrícola*, fazendo um ajuste na informação pragmática veiculada no turno.

No sexto nível, temos a não aceitação da colaboração por meio da utilização de marcadores de negação. Essa forma de negação da colaboração não é considerada como um nível na escala de Hilgert, mas resolvemos considerá-la como tal em nossa análise, com o pensamento de que o falante utiliza tais marcadores para demonstrar que a opção dada como auxílio não era a pretendida. Vejamos um exemplo da negação, pela utilização de uma marca de não aceitação, no exemplo que segue:

Ex (86): 103DID

Doc. adolescente ainda

Inf. adolescente é

Doc. era de/ de menor

Inf. adolescente.. ai pra você ver isso é o que álcool né mais olha mais... a audiência né como é que diz

Doc. **a renda?**

Inf. **não como é que diz a () que chega lá a imprensa né** a imprensa esconde não diz que foi o álcool a imprensa esconde né mais ali é o álcool o álcool rapaz o álcool tá em todo canto

Em (86), o falante (Inf.) não aceita a colaboração do ouvinte (Doc.) de forma bem objetiva, ao utilizar apenas um *não*. Ao fazer isso, ele deixa claro que a expressão *a renda* não é a que ele buscava. Logo em seguida, ele continua buscando a expressão desejada, segue em seu trabalho metadiscursivo *como é que diz a () que chega lá* até que consegue formular a expressão *a imprensa* e continuar seu turno.

No sétimo nível, temos a negação da colaboração por meio da utilização de marcadores de negação (*não, nada disso*, etc.) em conjunto com a formulação de um novo segmento, tal como no exemplo (87):

Ex (87): 103 DID

Doc: uh-hum... certo... e a evangélica que tu diz... tanto faz Betesda... como a Pentecostal... como a Batista... você pode falar se tem diferença?

Inf: bem... a ... a... igreja Pentecostal ela... ela... basea-se na doutrina de Pentecostes... e aí tem as igrejas tradicionais... que é a de Batista Emanuel é::... e:: outras... que são tradicionais que elas não crêem no Pentecostes... o que é o Pentecostes? é um movimento que houve no sé-cu-lo passado... foi no séculos passado.. e: que: foi introduzido... algumas igrejas na Europa... não acreditavam no batismo do Espírito Santo... entre eles tava a igreja de Daniel Bergue... () e eles foram batizados pelo Espírito Santo e foram enviados para a América do Sul e aqui eles implantaram sua doutrina e criaram a igreja Assembléia de Deus... que é a igreja MAIS Pentecostal que tem aqui na América do Sul... e tem as igrejas neo-pentecostais que são igrejas que derivam das igrejas pentecostais... elas são... é: como se fossem uma ramificação...

Doc: (certo...)

Inf: uma é::... é::... uma ramificação... distúrpada dessas igrejas... que é o caso da Igreja Universal... da Internacional da Graça é::... Igreja Sara Nossa Terra...

Doc: **Batista...**

Inf: **não... algumas igrejas desse estilo... a igreja Batista... igrejas... tanto a igreja Batista quanto a igreja Batista tradicional... quanto a Pentecostal não são ramificações do neo-pentecostalismo...** agora... essas igrejas neo-pentecostais são igrejas que::... que::... que::... que/que elas derivam... e: elas distorcem a palavra... com o intuito de arrebanhar almas... mas no entanto elas confundem... e eu não queria entrar nesse assunto porque é um assunto que vai tomar a fita toda...

No exemplo anterior, o falante (Inf.) dá ênfase a sua negação, quando utiliza mais de uma forma de não aceitação da colaboração. Ele poderia, como vimos no exemplo (86), apenas marcar a não aceitação usando o marcador *não*. Mas, em (87), o falante preferiu utilizar uma negação múltipla, tentando mostrar que a compreensão do ouvinte (Doc.) demonstrada pela expressão da colaboração não é a desejada. Assim, o falante, além de dizer que a Igreja Batista não se inseria na enumeração que estava fazendo, oferece uma explicação mais detalhada das igrejas que, como a Igreja Batista, *não são ramificações do neo-pentecostalismo*, enfatizando sua negação e tentando facilitar a compreensão do ouvinte. Vejamos que, neste exemplo, não há um trabalho metalinguístico e metadiscursivo em busca de uma expressão, como no exemplo (86), mas a continuação do turno por meio da inserção de um novo segmento discursivo.

No oitavo nível, o falante ignora a colaboração do ouvinte, ou seja, continua seu enunciado sem levar em conta o que foi dito pelo ouvinte. Esse uso diz respeito ao nível 5 de Hilgert, o do desconhecimento, como exemplificado em (26) e repetido a seguir, em (88):

Ex (88):

L1 - sei lá... nós estaremos... diferentes né?

L2 – oi?

L1 – nós estaremos diferentes assim... **posição::... atitudes...**

L2 – **mais estabilizados preferivelmente né?**

[

L1 – **em esquemas um pouco diferentes...** (p. 104)

Notamos que, nesse tipo de ocorrência, a colaboração pode ser entendida pelo falante (L1) como uma tentativa do ouvinte (L2) de assaltar o turno e não, propriamente, como uma estratégia de resolução de um problema de formulação, até mesmo porque, acreditamos, ao contrário do que concebe Hilgert (2002), que nesse nível, em que o falante não deixa claro que está tendo um problema para encontrar a denominação adequada, parece muito mais que ele está formulando a informação antes de expressá-la para seu ouvinte. Este, por prever o que será dito, antecipa-se e tenta concluir o enunciado do falante, que interpreta tal atitude de forma negativa e por isso a ignora.

Quando ocorrem sobreposições de fala, como no exemplo anterior, a colaboração aproxima-se do que Jefferson (1984, p. 12) classificou como *sobreposição de reconhecimento*, isto é, do tipo de um tipo de sobreposição de fala em que o ouvinte reconhece, de antemão, qual palavra ou expressão a ser utilizada pelo falante corrente e manifesta-se sobrepondo sua fala à do outro, que nem sequer deu sinais de finalização de seu turno. Vale lembrar que tais sobreposições ocorrem, geralmente, após uma pausa, hesitação ou quando o ouvinte já sabe a palavra ou expressão a ser dita e tenta demonstrar seu engajamento na co-construção do falante ou tenta impor sua versão dos fatos.

A análise da colaboração intraturno no NORPOFOR foi feita de acordo com os oito níveis discutidos em nossa proposta e listados a seguir:

(I) Nível 1: Total aceitação com ênfase nela – quando a colaboração é aceita e a forma de incorporação for representada pela união de um marcador de aceitação (é, *isso*, etc.) e a repetição da colaboração (MR);

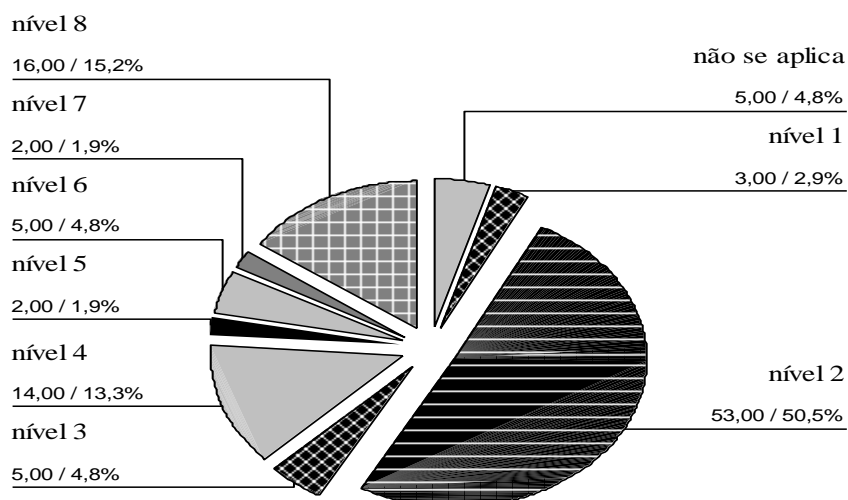
- (II) Nível 2: Total aceitação – quando a colaboração é aceita e integrada ao turno do falante por marcador de aceitação **ou** repetição (M);
- (III) Nível 3: Aceitação – quando a colaboração for aceita e indicar aproximação com o termo ou expressão buscada pelo falante e a incorporação dela for feita por uma marca de aceitação **e** uma paráfrase (MP);
- (IV) Nível 4: Aceitação Parcial – quando a colaboração for aceita e indicar proximidade lexical com o termo ou expressão buscada, sendo sua incorporação ao enunciado do falante feita por meio de uma paráfrase (P);
- (V) Nível 5: Não aceitação por correção – quando a colaboração dada não é a buscada pelo falante, e este corrige o enunciado colaborativo pela opção mais adequada (C);
- (VI) Nível 6 : Não aceitação por negação – quando a colaboração for interpretada como negativa, ou seja, não era aquilo que estava sendo buscado, e o falante, então, deixa isso claro por meio da utilização de um marcador de negação **e** continua sua busca pelo termo correto (N);
- (VII) Nível 7: a negação da colaboração do ouvinte **e** correção do segmento colaborativo – quando o falante não aceita a colaboração do ouvinte e deixa isso claro com a utilização de um marcador de negação **e** corrige o segmento colaborativo com um novo segmento discursivo (NS);
- (VIII) Nível 8: a colaboração é ignorada – quando o falante ignora a contribuição dada ao seu enunciado. Como já discutimos e ilustramos cada um

Vale ressaltar que estipulamos ainda o valor (\emptyset): “Não se aplica”, para os casos identificados, em que o falante aceita a colaboração, mas não expressa essa aceitação em seu *Move* de reação. Apenas pelo contexto é que sabemos que ele a aceitou.

6.4.2.2 Nível de aceitação/não aceitação da colaboração, nos *DID*

No que tange ao nível de aceitação/não aceitação da colaboração, nos diálogos entre informante e documentador, o nível 2 foi o mais recorrente. Vejamos, no gráfico 8, esse e outros resultados dessa análise:

GRÁFICO 8 – Nível de aceitação/não aceitação da colaboração, nos DID



A aceitação no nível 2 predominou em 50,5 % dos casos, ou seja, a aceitação da colaboração e incorporação dela no turno pelo falante se deu marcada por uma expressão de afirmação ou pela repetição da colaboração, tal como ocorrem, respectivamente, nos exemplos, a seguir:

Ex: (89) 21DID

Doc. estudar... quer fazer alguma coisa... tem algum... comedorzinho de rapadura ou não?

Inf. não tenho não...

Doc. ih:: rapaz...

Inf. só a mulher lá em casa mesmo que come... ((risos))

Doc. mas tem vontade?

Inf. tenho... (nossos planos) é ter um filho mas... não agora né? só quando a gente tiver assim... ou eu tiver trabalhando... pra gente...

Doc. **pensar né? filho...**

Inf. **éh::** porquê:: só ela trabalhando e eu parado num dá não... dinheiro que a gente ganha é só pra::... despesa da casa mesmo...

Ex: (90) 63DID

Doc. e geralmente assim J. que você observa assim... qual é em geral os motivos né? de disCÓrdia entre os casais?

Inf. o principal é o financeiro

Doc. é mesmo é?

Inf. } é... financeiro... é o principal que mais

Doc. **abala**

Inf. **Abala**

No exemplo (89), o falante demonstra aceitar a colaboração do ouvinte *pensar né? filho...* por meio da utilização de um marcador de afirmação *éh::*. Esse tipo de marca de aceitação se manifestou em 36 ocorrências das 56 identificadas nessa análise. A repetição aconteceu em 20 ocorrências, como em (90), na qual o falante marca a aceitação da colaboração do ouvinte repetindo a palavra sugerida *abala*. Também podemos ver, nesses exemplos, que as colaborações podem ser inseridas, imediatamente, no contexto anterior, completando o turno dos falantes: *pra gente pensar*, em (89) e *é... financeiro... é o principal que mais abala*, em (90).

Em relação à não aceitação da colaboração, houve recorrência do nível 8 (16 ocorrências). Isso significa que o falante ignorou a colaboração do ouvinte, por completo, na maioria das vezes, porque a considerou inadequada, tal como ocorre no exemplo a seguir:

Ex: (91) 21DID

Doc. () jornal tem um jornal que ele... aí tem um tem um cursinho da da prefeitura rapaz lá na na na... aquele ginásio coberto... Paulo Sarasate...

Inf. () o ENEM né?

Doc. NÃO...

Inf. é direto?

Doc. qualquer vestibular... toda:: toda semana tem uma:: não sei se se é toda semana mas... toda semana no jornal sai o:: material pra você estudar... não sei o quê:: aí depois... de período em período tem um...

Inf. **vestibular...**

Doc. uma um uma uma aula show lá tem um bocado de gente... tem na televisão no canal 22... passa o material da dada do vestibular... passa toda a matéria... (quem) já fez já::... dia de domingo que passa... tem que estudar fazer alguma coisa...

No exemplo (91), vemos que a expressão colaborativa *vestibular...* parece não ser aceita pelo falante (Doc.). Esse continua seu turno, após ser interrompido pelo ouvinte (Inf.), mostrando que a informação para completar seu turno seria *aula show*. Mais uma vez, vemos que não é só a expressão colaborativa do ouvinte que é inadequada, mas o referente que ela designa. O falante queria tratar da *aula show* e não do *vestibular*.

Vale ressaltar que, como discutimos, quando o ouvinte colabora sem ter sido solicitado, o falante pode interpretar tal ação como descortês, ou mesmo como uma tentativa de tomada do turno, já que, como afirma Silva Lycan (1977), se deve interromper a fala do outro somente quando houver oportunidade para isso, sendo melhor que essa interrupção se dê no final do enunciado e após uma pausa. Assim, um dos modos de não aceitação do falante, em relação às colaborações que não são as solicitadas ou pretendidas, é ignorá-las.

Vale lembrar ainda que, em 5 ocorrências, analisadas como “Não se aplica”, o falante aceita a colaboração, mas não o faz de nenhum modo descrito nos 8 níveis anteriores. Assim, ele apenas continua seu turno, a partir da colaboração do ouvinte, não expressando nenhuma marca de aceitação ou negação da colaboração, nem repetindo, nem parafraseando ou nem corrigindo-a, tal como vemos em (62), retomado no exemplo (92), a seguir:

Ex: (92) 21DID

Doc. você viu aquela palhaçada que fizeram lá rapas?

Inf. uhum...

Doc. bota/passaram o trator em cima da da da do cemitério lá rapaz...rasgaram tudinho que tinha lá...

Inf. (os pobres aí) os defuntos velhos né?

Doc. o cabra o cabra que deu () daquela ali tá::...

Inf. **fudido...**

Doc. **merece uma mão de peia viu?**

Inf. e muita não é pouca não...

Doc. o cabra (ficar)... (porque ali) é muita da picaretagem rapaz ali éh::...

Inf. é muita sem vergonhice dele (ali)...

Doc. ai ai...

No exemplo (92), o ouvinte (Inf.) completa o turno anterior com a palavra *fudido*.... O falante (Doc.), a partir daí, segue com a posse da palavra sem demonstrar nela que aceita colaboração, sendo possível essa consideração apenas pelo contexto. A não aceitação explícita da colaboração pelo documentador pode ter acontecido pelo fato dele não achar necessária a repetição do segmento colaborativo ou por esse segmento (*fudido*...) trazer um termo de baixo calão, que considera não adequado repetir, já que ele é o documentador do diálogo e, assim, sabe que deve manter uma postura mais formal, que reflita a seriedade da pesquisa.

Vale ressaltar que não estamos seguros de que, quando o falante ignora a colaboração, ele esteja com uma postura negativa de não aceitação dela. Na verdade, a falta de reação do falante, nesses casos, pode ser entendida como o provérbio “Quem cala, consente”.

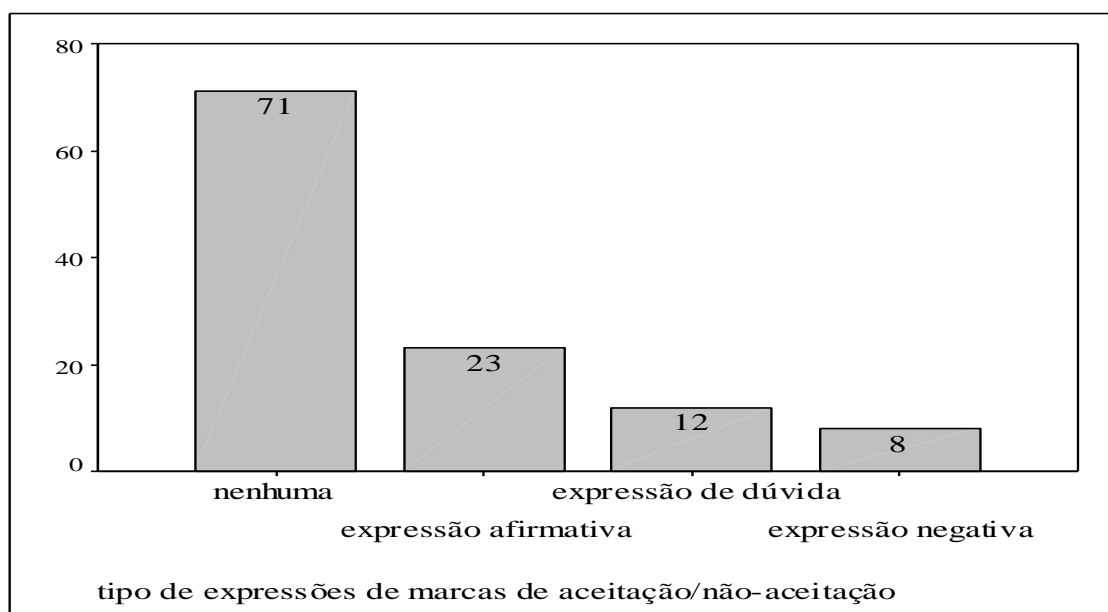
É oportuno também, nesse ponto, retomarmos a questão da importância do Componente Contextual na formulação dos Atos discursivos, para lembrar que, tal componente, é responsável por alimentar as operações de formulação e de codificação, de modo a tornar disponíveis informações antecedentes aos participantes da interação e influenciar tanto a interpretação de tais informações, como a expressão de novas. É a partir do

que está disponível que o ouvinte pode colaborar com o turno do falante e exercer sua função de co-constitutor do enunciado.

Connolly (2007) lembra-nos que a interpretação do discurso envolve a combinação de informação expressa e informação não expressa. Sendo assim, o contexto é essencial para o processo de inferência envolvido em qualquer tipo de comunicação. No momento em que ocorre a colaboração, o ouvinte tenta inferir o que o falante tenta dizer, através do que foi dito até o momento e de seus conhecimentos a respeito do tópico em questão.

No que diz respeito aos tipos de marcas de aceitação/não-aceitação da colaboração, expressas no turno do falante, verificamos quais delas ocorreram nos *DID*. Os resultados estão no gráfico, a seguir:

Gráfico 9 – Marcas de aceitação/não aceitação no *Move* de reação, nos *DID*



No gráfico, vemos que a aceitação e a não aceitação da colaboração, nos diálogos analisados, se manifestaram, principalmente, sem nenhum tipo de marcas, em 71 ocorrências, correspondendo a 62,2% dos casos. Isso significa que o falante prefere não marcar sua aceitação ou negação da colaboração. Também verificamos que, quando o falante marca a aceitação utiliza, em geral, expressões afirmativas (23 ocorrências - 20,1% dos casos). O gráfico também mostra que houve a utilização de expressões de dúvida (12 ocorrências – 10,6% dos casos) e de expressões negativas (08 ocorrências – 7,1% dos casos). Esses dados

estão coerentes com o resultado de que a colaboração é, em geral, aceita pelo falante e inserida em seu turno, principalmente, no nível 2 da escala de aceitação/não aceitação, já que o falante aceita a colaboração fazendo a incorporação dela, em seu turno, por meio da repetição do segmento colaborativo.

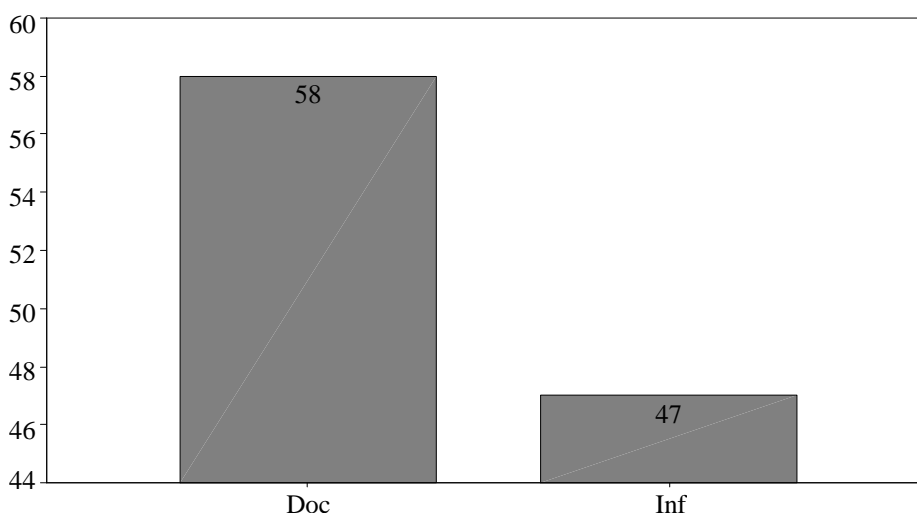
Na seção a seguir, tratamos dos aspectos contextuais envolvidos no processo colaborativo completo.

6.5 Aspectos relativos ao processo colaborativo completo

Outros aspectos contextuais foram analisados ao longo das seções anteriores, quando evidenciamos a influência do Componente Contextual (comunicativo) nos *Moves*, já que, como vimos, as características de um *Move 2* decorrem das características de um *Move 1*, assim como as características de um *Move 3* decorrem das características de um *Move 2*.

Nesta seção, analisamos os aspectos contextuais mais gerais, referentes ao processo colaborativo completo, ao contexto de comunicação em que acontece a colaboração, nos diálogos entre informante e documentador. Analisamos a pessoa que colabora com maior frequência, nos inquiridos: (I) documentador, (II) informante. Obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico 10 – Maior colaborador, nos *DID*



Os resultados evidenciaram que, nos diálogos do tipo *DID*, a pessoa que colaborou com maior frequência foi o documentador, com 58 ocorrências, correspondendo a 55,2% do total. Isso pode ter ocorrido devido ao fato de ele ser o encarregado pela gravação e

pelo bom desenvolvimento do inquirido. Assim ele, além de registrar a fala do informante, cumpre a função de alimentar o diálogo logo que, conforme salientam Jubran e Risso (1998), suas ações estão centradas no *desencadeamento dos atos de fala*.

Como discutimos no capítulo 3, o documentador age com maior liberdade nesse tipo de diálogo, pois ele detém maior poder que o informante, podendo fazer interrupções na fala desse, sempre que achar necessário. O documentador pode fazer perguntas, dar respostas ou auxiliar na progressão do tratamento do tema pelo informante, garantindo que este não fuja ao tema a ser discutido.

Vale também lembrar que os documentadores do NOPORFOR são, em geral, estudantes de Curso de Graduação. Assim, é comum que eles detenham uma atenção maior na fala do informante, visando a que tudo que seja dito por esse possa ser posteriormente entendido, no registro de áudio dos inquiridos. Além disso, esses documentadores estão em um nível de escolaridade mais avançada que os informantes, que, como vimos, têm no máximo nove anos de estudo. Por terem um nível de escolaridade mais avançado e por lidarem com o estudo da língua, os documentadores parecem se sentir mais à vontade para sugerir termos ou expressões, que acreditam ser mais adequadas à situação, como também levá-los a precisar termos e adequar conceitos, mais frequentemente, que os informantes, o que demonstra maior preocupação por parte daqueles em relação à clareza dos enunciados. Vale ressaltar que esse resultado pode ter influenciado o alto índice de aceitação da colaboração, já que esse índice diz respeito, principalmente, ao informante.

6.6 Síntese do capítulo

Neste capítulo, propusemos uma reformulação do modelo de adequação da GDF ao ouvinte proposto por Giomi (NO PRELO) e analisamos ao processo de colaboração intraturno nos diálogos entre informante e documentador. Tentamos responder os problemas propostos para essa pesquisa. Esses dizem respeito à manifestação da colaboração do ouvinte no turno do falante, em termos formais e funcionais, visando a uma caracterização de como ela ocorre e que funções desempenham na comunicação.

Assim, analisamos todas as categorias adotadas em relação a três momentos envolvidos na expressão da colaboração: a) antes da colaboração (*Move 1*); b) durante a colaboração (*Move 2*) e c) logo após a colaboração (*Move 3*), visando a uma compreensão global do processo colaborativo do ouvinte no turno do falante, nos *DID*.

Vimos que as colaborações intraturno, nesse tipo de diálogo, se manifestam, em termos de aspectos formais, por sintagmas ou palavras, que completam a oração interrompida, no turno do falante. Identificamos que isso ocorre, devido ao local de ruptura do turno do falante ser no nível intraoracional, ou seja, dentro dos limites da oração, após o verbo principal desta. Assim, a expressão colaborativa vem a desempenhar uma função sintática de complemento, na oração interrompida, que compõe o turno do falante. Evidenciamos, dessa forma, que ela pode ser inserida no contexto sintático-semântico anterior e mantém uma relação de complementariedade com esse.

Outro resultado observado foi que, em geral, o falante deu pistas de que estava tendo problemas para formular seu enunciado, mas não solicitou diretamente a ajuda do ouvinte, já que foi esse quem teve a iniciativa de colaborar.

Com relação a funções informacional-estruturais da colaboração, vimos que ela exerceu a função de Foco e de Comentário, introduzindo uma expressão nova à interação que integra o *comentário* do falante, uma vez que ela não se manifestou, em geral, como o ponto informativo inicial da oração.

Identificamos que a operação em que recai o escopo da colaboração, na identificação de designações de termos, cuja informação já tenha sido dada pelo falante. Esse resultado colabora com o evidenciado em termos da função textual-discursiva dela ser a de evocação conceitual, com *foco* na expressão dos enunciados.

Observamos que o falante, em geral, aceita a colaboração do ouvinte, principalmente quando ela tem uma extensão menor, quando são sintagmas ou palavras. Ele as integra de imediato em seu turno, por meio da repetição dela.

Com relação aos níveis de aceitação/não aceitação da colaboração, propomos uma reformulação da escala proposta por Hilgert (2002), observando a aceitação/não aceitação de duas maneiras: pela forma como o falante aceita ou refuta a colaboração do ouvinte e pelo modo como a colaboração é incorporada ou não ao enunciado pelo falante.

E, por último, identificamos que a colaboração foi usada com maior frequência pelo documentador, já que ele tem uma preocupação maior com o desenvolvimento do diálogo e com a clareza das falas no áudio dos inquéritos.

Vale ressaltar que, no próximo capítulo, quando estivermos discutindo os resultados da colaboração do ouvinte intraturno nos inquéritos do tipo *D2*, iremos fazer uma comparação com os evidenciados neste capítulo, identificando as principais semelhanças e diferenças encontradas nas análises.

7 ANÁLISE DA COLABORAÇÃO INTRATURNO, NOS DIÁLOGOS ENTRE DOIS INFORMANTES, NO NORPOFOR

“Na interação conversacional face a face, os interlocutores constroem o texto cooperativamente. Condicionados por essa situação recorrem a várias estratégias para alcançarem seus objetivos conversacionais, ou seja, para atingirem o objetivo ilocucional de seus atos de fala”.

(PRETI, 2001, p. 81)

Neste capítulo, apresentamos os resultados da análise da colaboração do ouvinte no turno do falante, em diálogos entre dois informantes, segundo as categorias adotadas na pesquisa, conforme discutimos no capítulo de metodologia desse trabalho. Assim, tratamos as 114 ocorrências identificadas nessa amostra textual, em termos dos aspectos morfossintáticos, semânticos e pragmáticos que restringem o uso da colaboração do ouvinte intraturno, nesse tipo de situação.

A organização do capítulo segue os moldes do anterior, ou seja, as categorias de análise que compõem nosso trabalho estão dispostas de acordo com os três momentos referentes ao processo de interação em que ocorre a colaboração. Esses se referem ao *Moves* 1, 2 e 3, respectivamente, de iniciação, reação e avaliação ou *feedback*, conforme discutimos anteriormente.

Neste capítulo, também abordamos alguns resultados do capítulo 6, fazendo uma comparação com os encontrados na análise dos inquéritos do tipo *D2*, principalmente aqueles que indicam mais discrepância. Dessa forma, podemos observar em quais categorias a colaboração se manifestou de forma semelhante e quais de maneira distinta, buscando discutir esses dados conforme os pressupostos funcionalistas, tendo em vista a situação comunicativa particularizada em que os diálogos se inserem. É preciso também esclarecer que, por limitações de tempo, iremos priorizar a discussão das diferenças mais significativas, entre esses dois tipos de inquérito.

Após a identificação das 114 ocorrências da colaboração intraturno, nos vinte inquéritos de diálogos entre dois informantes, que compõem nossa amostra, no NORPOFOR, procedemos à apresentação e discussão dos resultados obtidos na análise, de acordo com as

categorias apresentadas no capítulo de metodologia. Para tanto, da mesma maneira da análise nos *DID*, organizamos a seções, a seguir, de acordo com os três *Moves*, que, como vimos, correspondem ao turno interrompido, à colaboração do ouvinte e à aceitação ou não dela pelo falante.

7.1 Aspectos relativos ao *Move 1*

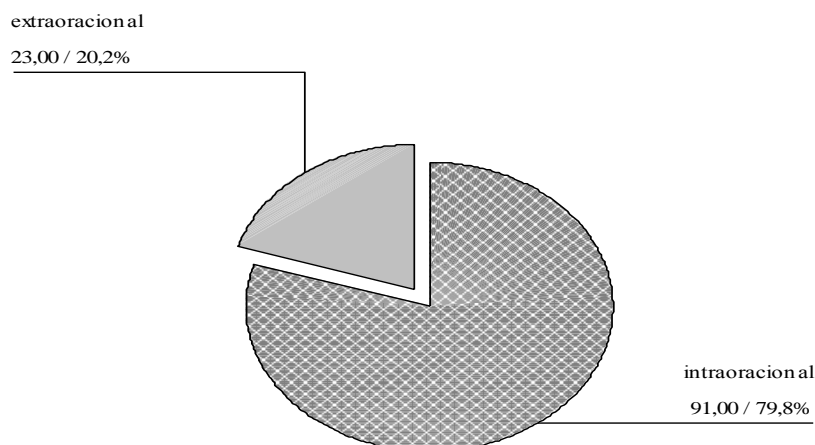
Com relação às categorias de análise referentes ao *Move 1*, em que o turno do falante é interrompido para haver a colaboração do ouvinte, analisamos, tal como fizemos na análise do *DID*, o nível de ruptura do turno (intraoracional ou extraoracional); a natureza do local de ruptura, quando intraoracional (entre quais elementos da oração há ruptura) e a sinalização da ruptura do turno pelo falante (marcada ou não marcada). Passemos à discussão dos resultados nas seções que seguem.

7.1.1 Nível em que recai a ruptura do turno

De acordo com Koch *et al.* (2002), o desenvolvimento do tema nas conversações pode se dar de maneira fluida, quando a progressão temática acontece de modo contínuo, ou, mais lentamente, quando alguns obstáculos fazem com que a fluência seja interrompida, ocorrendo rupturas no turno.

Nos *D2*, as rupturas se deram, primordialmente, no nível intraoracional, (79,8%), conforme podemos ver, no gráfico, a seguir:

Gráfico 11 – Nível em que ocorre a ruptura do turno, nos *D2*



Como estamos tratando de uma amostra da língua oral, sabemos que rupturas na progressão do tema são frequentes. Estamos analisando aquelas em que o falante interrompe seu turno ou é interrompido para que haja a colaboração do ouvinte, nos diálogos entre dois informantes. Assim, são as rupturas que ocasionam unidades estruturais incompletas e ocorrem no limite em que a colaboração é usada, as de nosso interesse.

Esse resultado se assemelha ao identificado nos diálogos entre informante e documentador, fortalecendo a ideia de que a colaboração intraturno se caracteriza por funcionar, na maioria dos casos, como elemento oracional que preenche uma lacuna da oração interrompida, no turno do falante. Dessa forma, a colaboração intraturno tende a ocupar uma posição argumental, na estrutura sintática da oração do falante.

Assim, podemos compreender que a colaboração se manifesta conforme o desenvolvimento do tema tratado nas orações que compõem o turno do falante, ocorrendo devido a alguma necessidade dos participantes da interação. Portanto, ela atua, conforme discutimos no capítulo 4, no *coprocessamento* sintático do texto, sendo esse gerado em coautoria (BLANCHE-BENVENISTE, 1986).

Apesar de o nível intraoracional ser o mais recorrente nos dois tipos de diálogos, ao analisarmos a intensidade disso, percebemos que, de acordo com os dados quantitativos apresentados, a ruptura no nível oracional ocorreu 20% a mais nos inquéritos do tipo *D2*. Logo, concluímos que, nesse tipo de inquérito, o ouvinte pode ter colaborado, de forma mais efetiva, para completar a oração interrompida.

Com relação às rupturas no nível extraoracional, nos *D2*, vemos, no gráfico, que elas corresponderam a 20% do total, ou seja, tiveram metade da frequência que a mesma categoria teve nos *DID*. Esses resultados podem estar relacionados a fatores de outra ordem, como o tipo de situação comunicativa envolvida nos inquéritos, o número de participantes, o grau de formalidade, etc., que serão retomados mais adiante.

Para concluirmos: em ambos os inquéritos analisados, a ruptura do turno foi mais frequente dentro dos limites oracionais. Dessa forma, como discutimos na análise dos *DID*, quando a ruptura se dá dentro da oração, a colaboração tende a completá-la sintático e semanticamente. E, quando a ruptura se dá no nível extraoracional, em geral, a colaboração vem para elaborar, esclarecer o turno do falante.

Vejamos, nos exemplos, a seguir, retirados, respectivamente, dos inquéritos *D2* e *DID*, uma ocorrência em que a ruptura se dá no nível intraoracional, em que percebemos a preocupação do ouvinte na completude da oração do falante, e uma em que ela ocorre no nível

extraoracional, visando apenas à elaboração da oração, já que a oração não estaria incompleta sem a colaboração do ouvinte:

Ex (93): 15 *D2*

Inf.2: meu irmão já casou três vezes...

Inf.1: ...o teu só casou três vezes... e... o meu que casou só uma vez e... namora um *bucado*... e assim... achar que que... o homem tem que ser assim:: que **mulher é só um um um...**

Inf.2: [**um objeto...**

Inf.1: ...um obje::to:: né?... que você usa e abusa e depois joga fo::ra.. então assim... tem todo um valor né?... todo um zê::lo:: é aquela coisa de você procurar uma pessoa cer::ta pra você... né?... de de... de ver:: não... é um presente de De::us... () vou pegar e investir:: é muito bom...tenho experimentado muito isso...

Ex (94): 11 *DID*

Inf. QUANdo eu comecei a freqüentar a igreja eu vi que existia um povo diferente... mas até então eu não aceitei a Cristo... VERDADEIRAMENTE... cheguei a confessar... falar... ir à igreja... freqüentar... mas quando... VERDADEIRAMENTE... Cristo entrou no meu coração... na minha vida... foi aonde houve a transformação no:: meu coração... a Bíblia diz que “conhecei a verdade... a verdade vos libertará”... a verdade ME libertou... mas você diz... você era um presidiário? não... nunca fui... mas só que era... a libertação interior... eu andava... brincava... eu... o meu objetivo era o prazer momentâneo... era brincar...

Doc. - **namorar...**

Inf. isso... no momento... nunca pensava a partir do momento para o futuro...

No exemplo (93), vemos que a ruptura se dá após o artigo *um*, sendo assim, a colaboração *um objeto* completa a oração *mulher é só um* enunciada pelo falante (Inf.1), funcionando como um predicativo do sujeito *mulher*.

Já no exemplo (94), repetido do exemplo (50) do capítulo anterior, vemos que a ruptura se dá após a oração *era brincar...*. A colaboração do ouvinte (Doc.) *namorar...* não ocupa lugar argumental na oração do falante, apenas a elabora, dando outra sugestão para a caracterização do falante sobre o prazer momentâneo. Outro fator que vale a pena discutir diz respeito ao turno de com quem ocorrem as rupturas. Como vimos nos diálogos entre informante e documentador, este é quem colabora mais. Assim, houve mais rupturas quando o informante estava de posse da palavra.

Com relação aos diálogos entre dois informantes, em uma seção mais adiante, discutimos o resultado relativo à pessoa que mais colabora, identificarmos na fala de quem houve mais rupturas e esclareceremos outras questões que podem ter motivado tais resultados.

7.1.1.1 Natureza do local de ruptura quando intraoracional

Em relação aos elementos entre os quais a ruptura do turno ocorre, no que diz respeito à natureza sintático-semântica deles, quando ocorre nos limites oracionais, nos inquéritos *D2*, identificamos ocorrências em todas as subcategorias previstas no capítulo de metodologia, conforme podemos ver, a seguir, nos exemplos retirados do nosso *corpus*:

a) Entre sujeito e verbo:

Ex (95): 71*D2*

Inf2: toda cidade tem índio assim?

Inf1: ((tosses)) agora vão formar outra aldeia em Canindé

Inf2: mas...() por que? ()

Inf1: porque...**os Índios**

Inf2: **ficam espalhado assim eh?**

Inf1: eh...por que é o seguinte... os índios do CearÁ... eh:: não tavam extintos porque tavam escond*DID*os... vamos supor... aqui em Caucaia o que aconteceu em Caucaia aqui...

b) Entre verbo e objeto ou predicativo

Ex (96): 154*D2*

inf2: é o canário... a gaiola dele tá com uns palito estragado... e::: eu tenho medo dele SAIR... então pra evitar isso **eu vo:::u compra::r...**

inf1: **uma NOva...**

inf2: uma nova... lá no C.... ele disse que vai me arranjar...

c) Entre determinante e nome:

Ex (97):71*D2*

Inf2:mais também é:: o aterro no Cais do Porto...que EXISTia a PRAIA mansa né?...aí avançaram o cais do porto ((tosses))...também fizeram aquele aquele

Inf1: **piscinão né?**

Inf2: não... aquele... coisa... como é que chama AQUELE CAIS PESQUEIRO...aquele ali () depois de coluna... também ocupa espaço pra tomar né

d) Entre preposição e argumento

EX (98) 71 *D2*

Inf2: TUDO QUE É PRIMEIRO acha que é melhor mais nem semre () “os últimos serão os primeiros” acontece isso

Inf1: oh essa classificação aqui depende de:: números de gols... por exemplo eh:: o Brasil vamos supor pode ter feito os nove ponto mais só teve seis gols por exemplo...já:: Alemanha... Alemanha já vai com::

Inf2: **cinco gol**

Inf: cinco gol

e) Entre nome e modificador:

Ex (99): 04 D2

Inf1: pois é aí *ra* tem que ver também a a/o teu lado aí () a sua família... tem que ver aí o *poblema* da separação já [TEM UM MOTIVO AÍ

Inf2: [()

Inf1: de ser um problema/de ter os mais novos a ser de uma maneira diferente dos mais velho por que? porque na época dos mais velho o pai e a mãe tava presente...()porque_ninguém sabe como era que era a resposta dos dois né? () com relação aos filho aí ó... ó *rá* tem uma explicação por que que houve/por que que o João é diferente da Maria? porque na época do João...o **João tinha a mãe o pai** ()

Inf2: [presente

Inf1: aí a Maria é diferente por quê? a Maria é diferente porque ATÉ MESMO

inf2: [(o exemplo)

Inf1: até mesmo o pai né? a ausência do pai né? a ausência do pai... pronto levando o caso lá pra casa minha mãe e meu pai nunca se *separaram* nunca teve briga/TEM as confusões que toda família tem mas meu pai nunca me deu uma uma pisa eu sempre apanhei da minha mãe porque eu também sempre fui uma criança... danada uma criança...

Vejamos como as rupturas ocorreram, na amostra analisada do *corpus*, em termos quantitativos, na tabela 7.

Tabela 7 – Local de ruptura nos D2 quando intraoracional

	FREQUÊNCIA	%
entre sujeito e verbo	15	19,00%
entre verbo e complemento ou predicativo	27	34,18%
entre preposição e argumento	14	17,72%
entre determinante e nome	13	16,45%
entre nome e modificador	10	12,65%
TOTAL	79	100,00%

Conforme podemos ver, foi entre o verbo e seu complemento onde ocorreram as rupturas com maior frequência nos D2. Esse resultado se assemelha ao que vimos com relação a essa mesma categoria, nos DID. Portanto, podemos estabelecer que a colaboração do ouvinte no turno do falante ocorre, com maior frequência, após o verbo de uma oração interrompida, tal como no exemplo (96), em que a colaboração ocorre após o verbo *comprar*, funcionando como objeto direto dele.

Com relação ao segundo local mais frequente da ruptura, no D2, ela ocorreu entre o sujeito e o verbo, 19%, diferentemente do que ocorreu no DID, que teve, como segunda

categoria mais frequente, o lugar entre a preposição e o argumento (23%) e só em terceiro lugar apareceu na posição entre o sujeito e o verbo, em 15% das ocorrências.

Dessa forma, nos *D2*, em 15 ocorrências, a oração foi interrompida após o sujeito, o que, provavelmente, gerou colaborações que completavam a oração a partir do verbo. Assim, nos *D2*, o ouvinte atuou, com segunda maior frequência, na construção do predicado que foi atribuído ao sujeito gramatical estabelecido pelo falante. E, para isso, o ouvinte teve de lidar com as restrições estruturais impostas pelo falante, quando delimitou o sujeito da oração, tal como ocorreu no exemplo (95). Nele, vemos que o sujeito atribuído pelo falante é *os índios*. O ouvinte teve de considerar alguns traços presentes no sujeito, tais como: ser expresso por um sintagma nominal, do gênero masculino, com traços + humano, ao colaborar com o predicado *ficam espalhado assim eh?*.

Vejam também que, no exemplo citado, o verbo da colaboração está no plural, concordando com o sujeito *índios* e que o predicativo atribui uma propriedade e mantém uma concordância de gênero com *ficam espalhado*. Vale ressaltar que o fato de o termo *espalhado* não estar fazendo a concordância em número, ocorre, tal como discutimos no capítulo anterior, pelo apagamento do plural no final da oração, que pode ser uma característica da fala coloquial, em que ocorrem principalmente conversas informais com falantes de poucos anos de escolaridade. Em termos semânticos, percebemos que a colaboração determina um predicado (e) *ficar espalhado* atribuído a um indivíduo *índios* (x).

A posição entre sujeito e verbo não é um local típico de haver ruptura. Segundo Hilgert (2002), há uma tendência de a oração ser rompida nos seguintes lugares: após um determinante do sintagma subordinacional; após o artigo, se o núcleo é um substantivo; após a preposição (que pode vir seguida de artigo), se o núcleo for complemento verbal ou adjunto adnominal; após o verbo, se o núcleo for o complemento, etc. Dessa forma, podemos considerar que a posição da ruptura entre sujeito e verbo ocorre quando a colaboração vem em seguida, na posição de predicado da oração, tal como nos diálogos entre dois informantes.

O local onde a ruptura da oração ocorreu com menor frequência, tanto nos *D2* como nos *DID*, foi entre o nome e o modificador. No entanto, observamos que, em termos de quantidade de ocorrências, as colaborações que ocorreram após o nome, na posição de modificador, não seguiram o mesmo padrão nos diálogos.

Nos *DID*, tivemos 2 ocorrências expressas pelo documentador e, sem a solicitação do informante. E, em uma delas, o documentador utiliza uma ilocução interrogativa. Vejamos um exemplo, em (55), retirado do *DID* e retomado, a seguir, como (100):

Ex (100): 40 *DID*

Doc. agora assim como é que foi a sua adolescência? a senhora era muito namoradei:ra ou não?

Inf. não minha filha (toda vida eu fui uma) **pessoa**

Doc. **calma né?**

Inf. calma... o primeiro namorado eu me casei

Assim, podemos concluir que, nos *DID*, quando a ruptura se deu entre nome e modificador, o documentador, que estava na posição de ouvinte, preferiu não atribuir, com frequência, modificadores aos nomes designados pelo falante. E, quando o fez, em metade das vezes, foi demonstrando não estar tão certo da qualidade atribuída ao nome, pois utilizou uma pergunta. Isso ocorreu, talvez, pelo fato de o documentador não querer se comprometer, atribuindo propriedades qualificativas a indivíduos ou coisas referidas pelo falante. Vale lembrar que as funções do documentador, nesse tipo de inquérito, são, principalmente, fazer com que o informante discuta o tema e registrar a fala dele, já que é ela a que mais interessa à pesquisa. Assim, o documentador procura agir de forma mais “neutra”, para evitar que sua fala seja projetada, em lugar de destaque, nas gravações.

Já nos *D2*, como a tabela 7 indica, tivemos 10 ocorrências de ruptura, na posição entre nome e modificador, o que significa que a colaboração do ouvinte teve 5 vezes mais chances de ocupar a posição de modificador, do que nos inquéritos anteriores.

Ao identificarmos quem colaborou nessas rupturas, os resultados mostraram mais algumas diferenças que devemos considerar.

Vejamos a tabela, a seguir, que ilustra a relação entre o informante que colabora e o local de ruptura da colaboração, nos *D2*:

Tabela 8 - Relação colaborador com local de ruptura entre nome e modificador, nos *D2*

		local de ruptura		
		outra posição	entre nome e modificador	
Colaborador	Doc	No.	1	-
	Inf1	No.	-	3
		%	-	6,8%
	Inf2	No.	-	7
		%	-	10,1%
	Total	No.	-	10
%		-	8,8%	

Como vemos nos dados da tabela 8, nos inquéritos do tipo *D2*, em nenhuma das ocorrências em que a ruptura se deu entre o nome e o modificador, o documentador colaborou. Das 10 ocorrências (do total), 7 foram do segundo informante e 3, do primeiro. Isso fortalece o que discutimos sobre o documentador não atuar, com frequência, nas ocorrências de colaboração, nesse local.

Podemos também apontar outra diferença: enquanto, nos *D2*, somente os informantes colaboraram quando a ruptura se deu entre nome e modificador, nos *DID*, apenas o documentador. Isso mostra que a participação do documentador, em cada tipo de inquérito, muda. Iremos tratar mais desse ponto, na seção que analisa quem colabora mais nos inquéritos, mais adiante.

Ao observarmos os exemplos em que a ruptura ocorreu entre nome e modificador, vimos que, em apenas 2 ocorrências de colaboração, no *D2*, o ouvinte utilizou uma ilocução interrogativa. Dessa forma, nesse tipo de inquérito, após o nome, na posição de modificador, as colaborações foram mais frequentes pelos informantes, que utilizaram mais ilocuições de forma afirmativa. Assim, eles demonstraram não estar tão preocupados em interferir no turno do outro, como ocorreu no exemplo (99), em que o informante 2 atribuiu uma propriedade *presente* ao estado-de-coisas que qualificou o evento expresso pelo falante, na oração *o João tinha a mãe o pai*.

Para concluirmos esta subseção, lembramos o fato de essa posição, *entre nome e modificador*, (por ser esse um elemento não argumental na oração), não ser muito comum para a ruptura da oração, quando há a colaboração. Assim, podemos caracterizá-la, no que se refere à posição oracional, como menos recorrente na posição não argumental.

7.1.2 Sinalização da ruptura do turno no contexto de colaboração

No que se refere à sinalização da ruptura do turno nos diálogos entre dois informantes, identificamos quando o falante sinaliza explicitamente a ruptura do turno, através de marcas de hesitações, pausas, repetições, truncamentos, perguntas, etc., e, quando ele não sinaliza, não demonstrando estar com nenhuma dificuldade de formulação de seu enunciado.

Vejamos os resultados referentes à sinalização da ruptura nos diálogos entre dois informantes, a seguir:

Tabela 9 - Sinalização da ruptura do turno, nos D2

	FREQUÊNCIA	%
Explícita	76	66,7%
Não explícita	38	33,3%
TOTAL	114	100%

Como ocorreu nos *DID*, a sinalização explícita foi mais frequente também no *D2*. Em 66,7% dos casos, o falante sinalizou a ruptura do turno, ou seja, em 76 ocorrências de colaboração do ouvinte intraturno, o falante deu algum indício, utilizou alguma marca que sugeriu a colaboração.

Se observarmos a pessoa que sinalizou, com mais frequência, a ruptura do turno nos dois tipos de inquéritos analisados, podemos traçar algumas diferenças importantes para a observação do comportamento dos indivíduos nessas duas situações de interação. Assim, podemos analisar qual dos participantes demonstrou, explicitamente, ter tido mais problemas no desenvolvimento do seu turno, ou seja, em qual desses a fluidez na progressão temática foi mais lenta, pois, ao utilizar alguma marca para sinalizar explicitamente a ruptura no turno, o indivíduo evidencia ou estar com problema no processo de formulação ou no de codificação desse.

Com o objetivo de verificar qual dos participantes sinaliza ter alguma dificuldade de produção do turno, fazendo com que o ouvinte interfira para colaborar, nos diálogos entre informante e documentador e nos diálogos entre dois informantes, fizemos uma comparação com os dados resultantes dessa categoria nas duas análises.

Na tabela 10, a seguir, ilustramos o cruzamento dos resultados das duas análises, para discutirmos algumas semelhanças e diferenças entre o indivíduo que mais sinaliza a ruptura, nos *DID* e nos *D2*:

TABELA 10 – Sinalização da ruptura, nos *DID* e *D2*

Tipo de inquérito				sinalização da ruptura do turno		Total	
				explícita	não explícita		
Did	Colaborador	Doc	No.	28	30	58	
			%	48,3%	51,7%	100,0%	
		Inf	No.	30	17	47	
			%	63,8%	36,2%	100,0%	
	TOTAL			No.	58	47	105
				%	55,2%	44,8%	100,0%
D2	Colaborador	Doc	No.	1	-	1	
			%	100,0%	-	100,0%	
		inf1	No.	33	11	44	
			%	75,0%	25,0%	100,0%	
		inf2	No.	42	27	69	
			%	60,9%	39,1%	100,0%	
TOTAL			No.	76	38	114	
			%	66,7%	33,3%	100,0%	

Os resultados apontam que, nos *DID*, o documentador marcou a ruptura explicitamente 28 vezes, enquanto que, nos *D2*, apenas 1 vez. Isso significa que o documentador, no primeiro tipo de inquérito, apresentou alguma pista de que estava tendo problemas na construção de seu enunciado ou demonstrou mais estar buscando as palavras “certas” para utilizar na interação. Os dados encontrados também fortalecem o resultado sobre a frequência de participação do documentador nos turnos em que houve a colaboração do ouvinte, por não ser semelhante nos dois tipos de diálogos, já que o documentador teve apenas uma participação em colaboração, nos diálogos entre dois informantes.

Com relação ao informante que mais sinalizou a ruptura do turno, nos diálogos entre dois informantes, tivemos o segundo informante. Esse atua no diálogo após o primeiro, tendo que dar continuidade à interação. Dessa forma, ele parece ter tido mais dificuldades no desenvolvimento do turno que o primeiro informante.

Vale ressaltar que tivemos uma grande frequência dessas marcas, em ambos os diálogos. Esses elementos marcam a sinalização da ruptura do turno, funcionando como pistas para o ouvinte de que o falante está passando por dificuldades de planejamento e processamento da informação, encorajando a participação desse. Por isso, é comum que os falantes sinalizem a ruptura do turno no contexto em que as colaborações surgem.

Silva *et al.* (2002) esclarecem que, quanto mais próximo do final do enunciado, mais difícil de ocorrer tais elementos na ruptura, já que as dificuldades de planejamento e de processamento linguístico vão diminuindo à medida que o enunciado vai sendo emitido.

Relacionando esse dado aos resultados sobre o local onde a ruptura ocorre, nos dois tipos de diálogos, vemos que a sinalização da ruptura do turno, quando há colaboração intraturno, ocorre, mais frequentemente, entre o verbo e o complemento da oração. Portanto, as dificuldades ocorreram, com maior recorrência, até o verbo da oração que compõe o turno do falante.

Passemos aos resultados referentes ao *Move 2*, a colaboração do ouvinte, nos diálogos entre dois informantes.

7.2 Aspectos relativos à colaboração propriamente dita (*Move 2*)

Com relação às categorias analisadas no segundo *Move*, em que o ouvinte reage ao *Move* inicial do falante e colabora, como no capítulo anterior, se referem à solicitação ou não da colaboração; à natureza morfossintática dela; ao tipo de ilocução pela qual ela pode se manifestar; às funções estrutural-informacionais que elas desempenham; à relação sintático-semântica da colaboração com o segmento anterior; à operação do Componente Gramatical da GDF (formulação ou codificação) em que recai o escopo da colaboração e às funções pragmáticas delas, nos diálogos entre dois informantes.

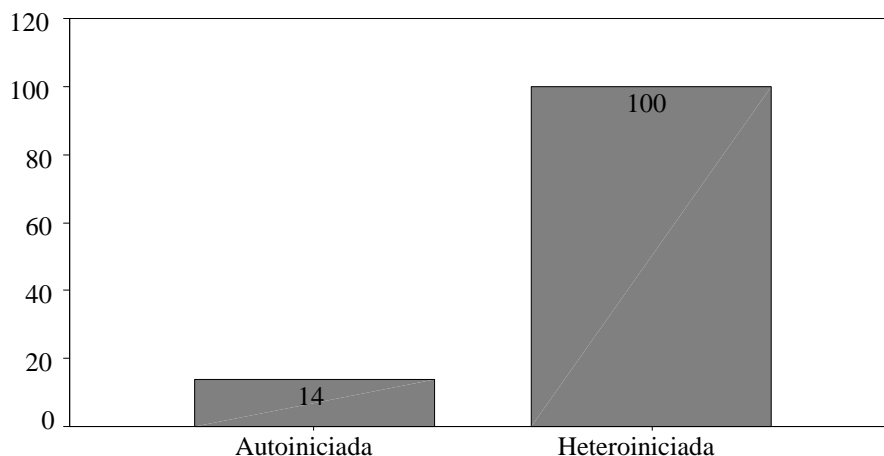
Vale ressaltar que iremos priorizar, na discussão das subseções, a seguir, os resultados mais relevantes dessa análise, principalmente, aqueles que podemos relacionar aos resultados encontrados na análise dos diálogos entre informante e documentador, para discutir como ocorrem as diferenças de uso da colaboração intraturno.

7.2.1 Solicitação da colaboração do ouvinte

Analisamos se a colaboração foi solicitada, ou seja, se ela ocorreu de forma Autoiniciada - quando o próprio falante teve a iniciativa de interromper seu turno e pedir a colaboração ao ouvinte; ou se ela não foi solicitada, quer dizer, se ela foi Heteroiniciada - quando a iniciativa da colaboração partiu do ouvinte, que, mesmo sem ser solicitado, colabora.

Vejam os resultados no gráfico 12, a seguir:

Gráfico 12 – Iniciativa da colaboração, nos D2



Os resultados referentes à iniciativa da colaboração do turno, nos diálogos entre dois informantes, ocorreram de forma semelhante, em termos quantitativos gerais, aos resultados encontrados nos *DID*. Em ambos os tipos de diálogos, a maior frequência da iniciativa da colaboração foi do ouvinte (nos *D2*, em 87,7 % e nos *DID*, em 85,7%). Logo, o ouvinte participa ativamente na construção do turno do falante, mesmo não tendo sido solicitado a isso.

O gráfico também mostra que, nos diálogos entre dois informantes, em apenas 12,3%, ou seja, em 14 ocorrências, o falante solicitou a colaboração do ouvinte. Dessa forma, a colaboração não é muito solicitada, sendo o próprio falante que busca encontrar as soluções de suas dificuldades de formulação. Esse resultado reporta à noção de Goffman (1970), sobre o monitoramento na conversação (capítulo 3) e o que Preti e Urbano (1990) denominaram como *dinâmica interrelacionada*, em que tanto o falante quanto o ouvinte monitoram o turno um do outro e, assim, conduzem a conversação segundo as demandas da interação. Como afirma Koch *et al.* (2002), o processo de produção e realização da fala se dá em *locally managed*, ou seja, passo a passo e sem planejamento prévio.

Ao fazermos o cruzamento dos resultados encontrados nas duas análises da solicitação da colaboração, identificamos algumas diferenças entre a iniciativa da colaboração, nos dois tipos de inquéritos, conforme mostra a tabela que segue:

Tabela 11 – iniciativa da colaboração, nos *DID* e *D2*

Tipo de inquérito				iniciativa da colaboração M2		
				Autoiniciada	Heteroiniciada	Total
DID	Colaborador	Doc	No.	10	48	58
			%	17,2%	82,8%	100,0%
	Inf		No.	5	42	47
			%	10,6%	89,4%	100,0%
	TOTAL			No.	15	90
			%	14,3%	85,7%	100,0%
D2	Colaborador	Doc	No.	-	1	1
			%	-	100,0%	100,0%
	inf1		No.	9	35	44
			%	20,5%	79,5%	100,0%
	inf2		No.	5	64	69
			%	7,2%	92,8%	100,0%
	TOTAL			No.	14	100
			%	12,3%	87,7%	100,0%

Conforme podemos observar na tabela, identificamos que, nos *DID*, o documentador teve 50% mais iniciativa da colaboração que o informante e, nos *D2*, o documentador não rompeu com seu turno para pedir a colaboração do ouvinte nenhuma vez, sendo o informante 1 aquele que teve mais essa iniciativa. Mais uma vez, percebemos que o documentador, no primeiro tipo de inquérito, age diferentemente em relação ao segundo tipo no que se refere à iniciativa da solicitação da colaboração. Vale ressaltar que, como informamos no capítulo 4, por esse tipo de diálogo aproximar-se de uma entrevista, o documentador desempenha uma função semelhante à de um entrevistador, estimulando o informante a falar. Para tanto, ele também detém a posse do turno, durante boa parte da interação. Já nos *D2*, o documentador quase não fica com a posse da palavra, deixando que os outros dois participantes interajam entre si. Ele só participa esporadicamente, para realinhar o tema ou sugerir alguns tópicos. Neles, são os informantes que dão continuidade à interação (PRETI, 2002).

Nos diálogos entre dois informantes, quando a colaboração foi autoiniciada, o informante 1 foi quem teve, com frequência, a iniciativa de pedir a ajuda do ouvinte. O primeiro informante é quem, em geral, elege o tema da interação, introduzindo tópico a ser discutido, já que, como vimos no capítulo 5, no NORPOFOR, é dada aos informantes a autonomia na eleição dos temas.

Vejamos uma ocorrência no exemplo, a seguir:

Ex (101): 49D2

Inf1 – bom é a novela das seis

Inf2– nunca mais assisti não... que foi?

Inf1 – sim... tu viu...o ... o menino mandou sequestrar o filho a Ana... o Danilo

Inf2– não

Inf1 – aquele Sebastião rei como é?

Inf2– **Sebastian...** sabe nem falar em portu/inglês... é SeBAStian

Inf1 – mar é... é:::... é pobre mesmo... é Sebastião... (é assim)

Inf2– eu só assisti nesse dia nunca mais eu assisti não

Inf1 – o Sebastião contratou um homem pra

Inf2– **sequestrar**

Inf1 – sequestrar... aí o homem num quer agora entregar mais o menino

No exemplo (101), vemos que o informante 1 insere o tema *novela das seis* no diálogo. Ele discorre sobre o que aconteceu no último capítulo da novela e, quando vai tratar da personagem vilã *Sebastian*, ele pede a ajuda do informante 2 para pronunciar o nome correto dela: *aquele Sebastião rei como é?*. O ouvinte (Informante 2) auxilia o falante, corrigindo o nome da personagem *Sebastian... sabe nem falar em portu/inglês... é SeBAStian*. Além de corrigir, a colaboração também se apresenta como uma provocação, que, de acordo com Barros (2008), é uma forma descortês de tratar o outro, pois apresenta imagens negativas dele ou de suas competências. Mas, se lembrarmos de que estamos tratando de um inquérito do tipo diálogo entre dois informantes, isso é amenizado pelo grau de informalidade do inquérito e pelo nível de intimidade dos participantes.

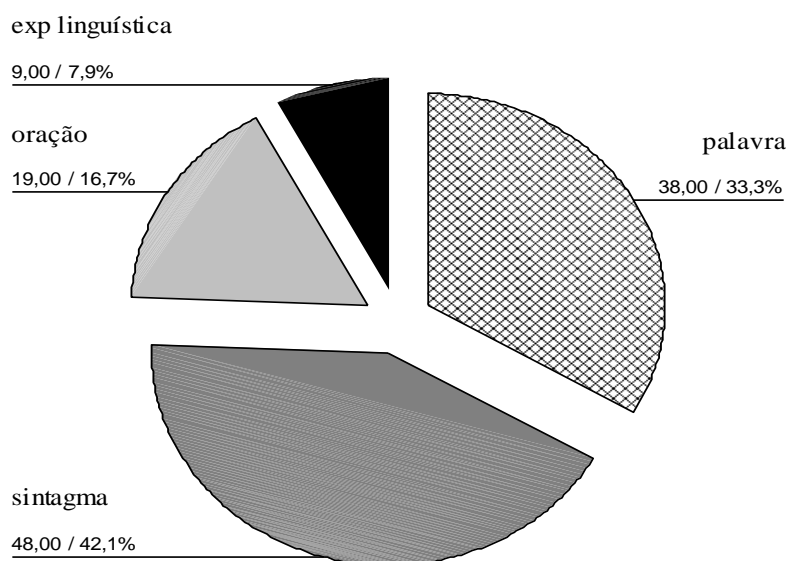
Mais adiante, no mesmo exemplo, o ouvinte (inf2) interrompe o turno do informante 1, *o Sebastião contratou um homem pra*, para completá-lo com a expressão *sequestrar*. Nessa ocorrência de colaboração, observamos que o informante 1 é o detentor da posse da palavra por mais tempo e quem dá progressão ao tema. O informante 2 participa da interação, principalmente para mostrar ao primeiro informante, que está acompanhando o desenvolvimento do tópico discursivo, antecipando o final da oração do outro, e que sabe o que iria ser dito.

Vale ressaltar que, nesse tipo de diálogo, é comum que um dos informantes introduza o tema e cuide da progressão dele, dominando a posse da palavra por mais tempo, enquanto o outro o auxilia no desenvolvimento do turno e passa, assim, a maior parte do tempo do diálogo no papel de ouvinte.

7.2.2 Natureza morfossintática da colaboração

Nos diálogos entre dois informantes, a natureza morfossintática da colaboração se manifestou, mais frequentemente, expressa por um sintagma e, em seguida, por uma palavra, correspondendo, respectivamente, a 42,1 % e a 33,3% do percentual das ocorrências, como mostra o gráfico 13, a seguir:

Gráfico 13 - Natureza morfossintática da colaboração, nos D2



Esse resultado é semelhante ao da análise dos inquéritos do tipo *DID*, que teve também a maior parte das colaborações expressa por sintagma e palavra. Portanto, a colaboração intraturno, na maioria dos casos da análise do NORPOFOR, veio expressa por essas duas formas.

Com relação ao tipo de sintagma de expressão da colaboração, nos diálogos entre dois informantes, das 48 ocorrências por sintagmas, 21 foram por sintagmas nominais (SN), 21 por sintagmas verbais (SV), 5 por sintagmas adjetivais (SA) e 2 por sintagmas preposicionados (SP). Com relação à natureza das palavras, a maioria foi de substantivo (22 ocorrências) e verbos (10 ocorrências).

De acordo com Neves (2000, p. 67), “os substantivos são usados para referir-se às diferentes entidades (coisas, pessoas, fatos, etc.) denominando-as”. A autora lembra que é com base em sua natureza denominadora que o substantivo é definido, na Gramática Tradicional, como “palavra que designa ou nomeia os seres” (*op. Cit.* p. 68). Portanto, esse tipo de palavra ser o mais utilizado na colaboração, que, como afirmamos no início deste

trabalho, se caracteriza, principalmente, por dar nomes às coisas. Essa função, além dos substantivos, também pode ser atribuída aos sintagmas nominais, já que o núcleo desses é um substantivo.

Com relação ao segundo tipo de palavra mais recorrente, o verbo, ele se manifestou sozinho em 10 ocorrências e, como núcleo de sintagma verbal, em 21 ocorrências. As colaborações expressas por verbos ou por sintagmas verbais constituem o predicado da oração, designando propriedades ou relação. Essas podem ser aplicadas a um número de termos referentes às entidades, formando uma predicação. A predicação designa um estado-de-coisas, que, como vimos no capítulo 2, diz respeito a algo que pode ocorrer em algum mundo (DIK, 1989). O estado-de-coisas, quando expandido, forma uma proposição (X).

Vemos que a maioria das ocorrências de colaboração, em todo o *corpus* da pesquisa, atuou na base da predicação, podendo ser compreendida em termos de suas restrições sintáticas e semânticas. Dessa forma, o ouvinte fez escolhas lexicais que condiziam com o que foi dito pelo falante, tentando prever ou antecipar a expressão que completava o turno desse ao formular um estado-de-coisas.

Segundo Dik (1989), os verbos são subclassificados em dinâmicos e não dinâmicos, de acordo com as unidades semânticas presentes neles. No primeiro grupo estão os verbos de ação e de processo, e, no segundo, os de situação (estado). Com base nisso, identificamos os verbos que constituem a colaboração, enquanto palavra e quando núcleo do sintagma verbal, nos dois tipos de inquéritos.

Os resultados apontaram que, quando o verbo é usado sozinho, em ambos os tipos de diálogos, a preferência do ouvinte ao colaborar é por verbos que expressam *dinamicidade*, os verbos de ação. Nos *DID*, houve 4 ocorrências de colaboração intraturno expressas por um verbo de ação, das 9 do total. E, nos *D2*, todas as 10 se apresentaram por esse tipo de verbo. Concluimos que, quando o ouvinte elege um verbo para colaborar, ele o faz, principalmente, para atribuir uma ação a um participante agente ou causativo. Vejamos um exemplo, a seguir, retirado do *D2*:

Ex (102): 04D2

Inf1. o valor da criança do adulto do adolescente é a moda toda forma tem que comprar aí aquela coisa do consumo né? aí ele chorou chorou chorou e o pai dele: “ói o seu sapato *inda* dá *pa* você passar o ano quando a coisa melhorar eu compro seu kichute” aí ele se conformou né? aí ele saiu com pai dele ele morava até em Brasília essa época aí saiu com pai dele ele/o pai dele (saiu no carro) cum ele quando ele chegou num não sinal aí tinha um rapaz só com uma perna...aí o pai dele disse assim *ó* tá vendo aí? você tem dois *sapatinho* em casa (que dá) pa você

usar o ano *toquinho* você fez uma confusão tão grande pelo um kichute...ó aquele rapaz ali só tem uma perna ó ele disse que teve/rapaz o momento que o pai dele disse...

inf2. tá mostrando [pra ele()

Inf1. [mostrou a ele/ele nunca esqueceu disso ele já é velho e ele nunca esqueceu disso... em que/porque? porque o pai dele deu um exemplo não precisou bater num precisou

inf2. **brigar**

inf1. brigar com ele..

No exemplo (102), o ouvinte colabora com o verbo dinâmico *brigar*, atribuindo uma ação à predicação *não precisou bater num precisou*. Essa ação pode ser controlada pelo indivíduo *pai*, que é designado como o Agente da ação em questão.

Com relação aos resultados referentes à colaboração expressa por um sintagma verbal, houve divergência de tipos nos dois inquéritos. Nos *DID*, houve 8 ocorrências de sintagmas com verbo de ação e 5, com verbos de estado.

Já nos *D2*, houve 9 ocorrências com verbos de ação, 1 com verbo de processo e 13 com verbo de estado. Logo, nos diálogos entre informante e documentador, o ouvinte preferiu, ao colaborar com um verbo ou um sintagma verbal, sugerir verbos dinâmicos, que atribuam uma ação ou uma atividade a um participante. Já nos *D2*, o ouvinte preferiu utilizar verbos não dinâmicos, que servem de suporte para estados (NEVES, 2000). Vejamos um exemplo com verbo de estado, retirado do *D2*, a seguir:

Ex (103): 74D2

INF2 tu se sente revoltada? Em comparado as outras as pessoas que vivem normal que

INF2 [**tem estudo**

INF1 [que vive normal

INF1: eu me sinto MUito eu me sinto uma pessoa totalmente estranha entendeu? família irmãos... tudo... eu penso assim porque a única coisa assim que eu tenho que é meu mesmo é meu filho tá entendendo?

No exemplo (103), o ouvinte colabora com um verbo não dinâmico, atribuindo uma propriedade, *ter estudo*, às *pessoas que vivem normal*. Segundo Neves (2000, p. 56), ao preferir utilizar um verbo suporte + complemento, como ocorreu no exemplo, o indivíduo (ouvinte) permite indicar vários aspectos, qualificando ou classificando o sujeito da oração. Uma dessas classificações é a de *posse reflexiva*, quando o nome do complemento mantém com o nome sujeito da oração uma relação atributiva, como no exemplo em questão.

Com relação aos dois últimos tipos de expressão morfossintática com que a colaboração se manifestou na análise dos diálogos entre dois informantes, tivemos a oração e, em seguida, a expressão linguística, 16,7% (Cl) e 7,9% (Le). Se compararmos com os dados encontrados nos *DID*, vemos que os resultados se invertem, em relação à preferência dessas formas, já que houve mais colaborações expressas por expressão linguística que por oração nos *DID*, 24,8% (Le) e 11,4% (Cl).

Vale ressaltar que, com relação ao tipo de oração com maior frequência em ambos os inquiridos, identificamos as orações subordinadas denominadas por Halliday (1994) e Lehmann (1988) como *cláusulas encaixadas*, ou seja, as que funcionam como constituintes de orações anteriores. Esse resultado mostra que, nos *D2*, provavelmente, manifestou-se no *Move* 1 o que esses autores consideram como *cláusulas matrizes*, classificadas como as orações que necessitam, como complemento, outra oração. Como evidenciado, a colaboração é um segmento tipicamente dependente do contexto sintático-semântico anterior. Portanto, o ouvinte só pode utilizar uma oração para colaborar quando ela pudesse ser encaixada na do turno do falante, ou seja, quando este utilizou uma oração *matriz* antes da ruptura, que permitisse uma oração como colaboração, tal como no exemplo, a seguir:

Ex (104): 14 D2

Inf. 2 quer dizer *você* acha que trezentos reais pra tirar aquelas três mangueira tá no preço razoável?

Inf. 1 é de acordo com a... o que ele pediu que foi setecentos reais né? **eu creio que...**

Inf. 2 **tá dentro do preço**

Inf. 1 tá dentro do preço ((voz de criança)) agora que vai ficar... situação difícil vai... pra nós do estúdio do...

Em (104), o falante (Inf. 1) interrompe seu turno com uma oração *matriz* *eu creio que...*, permitindo que o ouvinte (Inf. 2) colabore com uma oração encaixada, completando o sentido daquela com a oração *tá dentro do preço*. Vejamos que essa oração é subordinada à oração do falante e desempenha a função sintática de objeto direto dela. Assim, temos como colaboração uma oração subordinada substantiva objetiva direta.

Dessa forma, o ouvinte só colabora a partir da expressão linguística incompleta fornecida pelo falante (capítulo 2). E se o falante interrompe sua fala com uma oração que precisa ser completada por outra, o ouvinte irá utilizar uma oração subordinada para colaborar. Vejamos que a oração do falante (Inf. 1), no exemplo, tem como verbo *crer*, que é transitivo direto e que, segundo Borba (1990), possui valência 2, ou seja, necessita de um

sujeito que pratique a ação de começar algo e de um argumento 2, referente àquilo que foi começado. Assim, o ouvinte oferece sua colaboração a partir da oração fornecida pelo falante, tendo em consideração o contexto compartilhado na interação.

Em relação às ocorrências de colaboração manifestadas por expressões linguísticas, vimos que, apesar da baixa frequência, elas também foram usadas. Segundo a GDF, elas dizem respeito às unidades que, em conjunto, podem ser usadas de forma independente. A partir daí, classificamos como expressões linguísticas o conjunto de palavras ou orações que funciona como uma única unidade de sentido, tais como as expressões idiomáticas, regionais, etc.

Os resultados apontam que, nos diálogos entre informante e documentador, o ouvinte utilizou três vezes mais expressões linguísticas para colaborar do que nos *DID*. Isso reflete que, nesse tipo de diálogo, houve uma maior preocupação em esclarecer possíveis problemas de compreensão através da utilização de expressões da linguagem comum, mais próximas ao contexto real dos envolvidos na interação, do que ocorreu nos diálogos entre dois informantes.

Nos exemplos (105) e (106), temos ocorrências dessa categoria, retiradas, respectivamente, dos *DID* e *D2*:

Ex (105): 21*DID*

Inf. o que você pode fazer é é comer carne no dia que você morde a língua...e todo e todo mês tem que comprar::duas bandejas de ovo...pra garantir...

Doc. na hora que faltar o::

Inf. na hora que{faltar...

Doc. o cheiro da carne tem pelo menos um ovinho pra::...

Inf. é sim um (cdzinho)...()

Doc. (como é o)...

Inf. **cd...o bife do olho...**

Doc. bife do olho né?

Inf. éh::bisteca...

Doc. éh::como é que é rapaz () carne carne carne branca né?

Ex (106): 74*D2*

INF1 que ele seja totalmente diferente... acredita que meu pai não bebe minha mãe não bebe não fuma agora os fi::lhos todos BEbem agora sim a mais revolta assim sou eu eu chego assim em casa

INF2: **[abre um barraco**

INF1: [abre um barraco

INF1: sabe eu boa assim LÚcida assim sem beber nada eu não tenho coragem de falar quando tô bêbada...

Nos dois exemplos anteriores, vemos que o ouvinte utiliza expressões idiomáticas para colaborar. Essas são lembradas por Bernardes e Brito (2008) como *metáforas mortas*, uma vez que as palavras que a formam não têm uma relação direta de sentido com o que o todo produz.

Vejamus que, no exemplo (105), o ouvinte utiliza uma expressão do cotidiano nordestino, mais próxima de sua realidade, para designar ovo, *cd o bife do olho...* Por trazer à discussão, várias expressões de sua região (*Cd, bife do olho, bisteca*), o informante reflete o linguajar típico.

No exemplo (106), temos outra ilustração da utilização de uma expressão idiomática popular *abre um barraco*, usada pelo ouvinte (Inf. 2) para qualificar o comportamento do falante (Inf.1), quando esse chega à casa bêbado e faz confusão.

Apesar de, nos dois exemplos, o ouvinte utilizar uma expressão linguística para colaborar, vemos que, no primeiro exemplo, ele busca dar outras denominações a um termo já introduzido no diálogo. E, no segundo, ele introduz um modo de pensar sobre a ação do falante, pois utiliza uma expressão com forte teor argumentativo, refletindo seu ponto de vista sobre o que está sendo discutido.

Assim, nos *D2*, quando o ouvinte colabora utilizando uma expressão linguística, ele tende a se comprometer mais com aquilo que está expressando, do que nos *DID*. Isso ocorre devido ao fato de, nos *D2*, os informantes serem pessoas mais próximas, em geral, familiares, o que lhes dá maior liberdade para exprimir um juízo de valor sobre aquilo que expressam.

7.2.3 Tipo de ilocução (ILL) da colaboração

A análise do tipo de ilocução que o ouvinte utilizou para compor seu ato discursivo colaborativo nos diálogos entre dois informantes projeta as intenções comunicativas envolvidas nesse processo. Logo, essa observação pode identificar semelhanças e diferenças entre o papel desempenhado por eles nos *D2* e nos *DID*. Ela permite, também, caracterizar a colaboração em termos de propriedades formais e pragmáticas, pois, de acordo com a GDF (capítulo 2), a presença de indicadores ilocucionários é importante para diagnosticar como o ato discursivo, expresso pelo indivíduo, interfere nas relações interpessoais, visando à obtenção de uma intenção comunicativa, como questionar, declarar, advertir, solicitar, ordenar, etc.

Vejamos a tabela 12, com os resultados da identificação dos tipos de locução usados pelo ouvinte para colaborar, nos *D2*.

Tabela 12 – Tipo de locução da colaboração, nos *D2*

	FREQUÊNCIA	%
declarativa	87	76,3%
interrogativa	27	23,7%
TOTAL	114	100,0%

Nos diálogos entre dois informantes, identificamos dois tipos de locução usados pelo ouvinte para expressar a colaboração: a locução declarativa e a locução interrogativa, sendo a primeira a que apresentou maior recorrência, correspondendo a 76,3% das ocorrências. Esse resultado assemelha-se ao encontrado na análise dos *DID*. Portanto, podemos afirmar que o ouvinte prefere expressar a colaboração utilizando uma locução declarativa, com o objetivo de acrescentar uma informação de forma objetiva, direta, nos dois diálogos analisados. Assim, o turno do falante é interrompido, principalmente, para o acréscimo de informações.

Segundo Hengeveld; Mackenzie (2008), a presença ou ausência de certas locuções não é aleatória e podem ser descritas sistematicamente ao longo de um número limitado de parâmetros. Desse modo, a presença de locução declarativa e interrogativa, encontradas nas duas análises (*DID* e *D2*), deve-se à relação que elas têm com a troca de informações entre os participantes da interação.

As locuções declarativa e interrogativa foram classificadas como locuções proposicionais, na GDF, diferenciando-se das locuções comportamentais (imperativa, proibitiva, optativa, etc.), aquelas que interferem no comportamento do destinatário. Desse modo, a locução expressa pela colaboração do ouvinte está relacionada com o conteúdo comunicado do ato comunicativo e não se refere a noções comportamentais, que influenciam o comportamento do falante. Para ilustrar isso, vamos observar dois exemplos, a seguir, retirados do *D2*:

EX (107): 04 *D2*

Inf1. nunca foi um bom filho aí

Inf2. casou-se nem foi um bom marido nem foi um bom pai

Inf1. aí casou-se nem foi um bom marido nem foi um bom pai ...e [hoje

Inf2.

[é

Inf1.() pra ele uma pessoa que tá...

Inf2. um exemplo disso

Inf1. Hospitalizada com *poblema* com bebida

Inf2. se for analisar

Inf1. porque se fosse só o álcool se fosse só até a cachaça até mesmo tirava porque iria tá fazendo mal só ele mas a cachaça dele a bebida dele

Inf2. **prejudica**

Inf1. prejudica a quem tiver perto dele... então o exemplo *taí* na própria família... nunca foi um bom irmão...

EX (108): **04 D2**

Inf1. aquela história que diz aquela cidade que diz que a menina não ia que não podia ir pra lá

Inf2. **Icapuí?**

Inf1. ICAPUÍ pronto o exemplo de Icapuí inclusive ganhou até um prêmio... não sei se foi da UNICEF Icapuí é uma é uma cidade que é basicamente (é pesca né) ()

Nos exemplos (107) e (108), vemos que a colaboração do ouvinte foi expressa, respectivamente, por uma ilocução declarativa e uma ilocução interrogativa. Na primeira, o ouvinte (inf.2) completa a afirmação do falante, de que a bebida faz mal à pessoa que bebe. Vemos que a colaboração *prejudica*, por ser expressa por um verbo factivo⁷⁴, incide diretamente no conteúdo comunicado da oração do falante, denotando um comprometimento com a verdade dele, já que emite uma opinião pessoal do ouvinte. Essa opinião se apresenta como compartilhada pelos interlocutores, já que, como vimos, a colaboração é aceita no *Move* 3 e inserida no enunciado interrompido.

No exemplo (108), o ouvinte (Inf.2) utiliza a ilocução interrogativa *Icapuí?* para denominar a cidade buscada pelo falante. Vejamos que as ilocuições interrogativas se assemelham às declarativas, no que diz respeito às palavras usadas e à ordem da disposição delas na oração. O que faz distinguir uma afirmação de uma pergunta é a entonação ascendente, representada, na transcrição, pelo ponto de interrogação. É também por se assemelhar a uma declaração, tipo usado para acrescentar informações, que esse tipo de ilocução apareceu na expressão da colaboração.

Quando uma ilocução interrogativa é utilizada como colaboração, ela indica que o ouvinte não está tão certo se aquilo que está dizendo é o que o falante iria dizer. Por isso, em todas as colaborações identificadas, nos dois tipos de diálogos em que a colaboração foi expressa por ilocuições interrogativas, foi feita por perguntas polares, que emitiam um

⁷⁴ Os verbos factivos são tratados por Dik (1989,1997) como aqueles que atribuem à proposição um valor de verdade. Diferentemente dos verbos implicativos, os factivos não designam um evento, mas um estado de coisas real, um “fato”. Eles podem vir com operadores de negação ou outros mecanismos discursivos, sem que isso traga prejuízo a seu valor de verdade.

conteúdo comunicado que deveria ser confirmado como verdadeiro ou falso pelo falante, como no exemplo (108), em que o falante confirma que o nome da cidade que estava buscando era *Icapuí*.

É preciso também lembrar, como afirmam Hengeveld; Mackenzie (2008), que não há nenhuma relação um-para-um entre uma intenção comunicativa específica e o tipo de ilocução utilizada pelo ouvinte para colaborar. E que somente levando em consideração todo o contexto em que ela ocorreu podemos observar como o indivíduo expressou tais intenções.

Em nossa análise, tivemos dois casos em que a expressão da colaboração foi marcada pelo uso de elementos modalizadores, mais precisamente por dois verbos modais *achar* e *saber*, que incidiram na declaração, refletindo o grau de certeza do ouvinte expressado nela. Vejamos um dos exemplos em (109):

Ex (109): 71D2

Inf2. () foi o primeiro jogo () sábado e domingo

Inf1. foi o primeiro jogo?

Inf2. foi o primeiro jogo... estréia

Inf1. ele ele qual o grupo dele? É o grupo

Inf2. **(acho) que é o grupo b e Brasil acho que é E**

Inf1. Brasil é F

A expressão modalizadora epistêmica (*acho*) *que* utilizada duas vezes pelo ouvinte em sua colaboração incide sobre as ilocuições declarativas *é o grupo b e Brasil é E*, evidenciando que ele não tem tanta certeza de que esses são, respectivamente, o grupo de estreia do campeonato e o grupo do time brasileiro. Quando se utiliza esse tipo de expressão modalizadora, que diz respeito ao comprometimento do falante com a verdade da proposição, o indivíduo quer preservar sua face positiva no diálogo.

7.2.4 Funções informacional-estruturais e natureza sintático-semântica da colaboração

Analisamos as funções informacional-estruturais desempenhadas pela colaboração intraturno, fazendo o cruzamento dos dados desse tipo de inquérito com os evidenciados no capítulo anterior, nos *DID*.

Vejamos os resultados encontrados sobre tais funções, na tabela, a seguir:

Tabela 13 – Funções informacional-estruturais da colaboração, nos *DID* e nos *D2*

Posição da informação na oração			Funções informacional-estrutural da colaboração		
			Foco	Fundo	Total
Tópico	Tipo de inquérito	Did	16	-	16
		D2	26	-	26
	TOTAL		42	-	42
Comentário	Tipo de inquérito	Did	78	11	89
		D2	78	10	88
	TOTAL		156	21	177

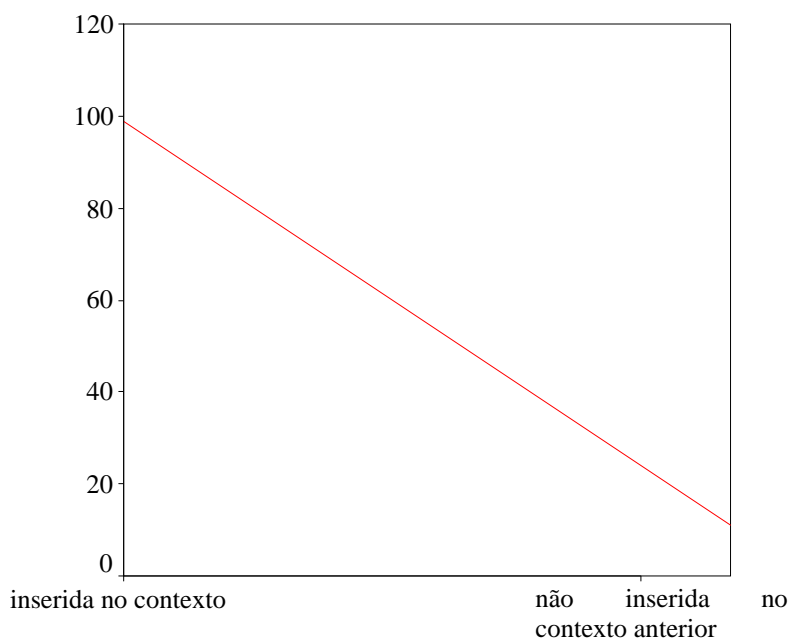
Conforme a tabela (13), a colaboração, nos *D2*, ocorreu com maior frequência desempenhando as funções informativo-estruturais de Foco e Comentário (78 ocorrências). Esse resultado foi similar ao encontrado na análise dessa categoria nos *DID*. Logo, a colaboração do ouvinte intraturno teve função primordial de Foco, trouxe, nos dois tipos de diálogos, uma informação relevante e nova sobre um referente introduzido pelo falante; e de Comentário, aparecendo na posição à direita da oração, após o tópico e trazendo informações que dizem respeito a ele.

Outro ponto que podemos perceber na tabela é o fato de a colaboração não acontecer com as funções Tópico-Fundo, ou seja, ela não se manifesta como ponto de partida do enunciado, trazendo uma informação já dada na interação. Esse resultado reflete os propósitos do uso da colaboração, uma vez que, como discutimos, ela vem a completar, ou elaborar o que foi dito, pelo falante.

Com relação à natureza sintático-semântica da colaboração nos diálogos entre dois informantes, ela se apresentou como inserida no contexto anterior, semelhante ao que ocorreu nos resultados obtidos com a análise dessa categoria, nos *DID*.

Vejamos o gráfico 14, com as informações da natureza sintático-semântica da colaboração nos diálogos entre dois informantes:

Gráfico 14 – Natureza sintático-semântica da colaboração, nos D2



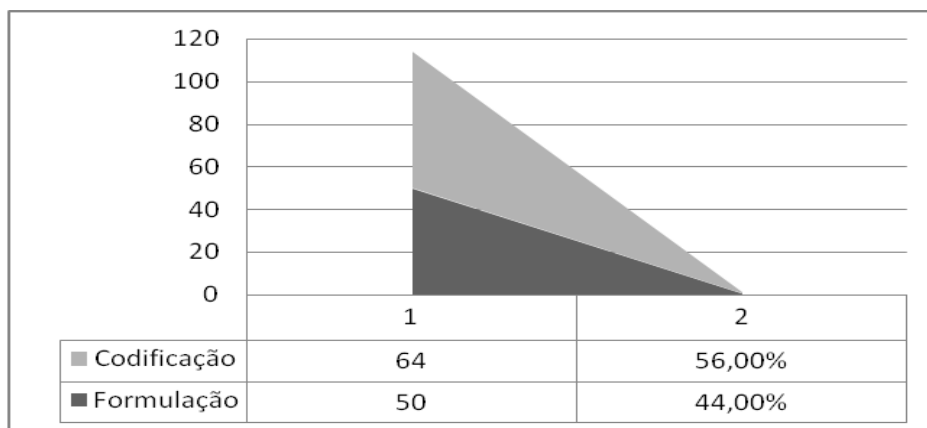
O resultado da análise da natureza sintático-semântica da colaboração do ouvinte nos diálogos entre dois informantes mostra que, em 87% dos casos, ela pode ser inserida no contexto anterior, totalizando 99 ocorrências e que, em 13% deles, ela não foi inserida. Se observarmos os resultados referentes ao local de ruptura do turno (dentro da oração) e ao tipo de forma utilizada, com maior frequência, para colaborar (sintagmas ou nomes), podemos prever que a natureza sintático-semântica da colaboração seja, principalmente, inserida, já que vai se manifestar por uma palavra ou sintagma que constitui a oração interrompida no *Move Turno* do falante.

7.2.5 Operação em que recai o escopo da colaboração do ouvinte, nos D2, segundo a GDF

No que se refere ao escopo da colaboração, nos diálogos entre dois informantes, observamos se (I) ele diz respeito à operação de formulação, em que o ouvinte, ao colaborar, elabora conceitos que dizem respeito à evocação de referentes pragmáticos e semânticos, ou se (II) ele diz respeito à operação de codificação, em que o ouvinte, ao colaborar, identifica termos de acordo com suas propriedades morfossintáticas ou fonológicas.

Vejamos no gráfico, a seguir, os resultados obtidos na análise da operação em que recai o escopo da colaboração, nos diálogos entre dois informantes.

Gráfico 15 – Operação em que recai o escopo da colaboração, nos D2, segundo a GDF (N/%)



No gráfico, podemos observar que o escopo da colaboração intraturno, nos D2, manifestou-se tanto na operação de formulação, em 44% das ocorrências, quanto na operação de codificação, em 56%. Assim, a operação de codificação teve uma frequência 12% maior que a operação de formulação.

A diferença entre as operações de formulação e codificação nos *DID*, como vimos no capítulo anterior, foi 33%, já que a operação de codificação incidiu na colaboração intraturno, em 67% dos casos e, a operação de formulação, em 36%. Dessa forma, ao compararmos as duas análises, podemos perceber que os resultados, nos *D2*, foram mais aproximados do que no *DID*. Portanto, o ouvinte utilizou a colaboração, nos *D2*, com maior liberdade, tanto para auxiliar a designação de termos como para ajudar na formulação do conteúdo expresso pelo falante. Quando o escopo da colaboração incide na operação de formulação, o ouvinte auxilia na construção da argumentação, tal como podemos ver no exemplo (103), repetido, a seguir:

Ex (110): 15 D2

Inf.2: meu irmão já casou três vezes...

Inf.1: ... o teu só casou três vezes... e.. o meu que casou só uma vez e...namora um *bucado*... e assim... achar que que... o homem tem que ser assim:: que mulher é só um um um...

Inf.2: [**um objeto...**

Inf.1: ...um obje::to:: né?... que você usa e abusa e depois joga fo::ra.. então assim... tem todo um valor né?... todo um zê::lo:: é aquela coisa de você procurar uma pessoa cer::ta pra você... né?... de de... de ver:: não... é um presente de de::us... () vou pegar e investir:: é muito bom...tenho experimentado muito

isso...

No exemplo, o ouvinte atribui à propriedade de ser *um objeto* ao referente *mulher*. Vejamos que o objetivo primeiro refletido na colaboração não é o de inserir o termo *mulher* em sua classe semântica intrínseca: ser humano, adulto, do sexo feminino, mas o de atribuir um juízo de valor a ele, a expressão *mulher é só um objeto* tem um alto valor pejorativo, por remeter a uma noção comportamental, frequentemente relacionada a mulheres submissas. Assim, a colaboração do ouvinte, nesse exemplo, apresenta o referente designado pelo termo *mulher* como algo material, que pode ser utilizado, ou seja, inferioriza a categoria do sexo feminino.

O fato de a colaboração, nos diálogos entre dois informantes, incidir com frequência aproximada nas duas operações pode ser explicado também pelo tipo de situação comunicativa deles, pelo grau de informalidade dela. Nos *D2*, os informantes têm uma relação simétrica, logo ambos os participantes gozam dos mesmos papéis interacionais, facilitando as colaborações que interferem na formulação do *Move Turno*, o que não ocorre, nos *DID*.

7.2.6 Funções pragmáticas das colaborações, nos *D2*

Em relação às funções pragmáticas das colaborações do ouvinte nos diálogos entre dois informantes, a função de adequação pragmática foi a mais recorrente, configurando 63,2% dos casos, 72 ocorrências. Em segundo lugar, manifestou-se a função de orientação argumentativa, com 36,8% dos casos, totalizando 42 ocorrências.

Se compararmos os dados com a análise do capítulo anterior, vemos que, tanto nos *DID* como nos *D2*, a colaboração desempenhou as funções pragmáticas de adequação conceitual e de orientação argumentativa, sendo a primeira priorizada em ambos. Em virtude do propósito de garantir precisão e evocação conceitual a termos, a colaboração designa referentes, precisa e esclarece expressões buscadas pelo falante ou antecipadas pelo ouvinte, em ambos os diálogos, por meio de uma unidade de sentido com pertinência temática, refletindo, dessa forma, o coprocessamento da informação.

Vale ressaltar que, mesmo que a função principal da colaboração, nos diálogos analisados, seja a de precisar termos, ela é utilizada segundo os propósitos enunciativos do ouvinte, que expressa, por meio dela, como estão sendo compreendidas as informações do falante, além de evidenciar os problemas de formulação deste e de refletir seu comportamento social por meio da linguagem.

7.3 Aspectos relativos ao *Move 3* (após a colaboração do ouvinte)

Na subseção, a seguir, iremos apresentar os resultados que dizem respeito às categorias adotadas para análise do *Move 3* nos diálogos entre dois informantes, com relação à aceitação ou não da colaboração e ao nível de aceitação ou negação dela.

Vale ressaltar que iremos relacionar tais resultados com os identificados no capítulo anterior, referentes aos diálogos entre informante e documentador, discutindo as principais semelhanças e diferenças.

7.3.1 Aceitação/não aceitação da colaboração intraturno e nível de aceitação/não-aceitação, nos *D2*

Ao analisarmos a aceitação/não-aceitação da colaboração nos inquiridos do tipo *D2*, identificamos que a maioria das colaborações, 63% (71 ocorrências) foram aceitas e que 32% (43 ocorrências) foram refutadas. Esses resultados fortalecem os encontrados na análise dos *DID*, em que a maioria das colaborações também foram aceitas. Dessa forma, tendo em vista o bom desenvolvimento da interação, os participantes, nessas situações, tendem a aceitar o auxílio dado pelo ouvinte na construção dos enunciados.

De acordo com Silva (2008), os indivíduos, ao entrarem em contato com outros, têm uma preocupação em preservar suas faces. Para tanto, eles não devem violar o contrato social que firmaram ao entrarem na conversação, nem violar os direitos e obrigações vigentes nele (FRASER, 1990). Tendo isso em mente, os envolvidos nos diálogos entre dois informantes e nos diálogos entre informante e documentador, tendem a aceitar as interferências colaborativas do outro para não se apresentarem como descorteses, o que colocaria o bom desenvolvimento da comunicação em risco.

Para observar, em ambas as análises, de qual pessoa a colaboração teve maior aceitação, cruzamos os resultados encontrados nos diálogos entre dois informantes com os resultados dos diálogos entre informante e documentador. Os resultados estão apresentados na tabela, a seguir.

Tabela 14 – Participante com colaboração mais aceita, nos DID e D2

Tipo de inquérito				Aceitação ou não da colaboração		Total
				aceita	não-aceita	
DID	Colaborador	Doc	No.	46	12	58
			%	79,3%	20,7%	100,0%
	Inf		No.	28	19	47
			%	59,6%	40,4%	100,0%
	TOTAL		No.	74	31	105
			%	70,5%	29,5%	100,0%
D2	Colaborador	Doc	No.	1	-	1
			%	100,0%	-	100,0%
	inf1		No.	25	19	44
			%	56,8%	43,2%	100,0%
	inf2		No.	45	24	69
			%	65,2%	34,8%	100,0%
	TOTAL		No.	71	43	114
			%	62,3%	37,7%	100,0%

Como podemos ver na tabela, nos diálogos entre informante e documentador, das 58 ocorrências de colaboração feitas pelo documentador, 46 foram aceitas, ou seja, em 79,3% dos casos, o informante aceitou a colaboração do documentador. Com relação à aceitação das colaborações do informante pelo documentador, vemos que, das 47 feitas, 28 foram aceitas, o que corresponde a 59,5% do total. Esses resultados evidenciam que, nesse tipo de inquérito, o informante aceitou, com maior frequência, as colaborações do documentador do que o contrário. Isso pode ter ocorrido devido à hierarquia que existe entre os participantes desse tipo de diálogo, pois sabemos que há uma assimetria entre documentador e informante, sendo o primeiro privilegiado em termos de detenção de poder e fontes de controle (PRETI, 2001).

Nos diálogos entre dois informantes, das 44 ocorrências de colaboração feitas pelo informante 1, 25 foram aceitas, totalizando 57% de aceitação. E, das 69 colaborações do informante 2, 45 foram aceitas, correspondendo a 65,2% do total. Vale ressaltar que o documentador só colaborou uma vez, e a colaboração foi aceita. Os resultados mostram que o informante 1 aceitou mais as colaborações do informante 2 do que o inverso. Como sabemos que a relação estabelecida entre esses participantes é uma relação simétrica e recíproca, a margem de diferença de aceitação entre eles foi bem menor que entre o informante e o documentador nos DID. Assim, podemos pensar que o fator hierarquia entre os participantes interfere na aceitação da colaboração.

Com relação ao tipo de expressão morfossintática e função pragmática das colaborações aceitas e não aceitas nos diálogos entre dois informantes, vejamos a tabela que segue.

TABELA 15 – Cruzamento das variáveis: aceitação/não-aceitação + forma + função discursiva da colaboração, no DID

Aceitação ou não da colaboração			Natureza morfosintática da colaboração					Total
			palavra	sintagma	oração	exp. linguística		
Aceita	Funções pragmáticas da colaboração	evocação conceitual	No.	24	16	3	1	44
			%	54,5%	36,4%	6,8%	2,3%	100,0%
	orientação argumentativa	No.	2	13	8	4	27	
		%	7,4%	48,1%	29,6%	14,8%	100,0%	
Não aceita	Funções pragmáticas da colaboração	evocação conceitual	No.	10	10	4	2	26
			%	38,5%	38,5%	15,4%	7,7%	100,0%
	orientação argumentativa	No.	2	9	4	2	17	
		%	11,8%	52,9%	23,5%	11,8%	100,0%	

No que tange ao tipo expressão morfosintática e a função pragmática da colaboração intraturno que foi aceita pelo falante com maior frequência nos *D2*, tivemos, conforme podemos observar na tabela, a palavra com função pragmática de evocação conceitual, 24 ocorrências e, em segundo lugar, o sintagma, 16 ocorrências com essa mesma função. Esse resultado difere do identificado nos diálogos entre informante e documentador, já que, nos *DID*, apesar da função pragmática mais a aceita ter sido a de evocação conceitual, a forma mais aceita foi o sintagma e, em segundo lugar, a palavra.

No gráfico, também podemos observar que, nos *D2*, ocorreram apenas 2 colaborações intraturno expressas por palavra com função de orientação argumentativa que foram aceitas pelo falante. Esse resultado também foi diferente do observado nos *DID*, em que as orações com função de orientação argumentativa foram as que tiveram menor índice de aceitação. Isso mostra que, nos diálogos entre dois informantes, quando a colaboração do ouvinte for expressa por palavra para precisar termos, adequar conceitos, ela tende a ser aceita mais frequentemente do que quando ela é expressa por palavra com função de orientação argumentativa, interferindo na argumentação do turno.

Vejam os dois exemplos, a seguir, de colaboração do ouvinte expressa por palavra, o primeiro com função de adequação conceitual e o segundo, repetido do exemplo (107), com função de orientação argumentativa:

Ex (111): 14 *D2*

Inf1.: Pior que o *poblema* que foi criado há vários anos trás que hoje que hoje tá assim brochando() aí tudo em função da da dificuldade da discórdia do do passado *cê* vai perguntar ((voz de terceiro)) poxa vida porque é que tem isso? porque é que

a minha família tem isso? a minha mãe *dento* de casa com duas irmã... uma brigada da *ota* e a minha mãe punindo por uma... porque que tem isso? isso aí foi o passado simplesmente ((galo canta)) é lembrança do passado... é o que foi passado no passado pra pessoa hoje

Inf2.: aí tem alguma resolução pra isso?

Inf1.: TEM...tem AB-DI-CA-ÇÃO ou abdicar eu vou...eu vou

Inf2.: **renunciar**

Inf1.:renunciar eu vou... se não fizer isso

Inf2.: descer do salto

Inf1.:se uma das pessoas não abrir mão a abdicar de alguma coisa num vai *fonicionar* não porque cada um cada um vai *pum* lado *taí* o resultado... cada um vai pegar é a *merma* coisa... se uma não disser eu vou abrir mão disso((voz de terceiro)) eu não vou mais fazer isso

Ex (112): 04 D2

Inf1. nunca foi um bom filho aí

Inf2.casou-se nem foi um bom marido nem foi um bom pai

Inf1. aí casou-se nem foi um bom marido nem foi um bom pai ...e [hoje

Inf2. [é

Inf1.() pra ele uma pessoa que tá...

Inf2. um exemplo disso

Inf1.HOSPitalizada com *poblema* com bebida

Inf2.se for analisar

Inf1. porque se fosse só o álcool se fosse só até a cachaça até mesmo tirava porque iria tá fazendo mal só ele mas a cachaça dele a bebida dele

Inf2. **Prejudica**

Inf1.prejudica a quem tiver perto dele... então o exemplo *taí* na própria família... nunca foi um bom irmão...

No exemplo (111), temos uma colaboração intraturno expressa por um verbo com função de adequar o termo *abdicar* utilizado pelo falante. Vemos que ela não expressa um juízo de valor sobre a ação do falante, funcionando apenas como outra opção lexical sugerida.

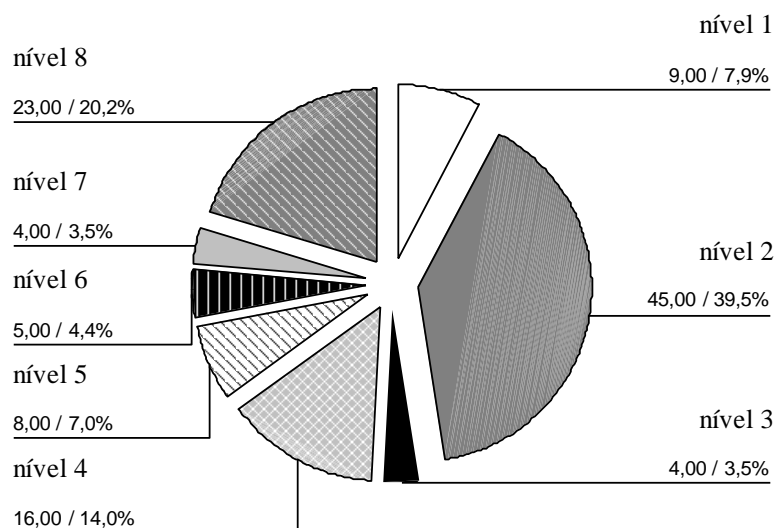
Em (112), a colaboração do ouvinte expressa pelo verbo *prejudicar* (subato de atribuição) dá ao evento um valor negativo, incidindo na argumentação do falante, pois a influencia. Esse tipo de colaboração, como vimos, não costuma ser tão bem aceito.

Com relação ao tipo de colaboração que foi mais refutada nos D2, os dados da tabela 14 evidenciam que as colaborações expressas também por sintagmas e palavras com função de evocação conceitual foram as mais não aceitas, 10 ocorrências. Esse resultado corrobora o encontrado na análise do *DID*, e é decorrente do grande número de colaborações expressas por sintagmas e palavras com função de evocação conceitual, no *corpus*.

7.3.2 Nível de Aceitação/não aceitação da colaboração intraturno

Ao verificarmos o nível de aceitação/não aceitação da colaboração intraturno nos diálogos entre dois informantes, identificamos que, assim como ocorreu na análise dessa categoria nos diálogos entre informante e documentador, o nível de aceitação que prevaleceu na análise foi o nível 2, com 39% do total das ocorrências, conforme podemos observar, no gráfico, a seguir.

Gráfico 16 –Nível de aceitação/não aceitação da colaboração, nos D2



Esse resultado fortalece a descrição da aceitação da colaboração do falante ser feita pela repetição da colaboração ou por apenas uma marca de afirmação que confirme sua aceitação, tal como no exemplo (113):

Ex (113): 71D2

Inf2. TUDO QUE É PRIMEIRO acha que é MELHOR mais nem sempre () ‘os últimos será os primeiros’ acontece isso

Inf1. oh essa classificação aqui depende de:: números de gols...por exemplo eh:: o Brasil vamos supor pode ter feito os nove ponto... mais só teve seis gols por exemplo... já:: Alemanha... Alemanha já vai com::

Inf2. **cinco gol**

Inf1. cinco gol

Inf2. mais ai ()

Inf1. não mais ai com tudo isso cada (chave) ela ela CADA CHAVE

Inf2. acumula os gols

Vejam os que o falante (informante 1) aceita a colaboração do ouvinte (informante 2) *cinco gol* repetindo essa expressão. Nos diálogos entre dois informantes, ela reduplica um item evidenciado pelo ouvinte, que supostamente é o desejado pelo falante, e corresponde a uma expressão de afirmação, como: *isso, sim, exato*.

Koch (2001) afirma que a repetição é uma estratégia de construção do discurso. Ao refletirmos sobre os demais resultados, vemos que a repetição é uma das formas que mais evidenciam a função primordial da colaboração, a de completar o turno interrompido do falante, podendo ser diretamente inserida no contexto sintático-semântico anterior.

Com relação ao nível de não aceitação com maior número de ocorrência nos *D2*, tivemos o nível 8. Isto significa que, na maioria das vezes em que o falante não aceitou a colaboração do ouvinte, ele preferiu ignorá-la a expressar, explicitamente, sua recusa. Essa atitude ameniza uma conduta contrária expressa por uma negação explícita na interação e funciona como uma forma de não romper com o fluxo da informação, de impossibilitar a tomada do turno que está sendo desenvolvido.

No que diz respeito aos tipos de marcas de aceitação/não aceitação da colaboração, expressas no turno do falante, verificamos quais delas ocorreram nos *D2*. Os resultados estão no gráfico, a seguir.

Gráfico 17 – Marcas de aceitação/não aceitação no *Move* de reação, nos *D2*



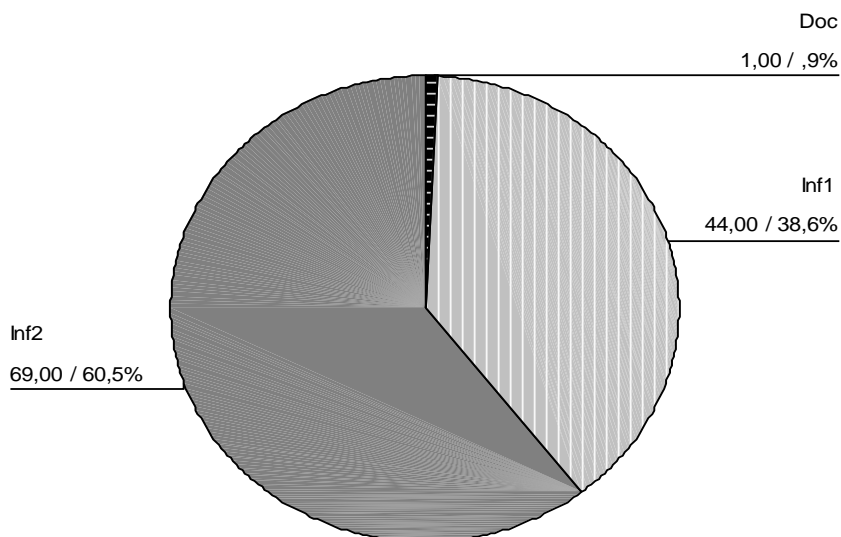
Tal como ocorreu nos resultados das marcas de aceitação e não aceitação nos *DID*, os dados da análise dos inquiridos do tipo *D2* apontam para uma aceitação não marcada (62,3%). Em segundo lugar, nos *D2*, tivemos a aceitação marcada por expressões afirmativas

(20,1%); em terceiro, as marcadas por expressões de dúvida (10,6%); em quarto, as marcadas por expressões de negação (7%). Assim, a aceitação da colaboração é direta, bem como sua inserção no turno. Esses resultados apontam para o fato de que o falante prefere não marcar a aceitação e menos ainda marcar a negação da colaboração, uma vez que refutar, reprovar, criticar, etc., conforme afirma Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 79), são ações que ameaçam a face positiva do ouvinte e “colocam em risco o narcisismo do outro”.

7.4 Aspectos contextuais do processo colaborativo completo

Assim como no capítulo anterior, analisamos a pessoa que colabora com maior frequência, nos diálogos entre dois informantes. Neles, diferentemente dos *DID*, há três participantes que podem colaborar: o documentador (Doc.), o informante 1 (Inf.1) e o informante 2 (Inf.2). Vejamos, no gráfico, a seguir, os resultados referentes à frequência de colaboração de cada um desses participantes nos D2:

Gráfico 18 – Maior colaborador, nos D2



Conforme vemos no gráfico, o informante 2 foi quem mais usou a colaboração nos diálogos entre dois informantes e, assim, ele foi quem mais contribuiu na coconstrução do texto (60,5%). Quem interferiu menos para colaborar, nesses diálogos, foi o documentador (0,9%).

Ao relacionarmos os resultados da análise do tipo *DID*, identificamos que, quando se muda o tipo de diálogo, conseqüentemente, o número de participantes muda e os papéis desempenhados por eles, já que as condições de produção e o grau de formalidade não são os mesmos. Nos *DID*, o documentador, como discutimos, assemelha-se a um entrevistador, propondo o tema e monitorando o ouvinte na manutenção desse tema. Nos *D2*, o documentador quase não participa verbalmente da interação, deixando o papel de interagir para os informantes. Por isso, só tivemos uma ocorrência de colaboração dele nesse tipo de inquérito.

Os diálogos entre dois informantes, por terem três participantes, são considerados, por Fávero; Aquino (2002, p. 160), como um *trílogo*, ou uma conversação *triádica*. As autoras esclarecem que preferem utilizar tais denominações, deixando o termo diálogo, conforme o faz Kerbrat-Orecchioni (1995), para referir-se a seu sentido etimológico, relacionado ao prefixo *dia = através de*. Segundo elas, no *trílogo*, é provável que haja mais situações de conflito e menos constrangimento por parte dos participantes desse tipo de conversação, se comparado a uma situação em que apenas dois participantes trocam o turno (*dílogo*). Pois, quando há mais de dois participantes na interação, um deles pode:

por-se (provisoriamente) de lado sem que isso ameace seriamente o desenrolar da conversa. Assim, há momentos em que o silêncio de um dos participantes se prolonga cabendo aos outros o desenvolvimento da conversação, quer dizer, a obrigação de cooperar fica diluída no grupo. (FAVERO; AQUINO, 2002, p. 161).

Dessa forma, podemos compreender que, nos diálogos entre dois informantes, mesmo havendo a presença de um terceiro participante, o documentador, constituindo uma conversação *triádica*, esse não participa da mesma forma que os outros dois, já que, nesse tipo de diálogo, ele exerce a função de registrar a fala dos informantes e atuar na organização e desenvolvimento dos assuntos tratados por esses.

O resultado geral das duas análises da colaboração, nos *DID* e nos *D2*, aponta que, no primeiro tipo, houve menos colaboração do ouvinte que no segundo, comprovando nossa hipótese de que, nos diálogos entre dois informantes, os participantes agem com maior liberdade e podem interferir mais no turno do outro, do que nos diálogos entre informante e documentador, em que, como discutimos, é mais formal e exige mais cuidado dos participantes com relação às interferências no turno do outro.

7.5 Síntese do capítulo

Neste capítulo, discutimos os resultados da colaboração do ouvinte no turno do falante nos diálogos entre dois informantes, comparando os resultados encontrados nesse tipo de inquérito com os discutidos na análise dos diálogos entre informante e documentador.

Como nosso trabalho se insere na vertente funcionalista, na qual as escolhas do sujeito refletem diferentes significados, em termos de *perspectivização* da informação, uma mesma função sintática pode desempenhar muitas funções semânticas no enunciado (DIK, 1989), vimos que as ocorrências da colaboração do ouvinte, nos dois tipos de diálogos analisados em nosso trabalho, não ocorreram exatamente da mesma maneira.

Em relação ao contexto imediatamente anterior à colaboração, que se refere a um *Move* de iniciação para que o ouvinte colabore, os resultados mostraram que, em ambos os tipos de diálogos, a ruptura no turno se deu no nível intraoracional, sendo que, nos *D2*, ela teve maior frequência.

Os resultados também evidenciaram que a ruptura do turno ocorre de forma explícita e, na maior parte das vezes, na posição entre o verbo e o complemento, 42% (*DID*) e 34% (*D2*). Observamos, também, que o segundo local mais frequente da ruptura no *D2* foi entre o sujeito e o verbo (19%), diferentemente do que ocorreu no *DID*, que foi entre a preposição e o argumento (23,4%). Isso deixa evidente que a colaboração vem a completar a oração do falante, funcionando, principalmente, como complemento verbal. Os dados também deixaram evidente que, no *D2*, o ouvinte tem maior liberdade de interferir após o falante identificar o sujeito, completando a oração a partir de tal elemento e no *DID*, por haver um grau de formalidade maior e por ser um diálogo entre o documentador e o informante designando um diálogo assimétrico, o ouvinte preferiu não interferir tanto nessa posição.

Com relação ao *Move* 2, a colaboração do ouvinte, identificamos suas principais características nos diálogos entre dois informantes: a) o tipo de forma que a constitui (palavra ou sintagma); b) a natureza sintático-semântica dela (poder ser inserida no contexto anterior); c) as funções informativo-estruturais que ela exerce no turno (Foco-Comentário); d) o nível em que recai seu escopo (Nível Interpessoal); e) sua principal função pragmática (evocar conceitos/precisar termos) e f) a iniciativa de colaborar do informante 2.

Os resultados que dizem respeito ao *Move* de avaliação mostraram que, nos diálogos entre dois informantes, em geral a colaboração é aceita, sem marcas e inserida no turno por meio da repetição dela ou de um advérbio de afirmação.

Com relação aos resultados gerais do processo de colaboração no turno, identificamos que, nos diálogos entre dois informantes, ela ocorre com maior frequência do que nos diálogos entre informante e documentador. Discutimos também o fato de nestes o documentador ser quem mais colabora, enquanto que naqueles é o informante 2.

Com o cruzamento das análises da colaboração do ouvinte nos dois tipos de inquéritos, podemos perceber o quanto o contexto situacional interfere na utilização de tal estratégia, uma vez que, como afirmam Ferreira & Bock (2006, p. 1011), “embora o desempenho linguístico é essencialmente criativo, também pode ser surpreendentemente recapitulativo”. Assim, o ouvinte só pode interferir para colaborar no turno do falante, quando os recursos disponibilizados pelo Componente Contextual compartilhado permitem, já que a colaboração não é criada aleatoriamente, mas a partir das informações que podem ser acessadas na interação.

PARTE IV- CONCLUSÃO

8 CONCLUSÃO

“A investigação de determinados elementos linguísticos diretamente relacionados ao sujeito e, conseqüentemente, ao seu espaço/tempo de enunciação e ao enunciatário real ou potencial permite maior compreensão do discurso-enunciado, inclusive do gramatical”.

(PRETI, 2001, p. 292)

Tendo em vista que o ouvinte ainda é pouco considerado nos trabalhos de análise linguística, apesar de exercer um papel primordial na interação, auxiliando a construção do enunciado do falante, a presente pesquisa investigou a colaboração intraturno do ouvinte, evidenciando como, muitas vezes, o enunciado final do falante é resultado de um trabalho conjunto desses dois participantes da interação.

Nosso trabalho buscou esclarecer as seguintes questões: como a colaboração do ouvinte ocorre numa microinteração, nos diálogos entre informante e documentador e nos diálogos entre dois informantes, em um contexto real de interação em que se usa o português popular? Em que medida os aspectos pragmáticos interferem nos aspectos semânticos e sintáticos na expressão da colaboração do ouvinte intraturno, nesse contexto? Quais os tipos de colaboração do ouvinte mais aceitos? Como ela se manifesta morfossintaticamente? Que funções textual-discursivas ela exerce? Em que foco ela recai, no conteúdo ou na expressão do enunciado? Qual a relação que se estabelece entre ela e o *Move* em que ela ocorre?

Recorremos, para a análise da colaboração intraturno, a um *corpus* representativo da Norma Oral do Português Popular de Fortaleza, o NORPOFOR, tendo em vista ser esse banco de dados ainda pouco estudado e poder evidenciar algumas características do falar popular dessa cidade e contemplasse os objetivos da nossa pesquisa de Tese, conforme descritos no capítulo de Introdução.

Seguimos os pressupostos da teoria funcional, pois comungamos com a ideia de que a língua é um instrumento de interação social que serve à função básica da comunicação, não podendo, assim, ser analisada fora do contexto de uso em que se manifesta. Dentre os vários modelos dessa teoria, seguimos o funcionalismo moderado da gramática Discursivo-Funcional. Ele nos permitiu analisar as expressões que não se prendem aos limites oracionais,

uma vez que trata dos atos discursivos, e observar como o contexto auxilia o processo de comunicação em que ocorre a colaboração intraturno do ouvinte.

A análise da colaboração intraturno, nos dois tipos de diálogos que compõem a amostra textual do *corpus* da pesquisa, foi feita individualmente para cada tipo de inquérito, com o intuito de verificar em que medida os aspectos referentes a cada situação comunicativa motivam, restringem, moldam o uso da colaboração do ouvinte nesses dois contextos discursivos. Assim, pudemos identificar semelhanças e diferenças em relação ao uso dessa estratégia nos diálogos entre informante e documentador e nos diálogos entre dois informantes.

Cada ocorrência foi analisada de acordo com dezessete categorias eleitas com o objetivo de esclarecer as questões que nortearam nossa pesquisa. Tais categorias foram organizadas segundo os três momentos que envolvem a interação em que ocorre a colaboração (momento anterior à colaboração, momento da colaboração e momento posterior a ela). Esses foram relacionados aos três tipos de *Moves* identificados por Hengeveld; Mackenzie (2008), a saber: *Move de iniciação*, *Move de reação* e *Move de avaliação*. O primeiro diz respeito ao movimento do falante que, direta ou indiretamente, faz com que o ouvinte colabore; o segundo, à colaboração propriamente dita, e o terceiro, à aceitação ou não da colaboração do ouvinte pelo falante.

As categorias que dizem respeito ao primeiro *Move* foram as seguintes: (I) Nível em que recai a ruptura do turno (intraoracional ou extraoracional); (II) Natureza do local de ruptura quando intraoracional (entre sujeito e elemento portador de flexão, entre verbo e objeto ou predicativo, entre preposição e seu argumento, entre determinante e nome ou entre nome e modificador); (III) Sinalização da ruptura do turno no contexto de colaboração (explícita ou não explícita).

Com relação aos aspectos analisados no *Move 2*, em que ocorre à colaboração propriamente dita, temos: (I) Iniciativa da colaboração do ouvinte (autoiniciada ou heteroiniciada); (II) Natureza morfossintática da colaboração (palavra, sintagma, oração ou expressão linguística); (III) Tipo de sintagma da colaboração (SN, SV, SP, SA ou não se aplica); (IV) Tipo de ilocução da colaboração (interrogativa, declarativa ou outra); (V) Funções informacional-estruturais da colaboração (*Foco* ou *Fundo* e *Tópico* ou *Comentário*); (VI) Funções pragmáticas da colaboração (evocação conceitual/referencial precisão terminológica, orientação argumentativa, definição); (VII) Relação da colaboração com o segmento anterior (equipolência, dependência ou complementariedade); (VIII) Natureza sintático-semântica da colaboração (inserida no contexto sintático-semântico anterior à

colaboração ou não inserida no contexto sintático-semântico anterior à colaboração) e (IX) Operação em que recai o escopo da colaboração do ouvinte segundo a GDF (formulação ou codificação).

Os aspectos que dizem respeito ao *Move* 3 analisados foram: (I) Aceitação ou não da colaboração do ouvinte; (II) Nível de aceitação/não-aceitação e incorporação e (III) Tipos de marcas de aceitação/não-aceitação da colaboração (nenhuma, marca de afirmação, marca de negação ou marca de dúvida).

Também analisamos os aspectos contextuais do processo de colaboração do ouvinte em relação ao (I) tipo de inquérito em que ocorre a colaboração do ouvinte com maior frequência (*DID* ou *D2*) e à (II) pessoa que colabora em cada tipo de inquérito (documentador, informante; se informante, informante 1 ou informante 2), informante 1 ou informante 2). Vale ressaltar que a análise buscou integrar todas as categorias visando a um melhor detalhamento do objeto de estudos e dos fatores que o cercam. E, para assim possibilitar uma caracterização mais ampla da colaboração intraturno.

Identificamos, na análise 219 ocorrências de colaboração intraturno, nos 30 inquéritos que compõem nossa amostra, 10 do tipo *DID* e 20 do tipo *D2*, cada tipo com duração aproximada de 10h. As colaborações intraturno manifestaram-se com frequência aproximada em ambos os diálogos. Tivemos 105 ocorrências nos diálogos entre informante e documentador (*DID*) e 114 ocorrências nos diálogos entre dois informantes (*D2*). Todavia, as colaborações não ocorrem de maneira tão semelhante em alguns aspectos relacionados ao tipo de situação em que se manifestaram.

Os resultados mostraram que, em geral, tanto nos *DID* quanto nos *D2*, o falante não solicita a colaboração do ouvinte explicitamente, mas ela ocorre, principalmente, quando esse demonstra estar com problemas para continuar seu turno. Observamos que, quando o falante dá pistas de que está tendo problemas para formular ou codificar uma informação (pausas, hesitações, prolongamentos), o ouvinte as interpreta como possibilidade ou necessidade de interromper o turno para dar sua colaboração. É o ouvinte quem tem, frequentemente, a iniciativa da colaboração em ambos os diálogos. Isso aconteceu em 85,7% das ocorrências de colaboração, nos *DID* e em 87,7% das ocorrências, nos *D2*. Esse resultado mostra que o falante prefere não solicitar o auxílio do ouvinte, buscando sozinho encontrar as soluções de seus problemas de formulação ou codificação durante o desenvolvimento de seu turno, uma vez que ele tem ciência de aquilo que é enunciado determina os rumos tomados no diálogo, pois, no turno, são produzidos os efeitos de sentido. Dessa forma, quando ele está com a posse da palavra, ele direciona a interação de acordo com seus objetivos

comunicativos. Além disso, os indivíduos não gostam de demonstrar que não estão conseguindo desenvolver sua fala, já que isso pode ser considerado por seu interlocutor como uma fraqueza ou incapacidade.

Na análise de quem colabora mais nos dois tipos de diálogos, identificamos diferenças em relação à pessoa que mais colabora neles. Nos diálogos entre informante e documentador, é este que mais interrompe o turno para colaborar (58 ocorrências), já nos diálogos entre dois informantes, o documentador colaborou apenas 1 vez. Esse resultado evidencia que, apesar da denominação “documentador” ser a mesma nos dois tipos de diálogos, a função de documentador é diferente. Nos *DID*, o documentador acumula dupla função, a de registrar a entrevista e a de participar dela, interagindo com o informante. Já nos *D2*, o documentador se limita a apenas a primeira função. Vale ressaltar que quem colaborou, com maior frequência, nos *D2* foi o segundo informante, aquele que deve dar continuidade ao assunto iniciado pelo primeiro ou optar por inserir um novo tópico na interação.

Os resultados também evidenciaram que a natureza morfossintática da colaboração é ser expressa, principalmente, por *sintagmas* e *palavras*, ocorrendo após a enunciação do verbo da oração pelo falante. Assim, ela ocupa um lugar argumental na oração interrompida no turno do falante e pode ser diretamente inserida nela. Vale ressaltar que, além da colaboração ser expressa por *sintagmas* ou *palavras*, ela se manifestou, em menor número, por *orações* e *expressões linguísticas*. Esses dados refletem que, quando o ouvinte colabora, ele o faz, principalmente, com uma estrutura sintático-semântica de extensão pequena, pois quanto maior for a extensão da expressão colaborativa, mais facilmente ela pode ser confundida como uma tentativa de tomada do turno pelo falante, o que pode gerar uma imagem negativa do ouvinte e uma indisposição do falante em aceitar sua ajuda. O que o ouvinte deseja ao colaborar não é tomar o turno do falante, mas auxiliá-lo no processamento dele.

A colaboração desempenha as funções estrutural-informacionais de Foco, referindo-se a uma informação nova na interação, e de Comentário, sendo emitida para dar alguma informação sobre o tópico com o qual o falante iniciou seu turno. Algumas vezes, a informação veiculada à colaboração pode já estar na mente dos participantes da interação, apenas ainda não foi enunciada.

A colaboração intraturno, em geral, é expressa por uma *ilocução declarativa* e mantém uma relação com o turno do falante de *complementação*, pois vem a completá-lo sintático-semanticamente. As *ilocuções interrogativas* também foram usadas para colaborar, principalmente quando em conjunto com alguma marca modalizadora epistêmica,

evidenciando que o ouvinte não estava bem certo se a informação ou o termo buscados pelo falante eram aqueles que ela sugeria. Esse resultado também demonstra que o ouvinte, ao usar uma ilocução interrogativa com uma marca de dúvida, oferece sua colaboração de forma sugestiva, preferindo não se comprometer com uma asserção sobre algo dito pelo falante.

Com relação à operação do Componente Gramatical da GDF em que recai o escopo da colaboração, os resultados apontam que a maioria das colaborações atua na operação de codificação, ou seja, ocorre devido a um problema de identificação ou designação de um termo, incidindo nos Níveis Morfossintático e Fonológico de tal Componente (em que se codificam as informações advindas da operação de formulação em codificações morfossintáticas e fonológicas para serem enviadas ao Componente de Saída, de articulação). Isso se deu, principalmente, nos diálogos entre informante e documentador, em que a diferença, em número de ocorrências entre a colaboração que incide na operação de codificação e a colaboração que incide na operação de formulação foi bem significativa. Nos diálogos entre dois informantes, apesar de a operação principal de escopo da colaboração ser a de codificação, as colaborações que atuaram na operação de formulação tiveram uma recorrência bem considerável, já que significaram quase 45% das ocorrências. Esse dado pode ter acontecido devido ao fato dos colaboradores serem os informantes, assim é possível que eles possam ter apresentado uma dificuldade maior na operação de codificação por saberem que estão sendo gravados e, por isso, tenham buscado escolher com mais cuidado as palavras a serem utilizadas, gerando, assim, mais hesitações, prolongamentos, pausas, etc., durante o desenvolvimento do turno e, conseqüentemente, mais colaborações de codificações de termos.

No que se refere às funções discursivas da colaboração, os dados evidenciaram que ela pode ter uma função mais objetiva de evocar conceitos e referentes na interação, tal como propõem os trabalhos sobre ela, e uma função mais subjetiva de orientação argumentativa, principalmente nos inquéritos entre dois informantes, em que os participantes tem certo grau de simetria e interferem com maior liberdade na construção da argumentação do turno do falante. Assim, ela presta-se a auxiliar a construção dos elementos textuais e discursivos na interação, atuando tanto quando o falante tem algum problema de formulação do texto quanto quando o ouvinte quer emitir um juízo de valor sobre algo dito pelo falante. Portanto, a colaboração atua no processamento do turno do falante e na atribuição de pontos de vista do ouvinte sobre o que foi referido pelo falante, possibilitando uma observação global do processo de comunicação.

No que tange à aceitação ou não aceitação da colaboração, vimos que o falante tende a aceitá-la, principalmente quando ela tem a função pragmática de evocação conceitual

e é expressa pelo documentador, nos *DID* e pelo informante 2, nos *D2*. Isso ocorre pelo fato de esse tipo de colaboração não interferir muito na argumentação do falante e por este não querer se indispor com seu ouvinte, já que, como discutimos, a negação da fala do outro pode gerar conflito e ameaça às faces nos diálogos. Vale ressaltar que, nos diálogos entre informante e documentador, pelo fato de o documentador estar em uma posição hierárquica superior à do ouvinte (informante), o informante teve uma reação mais positiva à aceitação da colaboração, que o contrário.

Os resultados mostraram que a aceitação se dá principalmente pela repetição da colaboração e inserção imediata no turno ou por apenas uma expressão de afirmação (*sim*, *isso*, etc.), nível 2 da escala proposta para essa verificação. A repetição se caracteriza como uma forma de dar rapidamente continuidade ao turno, evitando que a posse da palavra se perca e contribui para a organização discursiva.

Para verificarmos o nível de aceitação e a forma como o falante age quando aceita ou não a colaboração do ouvinte, propomos uma reformulação da escala de Hilgert (2002) dos níveis de aceitação e não aceitação da colaboração, o que auxiliou uma verificação mais específica de como esse processo acontece. Essa reformulação propõe duas escalas, uma referente ao nível de aceitação/não aceitação da colaboração do ouvinte e outra com a forma de aceitação/ não aceitação da colaboração com relação à incorporação dela no turno pelo falante. Assim, adicionamos alguns critérios que especificam a forma como o falante aceita ou refuta a colaboração do ouvinte, descrevendo tal processo mais clara e especificamente.

A análise mostrou que o falante quase não refuta a colaboração com uma expressão de negação, em ambos os diálogos, já que essa atitude pode ser interpretada como rude, negativa, como uma ação para desconsiderar a participação do outro no diálogo, inibindo-o de interagir e fazendo com que ele pense que a única visão que deve prevalecer no diálogo é a do falante que domina o turno. Outro resultado encontrado sobre a forma de negação da colaboração diz respeito a categoria do nível 8 – quando o falante ignora a participação do ouvinte e segue com seu turno.

Hilgert (2002) e nós consideramos essa atitude do falante como o grau máximo de negação possível, mas, como os dados mostraram, quando o falante ignora a colaboração do ouvinte, muitas vezes, ele pode estar aceitando a colaboração, apenas não demonstra explicitamente com nenhuma marca de aceitação ou repetição dela. Observando o contexto em que isso ocorreu, percebemos que ele pode aceitar a colaboração dessa forma por achar desnecessária a repetição dela, seguindo o turno a partir do que o ouvinte enunciou em sua colaboração.

Vale ressaltar que adequamos o modelo de interação verbal da Gramática Discursivo-Funcional e da Gramática Discursivo-Funcional do Ouvinte ao processo de colaboração intraturno e propomos um modelo de processamento da informação no processo interacional em que ocorre a colaboração. Propomos que o ouvinte não desempenha apenas um papel de interpretar a informação do falante, mas uma função dupla no processo de colaboração intraturno, tendo que interpretar o enunciado incompleto do falante e, ao mesmo tempo, completá-lo.

Ainda sobre as conclusões, consideramos como avanço a caracterização da colaboração intraturno como uma estratégia multifuncional, indo além do que concebem a maioria dos trabalhos sobre esse tema (GÜLICH, 1986; HILGERT, 2002; GALVÃO, 2008) que analisam a colaboração intraturno como uma estratégia de caráter objetivo, utilizada para sanar possíveis problemas de compreensão textual na interação. Em nossa análise, percebemos que a colaboração intraturno não tem apenas essa função, uma vez que pode servir a inúmeros propósitos, tais como: atribuir um juízo de valor sobre um referente citado pelo falante, auxiliando na construção da argumentação do turno; antecipar informações previsíveis, refletindo como o Componente contextual atua no monitoramento do ouvinte das informações veiculadas no turno do falante; auxiliar não só no processo de formulação das informações do turno, mas no processo de codificação de termos que estão sendo utilizados em sua constituição, etc. Dessa forma, a colaboração intraturno apresentou-se com características que vão além da visão tradicional que a situa no nível textual, pois cumpre uma função argumentativo-attitudinal, uma vez que reflete as escolhas do indivíduo segundo os propósitos visados por esse.

Além disso, podemos caracterizar a colaboração intraturno de forma mais ampla, observando a interrelação entre os Moves que compõem o turno interrompido do falante, a participação do ouvinte e a recepção da colaboração pelo falante. Dessa forma, apresentamos uma visão geral do processo de interação em que há a colaboração do intraturno, podemos identificar as que mais são aceitas e refutadas e, assim, observar como as relações interpessoais se controem em situações específicas, nos diálogos entre informante e documentador e nos diálogos entre dois informantes, evidenciando o comportamento dos indivíduos quando interactuam no mesmo turno.

Vale ressaltar que, apesar das “descobertas” encontradas na pesquisa, ainda há muitas lacunas sobre a colaboração intraturno a serem resolvidas em estudos posteriores, tais como: verificar mais profundamente como o processamento cognitivo do ouvinte, quando interage em uma microinteração intraturno, é refletido na colaboração; analisar os tipos de

marcadores que acompanham a colaboração; identificar as colaborações que não dão continuidade ao tópico discursivo, estabelecidas por mal-entendidos, etc.

Esperamos, com essa pesquisa, termos alcançado os objetivos propostos e contribuir para estudos posteriores, nessa área de atuação, que considerem esse nosso novo olhar sobre a colaboração intraturno, não como apenas uma estratégia textual, mas como um recurso multifuncional, capaz de refletir escolhas que influenciam na construção da argumentação do turno.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, G. **Dicionário de Termos Nordestinos**. Maceió. p. 1 – 11. Disponível em: <http://www.jessierquirino.com.br/2006/dados/dicionario.pdf>. Acesso em: 01.03. 2013.
- AMORETTI, M. S. M. Protótipos e estereótipos: aprendizagem de conceitos. *Revista Informática na Educação: Teoria & Prática*, Porto Alegre, RS, v. 4, n.2, p. 49-55, dez. 2001.
- ARAÚJO, A. A. de. O Projeto Norma Oral do Português Popular de Fortaleza. XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, Rio de Janeiro: 2007. **Anais**. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. v. XV, n° 05, t.1 p. 835-845. Disponível em:<http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_1/tomo_1.pdf>. Acesso em: 04.07.2012.
- AQUINO, Z. G. O. de. Diálogos da mídia – o debate televisivo. In. PRETI, D. (Org.). **Diálogos na Fala e na Escrita**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2008. p. 171 - 193.
- ANDRADE, M. L. C. V. O.; FÁVERO, L. L. Os processos de representação da imagem pública nas entrevistas. In. **Estudos de língua falada: variação e confortos**. In. PRETI, D. *et al.* (Orgs.) 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. p. 153 – 177. (Projetos Paralelos, v. 3).
- ANTOS, G. **Grundlagen einer theorie des Formulierens**. Tübingen: Max Niemeyer, 1982.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1965.
- _____. **How to Do Things with Words**. Clarendon: Oxford, 1962.
- BARROS, D. L. P. de. A sedução nos diálogos. In. PRETI, D. (Org.). **Diálogos na Fala e na Escrita**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2008. p. 225 - 254.
- _____. Interação em anúncios publicitários. In. PRETI, D. (Org.). **Interação na fala e na escrita**. São Paulo: FFLCH/USP, 2002. p. 17 – 44.
- _____. Enunciação e língua falada. In. PRETI, D. (Org.). **Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia e ensino**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 51 - 61.
- BERNARDES, A.; BRITO, K. S. Expressões idiomáticas e interculturalidade. **8ª Encontro de Iniciação Científica** (8ª Mostra de Pós Graduação). FAFIUV, 2008.
- BIBER, G. Spoken and Written Textual Dimensions in English: Resolving Contradictory Findings. **Language**. 1986. p. 384–414.
- BLANCHE-BENVENISTE, C. De l'utilité du corpus linguistique. **Revue française de linguistique appliquée**: Dossier Corpus: de leur constitution à leur exploitation. v. 1-2. (décembre 1996),1996. p. 25 – 26.
- _____. La syntaxe et le français Parlé. **Étude de Linguistique Appliquée**. No. 63. Paris, Didier, 1986.

BORBA, F. S. **Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil**. São Paulo: Edunesp, 1990.

BUHLER, K. **Theory of language**: The representational function of language. Amsterdam: John Benjamins, [1934] 1990.

CAMACHO, R. G. Funcionalismo holandês: da Gramática Funcional à Gramática Funcional do Discurso. **Signótica**, v. esp, p. 167-180, 2008.

CASTILHO, A. T. de; BASÍLIO, M (Orgs.). **Gramática do português falado**. Vol. IV. Estudos descritivos. Campinas, UNICAMP/FAPESP, 1996.

_____. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHARAUDEAU, P. Tiers, où es-tu? A propos du tiers dans le discours. In. **La voix cachée du tiers**. Des non-dits du discours. Paris: L'Harmattan, 2004.

CHAFE, W. L. Linguistics differences produced by differences between speaking and writing. In. D. R. O.; *et al.* (Orgs.). **Literacy, language, and learning**. London: Cambridge University Press. p. 105 – 123.

CLARK, H. H.; CLARK, E. V. **Psychology and language**: An introduction to psycholinguistics. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1977.

CONNOLLY, J. H. Context in Functional Discourse Grammar. **Alfa: Revista de Linguística**. São Paulo. 2007. p. 11-33.

_____. *et al.* (Orgs.) **Discourse and pragmatics in Functional Grammar**. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 1997. p.17-32.

DIK. C. S. **The Theory of Funcional Grammar**. v. 1. ed by Hengeveld (Kees) Berlin/ New York: Mounon de Gruyter, 1997a.

_____. **The Theory of Funcional Grammar**. Dordrecht: Foris, 1989.

DILLINGER, M. Forma e função linguística. **D.E.L.T.A.** v.7, n. 1. São Paulo. 1991. p. 395-407.

DU BOIS, J. W. Competing Motivations. In. HAIMAN, J. (Org.) **Iconicity in Syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 343 – 365.

FÁVERO, L. L.; *et al.* **Oralidade e escrita**: perspectiva para o ensino de língua materna. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. ; AQUINO, Z. G. O. A dinâmica das interações verbais: o trípolo. In. PRETI, D. (Org.). **Interação na fala e na escrita**. São Paulo, FFLCH/USP, 2002. p. 159 - 177.

_____. **Oralidade e escrita**: perspectivas para o ensino da língua materna. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 132 p.

FERREIRA, Victor S; BOCK, J. Kathryn. The functions of structural priming. **Language and Cognitive Processes**, ano 21, 2006. p. 1011–1029.

FERREIRA, A. M. **SPSS: Manual de utilização**. 1999. Disponível em: <http://www.esef.ufrgs.br/gpat/spss.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2008.

FIORENTINI, D. A didática e a prática de ensino mediadas pela investigação sobre a prática. In: ROMANOWSKI, J. P.; *et al.* (Orgs.). **Conhecimento local e conhecimento universal: pesquisa, didática e ação docente**. v. 1. Curitiba: Champagnat, 2004. p. 243-258.

FRASER, B. Perspectives on politeness. **Journal of Pragmatics**. 1990, 14: p. 219–236.

_____. ; NOLEN, W. The association of deference with the linguistic form. **International Journal of the Sociology of Language**. n. 27, 1981. p. 93-109.

FREITAS, A. L. P. de.; MACHADO, Z. F. Noções fundamentais: a organização da tomada de turnos na fala-em-interação. In. LODER, L. L; JUNG, N. M. (Orgs.). **Fala-em-interação social: Introdução à Análise da Conversa Etnometológica**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008. p. 59-94.

GALEMBECK, P. T. ; COSTA, N. S. Alternância e participação: a distribuição de turnos na interação simétrica. In: 3º CELLI Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários, 2009, Maringá. **Anais do 3º celli Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários**, 2007. v. 1. p. 1937-1944

GALEMBECK, P. de T. Preservação da face e manifestação de opiniões: um caso de jogo duplo. In: PRETI, D. (Org.). **O discurso oral culto**. São Paulo: Humanitas, 1999.

GALVÃO, M. A. M. **Considerações sobre a colaboração dos participantes na interação em sala de aula**. UFRN: Departamento de Ciências Sociais e Humanas, 2008. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp38/05.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2012.

GARCEZ, P. M. A perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: LODER, L. L; JUNG, N. M. (Orgs.). **Fala-em-interação social: Introdução à Análise da Conversa Etnometológica**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008. p. 17-38.

GARFINKEL, H. **Studies in Ethnomethodology**. New Jersey, Prentice-Hall, 1967.

GIOMI, R. **Grammar, context and the hearer: a proposal for a hearer-based model of Functional Discourse Grammar**. (NO PRELO).

GOFFMAN, E. **Strategic Interaction**. Blackwell: Oxford, 1970.

_____. **Interaction ritual: Essays on face-to-face behavior**. Garden City, NY: Anchor Books, 1967.

GOUVEIA, C. A. M. Pragmática. In. FARIA, I. H.; *et al.* (Orgs.). **Introdução à linguística geral e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1996.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. (Orgs.). **Syntax and Semantics**, volume 3: Speech Acts. New York, NY: Academic Press, 1975. p. 41-58.

GÜLICH, E.; KOTSCHI, T. Discourse Production in Oral Communication. In: U.M. QUASTHOFF, U. M. (Org.). **Aspects of Oral Communication**. Berlin: Walter de Gruyter, 1995.

_____. Reformulierungen handlungen als Mittel der textkonstitution: Untersuchungen zu französischen texten aus mündlicher kommunikation. In: MOTTSCH, W. (Org.). **Satz, text, sprachliche handlung**. Berlin: Akademie – Verlag, Studia Grammatica XXV, 1987a.

_____. Les actes de reformulation dans la consultation “La Dame de Caluire”. In: BANGE, P. (Org.). **L’analyse des interactions verbales: La dame de Caluire: une consultation**. Berna, Frankfurt, Nova Iorque, Paris/lang, 1987b. p.15-81.

GÜLICH, E. **L’Organisation conversationnelle dès énoncés inachevés et de leurs acèvement interactif en ‘situation de contact’**. DRLAV Revue de Linguistique 34-5, 1986. p. 161-182.

HALLIDAY, M. Language as Social Semiotic. **Language and literacy in social practice: a reader**, 23. 1994.

_____. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

_____. Interpersonal functions, representational categories, and syntactic templates in functional discourse grammar. In: GOMEZ-GONZÁLEZ, M. A.; MACKENZIE, J. L. (Orgs.). **Studies in Functional Discourse Grammar** (Linguistic Insights 26). Berne: Peter Lang, 2005. p. 9-27.

_____. The Architecture of a Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GOMEZ-GONZÁLEZ, M. A. (Orgs.). **A new architecture for functional grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 243-272.

HENGEVELD, K. Clause structure and modality in Functional Grammar. In: AUWERA, J. V. der.; GOOSSENS, L. (Orgs.). **Ins and outs of predication**. Dordrecht/Holanda: Foris Publications, 1987. p. 53-66.

HILGERT, J. G. Entendendo os mal-entendidos em diálogos. In: PRETI, Dino (Org.). **Diálogos na Fala e na Escrita**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2008. p. 119 - 153. (Projetos Paralelos, v. 7).

_____. O monitoramento de problemas de compreensão na construção do texto falado. **Cadernos de estudos linguísticos** (Homenagem a Ingedore Koch), 44, 2003. p. 223 – 238, jan. /jun.

_____. A colaboração do ouvinte na construção do enunciado do falante – um caso de interação intraturno. In. PRETI, D. (Org.). **Interação na fala e na escrita**. São Paulo: FFLCH/USP, 2002. p. 89 - 124.

_____. A qualificação discursiva no texto falado. In. PRETI, D. (Org.). **Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia e ensino**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 62 - 84.

_____. **A paráfrase - um procedimento de constituição do diálogo**. Tese de doutorado. São Paulo, 1989. 461p.

HILTZ, R. **Collaborative Learning in Asynchronous Learning Networks: Building Learning Communities**. Comunicação convidada apresentada na *WEB98*, Orlando: Florida, Novembro. 1998. Disponível em http://web.njit.edu/~hiltz/collaborative_learning_in_asynch.htm. Acesso em: 15 dez. 2008.

HYMES, D. Models of the interaction of language and social life. In. GUMPERZ, J.; HYMES, D. (Orgs.). **Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication**. New York, Holt, Rinehart, Winston, 1972.

JEFFERSON, G. Notes on some orderliness of overlaponset. In: D'URSO, V.; LEONARDI, P. (Orgs.). **Discourse Analysis and Natural Rhetorics**. Pádua: Cleup Editore, 1984.

JOHNSON, D.; JOHNSON, J. **Cooperative learning**. Retrieved on November 15, 2002. 2001. Disponível em : <http://www.clcrc.com/pages/cl.html>.

JUBRAN, C. C. A. S. *et al.* Organização tópica da conversação. In. ILARI, R. (Org.). **Gramática do português falado**. v. II: Níveis de análise linguística. 4. ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002. p. 341-420.

JUBRAN, C. C. A. S. Funções textuais-interativas dos parênteses. In. NEVES, M. H. de M. (Org.). **Gramática do português falado**. v. VII: Novos Estudos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 131 – 158.

RISSO, M.; JUBRAN, C. O discurso auto-reflexivo: processamento metadiscursivo do texto. **D.E.L.T.A.**, v. 14, 1998. p. 227-242.

KEIZER, M. E. Reference, predication and (in)definiteness in Functional Grammar. A functional approach to English copular sentences. Doctoral dissertation, Vrije Universiteit Amsterdam. 1992.

KEMCZINSKI, A.; *et al.* Colaboração e Cooperação – Pertinência, Concorrência ou Complementaridade. **Revista Produção online**: UFSC – ABEPRO. Florianópolis, SC, 2007. Disponível em: <<http://producaoonline.org.br/rpo/article/view/68/68>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da Conversação: Princípios e Métodos**. São Paulo, Parábola Editorial, [1943] 2006.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e Escrever: estratégias de produção textual**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

KOCH, I. V. *et al.* Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado. In. CASTILHO, A. T. de. (Org.). **Gramática do português falado**. v. I: A ordem. v. 1. 4. ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002. p. 121-154.

KROON, C. **Discourse particles in Latin** (Amsterdam Studies in Classical philology 4) Amsterdam, Gieben, 1995.

LABOV, W. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LEECH, G. **Principles of pragmatics**. Londres: Longman, 1983.

LEHMAN, C. Towards a Typology of clause Linkage. In. HAIMAN, J. ; THOMPSON, S. A. (Orgs.). **Clause Combining in Grammar and Discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 181 - 225.

LEITE, M. Q; *et al.* A análise da conversação no Grupo de Trabalho Linguística do Texto e Análise da Conversação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística. In. BENTES, A. C. *et al.* (Orgs.). **Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 49 – 87.

LEVINSON, S. C. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press.

———. **Presumptive meanings: The theory of generalized conversational implicature**. Language, speech, and communication. Cambridge. MIT Press. [1983] 2000.

LISBOA, M. **O português falado e o escrito**. Ano 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/31885/1/O-Portugues-Falado-e-escrito/pagina1.html>>. Acesso em: 26 dez. 2010.

MACKENZIE, J. L. **The contextual componente in a dialogic FDG**. (NO PRELO)

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, [1946] 2008.

———. Oralidade e Escrita. **Signótica: Revista do Mestrado em Letras e Linguística**. Goiânia, UFGO, v. 9, 1997, p. 119-145.

———. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In: KOCH, Ingedore G. Villaça (Org.). **Gramática do português falado** (Volume VI: Desenvolvimentos). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996. p. 95 – 129.

———. **Análise da conversação**. São Paulo, 2. ed. Ática, 1991.

MOTSCH, W.; PASCH, R. Illokutive Handlungen. In. MOTSCH, W. (Org). **Satz, text, sprachliche handlung**. Berlim (Oriental), Akademie-Verlag, Studia Grammatica XXV, 1987. p. 11-79.

NEVES, M. H. M. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **A gramática funcional**. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

NICHOLS, J. Functional theories of Grammar. In. **Annual Review of Anthropology**. v. 43, 1984. p. 77-117.

NOGUEIRA, M. T. (Org.). **Estudos linguísticos de orientação funcionalista**. Ceará: UFC, 2006.

PEZATTI, G.E.; FONTES, M. G. Ordenação de constituintes em sentenças declarativas do português brasileiro. In: **Veredas on line** – Atemática (UFJF), v.1 2011. Juiz de Fora, 2003. p. 206-221.

PRETI, D. Alguns problemas interacionais da conversação. In. PRETI, D. (Org.). **Interação na fala e na escrita**. São Paulo: FFLCH/USP, 2002. p. 45 – 66.

_____. **Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia e ensino**. São Paulo: Cortez, 2001.

PRETI, D.; URBANO, H. **A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo**. São Paulo: TAQ/Fapesp, vol. IV, Estudos. 1990.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1988.

SACKS, H.; *et al.* A simplest systematics for the organization of turn-talking for conversation. In. **Language** 50, 1974a. p. 696-725.

_____. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. **Veredas** (UFJF), v.7, n. 1-2, Juiz de Fora, 2003. p. 9-73. Tradução de SACKS, H.;

SCHEGLOFF, E. A. *et al.* The preference for self-correction in the organization of repair in conversation. **Language**. v. 53, n. 2. 1977. p. 361-383.

_____. ; JEFFERSON, G. A simplest systematic for the organization of turn-taking for conversation. **Language**, Baltimore vol. 50, nº 4, 1974b. p. 696-735.

_____. Notes on a conversational practice: Formulating place. In. **Studies in social interaction**. Edited by David Sudnow. New York: Free Press, 1972. p. 75–118.

SARDINHA, T. B. Linguística de *Corpus*: Histórico e Problemática. **D.E.L.T.A.** v. 16, n. 2, 2000a. p. 323 - 367.

_____. **O que é um corpus representativo?** São Paulo: DIRECT Papers 44, 2000b.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix/USP, 1972.

SEARLE, J. R. **Speech acts: An essay in the philosophy of language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SILVA-CORVALÁN, C. Contextual conditions for the interpretations of ‘poder’ and ‘deber’ in Spanish. In: BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (Orgs.). **Modality in grammar and discourse**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995. p. 67-105.

SILVA, G. M. de O. e S.; *et al.* Preenchimento discursivo em fronteiras sintáticas. In: CASTILHO, A. T. de.; BASÍLIO, M. (Orgs.). **Gramática do Português Falado IV**: Estudos descritivos. 2. ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp/FAPESP, 2002. p. 189-212.

SILVA, M. C. P. de S., CRESCITELLI, M. F. de C. Sem querer interromper... e não interrompendo. In: KOCH, I. G. V. **Gramática do Português Falado**: desenvolvimentos. v. 6. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. p. 159-167.

SILVA, L. A. O diálogo professor/aluno na aula expositiva. In: PRETI, D. (Org.). **Diálogos na Fala e na Escrita**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2008. p. 19-43. (Projetos Paralelos, v. 7).

_____. Polidez na interação professor/aluno. In: PRETI, D. *et al.* (Org.). **Estudos de língua falada**: variações e confortos. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. p. 109-130. (Projetos Paralelos, v. 3).

SOUZA, E. R. F. **Gramaticalização dos itens linguísticos assim, já e aí no português brasileiro**: um estudo sob a perspectiva da gramática discursivo funcional. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística do IEL – UNICAMP, Campinas. 2009.

TARALLO, F. *et al.* Rupturas na ordem de adjacências canônicas no português falado. In: CASTILHO, A. T. de. (Org.). **Gramática do português falado v. I**: A ordem. v. 1. 4. ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002. p. 25-52.

VENTOLA, E. The structure of casual conversation in English. In: **Journal of pragmatics**, 3, 1979. p. 267-298.

WOLF, M. **Sociologías de la vida cotidiana**. Madrid: Cátedra, 1994.

ANEXOS

ANEXO I – NORMAS DE TRANSCRIÇÃO UTILIZADAS NO *CORPUS*.

As transcrições do *corpus* dessa pesquisa seguem as normas propostas por Castilho e Preti (1986). O quadro abaixo apresenta um resumo delas:

Normas para Transcrição

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO*
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	do nível de renda () nível de renda nominal
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento	/	e comé/ e reinicia
Entoação enfática	maiúscula	porque as pessoas reTÊM moedas
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para ::: ou mais	ao emprestarem ... eh:: ... dinheiro
Silabação	-	por motivo de tran-sa-ção
Interrogação	?	E o Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existeuma... retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúsculas))	((tossiu))
Comentários que quebram a sequência temática da exposição; desvio temático	-- --	...a demanda de moeda-- vamos dar essa notação-- Demanda de moeda por motivo
Superposição, simultaneidade de vozes	[ligando as linhas	A.na [casa da sua irmã B. sexta-feira? A. fizeram [LÁ B. cozinham lá?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...

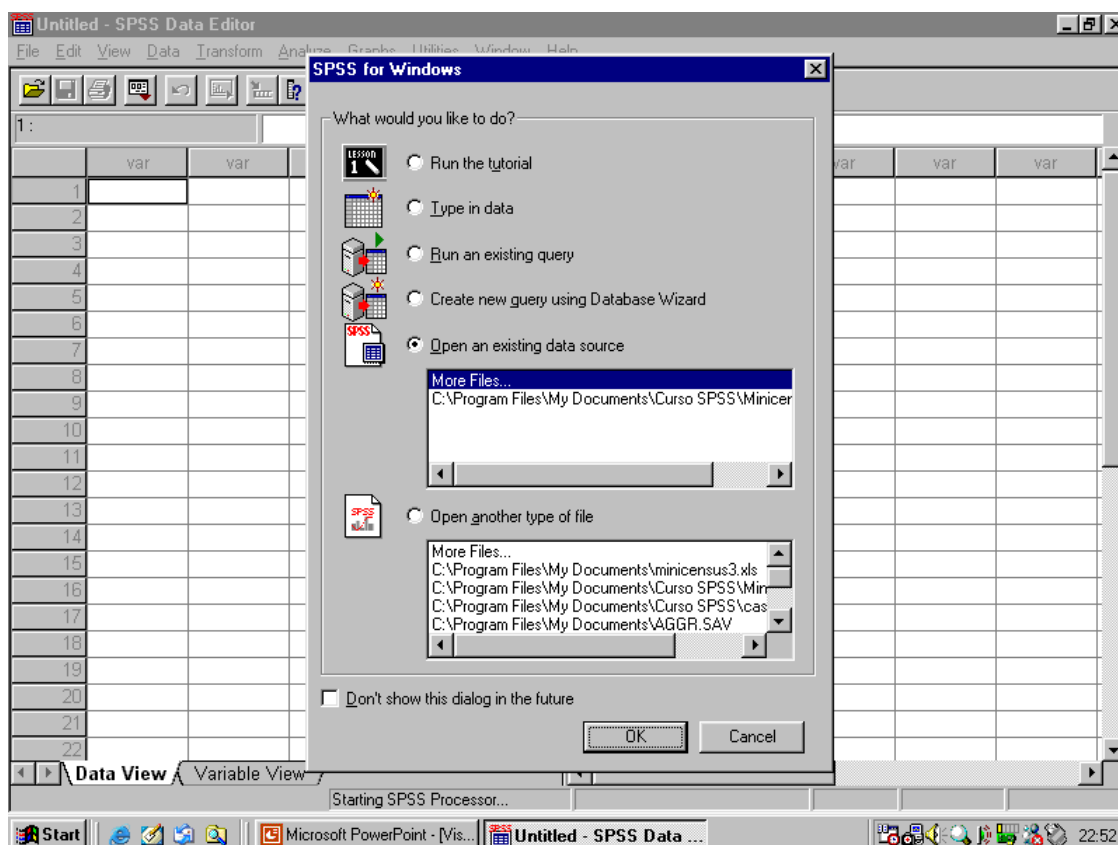
Citações laterais ou leitura de textos, durante a gravação	“ ”	Pedro Lima...ah escreve na ocasião... “O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma barreira entre nós” ...
--	-----	---

Observações:

1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc.)
2. Fáticos: ah, éh, ahn, ehn, uhn, tá (não por está: tá? você está brava?)
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiro em itálico.
4. Números: por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa).
6. **Não se anota o cadenciamento da frase.**
7. **Podem-se combinar sinais. Por exemplo: oh:::....(alongamento e pausa)**
8. **Não se utilizam sinais de pausa, típicos da língua escrita, como ponto e vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa.**

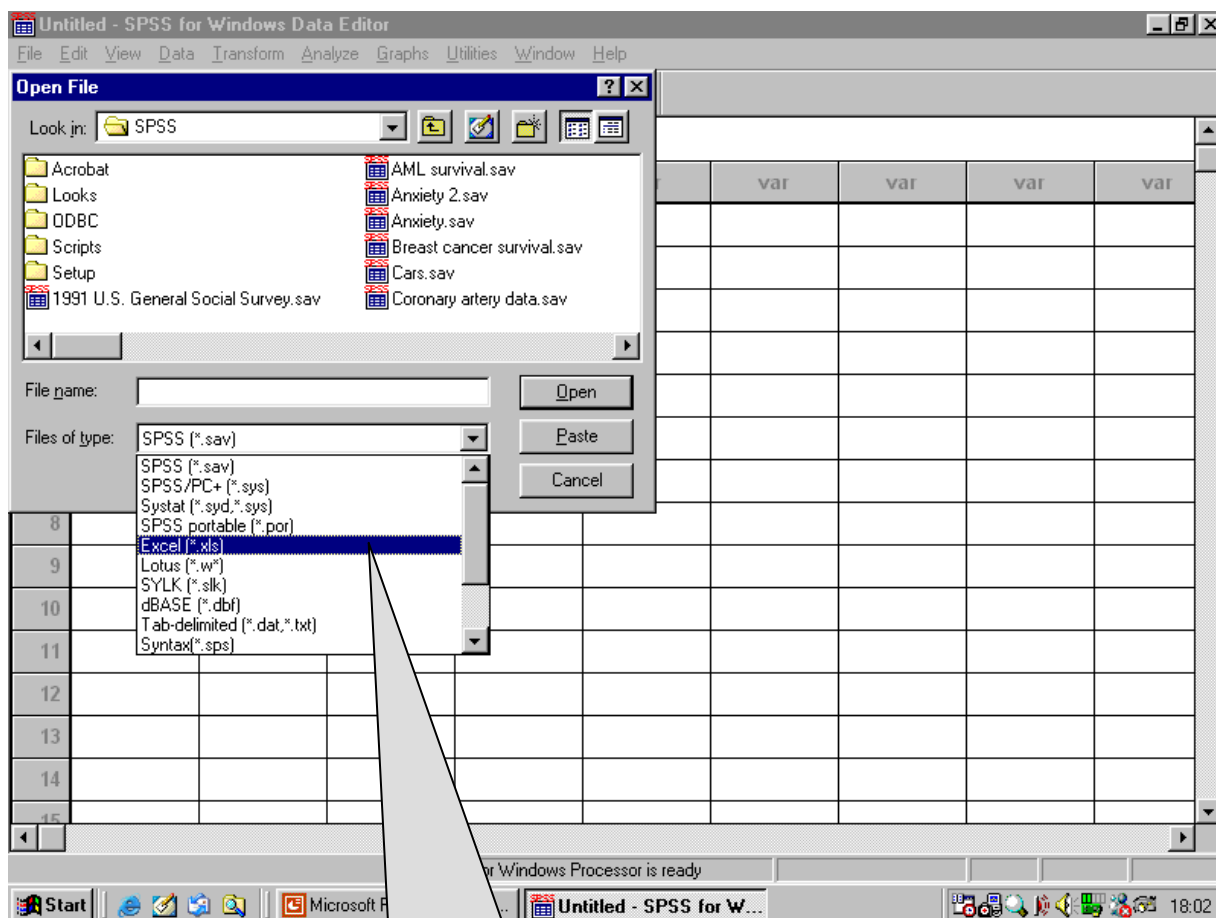
ANEXO II – RESUMO DO MANUAL DO SPSS

Esta é a primeira janela que nos surge mal mandamos executar o SPSS.



- Somente as opções “Type in data” e “Open an existing data source” estão abrangidas pelo âmbito deste curso.
- Opta-se por “Type in data” caso se pretenda digitar directamente um novo conjunto de dados na folha de cálculo do SPSS.
- Opta-se por “Open an existing data source” caso nos interesse abrir um ficheiro já existente.

Open File



Como se pode observar o SPSS permite abrir ficheiros de muitos tipos, entre eles os de tipo Excel.

Extensões dos ficheiros criados pelo SPSS

- .sav - extensão atribuída aos ficheiros de dados.
- .spo - extensão atribuída aos ficheiros de “output”.
- .sps - extensão atribuída aos ficheiros de sintaxe (com o código de programação).

Em cada sessão de trabalho o SPSS só permite ter aberto um ficheiro de dados (com extensão .sav) mas é possível manter abertos qualquer número de ficheiros com as outras duas extensões.

APÊNDICE

APÊNDICE I– MODELO DE FICHA DE OCORRÊNCIAS DAS COLABORAÇÕES

(01) 103DID

Inf. é hoje eu tou, eu tou me sentindo bem né to me sentindo ótimo e:: apesar do que aconteceu com com meu amigo né dele ter se acidentado de ter acontecido isso ter passado três noites no hospital pra mim foi foi ótimo () agente tem que porque tem que procurar ajudar alguém que tá precisando né porque eu gosto sempre de ajudar sabe alguém ajudar:: as pessoas ajudar as pessoas que ta porque lá assim lá é assim lá tinha três camas né aí chegou um paciente né aí os rapazes deixaram ele lá e foram embora { aí disse

Doc. qual era o hospital

Inf. **o hospital é:: o que fica aqui na aganambi?**

Doc. **Ahh o Hapvida Antonio Prudente? (OCO-1)**

Inf. **é não é::**

Doc. { a eu sei qual é

Inf. **deixa eu ver tem o primeiro, não primeiro segundo e terceiro lá**

Doc. **deve ser o aganambi saúde**

Inf. é:: aí aí eu cheguei lá aí ele chegou lá né aí começou:: é o pesoal deixando deixando ele lá ele lá na cama aí sempre de madrugada eu ajudava levantava né pro banheiro trocava de roupa de roupa tudo isso aí:: tudo isso pra mim pra mim é beleza né ajudar alguém né uma pessoa que precise agente tem que perdoar né tem que amar ao próximo né porque hoje eu procuro ajudar né procuro amar né gostar das pessoas o importante:: na comunidade é isso né que rapaz que se eu não amar eu tenho que primeiro que eu tenho que amar né a Deus sobre todas as coisas né nós temos que amar ao próximo ajudar ser útil né não dar as costas pra pra ninguém sem procurar ajudar né ser humilde né ser obdiente respeitar as pessoas né hoje é isso que eu faço em toda minha vida né

(02) 103DID

Doc. pois é e::... essa família que tu vive aí ela:: não são não é tua familia

Inf. não oh esse pesoal eu conheci o filho o filho dela

Doc. **esse F. (OCO-2)**

Inf. é é eu conheci { o outro

Doc. o outro

Inf. eu conheci o filho dela numa sala né de alcoólicos anônimos ele no tempo ele frequentava né aí:: ele me trouxe na casa da mãe dele e levou eu pra casa da tia pra visitar né aí eu comecei a conversar a conhecer a andar ai sabe porque no tempo eu morava na na eu morava na aqui na rua da () na Tomé de Souza morava na casa da minha tia né aí eu comecei a andar:: conhecer aí eles né no tempo eles tinha um bar aqui que eu comecei a andar lá comecei a lavar copo comecei a ajudar né da aquela parcela de ajuda então sempre eu fui assim aí eu comecei a ajudar ai eu passava por lá com as compras na cabeça né ai eu comecei a:: comecei a conhecer mais um pouco eles aí eu saí da minha tia foi o tempo que eu saí né aí eu vim morar com eles né

(03) 103DID

Inf. ai eu:: vim graças a Deus tô com nove anos nove anos que tô aí né o pessoal são ótimas pessoas nunca me trataram mãe né né eles me dão roupa né me dão alimento mais é::

Doc. **dão dinheiro?(OCO-3)**

Inf. dão dinheiro pouco né mas dão porque porque eles não tem condição de me pagar um salário né

(04)103DID

Inf. de noventa e oito eu não ingeri né bebida alcoólica...

Doc. **porque basta provar um pouquinho aí pronto...**

Inf. que se eu se eu tomar uma dose agora ele mudo meu comportamento eu não sou mais essa pessoa eu estranho você eu viro cadeira viro mesa chuto o portão sabe eu viro assim me transformo num monstro né num:: monstro não sou essa pessoa aqui sabe então eu sou um doente:: não posso beber sabe jamais né todo dia eu peço a Deus né então:: tem pessoas tem pessoas que num num botam não na mente sabe que é doente que eu sou um doente eu sou sabe eu não posso beber todo dia eu peço a Deus toda noite eu faço minhas oração a Deus sabe pra me livrar da me livrar das situações me livrar do mau né então sabe eu admiro você sabe você:: é uma grande pessoa:: uma grande professora né

(05) 103 DID

Inf. é café né é chá né comida você sabe agente pode ir pra uma festa uma churrasceria né um batizado sabe um casamento né então tudo isso faz parte da nó/ da vida da gente porque antigamente quando eu bebia menino eu só vivia no chão:: as pessoas não confiavam mais em mim eu não podia mais (assistir) um casamento um aniversário sabe eu não podia entrar na festa né eu vivia rasgado sujo né imundo não tinha crédito de nenhum não tinha confiança né e hoje a minha vida mudou hoje oh vou fazer sete anos hoje minha vida é liberta eu saio pra onde eu quero né saio pra onde eu quero ()...

Doc. **as pessoas tem confiança em ti né?**

Inf. as pessoas tem confiança em mim né então isso é importante pra mim né ()...

(06) 103 DID

Doc. tome pode tomar, só sei que assim tu:: lá na escola na:: ali na Angélica Gurgel tu foi pra lá tu:: tu foi pra ser alfabetizado não sabia nada nada nada...

Inf. não sabia ler não não sabia ler::

Doc. **mais conhecia as letras?**

Inf. é:: eu conhecia as letras... mas só que eu não sabia ler não eu sabia só as letras mas hoje eu sei hoje eu sei hoje eu vou hoje eu não sabia pegar um ônibus hoje eu pego um ônibus hoje eu vou pagar um água luz né hoje eu sei ler um nome de uma de uma rua né um papel né não sabia não sabia de nada hoje as coisas vai porque agente tem que que se a:: se beneficiar né de alguma coisa taí esses livros que eu:: que eu sempre venho pedir aqui a você () é uma ajuda sabe pra mim...